

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

LARISSA MENDANHA CABRAL

Narrativas diversas, memórias em disputa: as instituições (Funleide, Suleide e Cara) criadas pelo governo do Estado de Goiás após o acidente com o Césio-137 (1988-2011).

GOIÂNIA

2020

Processo:
23070.036046/2020-91

Documento:
1495295



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Larissa Mendanha Cabral

3. Título do trabalho

Narrativas diversas, memórias em disputa: as instituições (Funleide, Suleide e Cara) criadas pelo governo do Estado de Goiás após o acidente com o Césio-137 (1988-2011)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 18/08/2020, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA MENDANHA CABRAL, Discente**, em 24/08/2020, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1495295** e o código CRC **F0E31388**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

LARISSA MENDANHA CABRAL

Narrativas diversas, memórias em disputa: as instituições (Funleide, Suleide e Cara) criadas pelo governo do Estado de Goiás após o acidente com o Césio-137 (1988-2011).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientador: Professor Dr. Jiani Fernando Langaro.

GOIÂNIA

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cabral, Larissa Mendanha

Narrativas diversas, memórias em disputa: [manuscrito] : as Instituições (Funleide, Suleide e Cara) criadas pelo governo do Estado de Goiás após o acidente com o Césio-137 (1988-2011) / Larissa Mendanha Cabral. - 2020.

CLXXXV, 185 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Dr. Jiani Fernando Langaro .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2020.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, lista de figuras.

1. História e Memória. 2. História e Cidade. 3. História, Saúde e Doenças. 4. Radioacidentados. 5. Governo de Goiás. I. Langaro , Dr. Jiani Fernando, orient. II. Título.

CDU 94(81)






UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

Ata de Defesa de Dissertação

Ata nº **20** da sessão de Defesa de Dissertação de **Larissa Mendanha Cabral**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e três dias do mês de julho do ano de 2020**, a partir da(s) **14h30**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Narrativas diversas, memórias em disputa: as instituições (Funleide, Suleide e Cara) criadas pelo governo do Estado de Goiás após o acidente com o Césio-137 (1988-2011)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Cristina Helou Gomide (FE-UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Rildo Bento de Souza (FCS-UFG)**; Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e três dias do mês de julho do ano de 2020**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

	<p>Documento assinado eletronicamente por Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação, em 24/07/2020, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por Sônia Maria De Magalhães, Professora do Magistério Superior, em 24/07/2020, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por Rildo Bento De Souza, Professor do Magistério Superior, em 05/08/2020, às 01:16, conforme horário oficial</p>

	de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
--	---



	Documento assinado eletronicamente por Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior , em 15/08/2020, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
--	---



	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador 1447198 e o código CRC DEFCA513 .
--	--

Dedico este trabalho à minha família, em especial minha mãe, que sempre fez de tudo por mim e meus irmãos. Ao meu orientador professor Jiani Fernando Langaro que me ajudou e se dedicou na construção desta dissertação. E ao grande professor Rildo Bento de Souza que sempre me incentivou aos estudos.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada com apoio financeiro da CAPES, sendo fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, a quem sou grata pelo financiamento. Em agradecimento à Universidade Federal de Goiás, que, ao me abrir as portas, proporcionou-me diferentes visões, conhecimentos e incentivos aos estudos e à minha vida financeira.

Ao C.A.R.A (Centro de Assistência aos Radioacidentados, instituição sucessora da Fundação Leide das Neves Ferreira – Funleide e Superintendência Leide das Neves Ferreira – Suleide), em especial à Sueli, que trabalha no acervo da instituição e que me disponibilizou parte da documentação necessária para o progresso da minha pesquisa. Agradeço também à CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), em destaque a bibliotecária Kellen que me orientou na documentação para a pesquisa.

Esta dissertação é uma retribuição ao meu orientador Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro, pelo seu esforço e dedicação em me ajudar neste trabalho, e ao Prof. Dr. Rildo Bento de Souza, que foi meu professor no ensino médio e me orientador na graduação, e sempre me apoiou e acreditou em mim.

Agradeço à Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães, pela participação na banca de qualificação e pela contribuição dada ao trabalho. À Profa. Dra. Dulce O. A. Santos, que, muito interessada na pesquisa, sempre que encontrava alguma notícia sobre o Césio-137, me passava. Ao Prof. Dr. Yussef D. S. Campos, com quem tive o prazer de ser sua aluna durante o mestrado em uma das disciplinas por ele ofertadas. Enfim, agradeço a todos que contribuíram para o meu crescimento como pesquisadora.

Doce nome de Leide

*“Doce nome de Leide, nome lindo.
Meigo nome que em vão estou chamando,
Nome que a vida murmurou sorrindo
Nome que a morte rouquejou chorando.*

*Doce nome de Leide que surgindo
Foi a luz das estrelas me aclamando
Triste nome de Leide que sumindo
Foi a treva de abismos me tragando.”*

Ivo Alves

Resumo

Este trabalho analisa as relações entre história e memória presentes nos desdobramentos do acidente com o elemento radioativo Césio-137, ocorrido na cidade de Goiânia, em setembro de 1987. Trata do tema sob novo prisma, com foco no período posterior à tragédia e nas memórias que cercam as instituições criadas pelo governo de Goiás para servir de apoio às vítimas do acidente (Funleide, Suleide e CARA). O objetivo é discutir as memórias engendradas por diferentes agentes e grupos sociais, produzidas em suas relações com essas instituições estaduais. A problemática central desta dissertação indaga como diferentes memórias narram a atuação das instituições estaduais goianas e quais relações de poder e/ou lutas por direitos expressam e ajudam a constituir. Para cumprir com o proposto, recorreu-se a diferentes tipologias de fontes documentais, entre elas a imprensa escrita – jornais e revistas foram de suma importância para a concretização da pesquisa –, documentos oficiais do governo estadual (e das instituições por ele criadas) e outros documentos não-oficiais, como os dossiês elaborados por uma das associações de vítimas do acidente. A reflexão está organizada em três momentos, cada qual orientado por perguntas centrais. No primeiro momento, realiza-se um balanço historiográfico em busca de respostas ao questionamento sobre se ainda cabem pesquisas acadêmicas acerca do tema do acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia. Em um segundo momento, indagou-se quais eram os propósitos do governo goiano ao criar a Funleide e como diferentes memórias (oficiais e não-oficiais) narram essa criação e as transformações sofridas pela entidade, assim como os sucessos e insucessos institucionais no alcance das metas inicialmente estipuladas. Em um terceiro momento, questiona-se como as memórias produzidas por associações de vítimas do acidente tratam o atendimento prestado a eles e as lutas por reconhecimento, na justiça, de quem inicialmente não foi considerado “radioacidentado”. Também se reflete sobre um livro de memórias, que traz as narrativas de profissionais que trabalharam nas instituições em tela e que também possuem narrativas críticas a elas. Constatou-se, ao longo da pesquisa, que o período posterior ao acidente é repleto de embates que, muitas vezes, não são reconhecidos pelo Estado. Logo, as divergentes memórias construídas sobre as instituições estudadas situam-se em um campo de disputas, em que se almeja, dentre outras coisas, legitimar políticas públicas ou lutar por direitos.

Palavras-chave: História e Memória; História e Cidade; História, Saúde e Doenças; Radioacidentados; Governo de Goiás.

Abstract

This essay analyzes the relationship between history and memory in the unfolding of the accident with the radioactive element Cesium-137, occurred in the city of Goiania, in September of 1987. It brings to the topic a new vision, putting focus in the time after to the tragedy and in the study of the memories created around the institutions founded by the government of Goias to provide support to the victims of the accident (Funleide, Suleide and CARA). The objective is discussing the memories produced by different agents and social groups, in their relationships with these state institutions. The central problem inquires how different memories remember the operation of those state institutions and what power relationships and/or struggles for rights these reminiscences express and collaborate to build. To achieve the objectives, it uses different kinds of evidences, as such as the written press – newspapers and reviews were especially important to this research –, official documents produced by the state government (or by the institutions founded by it) and others unofficial documents, as such as the dossiers made by one of the accident's victims associations. The reflections are organized in three moments, each one answering specific questions. In the first moment, an historiographic analysis searches answers for a question: is there still space for new academic research about the accident with the element Cesium-137 in Goiania? At a second moment, the question refers to the reasons for Goias government to have founded Funleide and how different memories (official and unofficial) remember the creation, the changes, the successes, and the failures of the entity to reaching its initially goals. In a third moment, the central question revolves around how the memories produced by the associations of victims of the accident treat the care received by them. Also inquires how these remembrances reveal the struggles by recognition, in the justice, by whom initially was not considered “radio injured person”. Finally, it analyzes a memories book, revealing the critic narratives of professionals that worked in the state institutions too. It became clear, with this research, that the time after the accident is full of conflicts that, frequently, are not recognized by the State. On this way, the divergent memories built about the studied institutions are in a space of contest, in which pursue, among other things, to legitimize public policies or to struggle for rights.

Keywords: History and Memory; History and City; History, Health and Sickness; Radio injured person; Government of Goias.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Identificação dos locais contaminados em Goiânia.....	21
Figura 2 – Imagem de Leide das Neves Ferreira	23
Figura 3 - Policial Militar na segurança das áreas de descontaminação da radiação em Goiânia.....	112
Figura 4 - Técnicos da CNEN trabalham no isolamento da área contaminada pelo acidente radioativo com o Césio-137, no Setor Aeroporto	113
Figura 5 - Transporte de paciente radioacidentada em veículo oficial da SES-GO.....	116
Figura 6 - Consulta de monitoramento dos efeitos da radiação.....	117

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1 – A historiografia do acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia: o medo como fio condutor, a imprensa como fonte privilegiada.....	37
1.1 O olhar sociológico sobre o acidente: refletindo sobre relações sociais e políticas públicas.....	38
1.2 Estudos de História e Memória Social sobre o acidente com o Césio-137: a imprensa e o audiovisual como objeto de estudo	45
1.3 O olhar antropológico e a sensibilidade com as vítimas do acidente	53
1.4 A contribuição da psicologia para a discussão sobre o acidente: foco na saúde mental	65
1.5 Retomando a questão inicial: ainda há espaço para novos estudos sobre o acidente de Goiânia?.....	72
Capítulo 2 – Instituições governamentais e os serviços prestados aos radioacidentados: sondando memórias oficiais	75
2.1 Institucionalização da Funleide, atendimento prestado às vítimas e suas modificações ao longo do tempo.....	78
2.2 Núcleos médicos e de assistência às vítimas.....	94
2.3 A imagem do acidente e da Funleide produzida pelo governo do estado de Goiás	110
Capítulo 3 – As várias e dissonantes memórias sobre o pós-acidente e a assistência prestada pela Funleide, Suleide e pelo Cara: dos radioacidentados aos profissionais da saúde	119
3.1 Outra vertente sobre as consequências do acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia: explorando a documentação não oficial.....	123
3.2 Da ampliação do rol de vítimas: civis e policiais militares na luta pelo reconhecimento como radioacidentados.....	135
3.3 As reivindicações das vítimas nas páginas dos jornais.....	144
3.4 Impasses na Fundação Leide das Neves Ferreira desde sua criação: as narrativas de profissionais que trabalharam no tratamento das vítimas.....	161
Considerações finais	176
Referências bibliográficas.....	182
Fontes	188

INTRODUÇÃO

Há alguns anos visitei a sede regional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em Abadia de Goiás, cidade que faz parte da Região Metropolitana de Goiânia. Lá visitei o Museu do Césio, onde havia uma exposição com objetos utilizados pelos técnicos da CNEN durante a descontaminação do acidente, e ouvi uma palestra sobre o desempenho da comissão quanto ao acontecimento ocorrido em setembro de 1987. Porém, o melhor da visita foi conhecer o depósito de material oriundo do processo de descontaminação de Goiânia. Todo o lixo radioativo foi colocado em tambores e acondicionado em contêineres que, por sua vez, foram estabelecidos sobre uma sólida base de concreto e ferro e revestidos com concreto, argila, terra e grama. Pode-se subir neles, e a sensação que tive é de estar em cima de muitas histórias de vida. Sim, pois, para além dos números nos tambores, havia ali casas inteiras e todos os seus pertences, pedaços de ruas, árvores, animais domésticos. Enfim, memórias e lembranças sepultadas naquele lugar.

Através dessas memórias conseguimos escrever a história do acidente, com uma árdua pesquisa e seleção de fontes. Como afirma Assmann (2016), a memória é o que nos capacita para produzir nossa identidade. E a memória cultural não é apenas um conhecimento histórico produzido sobre o passado; ela ainda vive, e essas lembranças são ativas, praticadas por certo grupo. No caso do acidente com o Césio-137,¹ são principalmente as vítimas que mantêm vivas as memórias que exploraremos aqui.

A maior catástrofe envolvendo a tecnologia nuclear fora do contexto de guerra ocorreu em 1986, com a explosão de um reator na usina de Tchernóbil, no norte da Ucrânia, deixando milhares de mortos. O desastre foi causado por falhas no manuseio de produtos nucleares (ALEKSIÉVITCH, 2016). Pouco mais de um ano depois, em 1987, no Brasil, ocorreu o que foi considerado o maior acidente radiológico do mundo, com o elemento Césio-137. O país então sentia as consequências da tecnologia nuclear como nunca.

A história do acidente de Goiânia me interessa sobremaneira por demonstrar o risco de se desprezar as normas técnicas e medidas de segurança. Ela apresenta, de forma alarmante, as consequências para a saúde pública da subavaliação de riscos e da

¹ “O Césio 137 é um radionuclídeo produzido através da fissão de urânio que se desintegra emitindo partículas betas, elétrons e raios gama” (COLLINS; JARDIM; COLLINS, 1988, p. 169).

falta de protocolos adequados para emergências e ações preventivas eficazes. O acidente com o Césio-137 serve para pensarmos o presente; é pedagógico, e por ter sido impactante nos traz ainda mais vontade de observar as falhas na condução de medidas de segurança e as diversas memórias engendradas durante esses anos.

O acidente com o Césio-137 está inserido em uma ampla teia de irregularidades e mau uso de produtos nucleares. Segundo Kuramoto e Appoloni (2002), as ideias e pesquisas sobre a utilização dessa tecnologia rondam o Brasil desde meados da década de 1930. De acordo com Carvalho (2012), os primeiros usos da energia nuclear no país foram na aplicação biomédica e radioisótopo, na década de 1950. Após a Segunda Guerra Mundial, a ciência nuclear avançou significativamente. Nesse período, os Estados Unidos era um dos únicos países que detinha conhecimento e manipulação desse tipo de energia, restringindo ao máximo as informações. Surgiu, entretanto, o interesse de assinar um acordo com o Brasil, que exportaria areia monazítica² do Espírito Santo em troca de instruções sobre essa tecnologia. Mas sempre houve no Brasil apoiadores e opositores da energia nuclear, o que gerou conflitos políticos internos. O país tentou até mesmo acordos com a Alemanha, que fracassaram por conta das proibições dos Estados Unidos e porque o Brasil sairia em desvantagem nessas alianças (KURAMOTO; APPOLONI, 2002, p. 380).

O Brasil é o país com maior abundância de água no mundo, com um potencial hidrelétrico inigualável. Mas os projetos nucleares eram ambiciosos. O país queria fervorosamente aprender a enriquecer o urânio e desenvolver essa técnica, atingindo, quem sabe, os níveis de produção de outros países, e não apenas para produzir energia, mas também para aumentar seu poder bélico.

Um projeto clandestino, sem fiscalização, que desenvolvia o enriquecimento do urânio pela técnica da ultracentrifugação³, foi instaurado no país em 1979. Conhecido como Programa Nuclear Paralelo, ele representava tudo o que o país almejava, sendo facilmente obtido, porém sem fiscalização.

² Esta areia contém tório, um elemento utilizado em processos nucleares (KURAMOTO; APPOLONI, 2002, p. 380).

³ Souza (2007) explica o processo de ultracentrifugação para o enriquecimento de urânio: “1. Comprime-se o gás hexafluoreto de urânio (UF₆) através de membranas microporosas, associadas em série; 2. No processo de ultracentrifugação, separam-se por força centrípeta as partículas de UF₆, concentrando-se o isótopo U238 em uma região mais externa do cilindro e o U235 na região central. O termo “ultra”-centrifugação surge por se utilizarem velocidades tangenciais muito altas, em torno de 50.000 a 70.000 rpm. Esse nível de velocidade de rotação é necessário para separar os dois isótopos de forma eficiente, pois suas massas são muito próximas; e 3. a fração do gás enriquecido parcialmente passa ao próximo estágio de enriquecimento e assim sucessivamente até se atingir o enriquecimento desejado”. (SOUZA, 2007, p. 2).

A criação do CSPN [Conselho Superior de Política Nuclear] seria uma forma de mostrar uma aparente transparência na política nuclear brasileira, divulgando fins pacíficos para a energia nuclear, o que não significou menor concentração de poderes na mão dos militares. Neste processo, a CNEN obteve amplos poderes sobre todas as atividades do Programa Nuclear Brasileiro, assumindo uma posição perigosa, pois a CNEN era encarregada de desenvolver atividades nucleares e, ao mesmo tempo, de fiscalizá-las (KURAMOTO; APPOLONI, 2002, p. 385).

Desde o início, de acordo com Kuramoto e Appoloni (2002), a ideia de que os militares brasileiros estavam produzindo tecnologia nuclear sem fiscalização e colocando em risco a vida da população era cogitada por políticos e grupos que não concordavam com este tipo de atividade no país. No início de setembro de 1987, o presidente José Sarney, eleito indiretamente já no contexto da abertura e redemocratização do país, tornou públicas as atividades nucleares do Brasil, divulgando que os cientistas já sabiam enriquecer urânio por ultracentrifugação e legalizando essas atividades.

Em 29 de setembro, vem à tona a notícia do acidente radiológico de Goiânia, deixando evidente o que foi obscuro por muito tempo: a negligência e o despreparo do país para manusear e obter tecnologia nuclear. O Brasil daquele período acabava de sair de uma ditadura civil-militar; o então presidente havia sido eleito indiretamente, e a nova Constituição Federal só ficaria pronta em 1988. A tecnologia nuclear estava começando a funcionar no país quando ocorreu o acidente com o Césio-137 em Goiânia, algo inimaginável na época, e que abalou toda esta estrutura tecnológica.

Em sua tese de doutorado *A história não perdoa os fracos: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira*, Rildo Bento de Souza (2015) esclarece que a cidade de Goiânia foi idealizada pelo médico e político Pedro Ludovico Teixeira, que mesmo sofrendo forte oposição política conseguiu transferir a capital do estado da Cidade de Goiás para Goiânia, construída a partir de um ideal moderno porém projetada para apenas 50 mil habitantes – número que atualmente já ultrapassa a cifra de 1 milhão.

Segundo Eliézer Cardoso de Oliveira (2012), na década de 1980 Goiânia tinha 800 mil habitantes, a maioria originária do êxodo rural ocorrido em todo o país entre a década de 1960 e 1980 e da migração gerada pela construção de Brasília. Esse crescimento veio acompanhado de falta de infraestrutura na cidade, como saneamento básico, transporte público e problemas de pavimentação, entre outros. Foi nesse ambiente de crescimento desordenado e aumento da pobreza urbana que ocorreu o acidente com o elemento Césio-137.

Como destacado por Schumann e Berwig (2019), após o acidente, setores do Judiciário brasileiro perceberam a necessidade de uma legislação que regulamentasse a energia nuclear no Brasil. Esses setores mostravam-se preocupados com o meio ambiente e demais consequências de acidentes com elementos radioativos e nucleares. “O desastre do Césio 137 levantou grandes discussões nos tribunais brasileiros em termos de responsabilidade estatal por dano ambiental” (SCHUMANN; BERWIG, 2019, p. 78)

Desenvolvemos aqui uma análise sobre a Fundação Leide das Neves Ferreira, criada para atender as vítimas do acidente, e instituições estaduais que a sucederam. O acidente envolvendo o elemento químico Césio-137 ocorreu na capital do estado de Goiás, em setembro de 1987. O material que o causou, de acordo com Suzane de Alencar Vieira (2014), estava em uma cápsula e era usado em aparelhos de radioterapia. Devido a sua alta radioatividade, a exposição de dezenove gramas provocou imensos transtornos de ordem material e simbólica à população goianiense.

Há ainda muitas dúvidas sobre o que desencadeou o acidente e a responsabilidade sobre o aparelho de radioterapia, que foi deixado em um prédio abandonado após mudança de endereço do Instituto Goiano de Radioterapia (IGR). A CNEN responsabilizou o IGR pelo abandono da peça. O Instituto, por sua vez, garante que comunicou à CNEN a desativação do aparelho, e que a responsabilidade era do órgão federal. Anos depois, a Justiça condenou os sócios do IGR pelo acidente (VIEIRA, 2014).

Segundo a versão mais difundida, em setembro de 1987 a cápsula abandonada no prédio do IGR foi encontrada por dois catadores de papel, Roberto Santos Alves e Wagner Mota Pereira, que naquele momento estavam desempregados e viram na peça a possibilidade de ganhar dinheiro, já que ela era de chumbo. Era o início do maior desastre radiológico do mundo.

De lá, os dois rapazes levaram a cápsula para a casa de Roberto, na rua 57, onde “romperam o invólucro de chumbo e perfuraram a placa de lítio que isolava as partículas radioativas do contato com o ambiente” (Vieira, 2014, p. 20). Os catadores venderam a peça a Devair Alves Ferreira, que era dono de um ferro-velho na rua 26-A, no Setor Aeroporto.⁴

⁴ O Setor Aeroporto, o Bairro Popular e o Setor Norte-Ferrovário foram considerados focos principais. A equipe técnica da CNEN identificou outros focos em bairros como Setor Marechal Rondon, Jardim Lajeado, Setor Pedro Ludovico, Jardim América e Vila Santa Helena na cidade de Goiânia; e Vila São

Nas mãos de Devair, a cápsula revelou um brilho azul fascinante em uma noite de setembro. Entusiasmado com sua descoberta, Devair divulgou na vizinhança o espetáculo da luz azul e distribuiu entre parentes, amigos e vizinhos alguns fragmentos do pó desprendidos do interior da cápsula. O céσιο-137, liberado da cápsula, passaria a circular silenciosamente pela vizinhança do Bairro Popular, Setor Aeroporto e Setor Norte Ferroviário, bairros da região central de Goiânia (VIEIRA, 2014, p. 20).

Devair expunha e mostrava para todos o pó azul que brilhava no escuro e, encantado, mantinha a peça em casa. O irmão de Devair, Ivo Alves Ferreira, também levou algumas pedrinhas azuis para casa e, fascinado como o irmão, apresentou o pó brilhante a seus filhos, Lucélia, Lucimar e Leide, e sua esposa Lourdes. Foi assim que a menina Leide das Neves Ferreira, de apenas seis anos, se contaminou.

No dia 29 de setembro, Maria Gabriela, esposa de Devair, desconfiada de que a cápsula era a razão dos problemas de saúde de seus familiares, vizinhos e amigos, decidiu, juntamente com um dos funcionários do ferro-velho, Geraldo Guilherme, levar a peça até a vigilância sanitária, fazendo o percurso de ônibus (VIEIRA, 2014, p. 26).

Apesar da falta de um protocolo específico para atuação nesse tipo de ocorrência, o governo do estado de Goiás, representado à época pelo médico Henrique Santillo, assim que fora informado do acidente pelo então Secretário de Saúde o também médico Antônio Faleiros, tratou de mobilizar toda a máquina administrativa para dar início a uma grande operação de emergência numa tentativa de se conter o avanço da gravidade do problema, que incluía a participação das Secretarias de Estado da Saúde, Segurança Pública, Educação, Meio Ambiente, Comunicação Social, Ação Comunitária e Desenvolvimento Social, no auxílio e cobertura aos trabalhos da CNEN (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 43).

Logo que tiveram conhecimento sobre o acidente com o Césio-137, o Governo do Estado de Goiás, a CNEN e outros órgãos tomaram providências para limpar os locais contaminados e atender as vítimas afetadas pelo material radioativo:

- Foi acionado um plano de emergência, do qual participaram CNEN, FURNAS, NUCLEBRÁS, DEFESA CIVIL e a ala de emergência nuclear do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD).
- A CNEN enviou técnicos e equipamentos, solicitando à NUCLEBRÁS reforço médico. FURNAS e a FAB foram colocadas de sobreaviso.
- Iniciada a triagem de pessoas no Estádio Olímpico de Goiânia; instaladas barracas para alojamento dos contaminados, já providenciadas pelas autoridades do Estado de Goiás.
- As áreas consideradas como focos principais foram isoladas.
- [...]
- Seis pacientes oriundos de Goiânia chegaram ao Rio de Janeiro transportados pela FAB para internação no HNMD.

– Informado o representante da missão brasileira á AIEA e solicitada assistência internacional (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988, p. 8).

Técnicos continuaram fazendo análises com o cintilômetro⁵ para identificar mais lugares contaminados. As pessoas que tiveram contato direto com o material radioativo, de forma externa ou interna, foram lavadas com água, sabão e vinagre. A água desse banho era retida em um local específico para que não disseminasse a contaminação. Após o banho, um técnico passava o cintilômetro na pessoa para conferir se não estava mais contaminada. A maioria dessas pessoas foram irradiadas, porém sem riscos de espalhar radioatividade pelo corpo, de forma semelhante ao que ocorre quando uma pessoa sofre irradiação em procedimentos com máquinas de raio X:

A irradiação é originada por algum tipo de procedimento com raios X (em radiodiagnóstico) ou com feixes de elétrons ou raios γ em radioterapia. Neste caso, o paciente não torna-se “radioativo” e portanto não há nenhum perigo de “contaminar” outras pessoas ou o meio ambiente (AZEVEDO, 2012, p. 13).

Os contaminados foram levados a hospitais para receber tratamento. Até o dia 8 de outubro de 1987, os técnicos acharam todos os focos do césio:

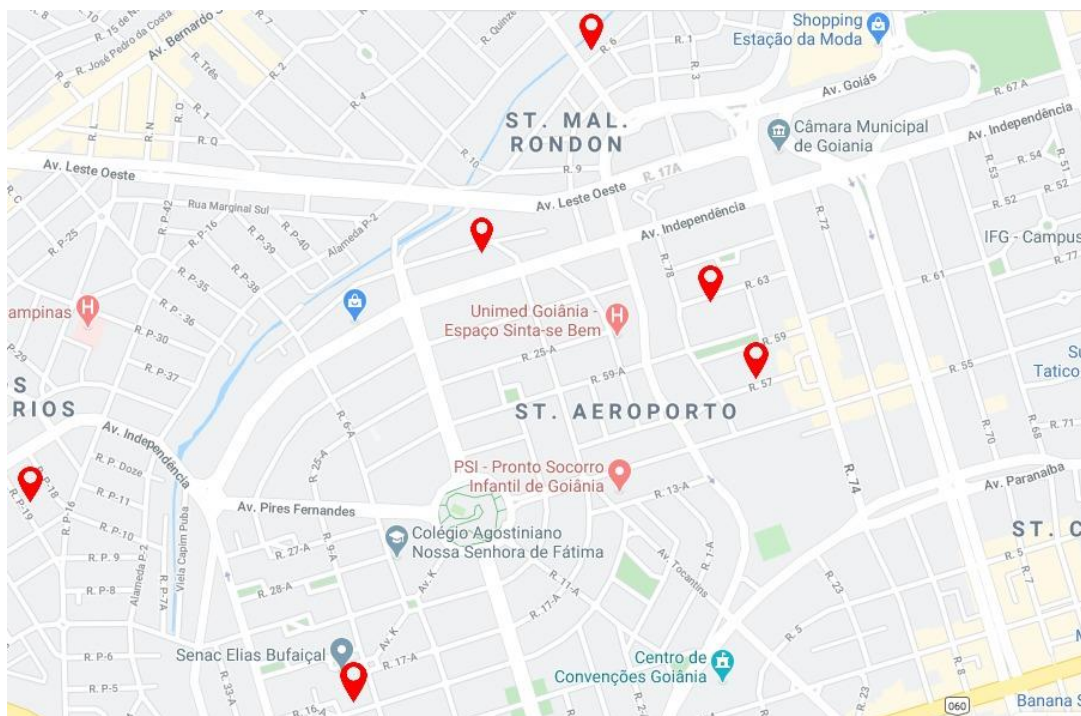
Ao amanhecer do dia 30, os principais focos estavam isolados, a saber:

- Rua 57, casa 68, Setor Central;
- Rua 17-A, Quadra 70 – Lote 26-B – Setor Aeroporto;
- Rua 6, Quadra Q – Lote 18 – Setor Norte Ferroviário;
- Rua P-19, Quadra 92 – Lote 4 – Setor dos Funcionários;
- Rua 16-A, nº 792 – Vigilância Sanitária;
- Rua 63 – Casa 179 – Setor Central; e
- Rua 26-A, Quadra z, Lote 30 – Setor Aeroporto (COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, 1988, p. 16).

Estes espaços da cidade de Goiânia podem ser mais bem visualizados na planta urbana da Figura 1.

Figura 1 – Identificação dos locais contaminados em Goiânia.

⁵ Utilizado há muito tempo, o cintilômetro detecta a radiação através da troca de calor entre o material radioativo e o aparelho (cintilômetro) (TAUHATA; DI PRINZIO; DI PRINZIO, 2014).



FONTE: Google Maps (2020).

Como relata Vieira (2014), foi necessário recolher todos os objetos contaminados; casas foram demolidas, árvores arrancadas; automóveis, pedaços de calçadas e ruas foram destruídos; e animais foram sacrificados. Isso tudo gerou cerca de 6 mil toneladas de rejeitos, acondicionados primeiramente em tambores e depois em contêineres cobertos com concreto. Os técnicos que recolhiam esses materiais se vestiam com roupas “especiais” que, na verdade, não passavam de macacões feitos de algodão, como roupas normais, botas, luvas, capacete e uma máscara. A indumentária não protegia completamente essas pessoas de serem contaminadas, pois os únicos materiais que podem nos proteger da radiação é chumbo e concreto.

O presidente José Sarney decretou que todo o rejeito não poderia sair do estado de origem⁶. Com isso, Goiás construiu o seu depósito em Abadia, onde houve protestos. Em Goiânia, a CNEN deu aviso para as pessoas irem até o Estádio Olímpico para verificar se foram ou não contaminadas. Como boatos corriam pela cidade dizendo que vários locais tinham sido afetados, os técnicos acabaram examinando milhares de pessoas, mas poucas estavam contaminadas (VIEIRA, 2004).

De acordo com Vieira (2014), foi necessário levar quatorze pessoas em estado mais grave para o Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, então o único no

⁶ Pois, cogitava-se levar todo rejeito radioativo para a Serra do Cachimbo, no Pará, local que havia uma base para testar materiais nucleares. (SILVA, 2017a, p. 273, em nota de rodapé)

país adequado para este tipo de tratamento. Na descontaminação das vítimas foram utilizados vários medicamentos para reduzir o efeito do Césio-137 – o Azul da Prússia⁷ foi um dos principais. Foram feitos testes e análises para melhor manusear o remédio e saber qual dose poderia se utilizar por dia, obtendo-se grandes resultados. As pessoas contaminadas precisavam tomar muita água para que o césio fosse eliminado. Banhos com água e sabão neutro ajudaram na retirada do pó da pele. Também foram usados diuréticos⁸ como furosemida e hidroclorotiazida, de forma regulamentada e prescrita, remédios que impedem a retenção de líquido no corpo, aumentando o fluxo urinário. Outros métodos de descontaminação foram os exercícios físicos e banhos de sal (BORGES, 2003).

No dia 23 de outubro de 1987, veio a óbito uma das vítimas, Leide das Neves Ferreira, a mais jovem de todo o acidente, por contaminação aguda. A imagem dela é usada como símbolo do acidente radioativo, por ser uma criança que morreu tragicamente. No mesmo dia, faleceu também sua tia, Maria Gabriela Ferreira. As duas foram levadas para Goiás para serem enterradas no dia 24 de outubro, aniversário de Goiânia, e prefeito e governador declararam luto oficial, suspendendo as cerimônias. As vítimas fatais foram sepultadas no dia 26 de outubro, no Cemitério Parque, colocadas em caixões de chumbo levantados com guincho, pesando, cada um, cerca de 700 quilos. Depois delas, no dia 27 e 28, vieram a óbito mais duas vítimas: Israel Batista dos Santos e Admilson Alves, que trabalhavam no ferro-velho onde a cápsula foi aberta (VIEIRA, 2014).

Figura 2 – Imagem de Leide das Neves Ferreira

⁷ Medicamento utilizado no auxílio à descontaminação com césio, foi usado no tratamento nas vítimas de Tchernóbil (O AZUL DA PRÚSSIA, 2008).

⁸ São utilizados no tratamento de hipertensão arterial (BATLOUNI, 2009).



Fonte: BORGES, Rogério (2018).

Houve grande cuidado ao enterrar o corpo dos contaminados. Após a autópsia, o cadáver era envolto em películas de plástico e folhas de chumbo (fabricadas para esta finalidade) e disposto nas urnas especiais. Os caixões de madeira maciça, internamente cobertos de chumbo, continham uma câmara de fibra e eram completamente lacrados (CUIDADOS DE RADIOPROTEÇÃO..., 2008).

Como afirma Vieira (2014), no dia do enterro de Leide e Maria Gabriela (as duas foram sepultadas juntas), algumas pessoas fizeram protestos pois, por desinformação, achavam que, caso fossem enterradas ali, na área urbana, as vítimas

poderiam contaminar toda a população do entorno. Pessoas jogaram pedras nos caixões e em quem estava no funeral. Eram cerca de duas mil pessoas reunidas com o intuito de impedir o enterro.

Ao longo do acidente, milhares de pessoas foram contaminadas ou irradiadas, e quatro óbitos oficiais foram anunciados. A pretexto de assistir os radioacidentados (e, possivelmente, controlar as informações referentes ao Césio), o governo de Goiás criou à época a Fundação Leide das Neves Ferreira (Funleide), que levou o nome da vítima infantil do acidente, uma criança de seis anos de idade.

O acidente com o Césio-137 foi classificado pela Escala Internacional de Acidentes Nucleares⁹ (INES) da Agência Internacional de Energia Atômica¹⁰ (AIEA) em nível 5. Nessa escala, os incidentes são classificados nos níveis de 1 a 3, e os acidentes de 4 a 7. Ao todo, o evento causou quatro mortes e a liberação de material radioativo no meio ambiente (ORGANISMO INTERNACIONAL DE ENERGÍA ATÓMICA, 2020).

Após a descontaminação dos locais atingidos, o governo se lançou ao que Telma Camargo da Silva (1998b) chamou de “descontaminação simbólica”. O conceito elaborado pela autora explica a tentativa de apagar o acidente da história da cidade. Indícios apontam para isso, como o fato de nunca ter se criado um memorial do acidente nem um monumento, nada que possa lembrar que algo de tamanha importância e gravidade aconteceu em Goiânia. A autora entende o acidente como um desastre, por seus efeitos sociais e políticos. Há ainda Vieira (2014), que o classifica como drama, considerando as consequências na vida das vítimas. Aqui trabalharemos com o conceito mais comum, de acidente, não deixando de destacar as demais interpretações. Além disso, lembramos que este foi um crime pelo qual as partes culpadas foram julgadas e condenadas – no caso, os médicos sócios do IGR e seu físico responsável (SOARES, 1997) –, e o Governo teve que arcar com todos os gastos financeiros da descontaminação e atendimento às vítimas.

⁹ De acordo com Melo e Silva (2012, p. 202), “essa escala, idealizada para a divulgação e a comunicação de risco para o público leigo sobre eventos ocorridos com material radioativo e nuclear ao redor do mundo, possui 7 graus, sendo o nível 7 aquele relativo aos acidentes de maior gravidade”.

¹⁰ Agência fundada com o objetivo de “acelerar e aumentar a contribuição da energia atômica para a paz, saúde e prosperidade em todo o mundo”, buscando reprimir sua utilização com fins militares. Sediada em Viena, na Áustria, a AIEA integra-se à ONU e é responsável por fiscalizar o uso de materiais atômicos, sendo incumbida de averiguar instalações nucleares de enriquecimento de urânio (FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO, 2015, p. 6).

O presente trabalho também busca contribuir com os estudos que lutam para que o acidente com o Césio-137 em Goiânia não seja esquecido. A ausência de conteúdo sobre o desastre na grade curricular das escolas municipais e estaduais é uma forma de excluir a memória do acidente da história da cidade e do estado. Primar por um bom ensino de história local e regional é muito importante, ainda mais no caso de um evento que teve grande repercussão no Brasil e no mundo, e sobre o qual há um desejo de silenciamento com vistas ao esquecimento. As vítimas ainda estão vivas e carregam consigo as consequências do desastre, em seus corpos, nas marcas e doenças que adquiriram, e ainda nos traumas, no sofrimento e nas perdas (de objetos significantes, de animais domésticos e até de familiares).

Há variados estudos sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia, escritos por diversos pesquisadores, de diferentes áreas. A maioria da bibliografia, porém, reproduz as numerosas interpretações sobre a catástrofe, ou seja, são narrativas voltadas a desvendar a fatorialidade do acidente. Durante as leituras, percebemos que essas histórias geralmente destacam as notícias da imprensa na época do acontecimento, o pânico gerado na população, a mistura de medo e preconceito.

Trazemos aqui uma proposta menos difundida, que é pesquisar especificamente o tratamento e a assistência que os radioacidentados receberam da Funleide (depois denominada Suleide e, finalmente, Cara) e a relação dessas pessoas com a instituição, analisando as várias narrativas e memórias em torno do pós-acidente. Na historiografia, há poucas análises, e todas versando sobre o período do acidente. Assim, nos centramos no pós-acidente, não tratando esse período como mero apêndice ou epílogo de uma narrativa sobre os fatos ocorridos em setembro de 1987. O período tratado aqui é demarcado de 1988, que é a data de institucionalização da Funleide, até 2011, que é o ano em que a instituição deixa de ser Suleide e passa a ser Cara. Como veremos, nesse processo também se separou a assistência às vítimas (realizada pelo CARA) da pesquisa científica sobre física médica, que ficou a cargo do Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos – Leide das Neves Ferreira (CEEPP-LNF) em 2011. Uma notável mudança de objetivos para a entidade.

Silva (1998a, 1998b, 1988c, 2002, 2004, 2010, 2017a, 2017b), Helou (2014, 2017) e Vieira (2014) trataram em suas obras o pós-acidente e a questão dos radioacidentados focando diferentes aspectos. O que há em comum entre as três autoras é que, além de analisarem o pós-acidente, elas levam em conta principalmente as

vítimas, seus sentimentos e reivindicações. Seus textos, portanto, ajudam a construir este trabalho, e através deles traçamos nossa rota sobre o acidente.

Como escreveu Certeau (2006, p. 66), uma prática sem teoria, não apenas em história, mas em qualquer área, nos levaria ao dogmatismo, a uma verdade absoluta, pois “é apenas a teoria que articula uma prática, a saber, a teoria que por um lado abre as práticas para o espaço de uma sociedade e que, por outro lado, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina”. Segundo o autor, a operação historiográfica envolve três fatores: lugar social, práticas científicas e escrita.

Certeau (2006) completa afirmando que a “verdade”, na história, depende da perspectiva do pesquisador. A subjetividade do autor é que dá as características próprias a seu trabalho no que tange às várias interpretações sobre determinado tema e as numerosas releituras. Cabe ao pesquisador, após a escolha do tema, buscar fontes e locais para começar uma análise da documentação, e em seguida fazer a seleção – através de leitura e análise – dos documentos que serão utilizados. “O ofício do historiador – a escrita da História – envolve o conhecimento de um método científico de trabalho, isto é, um conjunto de operações técnicas, com instrumentos e procedimentos que demandam uma necessária aprendizagem de critérios de cientificidade” (SAMARA; TUPY, 2007, p. 11). A investigação deve ser específica, pois pesquisamos apenas uma gota no meio do oceano. Umberto Eco (1985, p. 7) alerta para o vício de o estudante escolher uma tese abordando um tema muito amplo:

Teses desse tipo são perigosíssimas. Estudiosos bem mais velhos se sentem abalados diante de tais temas. Para quem tem vinte anos, o desafio é impossível. Ou elaborará uma enfadonha resenha de nomes e opiniões correntes ou dará à sua obra um corte original e se verá acusado de imperdoáveis omissões.

O pesquisador está fadado a cometer grandes erros se não limitar sua pesquisa. E Eco (1985, p. 10) ainda afirma que “quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha”. Por este motivo, ao invés de tentar abarcar todos os momentos do acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia e seus desdobramentos, optamos por trabalhar em profundidade uma determinada questão.

Os fatos humanos são entendidos em profundidade apenas pelas ciências humanas. Não se trata de menosprezar as ciências físico-matemáticas, mas essas foram insuficientes para entender o ser humano e suas ações. A história não explica tudo a todos, mas consegue compreender e explicar alguns fatos (ORTEGA Y GASSET, 1982) que são de grande importância para a memória e o desenvolvimento humano, pois só

conseguimos seguir em frente e vislumbrar nosso futuro quando compreendemos o nosso passado.

O trabalho do historiador é parecido com o do juiz. Para Paul Ricœur (2010), as teses de Ginzburg mostram isso: “mesma complementariedade entre a oralidade do testemunho e a materialidade dos indícios autenticados por perícias aprofundadas, (...) mesma perspicácia encontrada aplicada ao encontrar contradições” (RICŒUR, 2010, p. 332). Mas há diferenças entre o trabalho do historiador e o do juiz. Os historiadores têm o dever de explicar as diferentes interpretações de um acontecimento, e se agirem como juiz terão que concluir os fatos, estabelecer uma versão única com ares de verdade incontestável. Esse trabalho, no entanto, será sempre precário e suscetível a críticas (RICŒUR, 2010, p. 335).

A memória é um artefato da história que o historiador deve analisar para tentar estabelecer uma verdade, mesmo que relativa. Em nosso caso, é importante não esquecer o acontecimento, que é relevante para a memória de Goiás e para as vítimas do acidente, que até hoje sofrem com as consequências. Como afirma Rousso (2014, p. 272): “pode-se esquecer um bem sem grandes consequências, mas esquecer um crime seria cometê-lo uma segunda vez”.

O acidente é uma ranhura na imagem e na memória da jovem capital de Goiás, uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, construída na década de 1930 com o que havia de mais moderno na arquitetura e no urbanismo da época. Oliveira (2008) destaca essa ideia de modernização ligada à cidade, que despertou interesse no país. Os jornais foram os principais mensageiros a levar para fora as notícias de Goiânia. Naquela época, eram construídos na nova capital do estado edifícios considerados arranha-céus bem elaborados, ruas largas e outros elementos considerados arrojados para a época. Com o passar dos anos, até mesmo muitas dessas construções foram destruídas com o intuito de se fazer obras mais modernas.

Entretanto, Goiânia não conseguiu escapar das típicas contradições do desenvolvimento industrial e tecnológico. Como esclarece Beck (2011), a modernidade produz riquezas que vêm acompanhadas da produção social de riscos. Sabemos com clareza os benefícios, a comodidade e a praticidade trazidos pela modernidade. Em contrapartida, sabemos também dos inúmeros malefícios e prejuízos que esse processo trouxe. O ser humano criou monstros que não pode controlar por completo, e esses domínios que ainda nos escapam são exatamente os causadores de tragédias que poderiam ser evitadas se a ganância e o poder não fossem tão alucinantes. Como Beck

(2011) afirma, somos “uma civilização que ameaça a si mesma.” E esse é o caso da energia nuclear.

A partir da década de 1980, quando a modernidade prometeu avanços e progressos que não soube cumprir, Goiânia não fugiu à tendência de recorrer ao passado. Usou-se a tecnologia da época (computadores, chips etc.) para poder “guardá-lo”. Então, paulatinamente, o passado da cidade foi “retornando”, alguns monumentos históricos foram tombados e outros foram impedidos de ser destruídos (HUYSSSEN, 2000, p. 67). Como aponta Oliveira (2008, p. 254), “a preocupação em defender as tradições históricas não era vista” até esse momento.

Apesar dessa tentativa de recuperar e reelaborar a memória da cidade com o advento da modernidade¹¹, após a descontaminação dos locais atingidos pelo acidente com o Césio-137, o que se viu foi a minimização dos fatos ocorridos e a tentativa de apagá-los das memórias e, conseqüentemente, da história da cidade. Isso se manifestou até mesmo na quantidade de vítimas mapeadas no imediato pós-acidente, que eram 249, número ampliado para 1.324 através de reconhecimento da Justiça depois de batalha judicial. Só então esses radioacidentados conseguiram assistência do Estado.

Nesse contexto, observa-se uma articulação para diminuir a visibilidade do impacto do acidente com a subavaliação do número de vítimas. Não foi feito um memorial, um monumento ou museu em Goiânia; pelo contrário, nos locais onde ocorreu a contaminação foram erguidos outros prédios, ou simplesmente se concretou o lote, como na rua 57. Há apenas, em Abadia de Goiás, onde estão os rejeitos radioativos, o Museu do Césio-137, na CNEN, obra do governo federal.

Com isto é gerado o que Pollak (1989) chama de “disputa de memória”, em que os reprimidos (no interior de uma dinâmica rememorativa) lembram o evento primeiramente para submergi-lo no espaço íntimo e familiar, e depois, quando as condições passam a permitir a emergência de suas versões, para trazer uma nova interpretação dos fatos acontecidos, divergente do que é apresentado na memória oficial, tornando público o conflito entre reminiscências. Estas disputas colocam em oposição as vítimas – que alegam estar sofrendo conseqüências físicas e psicossociais do acidente – e a instituição médica – respaldada pela ciência e confirmada pelo

¹¹ Não venho aqui debater o conceito de modernidade, que apresento por ser uma ideia que ronda a história de Goiânia, mas não apenas. Trata-se de uma discussão que se relaciona à mentalidade eurocêntrica encontrada em nossa história. A modernidade é apresentada neste trabalho para apontar as conseqüências do uso da tecnologia nuclear e como os acidentes que a envolvem são prejudiciais à saúde física e mental das pessoas e ao meio ambiente, com efeitos que podem se prolongar.

discurso oficial do Estado –, que afirma que estes problemas não são referentes ao acidente, e sim doenças que qualquer ser humano pode desenvolver.

Foucault (1977) também contribui para pensar essa problemática, principalmente com sua obra *O nascimento da clínica*, em que discute o hospital como uma “tecnologia”, uma invenção histórica que materializa e articula o saber médico, que enquanto exercício de poder é empregado em uma ação disciplinarizadora e controladora. O saber médico advoga para si o monopólio sobre o conhecimento do corpo, e o hospital, por seu turno, materializa este discurso e amplia sobremaneira o poder emanado pelos saberes médicos, no sentido de tentar capturar a totalidade das linguagens concernentes ao corpo e transformá-las em práticas de controle total. A clínica se torna, na modernidade, uma instituição de experiência e saber que leva a erudição médica a controlar ações da sociedade, justamente por ser um estudo, uma ciência e, como tal, dotada de poder. O Estado, por meio da organização e das leis concernentes à medicina – e ao exercício dela – exercitaria certo poder sobre as massas, canalizado para o controle e o fomento de sociedades disciplinares.

Embora pertença a outro contexto histórico, a Funleide (e demais entidades que a sucederam) reproduz alguns desses elementos, atuando, ao longo de sua existência, no sentido de articular os saberes médicos com vistas ao exercício do poder. Ela é apresentada pelo Estado como entidade que canaliza positivamente este poder para organizar o atendimento e a assistência multidimensional e multidisciplinar às vítimas. Todavia, a entidade tem função disciplinarizadora no campo do corpo, tentando monopolizar os discursos possíveis sobre a saúde e a qualidade de vida dos radioacidentados.

Assim, se instaura uma lógica em que os radioacidentados não são pessoas aptas a falar sobre seus próprios corpos, cabendo tão somente à física médica tal tarefa. Esse exercício do poder – a serviço do controle e da disciplinarização da sociedade – e do saber médico não se produz sem fissuras, pois atrita em certos momentos com outros saberes especializados e científicos da área da saúde, como a psicologia, conforme veremos ao longo desta dissertação.

Outra tentativa de controle e disciplinarização operada por meio da Funleide se deu com as informações concernentes aos radioacidentados. A princípio, a fundação deveria centralizar a documentação e os dados sobre a saúde e a vida social das vítimas do acidente. À época da criação da Funleide, como veremos, essa medida foi apresentada como um grande benefício, um recurso para tornar eficazes as ações de

assistência. Entretanto, ela carregava em seu bojo o desejo de monopolizar o conhecimento sobre os radioacidentados, fortalecendo o poder investido aos saberes da física médica praticados na instituição e, conseqüentemente, silenciando questionamentos de outros discursos sobre os corpos das vítimas (como as falas delas mesmas). O fato de a entidade nunca ter construído um arquivo ou centro de documentação adequado para tornar essas informações públicas – dentro dos limites legais – fortalece essa perspectiva.

No entanto, como veremos, intentos e práticas disciplinares e de controle social nunca se efetivaram totalmente, e o mesmo aconteceu com os ideais positivos planejados para a Funleide e entidades que a sucederam. Ao longo de sua trajetória, esses órgãos do governo estadual abriram mão do monopólio sobre o atendimento médico às vítimas. Isso sinaliza tanto para o abandono do projeto inicialmente vislumbrado – à medida em que os impactos deixados pelo acidente foram mais bem dimensionados – quanto para os limites encontrados pelos gestores das entidades para concretizar os ideais primevos da fundação.

Limites ao exercício de um poder socialmente disciplinarizador do Estado pelo saber médico foram impostos pelos próprios radioacidentados. Eles não se conformaram em não ter autoridade para emitir discursos válidos sobre seus próprios corpos e constituíram entidades para se organizar e ocupar lugares no espaço público. Ocorreu com eles algo semelhante ao pontuado por Michel de Certeau (1998) no livro *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Nele, o autor mostra como, por meio de ações cotidianas e práticas culturais, as pessoas podem desobedecer a regras impostas pelas instâncias de poderes disciplinares e controladores, podendo, no limite, romper com essas regras. Segundo o autor, o exercício do poder visando a instauração ou manutenção de uma sociedade disciplinar e de controle não costuma se efetivar plenamente. Tais intentos esbarram nas formas como as pessoas lidam e se apropriam das práticas sociais e elementos de sua existência. Para Certeau, os seres humanos politizam seu cotidiano e resistem ao controle em processos nem sempre conscientes. As vítimas do Césio-137 agem nesse sentido, politizando sua vida cotidiana e lutando para romper o discurso e as normas impostas.

Para escrever este trabalho, realizou-se pesquisa de campo em duas instituições: Centro de Assistência aos Radioacidentados (Cara)¹² (localizado em Goiânia, no Setor

¹² Em 1999 a Funleide foi transformada em Suleide, que em 2011 foi também destituída, tornando-se duas instituições – Cara e CEEPP-LNF – que dão seqüência aos trabalhos da Funleide.

Aeroporto) e CNEN (localizada em Abadia de Goiás), duas instituições que guardam documentação sobre o acidente. A Funleide guarda documentação médica e um acervo riquíssimo sobre a institucionalização e o funcionamento da fundação, com documentos oficiais e alguns poucos jornais e livros sobre o acidente. Porém, há certa burocracia para o acesso, e nem toda a documentação está aberta aos pesquisadores. Já a CNEN é dotada de uma fabulosa biblioteca com livros sobre energia nuclear, textos acadêmicos, fotografias da época do acidente, notícias, hemeroteca com revistas, jornais nacionais e internacionais, entre outros. Toda esta documentação está disponível ao público em geral, sem grandes burocracias.

Desde a graduação trabalhamos com o acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia, com enfoque na história da Fundação Leide das Neves Ferreira e toda a estrutura montada para atendimento aos radioacidentados. Ao final da graduação, produzimos a monografia intitulada *Funleide, Suleide e C.A.R.A: uma história das instituições criadas pelo governo de Goiás após o acidente com o Césio-137 em Goiânia* (CABRAL, 2017), defendida no curso de bacharelado em história da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob a orientação do prof. dr. Rildo Bento de Souza.

Naquela oportunidade, dividimos o trabalho em dois capítulos: o primeiro trouxe um histórico do acidente, e o segundo a história da instituição. Para isto, levantamos documentação junto ao Cara e à CNEN. Os documentos selecionados para aquela pesquisa também compõem o escopo documental desta dissertação, juntando-se a outras muitas e novas fontes.

Também foi necessário pesquisar o Arquivo Histórico Estadual de Goiás, mas lá só foram encontrados compilados de jornais do período do acidente (1987). Esse tipo de dossiê, com compilados de jornais, também estão disponíveis na CNEN, onde são bem mais numerosos e se estendem por vários anos. Também visitamos o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, porém não obtivemos resposta ao pedido que fizemos.

Os relatórios médicos produzidos e fornecidos pela Funleide foram de grande importância para o segundo capítulo desta dissertação. Através de sua leitura, percebemos como funcionava a fundação (e como funciona hoje o Cara), os serviços prestados às vítimas e as necessidades da instituição. Procuramos não perder de vista que esta é uma documentação oficial sobre o acidente e as medidas tomadas quanto a ele, não sendo uma “verdade inquestionável”, mas uma narrativa específica.

Como parte das fontes, utilizamos dois dossiês sobre o acidente. O primeiro é um compilado de notícias de *O Popular*¹³ produzido pelo Instituto Brasil Central (Ibrace)¹⁴ em 1988 e cedido pela profa. dra. Suzane de Alencar Vieira. O segundo, produzido em 1993, encontra-se no acervo da Funleide e apresenta a luta das vítimas para conseguir atendimento médico. Trata-se de um compilado de notícias publicadas por jornais em 1992 sobre as consequências do desastre para as pessoas atingidas. Os dossiês são especiais para esta pesquisa, pois não revelam apenas a visão jornalística sobre o acidente, mas o uso que os radioacidentados e entidades da sociedade civil de Goiânia fizeram da imprensa. Eles selecionaram matérias e, através dessa seleção, (re)construíram uma narrativa com esses materiais jornalísticos.

Além das notícias dos dossiês, trabalhamos com diversos tipos de mídia, utilizando-as como fontes históricas. Embora já tenha sido muito usada para estudar o acidente com o Césio 137 em Goiânia, essa tipologia documental foi importante para apresentar os embates entre as vítimas e a Funleide. Assim, tratamos no terceiro capítulo de algumas notícias selecionadas no acervo jornalístico da CNEN, analisadas em seus conteúdos textuais e imagéticos.

Recorremos à imprensa por entender que este tipo de material tem algo a revelar sobre a temática estudada. Hoje, jornais e revistas são fontes de pesquisa, apesar de a imprensa ter sido por muito tempo menosprezada pelos pesquisadores, que utilizavam apenas documentos oficiais, considerados verdadeiros. Como observa Tânia Regina de Luca (2008), esta tendência modifica-se em fins do século XX, quando o conceito de documento é revisado pelos historiadores, tornando-se mais amplo. O documento histórico passa a ser tudo aquilo que o pesquisador seleciona para compor o trabalho: fontes escritas, imagéticas e orais, entre outras. Tal percepção também é compartilhada pelas historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto (2007, p. 255), grandes defensoras do uso da imprensa como fonte histórica:

Assim, é neste processo de ampliação de nossa compreensão sobre as fontes que os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente a imprensa como documento de pesquisa e material didático para o ensino. Nesse período, a imprensa periódica, seja nas suas variedades históricas e de

¹³ Jornal impresso de Goiânia, que será apresentado com mais detalhes no terceiro capítulo.

¹⁴ Durante a Eco-92 foi assinado o Tratado dos Cerrados com o objetivo de defender o bioma brasileiro, surgindo assim a Rede Cerrado, que tem várias entidades associadas pelo país. Localizado em Goiânia, o Ibrace é uma destas entidades. Entre seus objetivos está a defesa da cidadania, dos direitos humanos, dos grupos indígenas e do meio ambiente. A instituição desenvolve cursos e pesquisas que defendem estes princípios. Disponível em: <https://redecerrado.org.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

veículos, grandes jornais diários, jornais regionais e locais, revistas nacionais, revistas de variedades, culturais, especializadas ou militantes, gibis, jornais alternativos ou de humor; seja em suas diferentes partes e seções, como editoriais, noticiário corrente, carta de leitores, seção comercial, artigos assinados; ou ainda, nos diversos gêneros e linguagens que se articulam nos veículos, como artigo de fundo ou editorial, a notícia e a reportagem, as crônicas, críticas e ensaios, as cartas e pequenos comentários, a fotografia, o desenho e a charge, o classificado e o anúncio comercial – tem sido amplamente utilizada na pesquisa acadêmica e no ensino de história.

Como destacado por Cruz e Peixoto (2007), a imprensa não foi criada para análise do pesquisador, mas escolhida pelo historiador para este fim. Assim, o material pode responder as questões do investigador, mas não traz uma história pronta. Para que este trabalho seja feito de forma profícua, deve-se aplicar as teorias e metodologias adequadas. As autoras apresentam então um roteiro de como analisar a imprensa, tratando-a devidamente como fonte histórica. Em linhas gerais, elas sugerem que não se faça apenas a necessária análise crítica das matérias jornalísticas (textos e imagens), mas que também se leve em consideração quem produz o conteúdo analisado, quais são as disputas políticas em que os veículos de comunicação se inserem (e como se dá essa inserção), quais campanhas movem, como lidam com a dinâmica financeira (venda de assinaturas e patrocínios), dentre outros aspectos. Em síntese, para as autoras, não se deve tomar jornais e revistas de maneira ingênua, como simples reflexo da realidade, mas como meios que buscam intervir na realidade e viabilizar determinados projetos.

Por fim, para terminar nosso levantamento documental, contatamos o ex-presidente da Associação das Vítimas do Césio-137 (AVCésio), Odesson Alves Ferreira, que nos disponibilizou textos originalmente escritos para serem lidos nas assembleias em que o grupo se reunia. Estes documentos não oficiais são de grande importância para compreender a visão das vítimas sobre a Funleide, suas reivindicações e a denúncia das falhas da entidade. O presidente da Associação dos Militares Vítimas do Césio-137 (AMVC-137), tenente Carneiro, nos cedeu os periódicos *Revista Idealismo* e *Voz Atrás da Farda* e a *Fotorreportagem do acidente radioativo de Goiânia*, que serão analisados e explicados no terceiro capítulo. Estas fontes nos ajudam a trazer memórias das vítimas que permeiam todo o terceiro capítulo e revelam elementos da complexa relação da imprensa com os radioacidentados, que vai muito além da simples tentativa de manipulação de informações.

Livros, capítulos de livros e artigos, acadêmicos ou memorialísticos, completam o acervo necessário à pesquisa. Foi essencial a autora Telma Camargo da Silva (1998a, 1998b, 1998c, 2002, 2004, 2010, 2017a, 2017b), que trabalha com as questões sociais

do Césio-137, analisando o discurso das vítimas e as consequências do acidente de 1987 – os danos físicos e psicológicos, bem como a descontaminação simbólica, ou seja, como o governo e as instituições ligadas ao acidente tentam minimizar os rastros dos impactos negativos na cidade de Goiânia. Também foi importante Suzane de Alencar Vieira (2014), que trabalha com os radioacidentados perguntando-se o que significa ser vítima do Césio-137 e quem são as pessoas afetadas, pois há aqueles que foram contaminados antes da descoberta do material radioativo e os que já sabiam do acidente, mas sem conhecimento de como se proteger por não serem informados sobre os riscos do Césio-137. Esse é o caso dos profissionais que foram mandados às áreas afetadas para descontaminar e ajudar as primeiras vítimas.

Todos esses materiais (bibliografia, fontes, referenciais teóricos e metodológicos) nos auxiliaram a delinear nossa problemática de pesquisa. Em Goiânia, existem três grandes versões institucionais sobre o acidente e suas consequências. A primeira é a da União, tendo como órgão principal a CNEN, que participou de toda a descontaminação, criando um local adequado em Goiás, na cidade de Abadia, para depositar e monitorar os rejeitos radioativos. Essa narrativa coloca o CNEN e seus técnicos como grandes protagonistas, por conta do trabalho que fizeram.

A segunda versão é a do Governo do Estado de Goiás, tendo como braço direito a Funleide, que é controlada pelo estado e foi criada para atender os radioacidentados no que fosse necessário. É ela que detém toda a documentação sobre as vítimas, o quantitativo de radioacidentados e os laudos médicos. Desde sua criação, o discurso da entidade é evasivo, pois manteve apenas 249 vítimas oficiais em um primeiro momento. A intenção parece ser restringir ao máximo este número, que, por sinal, na época, foi muito baixo, considerando as 1.324 vítimas que são atendidas hoje. A fundação não levou em conta a grandiosa dimensão do acidente e como ele poderia se agravar anos depois.

Por último, temos as narrativas das vítimas do Césio-137, que reivindicam direitos como atendimento médico/psicológico, ajuste das pensões de acordo com o salário mínimo e inclusão no atendimento de pessoas consideradas vítimas mas que na época do acidente não tinham sido identificadas pela Funleide. Para fazer frente às negações da fundação e lutarem por reconhecimento e assistência, as pessoas afetadas criaram a Associação das Vítimas do Césio-137 e a Associação dos Militares Vítimas do Césio.

Nossa metodologia foi confrontar memórias de diferentes instituições ligadas às vítimas à narrativa do governo de Goiás. Assim, ao longo desta dissertação, apresentaremos os documentos oficiais do estado de Goiás fornecidos pelo Cara e o discurso que a fundação traz consigo. Em contraste, traremos as reclamações das vítimas, seu ponto de vista sobre o acidente e o atendimento fornecido pela instituição. O objetivo não é tratar do acidente como um todo, mas focar na multiplicidade de olhares e memórias sobre a assistência prestada às vítimas. Por essa razão, prescindimos de problematizar a CNEN, não envolvida diretamente na Funleide e demais entidades que a sucederam.

Nossa problemática, portanto, indaga o campo de disputas que se formou em torno das memórias da assistência prestada pela Funleide, Superintendência Leide das Neves Ferreira (Suleide) e Cara às vítimas do acidente. Assim, buscamos entender como diferentes versões do passado revelam as contradições inerentes a essas instituições assistenciais e a forma como as vítimas – e em alguns momentos os funcionários – vivenciaram o trabalho por elas realizado. Também procuramos entender a dimensão política dessas narrativas e como se delineiam projetos e a luta social por meio do ato de recordar.

Para dar conta de todas essas questões, dividimos esta dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado “A historiografia do acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia: o medo como fio condutor, a imprensa como fonte privilegiada”, analisamos o acidente através de algumas obras – livros, dissertações e teses, entre outras – escritas por autores de áreas das ciências humanas e da psicologia. Refletimos também sobre a descontaminação dos locais atingidos e a descontaminação simbólica, tratada por Silva (1998b) e Vieira (2014), analisando como esses autores observaram as consequências da tragédia tanto para a cidade de Goiânia quanto para as vítimas. A história do acidente que será apresentada nesse primeiro capítulo é o desenrolar de leituras que fiz me guiando pelas seguintes questões: 1) Ainda é cabível um trabalho sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia?; 2) Nessa historiografia, qual o espaço ocupado pelo período posterior ao acidente e pela assistência às vítimas?

O segundo capítulo, cujo título é “Instituições governamentais e os serviços prestados aos radioacidentados: sondando memórias oficiais”, trata das relações entre história e memória, presentes na trajetória da instituição criada pelo governo para atender os radioacidentados, no caso a Funleide, mais tarde Suleide e por fim Cara e CEEPP-LNF – pois a Suleide se desmembrou em duas instituições. A entidade é e foi

de suma importância para o desenvolvimento de investigações relacionadas a acidentes nucleares e ao elemento químico Césio-137 e para o atendimento prestado às vítimas, não só físico, mas psicológico e social, reunindo profissionais engajados nos cuidados prestados aos radioacidentados e na pesquisa. A documentação que este órgão detém é de grande relevância para futuras pesquisas. Os principais objetivos deste capítulo são: analisar as transformações pelas quais esse órgão estadual passou ao longo do tempo, como ocorreu o acompanhamento das vítimas, como foram construídas as memórias oficiais do Estado sobre as entidades assistenciais e como o trabalho foi realizado. Com base na análise da documentação serão expostas neste capítulo as incoerências da instituição e os problemas enfrentados por ela.

No capítulo, mostramos como a instituição foi criada especificamente para atender os radioacidentados e desenvolver pesquisas científicas sobre o assunto, mas, ao longo de sua trajetória, acabou se limitando a ser uma clínica de atendimento, distanciando-se do projeto inicial que vislumbrava a entidade como um centro de excelência em física médica. Originalmente, a fundação deveria promover eventos, palestras e congressos nacionais e internacionais sobre o acidente, trazendo pesquisadores de fora do país e fazendo convênios com instituições de todo o mundo.

No terceiro capítulo, “As várias e dissonantes memórias sobre o pós-acidente e a assistência prestada pela Funleide, Suleide e pelo Cara: dos radioacidentados aos profissionais da saúde”, tratamos da relação das vítimas com a Funleide, buscando entender como elas veem a instituição, como se relacionam com ela e qual é a assistência de fato prestada aos radioacidentados. Nesse terceiro capítulo, buscamos confrontar as memórias instituídas pelo estado de Goiás sobre a criação e atuação das entidades de assistência às vítimas com as diferentes memórias construídas pelos radioacidentados e suas entidades de representação. Também refletimos sobre as recordações de funcionários que trabalharam na fundação e demais instituições. A ideia central do capítulo é dar visibilidade à multiplicidade de memórias sobre as instituições estaduais de assistência às vítimas, com foco nas vozes dissonantes.

1. A HISTORIOGRAFIA DO ACIDENTE COM O ELEMENTO CÉSIO-137 EM GOIÂNIA: O MEDO COMO FIO CONDUTOR, A IMPRENSA COMO FONTE PRIVILEGIADA

O acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia indiscutivelmente impactou sobremaneira a sociedade brasileira de fins da década de 1980, e a questão adquiriu localmente contornos dramáticos. Em função disso, desde cedo começaram os estudos sobre a catástrofe, somando hoje um conjunto não desprezível de trabalhos, elaborados por diferentes campos do saber científico em localidades diversas do Brasil.

Neste capítulo, destinado à descrição do estado da arte no caso do Césio-137, selecionamos e analisamos alguns importantes trabalhos sobre o tema; aqui não contém todos os trabalhos já escritos sobre o acidente, mas sim, alguns que achamos relevantes para se fazer esta investigação,¹⁵ que dialogam mais diretamente com nossa proposta, seja por utilizarem fontes hemerográficas, seja por se preocuparem com a assistência prestada às vítimas. Eles servem para entendermos os rumos seguidos pela discussão sobre o acidente, as áreas que mais se dedicaram ao assunto, as questões recorrentes e as fontes mais utilizadas.

Apresentamos aqui dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos, livros de vários autores de áreas diferentes: sociólogos, antropólogos e historiadores que se dispuseram a pesquisar o acidente. Com base neles, traçaremos um panorama da pesquisa sobre a catástrofe ocorrida em Goiás em 1987, dividindo a reflexão por área do saber. Ao longo de todo o texto, buscamos respostas para a seguinte pergunta: seria cabível, necessária e viável uma pesquisa sobre a Fundação Leide das Neves Ferreira (Funleide) e a assistência às vítimas do acidente, diante de um conjunto significativo de trabalhos que já visitaram a história do acidente.

¹⁵ Há outros trabalhos sobre o acidente: **O espaço romanesco e a personagem em pão cozido debaixo da brasa**, de Miguel Jorge – mestrado em história da linguagem por Carla Reis de Oliveira (2015); **A notícia como discurso: a cidadania representada pela mídia impressa no acidente radioativo de Goiânia** – mestrado em comunicação por Arnaldo Alves Ferreira Júnior (2010); **A representação visual do grupo Pincel Atômico em Goiás na década de 1980** – mestrado em história por Nathália de Freitas (2014); **Impressões e ações de professores que visitaram o Centro Regional de Ciência Nucleares do Centro-Oeste: duas décadas do acidente com o Césio-137 em Goiânia** – mestrado em educação em ciências e matemática por Giovanni Grassi (2010); **Qualidade de vida e sintomas depressivos em indivíduos expostos ao Césio-137, em Goiânia** – mestrado em ciências da saúde por Silvana Cruz Fuini (2012); **A série Césio-137 – Goiânia Rua 57, de Siron Franco: o uso da imagem na compreensão histórica** – mestrado profissional em história, cultura e formação de professores de Catalão por Andressa Maria dos Santos (2017); **Césio-137, trinta anos depois: silenciamento discursivo de uma tragédia** – mestrado em letras e linguística por Célia Helena Vasconcelos (2019).

1.1 O olhar sociológico sobre o acidente: refletindo sobre relações sociais e políticas públicas

Uma das áreas que se dedicou ao estudo dos impactos do acidente com o elemento Césio-137 foi a Sociologia. Encontramos dois trabalhos da área que dedicaram parte de suas atenções ao tema: a tese de doutorado de Eliézer Cardoso de Oliveira, *As representações do medo e das catástrofes em Goiás* (2006), e a dissertação de mestrado de Tania Mara Alves Barbosa, *A resposta a acidentes tecnológicos: o caso do acidente radioativo de Goiânia* (2009).

Ambos possuem como ponto comum a atenção às relações sociais, situando em termos de classes sociais as ações desenvolvidas no interior da tragédia, e a reflexão sobre políticas públicas. No caso de Oliveira (2006), problematizam-se as políticas públicas de urbanização que privilegiaram a construção de áreas verdes em Goiânia, entendidas como uma tentativa de construção de uma imagem positiva da cidade após o acidente. Barbosa (2009), por seu turno, discute a gravidade da falta de uma política pública adequada para lidar com grandes acidentes tecnológicos.

Especificamente na tese de Oliveira (2006), constatamos algumas páginas de um capítulo dedicado ao tema Césio-137. Embora seja uma pequena contribuição à discussão, seu peso é indiscutível, ao verificarmos a importância do autor para as áreas de Sociologia e História no estado de Goiás. Sem dúvida alguma, Oliveira é uma referência deves importante para se pensar a história e a historiografia de Goiás.

Em sua tese, o autor problematiza o discurso de modernização em torno da cidade de Goiânia, construída nas décadas de 1930 e 1940 para reverter a imagem negativa do estado de Goiás, que há muito era sinônimo de atraso, ruralização e incivilização. Quando a mudança da capital brasileira foi cogitada, no contexto pós-revolução de 1930, a elite goiana viu nesse acontecimento a necessidade de mostrar aos demais estados do país que não era rústica e nem asselvajada e, portanto, a região estaria apta a receber o novo Distrito Federal, cujo espaço já havia sido demarcado no final do século XIX. Até então, nos jornais e nos programas de televisão, Goiás era retratado como um estado arcaico.

A criação de Goiânia em 1930 – ocorrida antes de Brasília – foi planejada de acordo com uma visão de modernização do estado. A elite estadual viu na edificação da nova capital uma possibilidade de mudar a imagem que era passada de Goiás para os

demais estados brasileiros. Os jornais levavam para os outros estados informações sobre o que se passava em Goiás, como Goiânia seria construída e o que já existia.

Nas festividades que marcaram a inauguração de Goiânia em 1942, o chamado Batismo Cultural, ela foi elogiada pelos visitantes, considerada uma cidade moderna. Nesses dias a cidade recebeu a visita de mais de 1.633 pessoas provenientes de várias unidades federativas do país e cerca de 140 pessoas de outras nacionalidades. (OLIVEIRA, 2006, p. 231).

As tentativas da elite de mudar essa visão negativa sobre Goiás eram muitas e diversificadas, porém não obtiveram muito êxito. A mudança da capital de Goiás para Goiânia teve grande repercussão nacional apenas no início. “Nos anos que sucederam o Batismo Cultural, Goiânia não brilhou tanto fora de suas fronteiras, a não ser por acontecimentos mais pontuais” (OLIVEIRA, 2006, p. 231).

O autor prossegue afirmando que uma imagem de modernidade sobre Goiânia só se estabelece entre as décadas de 1960 a 1980, como fruto de intensos investimentos das elites estaduais. Antes disso, o discurso modernizador esbarrava nos notáveis problemas estruturais da cidade. Somente após o decênio de 1960 a população começou a crer que Goiânia havia trazido modernidade a Goiás.

Toda essa ideia de modernização que girava em torno de Goiânia, para Oliveira (2006), foi dissolvida quando veio à tona o acidente com o Césio-137. O acidente foi uma grave avaria à imagem que se tentou construir da cidade. As notícias que correram nem sempre apresentavam informações corretas, que, somadas à ignorância dos efeitos da radioatividade sobre os seres humanos e ao medo, levaram a reedificação de um imaginário de Goiás como lugar perigoso e de degradação. Os jornais muitas vezes expressaram o acontecimento da pior forma, chegando a comparar o acidente brasileiro com a explosão do reator na Usina de Chernobyl, que ocorreu em 1986, quase um ano antes do Césio-137 e de proporções muito maiores. As notícias sobre Goiânia se espalharam para todo lado, nacional e internacionalmente.

Oliveira (2006) destaca que, como resposta das elites goianas, a partir de então o discurso em torno de Goiânia mudou completamente. Ela passou a ser retratada como uma cidade preocupada com a natureza e o bem-estar de seus moradores e visitantes. Como sustentação do seu argumento, Oliveira apresenta os guias telefônicos que antes eram produzidos com frases e imagens enaltecendo a arquitetura goianiense, tomando-a como símbolo maior de modernidade e, após o acidente, passaram a exibir a

preocupação com a preservação da natureza e o bem-estar social. Segundo o autor, algo também ocorreu nos discursos dos jornais.

Para fortalecer sua ideia, Oliveira (2006) retoma o primeiro plano diretor de Goiânia, escrito em 1933, em que é apresentada uma concepção ecológica para se aplicar à cidade. Planejava-se então a edificação de bosques, parques, ruas arborizadas, enfim, uma grande extensão de área verde. Entretanto, entre 1950 e 1970 essas áreas foram reduzidas ou extintas. A preocupação com o meio ambiente, entendido como associado à qualidade de vida, somente volta a ascender após o acidente.

[...] a mudança de imagem de Goiânia em direção à ecologia foi responsável pela recuperação da imagem positiva da cidade, externamente abalada após o acidente radioativo em 1987. Em 1996, Goiânia ganhou o título de “Cidade Ecologicamente Correta pela Sociedade Brasileira de Valorização ao Meio Ambiente”. (OLIVEIRA, 2006, p. 242).

Observa-se, ao longo de sua tese, que o autor enfatiza uma relação entre a ideia de modernidade posta em Goiânia e a mudança desse princípio em função do acidente com o Césio-137. A solução para reconstruir a imagem positiva da cidade seria o discurso de cidade ecológica, como uma resposta não só ao acidente, mas ao exagero e sensacionalismo presente na cobertura jornalística da catástrofe – principalmente a comparação com Chernobyl –, tornando-a mais aterrorizante à população goianiense e brasileira em geral. Tal imagem foi muitas vezes difundida nos meios de comunicação internacionais e, portanto, a questão ecológica é usada para afirmar que a cidade oferece qualidade de vida e que superou a contaminação radioativa.

Outro ponto enxergado pelo autor são os conflitos sociais decorrentes do acidente. Goiânia foi foco de preconceito e discriminação durante essa época; muitos acreditavam que ao se aproximarem de qualquer pessoa da cidade sofreriam contaminação. A economia foi muito afetada porque alguns estados pararam de comprar alimentos goianos motivados por este erro: “[...] O acidente radioativo provocou a maior discriminação da história de Goiânia” (OLIVEIRA, 2006, p. 237). O acidente, portanto, não causou consequências apenas para as pessoas que foram contaminadas, mas também aos moradores do estado, principalmente os de Goiânia.

Outros conflitos, decorrentes do preconceito com os contaminados, se deram no interior da própria sociedade goianiense. Algumas pessoas que foram desabrigadas por causa da contaminação tentaram alugar casas na cidade e não conseguiam, pois alguns proprietários não permitiam. Até mesmo os familiares de contaminados não foram

condolentes. O valor dos aluguéis nas regiões afetadas caiu muito, a venda de imóveis era quase nula. Muitas pessoas que passariam temporada em Goiás, seja em Caldas Novas, Pirenópolis ou outro destino turístico, cancelaram as reservas de hotéis e pousadas; vários voos marcados foram cancelados.

Ademais, shows e outros eventos foram cancelados, pois temia-se que a contaminação se espalhasse. Em outras unidades federativas, carros com placas goianas eram apedrejados. Goianienses que iam para outros estados tinham que apresentar um documento assinado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), para comprovar que não estavam contaminados. Algumas vítimas que trabalhavam como autônomas foram perdendo credibilidade por causa do acidente, e com isso, a renda familiar caía; outras foram afastadas de seus empregos.

A economia do estado não foi afetada só pela queda da venda de produtos de Goiás para outros estados, mas também pelo dinheiro que o governo estadual gastou comprando os materiais para a descontaminação dos locais-foco do acidente e construindo local apropriado para abrigar os rejeitos.

A tese de Oliveira (2006), portanto, produzida na área de Sociologia, discute como o medo da contaminação radioativa se materializou em conflitos e preconceitos, envolvendo contaminados e não contaminados, no interior da sociedade goiana e, em outra direção, goianos e populações de outros estados. Como resposta a má fama obtida por Goiânia e pelo estado como um todo, na ocasião, investiu-se em um discurso de qualidade de vida, associado à preservação do meio ambiente, muito em voga depois da Eco-92.¹⁶ A cidade verde, de qualidade de vida, dos parques e da arborização urbana superaria a cidade contaminada por elementos radioativos. Essa estratégia, como bem aponta o autor, foi levada a cabo pelas elites regionais como forma também de contornar os prejuízos econômicos ocasionados pelo acidente. Trata-se, portanto, de um estudo preocupado com a tríade Goiânia, acidente com o elemento Césio 137 e relações sociais (conflituosas).

Barbosa (2009), em sua dissertação de mestrado, trabalha com os elementos científicos presentes no acidente, propondo uma importante reflexão sobre os riscos e

¹⁶ Eco-92 ou Rio-92 – pois ocorreu no Rio de Janeiro em 3 de julho de 1992 e prosseguiu por 11 dias – foi uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, buscando a visão de um desenvolvimento sustentável. O evento reuniu 178 países e organizações não governamentais (ONGs) convidadas pela ONU. Na ocasião foram apresentadas propostas, acordos, opiniões convergentes e divergentes a respeito do assunto (OLIVEIRA, 2012).

impactos da tecnologia sobre a sociedade. Enfoca questões políticas, sociais e econômicas presentes nesse tipo de acidente, entre eles o do Césio-137.

A socióloga inicia sua dissertação de mestrado diferenciando o significado de duas palavras: incidente e acidente. A primeira significa algo inesperado e desagradável; já a segunda, um evento catastrófico. Logo, o conceito de incidente foi utilizado pelo Estado e por parte da mídia durante o evento com o Césio-137 para tentar diminuir o teor de sua gravidade, fazendo-o passar por um acontecimento efêmero e de fácil solução. Tentava-se criar a noção de que o Brasil estava preparado para algo assim, devendo as vítimas receber atendimento adequado.

Outros autores afirmam que os termos se distinguem na prática: em um incidente há erros ou equívocos que poderiam ocasionar uma catástrofe, mas por algum motivo, o evento que o transformaria em um acidente não chega a efetivar-se. Por outras palavras, mesmo quando deixa alguma consequência, esta não terá o alcance de um acidente. (BARBOSA, 2009, p. 17).

Ou seja, a autora critica as tentativas de minimização dos impactos do acidente, termo amplamente aceito hoje para designar o caso. No primeiro capítulo da dissertação, a autora traça um panorama dos acidentes tecnológicos sem menosprezar aqueles que não envolvem radioatividade ou tecnologia nuclear. Depois disso, cria-se uma nomenclatura para designar eventos de maiores e menores proporções; para a autora, não se deve ignorar os acidentes de menores impactos, mas sim dar mais atenção aos acidentes de maiores impactos, considerando as potenciais consequências futuras, pois uma tragédia nuclear ou radioativa necessita de tratamento e análise diferentes dos demais acidentes, principalmente pelo seu letal alastramento. Por este motivo, o caso que ora analisamos deve ser considerado um fato de maior proporção e, portanto, acidente e não incidente.

Barbosa (2009) destaca que a maioria dos acidentes ocorre dentro de fábricas e são individuais, ou seja, afetam apenas a pessoa que manuseou erroneamente um produto ou ferramenta. São justificados pelos setores de segurança do trabalho das indústrias como decorrentes de falha humana ao manusear esses componentes, em que o personagem é sempre um trabalhador de baixa renda. A autora critica o componente social desses episódios, uma vez que se culpabiliza o próprio trabalhador pelo acidente sofrido.

Barbosa apresenta ainda o medo por falta de conhecimento da população que vive no entorno de indústrias que manipulam materiais pesados, os quais podem afetar o meio ambiente e trazer consequências gravíssimas à saúde da população. Menciona ainda em seu trabalho dois acidentes, o de Seveso, na Itália, que ocorreu em 1976, e o de Bhopal, capital do estado de Madhya Pradesh, na Índia, ocorrido em 1984. O primeiro foi a liberação no meio ambiente de triclorofenato de sódio, soda cáustica e solventes, com a explosão de um reator na unidade industrial química de Industrie Chimiche Meda Società Azionaria (ICMESA). Os produtos químicos se espalharam não só pela periferia de Meda, sua localização, mas até Seveso (comunidade vizinha) e outros municípios. Alcançou um raio de 6,1 km, gerando uma nuvem tóxica. Isso aflorou o medo da população, que desconhecia os riscos.

O acidente de Seveso representou [...] o início da configuração de uma política internacional para a prevenção e tratamento de acidentes de grande proporção, com a definição, pela Europa comunitária, da “Diretiva Seveso”, que prioriza em várias passagens, o direito do público ao acesso a informações sobre os riscos associados a certos tipos de atividade industrial e ao uso de certos tipos de substâncias. (BARBOSA, 2009, p. 25).

No segundo acidente, de Bhopal, ocorreu um vazamento de quarenta toneladas de gás na multinacional norte-americana Union Carbide Indian Limited (Ucil), fábrica de pesticidas e agrotóxicos. Estima-se que nos três primeiros dias do ocorrido, 8 mil pessoas já tinham ido a óbito: “[...] foi um evento que abriu um intenso debate sobre seus impactos e trouxe consigo a necessidade de se rediscutir a urgência de construção de estratégias preventivas e de assistências às vítimas em caso de ocorrências similares” (BARBOSA, 2009, p. 25-26).

Ambos são caracterizados como acidentes químicos ampliados, pois ultrapassaram os espaços das fábricas, atingiram e prejudicaram o meio ambiente e os moradores do entorno. Como o socorro às vítimas era insuficiente nesses casos, começaram a se intensificar os debates e eventos que visavam organizar uma política para atender a este tipo de emergência. Entendia-se que não só a empresa deveria assumir responsabilidades, mas o Estado também deveria arcar com as consequências, pois havia permitido as instalações. Porém, o Estado tenta se eximir de responsabilidades principalmente quando o acidente ocorre em empresas privadas. Assim, Barbosa (2009) insere o acidente com o Césio-137 em um conjunto mais amplo

de acidentes envolvendo elementos industriais e tecnológicos, deixando claro que sua letalidade não se resume ao potencial negativo da radioatividade.

No terceiro capítulo de sua dissertação, a autora se debruça sobre o acidente com o Césio-137. Ao chegar à questão de descontaminação enfatiza que, assim como nos demais acidentes abordados em seu trabalho, faltou o repasse de informações importantes às pessoas que trabalharam na descontaminação, expondo-as a graves riscos.

Para realização dos trabalhos de assistência e descontaminação, foram recebidos trabalhadores voluntários das mais diversas áreas, e também designados funcionários públicos de diversos órgãos estaduais (que estivessem dispostos a realizar o trabalho), sendo estes provenientes da Organização de Saúde do Estado de Goiás – OSEGO, Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A-CRISA, PM-GO, entre outros. O apoio federal se deu especialmente por meio da CNEN, Centrais Elétricas S.A-FURNAS, Nuclebrás, Defesa Civil e a ala de emergência do HNMD.

É de notar que muitos dos envolvidos nestes trabalhos não tinham noção da gravidade da situação, estando vulneráveis à contaminação na medida em que não utilizavam equipamento de proteção individual, e não foram notificados dos riscos de exposição. (BARBOSA, 2009, p. 49).

Conforme é possível notar, Barbosa (2009) destaca como voluntários foram utilizados em virtude da falta de uma força devidamente preparada para lidar com acidentes de grande potencial de contaminação e letalidade. Por outro lado, esses voluntários não foram devidamente preparados e instruídos para lidar com a situação, o que resultou na contaminação de muitos deles.

A autora também entra nas questões de saúde pública que pontuaram o acidente radiológico de Goiânia. Relata que o atendimento médico, no início do acidente, dividiu as vítimas em grupos, de acordo com o grau de necessidade médica.¹⁷ Psicólogos foram necessários ao tratamento das vítimas, pois muitas sentiram fortemente os impactos das perdas materiais e até mesmo de parentes, além de terem que lidar com o preconceito nas ruas.

Portanto, o trabalho da autora se situa em um debate sobre a necessidade de estruturação de políticas públicas de prevenção a grandes acidentes envolvendo componentes tecnológicos. O caso do Césio-137 é estudado como um dos grandes

¹⁷ Voltaremos à questão sobre a divisão das vítimas em grupos mais adiante.

acidentes do gênero ocorridos no mundo, permitindo-nos visualizar as questões analisadas e defendidas pela autora.

Por fim, podemos afirmar que Barbosa (2009) utiliza o conceito de acidente ampliado¹⁸ para caracterizar o acidente com o Césio-137, mostrando um pouco de como foi o atendimento médico e psicossocial às vítimas no período do desastre. A autora analisa acidentes tecnológicos com foco no Césio-137 apresentando as consequências para as vítimas e para o meio ambiente. Destaca a maneira como este tipo de tragédia está envolvida em um campo de irresponsabilidades, atingindo geralmente a população trabalhadora. Defende que essas vítimas, pertencentes a grupos afetados pelos acidentes tecnológicos, devem receber prontamente atendimento médico e ressarcimento do que lhes foi tirado como resultado do desastre.

Fica patente, nos dois trabalhos analisados neste subcapítulo, a preocupação de seus autores com a dimensão social conflitiva que permeou o acidente, além de buscarem contextualizá-lo em uma dimensão macro, uma das características da Sociologia. Entretanto, ficam evidentes também as diferenças entre ambos os autores. Oliveira (2006) se preocupa mais com a dimensão estadual, com os impactos que o acidente proporcionou à imagem construída pelas elites para Goiânia e Goiás. Também foca muito no período pós-acidente, em como esses grupos dominantes tentaram reverter a imagem negativa associada à cidade e ao estado com o acidente, por meio de políticas públicas de urbanização, focando em ecologia e qualidade de vida. Barbosa (2009), por seu turno, se concentrou mais no período do próprio acidente; sua análise das políticas públicas se pauta menos por aquilo que foi efetivamente concretizado e mais pela ausência dessas iniciativas, uma vez que a denúncia da autora é que o Estado brasileiro não está preparado para grandes catástrofes tecnológicas.

Ambos os autores estavam preocupados com as consequências do acidente no âmbito social: Oliveira, com as implicações do acidente para Goiânia, prejudicando a imagem da cidade, a economia e gerando preconceito; e Barbosa, com as consequências para o Brasil quanto aos riscos dos acidentes tecnológicos na esfera ambiental e humana.

1.2 Estudos de História e Memória Social sobre o acidente com o Césio-137: a imprensa e o audiovisual como objeto de estudo

¹⁸ A concepção de acidente ampliado, para a autora, excede o âmbito individual, tendo alcance social e ambiental.

Outro campo de estudos que se dedicou à pesquisa sobre o acidente com o elemento Césio-137 é o da História, embora sua participação pareça um tanto tímida, por termos encontrado uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado: *O acidente com o Césio-137 em Goiânia nas matérias do Correio Braziliense – 1987-2007*, de Geraldo da Costa Júnior (2016); e *O grande medo de 1987: uma releitura do acidente com o Césio-137 em Goiânia*, de Eurípedes Monteiro de Oliveira Júnior (2016). Adicionamos a esta discussão a tese de Maria da Conceição da Rocha Ferreira (2018), *Memórias do medo atômico: a construção do imaginário sobre o risco científico a partir dos discursos sobre grandes acidentes pela mídia*, produzida no programa interdisciplinar de estudos em memória social.

Enquanto trabalho produzido em área interdisciplinar, a tese de Ferreira (2018) poderia ser inserida tanto neste subcapítulo como no anterior, pois guarda muitas semelhanças com a obra de Barbosa (2009), ao também colocar em questão as relações entre ciência e sociedade, bem como os riscos de acidentes tecnológicos. Todavia, a autora problematiza memórias produzidas pela imprensa nas lembranças, o que aproxima sobremaneira seu trabalho do campo historiográfico. Assim, o trabalho com as fontes e a atenção ao processo histórico posterior de lembrança do acidente foram decisivos para que apresentássemos o trabalho da autora junto com os de Costa Júnior (2016) e Oliveira Júnior (2016).

A utilização da imprensa como fonte histórica privilegiada é uma constante nas pesquisas sobre o acidente com o Césio-137, entretanto, os trabalhos apresentados neste subcapítulo possuem o diferencial de terem eleito a imprensa e a mídia como objeto de estudo. Assim, seu foco é problematizar o discurso dos meios de comunicação e suas ações como elementos formadores de opinião. A diferença entre os trabalhos é que, enquanto Ferreira (2018) e Costa Júnior (2016) se detiveram mais na imprensa escrita, Oliveira Júnior (2016) se debruçou sobre o audiovisual, explorando as matérias veiculadas pela televisão. Além disso, o autor contrapôs o telejornalismo contemporâneo ao acidente e o cinema ficcional que surgiu sobre o assunto, anos depois da tragédia.

Começaremos a discussão com a tese de Ferreira (2018), na qual ela analisa a construção do imaginário sobre acidentes tecnológicos a partir dos discursos da mídia, entendida como intermediária entre a população e os acontecimentos. Destarte, a autora traz o acidente com o Césio-137 em Goiânia e aspectos que caracterizam o medo

atômico quanto ao uso da energia nuclear. Apresenta como são feitas as lembranças e aniversários dos acidentes e como as pessoas se reconhecem pertencentes ao grupo contaminado. Por fim, analisa como o discurso midiático influencia a construção da memória.

De acordo com Ferreira (2018), o capitalismo traz consigo mazelas sociais devido às quais parte da população passa fome e vive em condições insalubres. Somado a isso, a sociedade tem vivido no meio da manipulação e evolução da tecnologia, que desde sua invenção tem trazido medo, incertezas e desinformação. Trata-se, portanto, de um estudo bastante pautado nas premissas das Ciências Sociais e atento às implicações da desigualdade social, principalmente nas formas complexas da relação entre sociedade e meios de comunicação.

É necessário perceber que a referência não é apenas a tecnologia nuclear, mas a tecnologia em seu sentido mais amplo, que muitas vezes danifica o meio e gera o que a autora denomina de cultura do medo. A ideia de acúmulo de capital e o desprezo pelas consequências que a tecnologia nuclear pode causar são também abordados pela autora. Doutora em Memória Social, Ferreira faz essas ressalvas em sua tese, utilizando Ulrich Beck (1988) e Anthony Giddens (1990) como referenciais, concluindo que o medo dos seres humanos não estaria mais relacionado às catástrofes naturais e sim a ações e invenções do próprio ser humano.

O quinto capítulo de sua tese é o que mais nos interessa aqui. Nele, Ferreira (2018) discorre sobre alguns acidentes não só nucleares, mas também químicos, como os de Seveso, Bophal, Chernobyl e Césio-137, que causaram grandes perdas. De acordo com a autora, todos eles são lembrados pela mídia, que tenta instituir uma memória para o futuro, decidindo assim o que deve ser lembrado.

Mas como será que se processam especificamente as celebrações de tragédias tão socialmente impactantes como os acidentes de grandes proporções, sendo ou não de origem tecnológica? Encarando-as por uma perspectiva antropológica, Turner (1982) nos esclarece que o evento traumático só passa a ser ritualizado coletivamente pelas “comunidades de memória”, quando se processa a passagem da experiência da catástrofe para a experiência da redenção. Isso quer dizer que uma comunidade só escolhe datar um desastre e celebrar o seu pertencimento a esse evento, celebrando o seu aniversário, quando ela consegue associar as noções de superação e de sobrevivência às experiências vivenciadas na catástrofe. O que podemos observar é que a cada novo aniversário tal superação tenderia a sedimentar-se em virtude do senso comum de que o tempo cura todos os males... Mas talvez não seja inteiramente assim. Ações planejadas para evitar os

riscos de repetição de tais acidentes podem também servir de compensação à dor que é lembrada. No mais, sendo a celebração do aniversário de um desastre, aparentemente, feita da mesma forma que qualquer aniversário, o primeiro ano tende a ser o mais significativo porque os fatos vivenciados ainda estão muito vivos nas experiências cotidianas e a avaliação das medidas tomadas para remediação ou prevenção de outras ocorrências ainda é precoce. Depois, as lembranças submergem e reaparecem no período convencional de cinco anos e, na sequência, no ritmo de dez anos, vinte anos... No dizer de Chiaoning Su (2012), que faz um interessante trabalho sobre a cobertura midiática em torno do Grande Terremoto de Taiwan em 1999 e um outro no mesmo local 10 anos depois, os aniversários de acidentes propiciam aos estudiosos a oportunidade de avaliar as relações entre os intervalos temporais arbitrariamente estabelecidos pela sociedade e a memória coletiva. (FERREIRA, 2018, p. 113-114).

A autora faz uma ponte entre jornalismo e memória social, mostrando como a imprensa auxilia na lembrança e rememoração de algum acontecimento marcante. Especificamente, analisa as reportagens de vários jornais nos anos de rememoração do acidente com o Césio-137, em seus ciclos de 10, 20, 25 e 30 anos após o acontecimento. Ferreira (2018, p. 129) observa a perpetuação da imagem da menina Leide das Neves Ferreira, um dos símbolos do acidente. “[...] Numa rememoração de 30 anos, a simbologia que for representada, em rememoração, pode indicar um maior impacto na memória da sociedade que o viveu”, pois trata-se de uma memória já elaborada, que já elegeu seus símbolos e lugares comuns.

O segundo símbolo destacado na memória construída pela imprensa sobre o acidente é o da radioatividade. Após este, o dos técnicos uniformizados de branco trabalhando na descontaminação do acidente, com roupas que parecem especiais para proteção, mas que são tão simples quanto qualquer outra e os expuseram à radiação. A autora observa também, de acordo com as notícias que foram lançadas na rememoração dos 30 anos, que não houve comparação entre o acidente com o Césio-137 e Chernobyl, não se repetindo a comparação comum à época do acidente.

As reportagens dos jornais analisados por Ferreira (2018) mostram também que o esquecimento do acidente está presente e alguns entrevistados, conscientes disso, demonstram preocupação e ressaltam a importância de se lembrar para que algo assim não torne a ocorrer. A autora utiliza os seguintes jornais para análise: *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *BBC Brasil*, *Jornal do Brasil*, *O Popular*, *Mais Goiás*, *G1 Goiás*, *Correio 24 Horas*, *Estadão*; e as revistas *Exame* e *Veja*. Portanto, sua análise foca no que seria uma grande imprensa brasileira e goiana e nas memórias que elas constroem nas rememorações posteriores ao acidente.

No campo da História, tomando a imprensa como fonte de estudo, temos a dissertação de mestrado de Costa Júnior (2016). Nela, o autor fez uma apresentação rápida do acidente, para em seguida efetuar um histórico do *Correio Braziliense*, jornal que embasa seu estudo. O autor toma as matérias veiculadas sobre o acidente entre 1987 e 2007 como fonte, situando no centro da discussão as matérias produzidas pelo *Correio Braziliense* na rememoração dos 20 anos do acidente. Primeiramente, o autor produz um diálogo entre o acidente e o contexto histórico brasileiro vivido à época: a economia do país, o fim da ditadura, as complicações do governo de Sarney ante a falta de recursos necessários ao Brasil, a nova Constituição, o governo Collor, denúncias de corrupção, a proximidade do fim da Guerra Fria; enfim, momento em que o Brasil e o mundo já não eram mais os mesmos de outrora.

De acordo com Costa Júnior (2016), o jornal *Correio Braziliense*, com sede em Brasília, em 1º de outubro de 1987 lançou notícia sobre o acidente radioativo em Goiânia. Impressiona o autor o fato de a notícia ter sido publicada de forma simples na capa do jornal, de maneira quase imperceptível, sem grandes atenções ou alardes. Mesmo a cidade localizando-se bem próxima a Goiânia, a dimensão da gravidade do acidente ainda não tinha sido notada ou noticiada.

Para Costa Júnior, as primeiras notícias do *Correio Braziliense* trouxeram ironia e crítica ao governo quanto à responsabilidade do acidente; porém, para quem lia, causava pavor e medo, e as imagens que eram divulgadas contribuíam para isto. Vinham intituladas como “O Chernobyl do Pequi”, “Novela perde para as notícias da tragédia” e “Pavor: uma mistura de medo e desinformação”. Como outros autores, Costa Júnior ressalta a irresponsabilidade do governo – especificamente da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, que era a responsável pela fiscalização – desmistificando o discurso oficial, além de dar ênfase às várias falhas da política nuclear brasileira. É motivo de espanto para o autor o fato de não terem ocorrido mais acidentes como este, haja vista o descaso do Estado e o descontrole sobre os materiais radioativos. Além disso, Costa Júnior sugere desconfiar do domínio da tecnologia nuclear no nosso país. Critica, ainda, os gastos feitos pelo governo Sarney na área de política nuclear, concentrados na geração de energia elétrica.

[...] o gasto governamental oficial, quase dez vezes maior que em um programa paralelo sem obtenção de nenhum resultado em um tempo de severa crise econômica, destaca certa irresponsabilidade conjugada a uma visão romântica daquele tipo de energia, [...] que iria formar o

caldo de cultura para a eclosão de um acidente como o do césio 137. (COSTA JÚNIOR, 2016, p. 45).

O autor afirma que os jornais influenciaram as ações das pessoas na época, levando medo e desinformação. Deste modo, o preconceito com os radioacidentados tornou-se comum, produzindo um grupo de pessoas marginalizadas por conta do acidente e fez surgir ondas de pânico em outros estados. Um grave erro da imprensa foi não delimitar os locais contaminados, gerando a ideia de que Goiânia inteira estava contaminada. Ressalte-se que o *Correio Braziliense* quanto a isto foi bastante esclarecedor, mostrando mapas e os endereços dos focos de radiação.

Com o tempo, começa a estiagem de notícias sobre o acidente no jornal, as quais somente foram retomadas nas edições rememorativas ou por eventos que envolvem o caso. O autor utiliza em seu trabalho algumas matérias feitas pelo *Correio Braziliense* com os radioacidentados identificados durante e depois do acidente, e com algumas vítimas que não recebem auxílio do Estado. No terceiro capítulo, faz uma análise comparativa entre as reportagens mais antigas e as mais atuais. Conforme aponta, o jornalismo, ao longo do tempo, criou nova forma de escrever: um jornalismo literário, que não foge dos fatos e encontra na crônica um dos principais gêneros. Assim, muda-se a forma de contar um fato, levando em consideração a sutileza e minuciosidade dos acontecimentos e tornando a notícia autodescritiva (COSTA JÚNIOR, 2016, p. 89-90).

Para o autor, amparado em sua bibliografia de referência, o jornalismo literário traz uma boa narrativa, oferecendo ao leitor uma visão mais ampla sobre o tema noticiado justamente por ir além dos fatos (COSTA JÚNIOR, 2016, p. 92). O pesquisador prossegue teorizando a questão do jornalismo literário, que rompe um pouco com a notícia metódica e proporciona ao leitor um modo de sentir empatia no caso de uma tragédia, sem fugir à realidade exposta e sem constituir-se em ficção.

De maneira geral, o autor, assim como outros tantos pesquisadores dedicados ao tema, apresenta os locais centrais do acidente. Também problematiza as medidas tomadas para o esquecimento da tragédia, apontando que outros prédios foram construídos na região do acidente, ou, no caso do terreno da Rua 57, a constituição daquele espaço em um vazio, tendo sido a área toda concretada. Efetua, portanto, uma denúncia amparada em análise crítica.

Quanto à análise do jornal *Correio Braziliense*, Costa Júnior (2016) aponta a falta de cuidados na cobertura do acidente com o elemento Césio-137, principalmente no período de auge dos acontecimentos. Apresenta a participação do *Correio* na

divulgação do acidente e como, ao longo do tempo, este tema foi ganhando cada vez menos visibilidade e aparecendo apenas nos anos de rememoração do acidente. Assim o autor mostra que, com o passar do tempo, a forma de abordar o evento nos anos de rememoração sofreu mudanças, passando a adotar um tom literário. Apresenta, ainda, casos de vítimas que nunca receberam atendimento do governo.

O historiador Oliveira Júnior (2016), por seu turno, é autor de outro dos poucos trabalhos da área de História referentes ao acidente com o elemento Césio-137. Desenvolve sua tese de doutorado usando principalmente fontes jornalísticas, entre elas, as entrevistas feitas na época pelas principais emissoras de televisão locais, regionais e nacionais com radioacidentados, familiares destes, moradores das regiões afetadas, repórteres, técnicos da CNEN, diretores e coordenadores dos órgãos envolvidos, o então governador do estado de Goiás, entre outros. Utilizou também filmes e vídeos produzidos sobre o evento, além de fazer entrevistas com diferentes grupos envolvidos no acidente. Seu trabalho é composto a partir da análise dessas fontes, inovando com o estudo da imprensa televisiva de 1987. Com a intenção de promover a releitura do acidente de Goiânia, o autor articula todas essas fontes, as quais considera de grande importância para o trabalho científico, pois estão inseridas na sociedade.

A análise de Oliveira Júnior (2016) toma como foco dois filmes produzidos sobre o acidente e um terceiro filme sobre o medo atômico: o *Amarelinha*, produzido em 2003, ficção que toma como protagonista a menina Leide das Neves, tendo por mote a inocência das crianças e a infância perdida, tratando da questão sensível da tragédia envolvendo o falecimento da criança; *Césio-137: o pesadelo de Goiânia*, do mesmo ano, “[...] Baseado em fatos reais e com roteiro construído a partir do depoimento das vítimas” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 133). E, por último, *Them! O mundo em perigo*, lançado em 1954, que trabalha a radioatividade e seus efeitos devastadores.

Oliveira Júnior (2016) dá atenção a diferentes atores envolvidos no acidente e que, a despeito das participações variadas no episódio, trazem visões diversas sobre o acidente e constroem memórias do desastre. Além disso, o autor elabora um histórico precedente ao acidente até seu acontecimento e discorre sobre a descontaminação dos locais.

Segundo o autor, as notícias apresentadas na mídia nacional e internacional foram de grande contribuição para o preconceito sofrido pelas vítimas, pois muitas vezes divulgavam informações incorretas para chamar a atenção do público. O medo da

contaminação e a desinformação levavam pessoas a se discriminar, ocasionando sérios problemas, pois as vítimas já estavam abaladas pelo desastre.

A repercussão do acidente na imprensa, somada ao sensacionalismo e a falta de informação, gerou uma onda de boatos sem precedentes. O pânico generalizado disseminou o perverso sentimento de discriminação entre os indivíduos situados na periferia dos acontecimentos, mas, sobretudo entre o restante do país. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 51).

Aqui, novamente vemos a dupla dimensão do preconceito, internamente a Goiânia, ele se voltou contra os acidentados, sendo perpetrado pelos considerados não contaminados. Externamente ao estado, o preconceito teria se voltado contra todos os seus moradores, entendidos como potenciais fontes de infecção.

Outro grande problema que o autor destaca é o local onde foi depositado o lixo radioativo. Feita a descontaminação dos locais, os rejeitos tiveram que ir para um depósito provisório: o local escolhido, em 16 de outubro de 1987, era na época distrito de Goiânia, hoje cidade de Abadia de Goiás. Imediatamente, moradores daquela área fizeram protestos na rodovia BR-060 contra a transferência do lixo radioativo.

Em 13 de dezembro de 1987, cerca de setecentas caixas metálicas juntamente com cinco containers marítimos e dois mil tambores contendo um total de um mil e seiscentos metros cúbicos de rejeitos radioativos, com uma massa equivalente a quase mil e setecentas toneladas já estavam estocados no depósito transitório de Abadia de Goiás, faltava apenas a descontaminação final e limpeza da área isolada da Rua 57, considerada a mais contaminada e que só seria concluída uma semana depois, no dia 20 de dezembro de 1987. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 84-85).

Um dos diferenciais da análise de Oliveira Júnior aparece no terceiro capítulo da tese, o historiador recorre à utilização da linguagem fílmica que, até há pouco tempo era ignorada, mas que agora é utilizada juntamente com outras fontes alternativas de pesquisa. A análise da função e das características dos filmes em questão, o contexto histórico retratado e também a ficção, estão entre os cuidados tomados pelo autor ao utilizar os audiovisuais como fonte histórica.

Segundo o autor, um filme pode transmitir-nos valores, ensinamentos e emoções. Com isso, deixa clara a sua perspectiva no trabalho com o cinema: analisar o contexto social no qual está inserido, revelando assim narrativas históricas. Classifica o

medo como o mais interessante aspecto da produção cinematográfica, também reproduzido nos enredos das histórias contadas sobre o acidente com o Césio-137.

[...] a análise dessas produções permitiu-me pensar sobre a forma como aquela parcela da sociedade discutiu, naquele momento, as suas relações entre presente e futuro, entre ciência e sociedade, entre o modo de ver o que era considerado positivo e desejável e o que era negativo e abominável e finalmente, como o medo da radiação atômica tornou-se rapidamente um forte sentimento presente no cotidiano das pessoas daquela época. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 199).

O autor coloca em debate a influência da tecnologia no meio social. Ao analisar as narrativas dos envolvidos no acidente, Oliveira Júnior apresenta a permanência do medo atômico, que foi disseminado e fortalecido pela mídia, com suas notícias muitas vezes equivocadas. Como assinala o autor, as diversas abordagens sobre o evento nos jornais tinham o objetivo de atingir as massas e ampliar a audiência, sendo o medo um artifício para realizar este intento.

Enfim, Oliveira Júnior (2016) apresenta uma releitura do acidente com o Césio-137, mostrando como o medo da radiação era fortemente presente nesse período e como foi disseminado pelas mídias, tornando-se posteriormente o enredo da produção cinematográfica de ficção sobre o assunto. Traz, portanto, uma análise jornalística, cinematográfica e videográfica para interpretar o acidente e o medo decorrente deste.

Como é possível notar, os trabalhos desenvolvidos nas áreas de História e Memória Social contemplam o estudo de períodos posteriores ao acidente. Ferreira (2018) foca nas lembranças promovidas por jornais da imprensa escrita e digital nos decênios posteriores ao acidente, ao passo que Costa Júnior (2016), ao analisar o *Correio Braziliense*, toma como recorte temporal o período que vai de 1987 a 2007. Oliveira Júnior (2016), por seu turno, abarca o período subsequente, lidando com o cinema produzido após o acontecimento, devidamente colocado em diálogo com a produção audiovisual jornalística contemporânea à tragédia. Estes dois últimos trabalham a ideia de disseminação do medo quanto ao acidente, assim como Oliveira (2006).

1.3 O olhar antropológico e a sensibilidade com as vítimas do acidente

A área que trabalhou em maior profundidade o acidente com o elemento Césio-137, até o presente momento, foi seguramente a Antropologia. Com estudos abrangentes, mas que ao mesmo tempo verticalizaram a análise, produzidos logo após a tragédia, a área conseguiu levantar muitas questões, dar as devidas respostas e visibilidade a dimensões bastante sensíveis sobre o acidente. Os trabalhos também deram atenção especial às vítimas, valorizando suas vozes e formas de interpretar os acontecimentos. Além disso, enfocaram os movimentos sociais empreendidos pelos radioacidentados, bem como fizeram análise crítica do Estado ao longo de todo o acidente.

Nesse sentido, o livro da antropóloga Suzane de Alencar Vieira, *Césio-137 – O drama azul: irradiações em narrativas*, originado de sua dissertação de mestrado, destaca a irresponsabilidade da CNEN por conta da falta de fiscalização que levou ao acidente com o Césio-137, definido por ela como drama. O foco do livro são as consequências sociais do acidente, a situação das vítimas e o modo como elas reagiram a tais circunstâncias. A obra traz um apanhado de referências que compõem um trabalho envolvido por fontes teóricas, iconográficas, periódicos, vídeos e blogs. O episódio do acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia é assim conceituado pela autora:

As designações através das quais o evento radiológico é apreendido remetem a uma estrutura temporal específica. Existe um traço de excepcionalidade em sua definição e caracterização, e um sentido de interrupção ou ruptura no fluxo normal do tempo ou na experiência temporal cotidiana. Além da temporalidade, a tensão entre linguagem e evento e a conjunção entre o acontecimento e o mundo do sujeito constituem aspectos recorrentes nas noções de catástrofe e evento. A catástrofe é constituída como uma unidade narrativa. É um evento histórico de ruptura intensa e dramática que provoca um trauma. (VIEIRA, 2014, p. 46).

Vieira (2014) usa o conceito de drama para interpretar o que os radioacidentados passaram e passam por conta das consequências do acidente. Relata os primórdios do evento, desde os conflitos entre o Instituto Goiano de Radioterapia (IGR) e a Santa Casa de Misericórdia, que era a dona do terreno em que o Instituto funcionava. A autora também denuncia que o equipamento radiológico foi abandonado no prédio, o qual se degradou ao longo do tempo, ficando sem portas ou janelas. Isso permitiu a entrada dos catadores de papel que se interessaram pelo aparelho.

[...] Naquela construção parcialmente demolida imperava um aspecto de abandono. Nos três anos em que permanecera abandonada (1985-

1987), a cápsula não fora objeto de qualquer ato de fiscalização da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O conflito de interesse econômico e político agenciado judicialmente ensejaria a irrupção de um drama. (VIEIRA, 2014, p. 19).

Na dissertação de Vieira (2010), portanto, ganham visibilidades as questões de saúde pública. Contribuindo para esta discussão, a autora relata a necessidade de transferir e atender as vítimas em estado muito crítico do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) para o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), pertencente à Marinha brasileira e situado no Rio de Janeiro, entre outros, pois em Goiás ainda não havia nenhuma unidade especializada em tratamento de vítimas de radiação nuclear.

Na obra também aparece o medo de que foi acometida a população de Goiânia, sendo mencionado que muitas pessoas não contaminadas foram até o Estádio Olímpico de Goiânia para fazerem os exames. Muitas delas precisavam se submeter a este tipo de procedimento para conseguir um atestado com a finalidade de viajar tranquilamente e/ou acessar outros estados. Na época, muitos locais não aceitavam goianos por conta do acidente, com preconceito e medo de que a situação se estendesse ao restante do país.

Os movimentos empreendidos pela população também são tratados no trabalho, como aquele ocorrido no dia 9 de outubro, uma passeata organizada pelo Movimento Ecológico de Goiás e o Partido Verde contra o acidente, ocasião em que foram dirigidas críticas ao Governo Federal e à CNEN. Como réplica, autoridades estaduais e federais organizaram outra passeata, sem sucesso, para dissolver o tom dramático do acidente e transformá-lo em um debate técnico. Conforme aponta a autora, o acidente causou vários prejuízos à cidade, e o discurso técnico crescia com o intuito de retomar a normalidade e até mesmo esvaziar o conteúdo político dos protestos dos moradores (VIEIRA, 2014, p. 54).

Em termos teórico-metodológicos, Vieira (2014) categoriza o acidente como drama e suas memórias como trauma, amparando-se nas narrativas sobre o evento, que fortalecem esse tom. Para as vítimas, o Césio-137 era algo impressionante e brilhante, um elemento que despertava sua curiosidade, com o qual as pessoas se divertiam ao ter contato. O material radioativo era levado de casa em casa, transitava entre familiares e amigos. Nesta narrativa surgem dois símbolos: a menina Leide das Neves Ferreira e o

brilho da cápsula, que de maneira sorrateira aguçava a curiosidade das pessoas para, em seguida, adoecê-las e matá-las.

Outra preocupação da autora é definir a categoria de vítima. Para essa discussão, a autora confere visibilidade à Fundação Leide das Neves, criada pelo governo do estado em fevereiro de 1988 para atender as “vítimas” do Césio-137.

A categoria “vítima” não é dada de antemão, há intensas disputas políticas em torno de sua definição. As marcas físicas registradas pelo monitoramento radiológico ou pela junta médica ainda constituem o critério predominante na caracterização das vítimas, embora a maioria dos efeitos da contaminação escape ao crivo científico. A categoria é objeto de disputas observadas ao longo de um processo dramático de luta por reconhecimento e direitos. (VIEIRA, 2014, p. 71).

Segundo a autora, nos registros oficiais havia inicialmente 249 vítimas divididas em três grupos, constituídos de acordo com o grau de exposição à radiação e que servem de parâmetro para a assistência prestada via Funleide. Vieira (2014) enfatiza que outras centenas de pessoas contaminadas não foram inicialmente incluídas nessa assistência médica, razão pela qual elas empreenderam uma série de lutas, com vistas a terem sua condição de vítima reconhecida. Dentro dos próprios grupos formados pela instituição há disputas causadas pelo fato de nem todos receberem o mesmo tratamento.

A figura de vítima, uma categoria heterogênea que agrega pessoas em diversas posições e em diferentes temporalidades no curso do evento Césio-137, passa a ser central nas narrativas produzidas depois de 1987. A cada nova narrativa, o número de vítimas e de mortes é contado e recontado, e essa categoria é redefinida e ampliada em franca contestação dos registros oficiais. (VIEIRA, 2014, p. 71).

De acordo com Vieira (2014), essas controvérsias ocorreram porque militares e outros trabalhadores que ajudaram na limpeza dos locais contaminados e na descontaminação das vítimas não estavam devidamente prevenidos. Os policiais, por exemplo, foram mandados aos focos do acidente para evacuar a população, sendo avisados de que havia um vazamento de gás e não contaminação radioativa. Assim, entraram também em contato com o Césio-137 e muitos deles foram contaminados, por falta de precaução. Os técnicos da CNEN que fizeram a descontaminação dos locais se vestiam com macacões de algodão, roupas normais, botas, luvas e capacete, além de uma máscara. Essas roupas não protegiam esses profissionais da contaminação. Também foram contaminados alguns dos médicos que entraram em contato direto com

as vítimas. Portanto, não só as 249 pessoas que foram identificadas inicialmente no Estádio Olímpico contaminaram-se, mas também, logo após a descoberta do acidente, vários assistentes que fizeram os serviços de descontaminação (VIEIRA, 2014, p. 73). O papel do Estado nesse contexto é muito complexo, pois já se sabia do acidente radioativo. Providências foram tomadas para a descontaminação dos locais e para a oferta de atendimento médico às vítimas. Porém, não se orientou e tampouco se preveniu quem ia fazer essa descontaminação e cuidar das vítimas.

Ainda ao tratar das disputas, a autora ressalta os embates em torno das concepções de vítima e de culpado. O IGR, assim que tomou ciência do acontecimento, acusou Wagner Motta Pereira e Roberto dos Santos Alves – os dois catadores de papel que entraram no prédio abandonado, sem portas e janelas, e levaram o invólucro – de roubar a cápsula. A notícia saiu n’*O Popular*, principal jornal goiano, em 1º de outubro de 1987, em cuja manchete várias vezes se liam referências aos catadores como ladrões. Vieira discute como a imprensa foi importante na definição de quem eram os culpados. Os donos do IGR deveriam ter comunicado à CNEN que estavam se desfazendo da peça, e não ter simplesmente deixado o equipamento jogado num prédio abandonado e sem proteção. Com isso, foram condenados o físico que prestava serviços ao hospital, Flamarion Barbosa Goulart, juntamente com os médicos Criseide de Castro Dourado, Carlos Bezerril e Orlando Teixeira.

Chama-nos a atenção no trabalho de Vieira (2014) a preocupação com as disputas em torno de quem seria culpado e vítima do acidente. Além disso, a autora explora as relações dos radioacidentados com a assistência médica e com a Funleide. Tais elementos a levam a explorar também o período posterior ao evento, principalmente no que tange às lutas de pessoas não reconhecidas inicialmente como vítimas para também serem incluídas no rol de radioacidentados.

A antropóloga Telma Camargo da Silva é pioneira nos estudos sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia, ao qual se mostra bastante dedicada em vários escritos ao longo de sua carreira: capítulos de livros, trabalhos publicados em anais de eventos, artigos científicos, livros autorais, dentre outros. Acompanhou o desenrolar do acidente, desde seu descobrimento em final de setembro de 1987, e também a situação das vítimas com quem produziu relatos orais para compor suas pesquisas. A maioria dos autores que lemos e apresentamos neste trabalho têm em sua bibliografia textos escritos por Silva.

Ao longo de seus trabalhos, a autora enfoca a questão das vítimas do Césio-137, seus sentimentos, as modificações sociais que ocorreram por conta do acidente, os impactos psicológicos sofridos pelas vítimas e, principalmente, as manifestações daquelas que reivindicam seus direitos por não terem recebido nenhum tipo de auxílio. Além disso, Silva discorre e problematiza a memória do acidente, discute como o Estado usou seu poder para minimizar o desastre e fazer com que as coisas em Goiânia voltassem a funcionar normalmente. Também analisa e critica o uso da energia nuclear no Brasil, a falta de estrutura, fiscalização e responsabilidade dos órgãos e da federação quanto a isso.

Optamos aqui por abordar apenas artigos da autora, pois no mestrado e no doutorado Silva não trabalhou com o Césio-137, retomando o tema apenas em seu pós-doutorado, que leva o título *Radiation Illness representation and experience the aftermath of the Goiânia radiological disaster* (2002). Trata-se de um trabalho extenso sobre as consequências do acidente, apresentando o olhar antropológico sobre os acidentes tecnológicos, os militares e a política da memória do evento. Porém, este trabalho não será analisado aqui. Optamos por resgatar apenas seus textos escritos antes e após a tese, pois há muito a autora vem trabalhando com o tema.

Em um artigo escrito em 2017, intitulado “Silêncio da dor: enfoque gerencial e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil”, a autora explica seu interesse pelo tema:

O desastre radioativo com o Césio-137 ocorrido na cidade de Goiânia, Brasil, situado oficialmente em 1987, tem sido objeto de minhas reflexões, preocupações e emoções nos últimos vinte e nove anos. Como moradora dessa cidade em fins dos anos oitenta do século passado fui, desde o início, impactada pelas informações veiculadas pela mídia sobre a radiação que se espalhou por setores da capital do estado de Goiás em decorrência da liberação [...] de césio-137 provenientes da abertura de um aparelho radioterápico. (SILVA, 2017, p. 17 apud Ciência Hoje, 1988, p.14).

Silva (2017, p. 21) trabalha com a dicotomia de conceitos acidente/desastre, pois o evento “rompeu as ordens sociais, culturais, políticas e econômicas, provocando a ruptura e descontinuidade do cotidiano das pessoas atingidas”.

Conforme aponta a autora, no artigo “Política da memória: recompondo as lembranças no caso do desastre radiológico de Goiânia”, depois de alguns anos do acidente com o Césio-137, o governo estadual, para se livrar da culpa e da responsabilidade, e parte da população contaminada, para se livrar de uma lembrança

traumática, tentaram produzir um esquecimento sobre esse acontecimento da história da cidade. A rua 57, onde a cápsula foi violada, foi um dos principais focos de contaminação; no entanto, hoje não há mais rua 57, mas sim rua 5, pois o número 7 foi apagado por algum morador, uma forma de tentar libertar-se do estigma de viver na rua do acidente. A autora aponta que não se construiu um memorial nem uma escultura para retratar o acontecimento; pelo contrário, construíram-se outros prédios nos focos de contaminação, como forma de esquecimento da tragédia, como se o acidente não tivesse ocorrido (SILVA, 1998b, p. 134).

Para lidar com essas questões, Silva (2004) criou o conceito de “descontaminação simbólica”, esboçado no artigo “Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia”. Tal conceito pretende dar conta da resposta do Estado e da sociedade ao acidente, pois:

O dano causado pelo desastre à política nuclear brasileira, à administração do Governo de Goiás e aos setores econômicos do estado estabeleceu o campo de forças a partir do qual o poder institucional tomou medidas para atuar em resposta ao desastre ao mesmo tempo que engendrou o sofrimento social da população impactada ao longo dos anos. No período 1987-1988, esse poder institucional promoveu a descontaminação dos lugares e pessoas contaminadas enquanto durante dez anos (1987-1997) processou a descontaminação simbólica do desastre. Funcionando como uma caixa para contenção da radiação, a aliança estabelecida entre os setores nucleares e o Governo Estadual promoveu medidas e ações que: 1) desautorizaram novas alegações de doenças provocadas pela contaminação radioativa; 2) deslegitimaram as experiências cotidianas de sofrimento das vítimas; 3) apagaram ou ressignificaram as marcas do desastre impressas no espaço urbano. Na perspectiva institucional, o restabelecimento da situação de catástrofe implicou o congelamento do desastre no passado por meio da limitação do número de vítimas àquelas definidas na fase emergencial do desastre e também na tentativa de reter as queixas e protestos dos radioacidentados no âmbito da Fundação Leide das Neves. (SILVA, 2004, p. 207-208).

Silva (1998b, 2017) observa ao longo dos anos a “missão cumprida” pelo poder estadual. Nas escolas o acidente quase não é retratado, e quando o é, é explicado como se fosse algo efêmero, pertencente a um passado findo. Os moradores da cidade, mesmo os mais antigos, conhecem os boatos sobre o acidente e a divulgação que a imprensa fez, mas não conhecem a história em profundidade. Indigna a autora o fato de que, após trinta anos de acidente, não se vê na cidade nada que faça lembrá-lo. Até mesmo os radioacidentados e seus familiares preferem não falar sobre o assunto, para não trazer ainda mais dor à tona. Entretanto, Silva destaca que essas pessoas sabem muito bem o

que foi o acidente e possuem consciência de que ele mudou sua vida, fazendo parte de suas identidades.

Ainda de acordo com Silva (2017), por consequência do acidente com o Césio-137 os radioacidentados apresentaram anomalias. A fim de tratá-las, foi necessária a criação de uma entidade que fornecesse às vítimas tratamento e amparo. Precisamos lembrar que nesse período ainda não havia acesso universal à saúde pública no Brasil, além de o tratamento a radioacidentados exigir conhecimentos específicos. Neste intuito, a Funleide ficou encarregada de prestar esses serviços. Criada politicamente na intenção de ser o braço do governo estadual no controle das informações referentes ao acidente com o Césio-137, a Funleide estruturou-se como uma instituição importante na configuração do processo de descontaminação simbólica de Goiânia. Vale frisar que Silva (2017), assim como Vieira (2014), é uma das únicas autoras a trabalhar com a história da Funleide e da assistência prestada pela entidade às vítimas.

Conforme aponta a autora, definidas as 249 vítimas no período foco do acidente, elas passaram a ser tratadas e a fazer seus exames na Funleide. Silva (1998b) levanta a questão das vítimas que não receberam auxílio e tratamento do governo, como os policiais, alguns técnicos que fizeram a limpeza dos locais e médicos ou funcionários que tiveram contato direto com as primeiras vítimas¹⁹ e que acabaram se contaminando.

Silva (1998c) também explora alguns embates entre os radioacidentados e o Estado no período posterior ao acidente, questão ainda pouco estudada em trabalhos acadêmicos. Existe, portanto, um campo de disputas entre o Estado e as pessoas que se compreendem como vítimas do acidente, muitas delas não reconhecidas oficialmente como radioacidentadas. Essas pessoas afetadas – atendidas ou não pela Funleide – organizaram-se em 1987 e criaram a Associação das Vítimas do Césio-137, por entenderem que suas doenças estavam relacionadas ao acidente. A partir disso, passaram a reivindicar seus direitos, fizeram exames e foram analisadas por peritos nucleares, mas estes concluíram que tais anomalias não estavam relacionadas com o acidente. Na visão de Silva, esta foi mais uma tentativa de silenciamento dessas pessoas por parte do Estado, que usa o saber científico como forma de calá-las (SILVA, 1998c, p. 120). Nos trabalhos da autora, as vítimas aparecem como agentes sociais, que se

¹⁹ A radioatividade pode manifestar-se no corpo em longo prazo. Em baixas doses, pode não ser percebida logo de início, e aos poucos seus sintomas vão aparecendo. Por isso, há dificuldade de obter uma rota precisa de onde esse material passou (CHAVES, 2007, p. 2).

organizam e lutam por direitos. Objetivavam, com isso, reunir-se e decidir o que deveriam fazer quanto à situação dos radioacidentados, empreendendo o movimento social que é um dos focos do trabalho de Silva.

No artigo “Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios”, a autora reafirma que existe uma relação entre o saber técnico e o Estado, que desautoriza qualquer nova tentativa de reivindicação. Dessa maneira:

Funcionando como um agente-container de radiação, a coalizão entre peritos nucleares e governo estadual sustentou medidas e ações que desautorizaram qualquer nova reivindicação de aflição relacionada à radiação, deslegitimou as experiências contidas de dor dos radioacidentados; e apagou e/ou ressignificou as marcas que o desastre imprimiu na cidade. Do ponto de vista institucional, a recuperação do desastre implica em seu congelamento no passado, e no uso do paradigma de sofrimento métrico construído pelos peritos nucleares nos primeiros momentos de administração da emergência radioativa. No entanto, as experiências do dia-a-dia e as narrativas dos sobreviventes do desastre invalidaram as alegações de encerramento do desastre, problematizaram a categoria de vítima assim como levantaram questões sobre culpabilidade, sobre os programas de proteção social e sobre os processos de compensação. [...] as narrativas dos sobreviventes são então engendradas também pelo embate com o Estado através do confronto verbal com a CNEN e com a FUNLEIDE na busca da afirmação e legitimidade de suas falas. Este é um dos aspectos do caráter processual do desastre. (SILVA, 2010, p. 9-10).

O Estado, associado ao saber técnico, teria blindado o acidente, deslegitimando as falas das vítimas por meio de procedimentos que contribuem para construir a noção de que o acidente ficou circunscrito ao passado e que todos os seus impactos são conhecidos e estão controlados. O próprio reconhecimento do acidente como fato e não como uma processualidade histórica contribuiria para construir essa noção de que o Estado respondeu adequadamente aos problemas gerados pela contaminação, sendo todo o restante apenas sensacionalismo ou boatos infundados.

Por isso, para a autora, as vozes das vítimas são importantes como forma de captar as disputas que elas estabelecem com o Estado e com as entidades envolvidas na descontaminação. Para essas pessoas o acidente não acabou em 1987, pois seus efeitos permanecem. Silva, ao longo de toda sua obra, ao prestar atenção nessa processualidade da contaminação, consegue captar a dimensão conflitiva que envolve a assistência às vítimas e todo um contexto posterior ao acidente.

Outro movimento que ganhou atenção da autora (1998a), em função de sua crescente importância ao longo do tempo e por sua organização, é o dos policiais militares que foram acometidos pelo acidente. Eles trabalharam nas áreas contaminadas sem serem informados disso; não receberam recomendações nem objetos para sua proteção.

Mais um aspecto considerado por Silva (2007) é que a Associação das Vítimas do Césio-137 utilizou a imprensa como meio para pressionar as instituições responsáveis pelo acidente e atendimento às vítimas. Além disso, procurou apoio de organizações não governamentais (ONGs) que envolviam questões ambientais para participar de eventos.

Em contato com tais movimentos, Silva (2010) produz relatos com as vítimas e usa-os em seus escritos, efetuando contrapontos entre o que é dito por elas e o que é afirmado pelo Estado, com as instituições que trabalham a seu favor. Os objetivos da autora ao tratar dessa questão são devidamente expostos:

Os antropólogos que trabalham no campo da Antropologia da Saúde e da Doença enfatizam o uso das narrativas orais como uma forma de entrar no universo dos sofrimentos individuais que não são percebidos pela compreensão biomédica [...]. Estes estudiosos assinalam que a doença e o sofrimento ocorrem não somente no corpo, mas “no corpo que está no mundo” [...] sugerindo que as experiências de sofrimento e as lembranças dos eventos e dos momentos de dor estão interligados a outras experiências vividas nos contextos sócio-culturais, históricos e políticos em que se encontram os/as narradores/as. (SILVA, 2010, p. 4).

Na passagem citada, Silva revela sua filiação à Antropologia da Saúde. Nessa perspectiva, a atenção às falas das vítimas está ligada à compreensão de que a saúde e as questões médicas vividas pelas pessoas não se limitam à dimensão técnica, mas estendem-se à esfera subjetiva. É por isso que a dor, o sofrimento e o trauma dos radioacidentados importa para a autora.

Destaca-se, portanto, no trabalho da autora a utilização de relatos orais das vítimas, empregando os métodos da história oral para interpretá-los a fim de compreender a identidade dos radioacidentados, o impacto social do acidente na vida deles, suas reivindicações e movimentos sociais. Silva discute a política da memória do desastre, apontando os diferentes grupos sociais afetados e sua relação conflituosa com o Estado.

Silva (1988a) embasa seus trabalhos em extensa pesquisa bibliográfica e explora vários trabalhos de autores diferentes quanto às questões da radiação. Ela também discute muito o modo como a radiação nuclear é percebida no meio social, como é vivida e enfrentada pelas pessoas durante um desastre. Leva em conta as questões humanas envolvidas nos acidentes, pois muitas vezes as autoridades preocupam-se em fazer a descontaminação dos locais afetados, porém deixam em segundo plano o adequado apoio médico, social e psicológico que a população atingida necessita.

[...] a antropologia aponta para a necessidade de uma teoria cultural do risco que traga para esta discussão as particularidades culturais de diferentes formações sociais. Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1983) refutam a noção de percepção de risco que emerge dos modelos matemáticos, quantitativos, e argumentam que não há separação entre riscos físicos objetivamente calculados – a escolha racional – e a percepção subjetiva das pessoas. Isto porque, segundo eles, o poder social seleciona os riscos com os quais o público deve se preocupar. Desta forma, se na perspectiva racional a visão do risco é matemática, para os antropólogos, a escolha é sempre política. (SILVA, 1988a, não p).

Como se pode notar, a autora embasa sua escolha de valorizar o subjetivo em extensa e séria bibliografia, que aponta para as insuficiências dos saberes técnicos. Para ela, tais conhecimentos científicos não dão conta das formas como os seres humanos lidam, culturalmente, com a energia e os acidentes nucleares e radiológicos.

Isso não significa que a autora desdenhe por completo das teorias produzidas pelas Ciências Exatas e Engenharias, apenas aponta suas insuficiências para entender a dimensão humana que a tecnologia enseja. Assim, prossegue afirmando o que muitos cientistas nucleares já haviam feito: explica como a política nuclear no Brasil é falha e que o desastre com o Césio-137 só reafirma o despreparo e descuido nessa área. Afirma que a CNEN – mesmo sendo órgão fiscalizador – e seus técnicos não estavam preparados para um acidente de tamanha proporção e não tinham o treinamento adequado. Além disso, frisa que o Estado não tinha onde atender corretamente as vítimas, pois apenas um hospital no Rio de Janeiro dispunha da estrutura necessária para estes casos.

O HNMD, um hospital militar; era segundo relatos, a única instituição hospitalar preparada, naquela época, para receber pacientes vítimas da síndrome aguda da radiação. Isto porque esta habilitação fazia parte do projeto secreto de construção do submarino atômico brasileiro pelos militares. Ou seja, ele havia sido equipado e reestruturado com a

construção de espaços projetados para atender uma possível emergência decorrente de desastres relacionados ao projeto de construção do submarino nuclear brasileiro – “Projeto Remo” –, parte do chamado programa nuclear paralelo brasileiro, patrocinado pelas Forças Armadas [...]. Uma equipe de profissionais altamente qualificados em termos de medicina nuclear também fazia parte dos quadros do HNMD, como o médico L.F.C que atuou no desastre de Goiânia e participou do acompanhamento médico dos “radioacidentados” nos anos posteriores a 1987. (SILVA, 2017a, p. 273).

Considerando o exposto, vale destacar que em outros lugares do Brasil já se usava energia nuclear, porém a preocupação de proteger e informar a população e os trabalhadores que a utilizavam não era posta em pauta. A crítica de Silva (2017a) é que esta estrutura era muito limitada e não abrangia a proporção do uso de energia nuclear no Brasil. Como se pode notar, o hospital foi equipado como parte de um programa nuclear para fins militares, desconsiderando os usos pacíficos da energia e os acidentes que poderiam decorrer disso. Ademais, tal programa era secreto, o que significa que a disseminação da energia nuclear no Brasil não estava sendo acompanhada de um debate com a sociedade, algo que não passava pelas preocupações da ditadura militar.

A autora traz a face perversa da memória do acidente, em que as vítimas foram estigmatizadas e discriminadas pela sociedade, mas também a maneira como elas precisaram se organizar para obter amparo do Estado. Além disso, apresenta como os governos procuram esquivar-se da prestação de assistência adequada às vítimas, tentando se eximir de suas responsabilidades.

Podemos afirmar, portanto, que os trabalhos da área de Antropologia avançaram mais sobre as questões que nos interessam neste estudo. Apesar do grande esforço em discutir o acidente radiológico, trabalhos como o de Vieira (2014) não se esqueceram de abordar os desdobramentos do acidente nos anos posteriores. Isso se deu graças à opção por colocar as vítimas como centro da narrativa. Tal perspectiva é aprofundada por Silva (1998a, 1998b, 1988c, 2002, 2004, 2010, 2017a, 2017b), que, ao focalizar movimentos e lutas sociais empreendidos pelas vítimas, elegeu o período posterior ao acidente como grande temporalidade a ser refletida. Além disso, ambas as autoras adentraram a discussão sobre questões de saúde, assistência e cuidados médicos prestados às vítimas, e sobre a criação da Funleide como entidade para acompanhar os radioacidentados e organizar as políticas públicas estaduais de assistência a eles. Nessa tarefa, não se eximiram de fazer um trabalho crítico e de dar visibilidade aos conflitos envolvendo Estado e radioacidentados.

1.4 A contribuição da psicologia para a discussão sobre o acidente: foco na saúde mental

Outra área que se dedicou a estudar o acidente com o Césio-137 em Goiânia foi a Psicologia, que enfrentou as questões de saúde mental e de trauma psicológico nele envolvidas. O livro *O Césio-137 e as consequências psicossociais do acidente de Goiânia* (2014) – organizado por Suzana Helou e Sebastião Benício da Costa Neto, dois psicólogos que trabalharam com as vítimas do Césio-137 – foi publicado antes mesmo de decorridos sete anos do acidente, pois a primeira edição desse livro data de 1995. Também é um dos estudos pioneiros sobre o assunto, sendo referência na área.

O livro tem a peculiaridade de não ser produto de uma investigação acadêmica, trazendo o olhar de profissionais da Psicologia que trabalharam com as vítimas, inclusive na Funleide. Na segunda edição, objeto de nossa análise, Helou e Costa Neto observam que ao longo do tempo se produziram mudanças e permanências nas questões concernentes ao acidente. A temática do medo também é presente na obra, que considera evidente o medo da tecnologia nuclear, entendendo que, enquanto esta existir, tal receio e os imaginários sobre ela permanecerão.

Como obra coletiva, outros(as) autores(as) compõem o livro, tais como a historiadora Cristina Helou Gomide, com uma breve escrita sobre o esquecimento do acidente por parte das pessoas no período posterior ao desastre; as assistentes sociais Cláudia Simone Felipe Palestino e Fabiana do Prado Dias, e a médica Maria Paula Curado, todas profissionais que trabalharam com a assistência aos radioacidentados.

A obra é escrita com base na experiência de profissionais da saúde diretamente envolvidos nos eventos do acidente. Eles foram entrevistados pelos autores, que analisam essas narrativas. Além deles foram entrevistados os próprios radioacidentados, os vizinhos do foco, e outros profissionais que trabalharam durante a descontaminação. De acordo com os organizadores:

Os resultados permitiram uma análise qualitativa dos sentimentos relatados, das mudanças de vida decorrentes do acidente, das expectativas quanto ao futuro e da predisposição em relação às providências tomadas pelo Governo. Nenhum segmento da amostra esteve isento dos efeitos psicossociais do acidente, embora o nível de comprometimento tenha sido diretamente proporcional ao nível de envolvimento. (HELOU, 2014, p. 10).

Como se pode notar, a dimensão psicossocial é o fio condutor da obra e a questão que mais chamou a atenção dos organizadores, os quais também são autores de capítulos do livro. Eles começam fazendo um histórico do acidente e chegam a observar incoerências sobre a última fiscalização da CNEN feita na peça abandonada. Isso porque os proprietários do IGR alegaram que a única inspeção foi feita com a instalação do aparelho, em 1977, ao passo que o diretor executivo da CNEN ponderou que a última fiscalização teria ocorrido em 1982; já o presidente da instituição, Rex Nazaré, afirmou que aconteceu em 1984; finalmente, o diretor da CNEN afirmou que a última inspeção havia sido feita um ano antes do acidente. Com isso, os autores apresentam o panorama complexo que cercou o acidente, com choques entre versões diferentes e tentativas de transferir responsabilidades. Conforme destacam, isso colaborou para desorganização da legislação que regia o controle e a fiscalização de aparelhos radioativos:

Em fevereiro de 1978, o Decreto nº 81.384 transferiu a responsabilidade pela fiscalização de fontes radioativas ionizantes para as secretarias de saúde dos estados. O mesmo decreto dispôs também sobre a competência do Conselho Nacional de Saúde em estabelecer as normas de radioproteção destinadas a orientar a fiscalização a ser exercida pelas mencionadas secretarias. Coincidentemente, o Conselho Nacional de Saúde entrou em recesso por um período de seis anos. Em consequência disto, a normatização [...] só veio a acontecer em 21 de dezembro de 1988. (HELOU; COSTA NETO, 2014, p. 19).

Além dessas questões, os autores destacam a passeata de 9 de outubro de 1987, em que 5 mil cidadãos goianos foram às ruas para protestar e pedir a prisão dos culpados pelo acidente. Entendia-se que houve omissão também por parte do Estado, no que tange à fiscalização do equipamento que provocou toda a tragédia.

Quanto às questões de saúde mental, Helou e Costa Neto (2014) apontaram que, três semanas após o acidente, o tratamento psicológico começou a ser realizado e os problemas encontrados nos pacientes já comprometiam suas identidades. Sentimentos de tristeza, revolta, insegurança, ansiedade, medo e reações depressivas eram constatados nas vítimas. Além dos transtornos gerados pelo acidente, quanto à descontaminação das vítimas e dos focos, algumas pessoas perderam suas casas e tudo o que havia dentro, pois os técnicos tiveram que demolir algumas residências muito contaminadas. Essas pessoas ficaram abrigadas durante um tempo na Fundação

Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem) e no Albergue Bom Samaritano, como parte dos procedimentos de descontaminação.

Os radioacidentados albergados na Febem reagiam agressivamente contra as instalações porque estas também motivavam o medo, o desamparo, a discriminação e a perda. Depredavam o prédio e espalhavam fezes e urina pelas instalações, com o intuito de contaminar o ambiente. Entre eles eram frequentes os gritos, as crises de choro e os pedidos de socorro. Havia resistência às informações e ao tratamento preconizado [...]. Entre as crianças, além do medo e da agressividade, percebia-se o sono sobressaltado, a enurese noturna²⁰ e a fantasia da perda de membros. (HELOU; COSTA NETO, 2014, p. 21-22).

Os radioacidentados sentiam muitas dores. Não podiam defecar, urinar ou tomar banho nos banheiros, para não espalharem a contaminação. Vários foram os procedimentos aos quais os radioacidentados foram submetidos, todos muito restritivos e até mesmo agressivos. Por conta da resistência das vítimas às terapias, que lhes pareciam incompreensíveis, foi difícil para os psicólogos a intervenção com tratamentos psicoterapêuticos. Sobre essa questão, Helou e Costa Neto (2014, p. 22 apud PEREIRA, 1988, não p.) afirmam:

Os psicólogos atuaram, em tais circunstâncias, objetivando minimizar a ansiedade provocada por situações de crise (morte, isolamento, sentimentos depressivos e estigmas), utilizando técnicas rogerianas, tais como a escuta compreensiva e a reflexão de sentimentos. Também foram utilizadas técnicas de relaxamento, bem como as projetivas, além da orientação psicológica, da indagação e da síntese dos sentimentos.

Segundo os autores, 73% das vítimas afirmam que, mesmo após quase 25 anos do acidente, ele ainda é motivo de estresse, ao passo que 80,5% indicaram conviver com o sentimento de tristeza. Os autores entendem que todo o dinheiro gasto na época para a descontaminação ainda não foi suficiente para que o estado de Goiás tomasse, a partir de então, precauções para evitar que novas tragédias acontecessem.

No segundo capítulo do livro, assinado apenas por Helou, a autora analisou 1.126 entrevistas/questionários produzidos com envolvidos (de várias formas) no acidente. A autora defende que o medo à época do acidente era o sentimento mais comum entre radioacidentados, profissionais que trabalharam na área e também entre a

²⁰ Incontinência urinária. Distúrbios da função urinária. (AARDWEG, 2014, p. 471)

população vizinha aos focos de contaminação, concluindo que a desinformação e o medo andavam juntos.

Destaca ainda que uma forte evidência do medo disseminado entre a população goianiense foi o fato de milhares de pessoas terem ido ao estádio olímpico para saber se estavam contaminadas ou não. Dentre elas, apenas algumas centenas estavam contaminadas, ou seja, o restante agiu sob efeito do medo e da desinformação. O medo também agiu de outra forma, pois houve casos de pessoas que, já sabendo de alguns sintomas da contaminação por Césio-137 e sentindo-os, temeram ir ao estádio e receber resposta positiva. Quanto aos profissionais que trabalharam com as vítimas, os autores notaram que, quanto mais explicações sobre os efeitos do Césio no corpo humano fossem apresentadas, piores sentimentos eles experimentavam e sentiam ainda mais medo de trabalhar nesse meio.

Conforme destaca Helou (2014), na época, críticas ao acidente eram comuns, assim como os sentimentos de tristeza, angústia, raiva, revolta, ansiedade, depressão e tentativas de suicídio. A pesquisa realizada pela autora indica que, com o passar do tempo, esses sentimentos negativos diminuíram bastante, mas ainda resta nas vítimas a dor produzida pelo preconceito que sofreram e ainda sofrem, eventualmente, por conta do acidente.

Conforme aponta a pesquisadora, alguns radioacidentados reclamam que antes do acidente se mantinham sozinhos financeiramente, e depois passaram a depender da “esmola” que recebem do Estado. Isso aconteceu porque as sequelas do acidente impediram alguns deles de exercer as mesmas funções, e outros não conseguiram emprego devido ao preconceito também no mercado de trabalho. Já os profissionais atingidos à época, especificamente médicos e demais trabalhadores da área da saúde, em sua maioria, receberam gratificações pelo serviço prestado e alguns por serem também voluntários. Parte desses profissionais que atuaram no tratamento das vítimas alega ter sentido empatia e se afeiçoado a elas. Portanto, sentimentos positivos também permearam o acidente.

As análises feitas pelos psicólogos indicam que, obviamente, quem mais sofreu foram os radioacidentados. O grupo controle (população em geral) observa que algumas poucas mudanças ocorreram, mas o mais impactante para essas pessoas foi a discriminação dentro e fora do estado, a dificuldade de circulação e a desvalorização socioeconômica de Goiás e Goiânia. Para os profissionais que trabalharam com as vítimas, houve maiores mudanças do que na opinião do grupo controle; parte deles se

solidarizou com os pacientes, sofreu discriminação por estar tratando radioacidentados, entre outras questões, mas nada mais drástico do que o vivenciado pelas vítimas do Césio-137. Quanto à identidade, os radioacidentados apresentaram maiores mudanças e incertezas em relação à vida e a si.

Para as pessoas mais seriamente comprometidas pela contaminação, a identidade corporal foi ameaçada logo nos primeiros dias de contato com o Césio-137. “Fiquei cismado, assustado comigo mesmo, porque eu mudei de cor... As unhas começaram a empretejar, inclusive elas caíram todas... Começou a cair meus pêlos. Eu pensava: por que estou me deformando rápido?!” – confessou um dos radioacidentados em entrevista concedida ao departamento de psicologia da então FunLeide [...].

Além disso, o estilo de vida pessoal dos radioacidentados foi brutalmente descaracterizado, pelo menos por boa parte do tempo, uma vez que até mesmo suas roupas e objetos pessoais foram substituídos. Toda a caracterização física e ambiental que haviam montado ao longo da existência havia se desmantelado.

(HELOU, 2014, p. 56-57).

As vítimas foram surpreendidas com o novo; seus planos para o futuro foram rompidos e seus cotidianos afetados. Precisaram lidar com as consequências do acidente, física e sociais, e com as incertezas do futuro.

Assim como os demais autores trabalhados neste capítulo, Helou (2014, p. 71 apud FERRAZ, 1998, não p.) denuncia a irresponsabilidade do Estado e o despreparo do Brasil para lidar com a tecnologia nuclear.

Se as questões nucleares do Brasil não fossem comandadas, quase com exclusividade, por uma elite, a população brasileira não estaria tão despreparada para o contato com os implacáveis efeitos da realidade e, conseqüentemente, tão exposta aos seus perigos. Epaminondas S. B. Ferraz, da Universidade de São Paulo, declarou que a colaboração da comunidade científica universitária poderia ter sido mais intensa, se não fosse a falta de articulação entre a CNEM e a universidade.

Na passagem citada, ao tratar do despreparo da sociedade brasileira para lidar com a tecnologia nuclear, os autores certamente se referem ao desconhecimento do símbolo indicador de risco nuclear, contido no aparelho radiológico e desconhecido das vítimas. Por outro lado, fica evidente a falta de articulação do Estado, de uma rede de amparo e atuação diante de acidentes deste porte.

No quarto capítulo, Costa Neto (2014) explica que foram feitos três testes psicológicos para saber o estado das vítimas, de profissionais e de familiares dos

radioacidentados: o teste de Lüscher; o palográfico; e o da casa-árvore-pessoa (*house, tree, person* – HTP). O primeiro consistia em teste das cores, em que o paciente deveria escolher uma sequência de cores entre cinco e oito minutos. O segundo indica o ritmo de trabalho, organização, relacionamento, aspectos emocionais, entre outros. E no terceiro, como o próprio nome diz, o paciente deve desenhar uma casa, uma árvore e uma pessoa da melhor forma que conseguir. Aplicados em 1989, dois anos após o acidente, tais testes dividiram as pessoas em cinco grupos:

[...] pacientes com radiodermites e/ou dosimetria de corpo inteiro acima de vinte rads (35 pessoas – Grupo 1); familiares das vítimas diretas ou pessoas que com elas tiveram contato que não apresentaram radiodermites e cuja exposição radioativa não tenha atingido os índices indicados no Grupo 1 (27 pessoas – Grupo 2); profissionais que lidaram (6 pessoas – Grupo 3) ou que ainda lidam (10 pessoas – Grupo 4) com material contaminado pelo Césio-137 ou com pacientes irradiados e/ou contaminados pelo Césio-137; profissionais da então FunLeide que se confundiam com a população de Goiânia por não se incluírem em nenhum dos outros grupos acima mencionados (17 pessoas – Grupo 5). (COSTA NETO, 2014, p. 106-107).

O teste apontou as várias sensações e sentimentos vividos pelos grupos analisados. No Grupo 1, entre crianças, adolescentes e adultos, os autores observaram que sentimentos como tensão, insegurança e ansiedade manifestavam-se. Nos adultos, a característica mais marcante era a frustração. O primeiro grupo foi considerado psicologicamente mais abalado, pois alguns exames apontam maior porcentagem de abalo sentimental. Nos Grupos 2 e 3, a essas mesmas sensações somavam-se irritação e esgotamento nervoso, porém de forma menos intensa que as vistas no Grupo 1. O exame HTP, por seu turno, apontou 100% de chances de alterações somáticas, impulsividade e insegurança. Especificamente no Grupo 3, a característica mais recorrente foi a ambivalência, com 67% de incidência. Nos Grupos 4 e 5 constatou-se tensão predominante. Conforme apontam os autores: “[...] o teste palográfico sugeriu a característica de normopsiquismo em 78% do Grupo 1, 88% do Grupo 2 e 100% do Grupo 3, bem como inteligência mediana em 100% do Grupo 3 e 50% do Grupo 2” (HELOU; COSTA NETO; CURADO, 2014, p. 116). Os Grupos 4 e 5 apresentaram respectivamente 80% e 85% de características de normopsiquismo.

O maior número de informações registradas e arquivadas no departamento de psicologia da então FunLeide sobre as evoluções psicológicas dos radioacidentados dizem respeito a pacientes com idade superior a 20 anos [...]. Dentre estes, a característica depressão

predominou no Grupo 1 (40%); a desestruturação familiar apareceu em segundo lugar, com 32% para o Grupo 1 e 24% para o Grupo 2, associada a distúrbio nervoso, que assumiu predominância no Grupo 3 (40%). Entre as crianças do Grupo 1, as características de revolta (68%), desajuste familiar (50%), perdas de curiosidade sexual (33%) foram as mais frequentes. Já para as crianças do Grupo 2, agitação, tensão familiar e perdas lideraram com 50% de frequência. Quanto aos adolescentes, foram registradas, para o Grupo 1, as características de esquizoidia²¹ (25%), depressão, medo, tensão, agressividade, autodiscriminação e fantasia (12%); e para o Grupo 2, perdas e insegurança (37%), ansiedade, angústia, medo e revolta (12%). A síntese dos registros de evoluções clinicopsicológicas dos radioacidentados de Goiânia, elaborados ao longo de 25 meses, aponta para elevados índices de tensão, ansiedade, intranquilidade e frustrações generalizadas. O gradual e lento processo de readaptação a que se sujeitaram algumas dessas pessoas talvez tenha contribuído para o aumento do número de quadros emocionais marcados por depressão, angústia e abuso no consumo de bebidas alcoólicas. (COSTA NETO, 2014, p. 116).

Portanto, o livro até aqui analisado apresenta resultados de anos de estudos dos psicólogos da Funleide e expõe um quadro preocupante sobre a saúde psicológica dos envolvidos no acidente, principalmente as vítimas consideradas radioacidentadas. Entre estas, os efeitos psicológicos ainda se manifestavam na forma de transtornos e sequelas, que não puderam ser eliminados com a descontaminação física.

Esse livro, bastante abrangente, é de grande importância para a bibliografia e pesquisa sobre a psique das vítimas do acidente, familiares, vizinhos do foco, profissionais da Funleide e todos que trabalharam na descontaminação dos focos. Ele faz uma ponte para entendermos como essas vítimas e demais grupos eram e são tratados pela instituição de acordo com suas necessidades. Escrito por profissionais da área médica que atuaram com os radioacidentados na Funleide, esse livro nos ajuda a pensar o acidente com uma visão social e empática sobre as pessoas envolvidas.

A tese central dos autores – e que seguramente é a grande contribuição da psicologia para o debate sobre o acidente – é de que o principal impacto da tragédia se deu sobre a psique de todos os envolvidos. Assim, não podemos pensar o acidente como um fato isolado, sem conectá-lo a uma processualidade dos efeitos psicológicos.

²¹ O transtorno da personalidade esquizoide é caracterizado por um padrão generalizado de distanciamento e desinteresse geral pelos relacionamentos sociais e uma gama limitada de emoções nas relações interpessoais. O diagnóstico é por critérios clínicos. O tratamento é com terapia cognitivo-comportamental. Acesso em: 29 jan. 2020. <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/transtornos-psiQUI%3%A1tricos/transtornos-de-personalidade/transtorno-de-personalidade-esquizoide-tpe>

1.5 Retomando a questão inicial: ainda há espaço para novos estudos sobre o acidente de Goiânia?

Ao caminharmos para o encerramento deste capítulo, retomamos a questão inicial: diante de tantos estudos acadêmicos sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia, seria ainda relevante abordar o assunto? Seria ainda cabível um estudo sobre a Funleide e sua inserção complexa no cenário goiano posterior ao acidente?

Quanto à primeira pergunta, podemos afirmar que muito já se estudou sobre a tragédia, mas diversas outras questões ainda carecem de investigação e aprofundamento. No levantamento que realizamos ao longo deste capítulo, nota-se que muitos são os trabalhos acadêmicos que lidam com a temática. Entretanto, vários deles não se debruçam integralmente sobre o assunto, dedicando apenas capítulos ou subcapítulos à tragédia. Por outro lado, é notável a atenção conferida ao evento histórico do acidente, à factualidade da tragédia e ao transcorrido no ano de 1987. O período posterior é estudado, mas acaba sendo relegado a segundo plano, algumas vezes tratado como mero desdobramento da catástrofe radiológica.

Em termos de fontes, é notável o uso da imprensa escrita, que se constitui no principal material de pesquisa dos trabalhos já produzidos. De certa forma, a dissertação de mestrado de Oliveira Júnior (2016) rompe com isso, ao estudar o acidente a partir do cinema e da televisão, bem como os estudos de Silva (1998a, 1998b, 1988c, 2002, 2004, 2010, 2017a, 2017b), que lançam mão da história oral.

As temáticas relacionadas à Funleide, à assistência das vítimas e a demais aspectos concernentes à saúde pública também já foram abordadas por essa historiografia do acidente. Entretanto, a Funleide aparece como um elemento a mais, em meio às tramas da catástrofe ou das lutas sociais dos radioacidentados no período que se seguiu à tragédia. Quanto às questões de saúde, aparecem muito aquelas que afluíram durante o acidente e relacionadas à descontaminação. Ganham destaque os impactos de ordem mental e psicológica, graças ao emblemático trabalho de Helou e Costa Neto (2014). No tocante à saúde física, as pesquisas de Silva (1998a, 1998b, 1988c, 2002, 2004, 2010, 2017a, 2017b) são marcantes, pois, situadas na Antropologia da Saúde e atentas à processualidade do acidente, conferem atenção a fatos e movimentos sociais desenrolados nos anos posteriores à catástrofe. O trabalho de Silva é o que mais se aproxima de nossa proposta para esta dissertação, tendo sido desde cedo um dos referenciais a nos inspirar.

Diante dessa análise, entendemos que ainda é cabível e necessário um trabalho que se dedique integralmente ao estudo da Funleide e das instituições que a sucederam, tomando-as como objeto central de estudo. Embora seja vital considerar a assistência prestada por essas instituições no campo da saúde, é preciso lembrar que, inicialmente, a fundação foi pensada como algo bem mais abrangente, incluindo assistência social e até mesmo promoção de pesquisas científicas na área. Apesar de ter se popularizado a compreensão de que a Funleide, a Suleide e o C.A.R.A são clínicas de atendimento médico aos radioacidentados – por esta ser sua principal atuação, a bem da verdade –, os objetivos iniciais dessas entidades iam muito além disso. Para tanto, é importante seguir o exemplo de Silva (1998a, 1998b, 1988c, 2002, 2004, 2010, 2017a, 2017b) e focar no período posterior à descontaminação, fugindo a uma visão factual do acidente e pensando-o como processo social que se arrasta até o presente.

Tendo isto em vista, consideramos que ainda é cabível, viável e pertinente perguntar o porquê de o governo estadual construir uma fundação para atender aos radioacidentados. Ela teria a função de controlar a memória da tragédia e subestimar seus efeitos nocivos, como afirma Silva (2017)? Como fica essa instituição depois da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)? Suas funções são esvaziadas? O que pretenderam as muitas reformas institucionais por que essas entidades passaram? Foram uma forma de diminuir suas atribuições e atuação, após a comoção gerada pelo acidente se dissipar? Como a instituição é construída no discurso da documentação e das memórias oficiais do estado? Essas são questões que ainda necessitam de respostas.

Além disso, também é necessário revisitar a relação de diferentes grupos com essas entidades. De fato, a relação mais marcante e conflituosa se dá com os radioacidentados, porém os funcionários e ex-servidores dessas entidades também apresentam críticas a elas. Cabe ainda um questionamento sobre tal relação e os embates que ela enseja. É pertinente perguntar então como diferentes agentes, para além do âmbito oficial, significam e recordam a Funleide, a Suleide e o C.A.R.A, fugindo da dicotomia radioacidentados *versus* Estado e todos aqueles que trabalham no serviço público. O caso dos policiais contaminados e a crítica dos profissionais da saúde que trabalharam nessas instituições revelam o conflito interno ao próprio Estado, na relação com os trabalhadores a seu serviço.

Todos esses trabalhos são de grande importância e formam a base que sustenta nossa pesquisa. Pretendemos, contudo, responder a questões que não foram eleitas

como prioritárias por outros pesquisadores ou que acabaram por não receber estudos específicos e aprofundados. Longe de desconsiderar o conhecimento por eles produzidos, quisemos dar continuidade ao debate sobre o tema, levando a discussão para outros campos que entendemos ainda não terem sido devidamente explorados.

2. INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E OS SERVIÇOS PRESTADOS AOS RADIOACIDENTADOS: SONDANDO MEMÓRIAS OFICIAIS

A Funleide, objeto deste capítulo, foi e continua sendo de grande importância para as vítimas, pois é o local onde essas pessoas recebiam e recebem tratamento médico, psicológico e assistência social quanto aos bens materiais que perderam por conta do acidente. As pesquisas a respeito da instituição, durante e após o acidente, são relevantes para manter o histórico dessas vítimas em evidência. Auxiliam principalmente no entendimento do que o Césio-137 causou no corpo dessas pessoas, que carregarão as consequências físicas e psicológicas pelo resto da vida. Por isso a importância de uma entidade ali presente para oferecer acompanhamento e tratamento. Porém, há alguns desencontros referentes a falta de verbas e falhas na atenção do Estado para com a fundação, bem como mudanças que ocorreram ao longo de sua trajetória, a exemplo da passagem de supervisão federal para a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás.

Neste capítulo problematizamos as memórias oficiais criadas pela Funleide e pelo governo do estado de Goiás sobre a entidade e o apoio prestado às vítimas. Quanto ao acidente, interpretamos que o governo goiano seleciona a memória que quer que a população tenha; isto é nítido ao analisarmos os documentos oficiais, em que se nota uma parte omitida da história pelo poder público local. Como afirma Le Goff (1990, p. 535).

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Portanto, o estado de Goiás escolheu parte da história do acidente que lhe era cabível e vantajosa, enquanto a outra metade foi e continua sendo serviço dos historiadores: o resgate da memória subterrânea (POLLAK, 1989); e as vítimas contribuem para isto, o que veremos melhor no terceiro capítulo.

As fontes de pesquisa foram obtidas no acervo da Funleide. Trata-se de documentos como relatórios institucionais de todas as áreas (social, psicológica e clínica) em que as vítimas são atendidas. Também fazem parte do acervo documental

decretos e leis. Juntamente com estes documentos, serão analisadas a revista de rememoração dos 25 anos do acidente, *Césio-137 25 anos: uma história pra lembrar e prevenir* (2012), e a *Fotorreportagem do acidente radioativa em Goiânia* (2017), composta por textos e fotografias que recordam os 30 anos da tragédia; algumas dessas imagens serão averiguadas aqui. Os dois documentos têm em comum o fato de serem produzidos pelo governo do estado de Goiás, trazendo então a memória oficial do acidente. Para Le Goff (1990, p. 541), a escola dos Annales²² trouxe uma nova forma de ver a história. Esta pode ser feita através do documento escrito, porém, se não o tiver, pode ser realizada mesmo assim. Com isto o conceito de documento para os historiadores se amplia: não só o que é registro oficial passa a ser analisado pelo historiador, mas também imagens, entrevistas, entre vários outros.

Algumas notícias do *Diário Oficial de Goiás*²³ são encontradas na Funleide e utilizadas aqui para esclarecer alguns assuntos. Como exposto na introdução, a imprensa será apreciada no terceiro capítulo, entretanto, apresentamos aqui o jornal de Goiânia por ser o porta-voz das notícias oficiais do estado e trazer leis e normas quanto ao regimento da Funleide.

Alguns trabalhos, como os de Telma Camargo Silva, Suzana Helou e Costa Neto – que, como vimos no capítulo anterior, abordam mais diretamente a Funleide –, são utilizados também para dialogar com essa documentação, além de algumas notícias de jornal.

Como vimos no capítulo anterior, já existem trabalhos que contemplam a Funleide no estudo do acidente e de seus desdobramentos. Entretanto, é preciso observar que a instituição foi criada para ser muito mais que uma clínica de apoio à

²² Fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, tendo o objetivo de buscar um novo modelo historiográfico. (BLOCH, 2001)

²³ O *Diário Oficial de Goiás* é memorável desde os primórdios da imprensa goiana. A imprensa nacional estava se potencializando, e com o fim do Império, seu desenvolvimento já não podia ser impedido pelo governo. Goiás foi mais um estado que aderiu a este meio de comunicação. O *Correio Oficial de Goyás* “[...] foi criado por Lei Provincial que além de instituir o jornal como veículo de comunicação oficial do Estado, estabeleceu orçamento para que o mesmo pudesse se manter. [...] teve sua primeira circulação em 3 de junho de 1837” (BORGES; LIMA, 2008, p. 74). Depois esse jornal passou a ser a *Gazeta Oficial de Goyás* (1855-1864), mas em maio de 1864 retornou ao antigo nome, e finalmente parou de circular em 1890. Com o fechamento do jornal, os atos oficiais passam a ser divulgados no *Goiyás*. Como afirmam as autoras Borges e Lima (2008), em 1940 o *Correio Oficial de Goyás* foi transferido para a cidade de Goiânia e ganhou outro nome, *Diário Oficial de Goiás*, sendo assim chamado atualmente.

saúde física dos radioacidentados, embora ela seja comumente recordada por este viés. A ideia inicial era que a entidade prestasse uma assistência ampla às vítimas, cobrindo diferentes campos. Vislumbrava-se inclusive o apoio às pesquisas científicas, como forma de aprofundar os conhecimentos sobre os efeitos da energia nuclear no corpo humano e também para melhorar o apoio médico aos radioacidentados.

Ao analisarmos a documentação obtida na fundação, podemos observar que o estado de Goiás tinha grandes intenções com a criação desta instituição que, além de prever toda a assistência necessária às vítimas, promoveria pesquisas sobre os acontecimentos drásticos de 1987. Entretanto, veremos que nem tudo que foi planejado e estava no papel – em leis, decretos, relatórios, entre outros – se efetivou, e discutiremos alguns motivos de isso não ter sido realizado.

Enfim, será analisado todo o discurso oficial produzido pelo estado de Goiás e pela fundação, sob supervisão do Estado, presente nos documentos sobre criação, modificação, funcionamento e objetivos da fundação. Parte dessas memórias, construídas no âmbito oficial, apresentam o que se vislumbrava para a entidade ainda nos anos 1980 e no período subsequente, quando se operaram mudanças institucionais na entidade. Outros materiais, por sua vez, remetem ao trabalho já realizado, apresentando-o como uma grande obra de eficiência e sofisticação operada por um estado que se apresenta como zeloso do bem-estar de sua população.

Para organizar o texto deste capítulo o dividimos em três momentos. Começamos por analisar a legislação de criação da Funleide e a que se seguiu, mudando seu *status* institucional. Buscamos nesse material compreender o projeto inicial vislumbrado para a Funleide e como seus objetivos primeiros foram se perdendo ao longo das transformações legais pelas quais a entidade passou. No segundo momento, analisamos relatórios produzidos pela Funleide ainda na década de 1980, que apontavam as primeiras realizações da entidade e como sua equipe técnica organizou os trabalhos, além de avaliar os limites encontrados e os sucessos conquistados. Por fim, em um terceiro momento, analisamos uma publicação mais contemporânea do governo de Goiás, que apresenta as entidades tributárias da Funleide como propaganda das ações estaduais. Essa confrontação entre as décadas de 1980 e 2010 nos permite pensar as transformações operadas nas entidades assistenciais voltadas aos radioacidentados, em termos de história e memória.

2.1 Institucionalização da Funleide, atendimento prestado às vítimas e suas modificações ao longo do tempo

Médicos e cientistas em todo o mundo preocupavam-se com o desenvolvimento de doenças devido à contaminação por materiais radioativos. Em Goiás existia a consciência de que algumas doenças poderiam levar anos para acometer os contaminados; são os chamados efeitos tardios. No acidente com o Césio-137, uma das principais preocupações dos estudiosos era o câncer. Mas esta não foi a única inquietude.

Com a tragédia de Chernobyl, pesquisadores conseguiram identificar nas vítimas doenças causadas pelo Césio-137 e demais elementos radioativos lançados pela explosão. Ao fim do acidente em Goiânia, duas coisas eram dadas como certas: primeiramente, que o tratamento das vítimas não poderia acabar junto com a descontaminação, era preciso monitorá-las no período posterior; em segundo lugar, era preciso desenvolver muita pesquisa, pois os efeitos do Césio-137 no corpo humano variavam muito, de acordo com a intensidade da exposição, faixa etária, dentre outros elementos.²⁴

A Funleide foi fundada com a intenção declarada de assistir as vítimas do Césio-137, dando-lhes toda a assistência necessária, e desenvolver pesquisas sobre radiação e sequelas deixadas por ela. Nesse período, vale lembrar, ainda não existia o SUS – embora ele já estivesse em discussão na Constituinte – e o atendimento médico prestado pelo Inamps se restringia a quem possuía vínculo empregatício formal, o que não era o caso de muitas vítimas. De qualquer forma, entendia-se que o nível de complexidade da medicina requerida por um acidente radiológico era alto, e também existiam grandes demandas por assistência em outros campos, como o social, haja vista que famílias perderam tudo o que tinham, inclusive suas casas e animais domésticos.

Embora a ideia inicial circundante à criação da Funleide fosse prestar uma assistência mais ampla aos radioacidentados, é fato que a principal preocupação da época se voltava à saúde física das vítimas, em especial aos possíveis casos de câncer no futuro. A Funleide nascia sob o poder do estado de Goiás, revestida de um discurso técnico, tributário principalmente do saber médico. Articulava-se com os interesses do

²⁴ Para uma leitura aprofundada sobre a complexidade dos efeitos do Césio-137 no corpo humano e sua relação com a medicina, ver Bankazhevky (2013), Unep (2016), Okuno (2013) e Azevedo, 2012.

governo estadual, centralizando e controlando as informações referentes ao estado das vítimas. Elas, por seu turno, passaram a ter suas falas desautorizadas, diante dos saberes técnicos, como bem aponta Silva (1998a).

No livro *Os bastidores do Césio-137*, Helou (2017) aponta que antes da criação e institucionalização da Funleide, em fevereiro de 1988, havia sido criada a Comissão de Controle das Vítimas do Césio-137 (Co-Césio),²⁵ a qual seria o primeiro passo para a criação da Funleide. Essa comissão

[...] se reuniu diversas vezes e era multiprofissional: havia geneticistas, endocrinologistas, imunologistas, nutricionistas, odontólogos, psicólogos, assistentes sociais, pediatras, reumatologistas, clínico generalista... Era uma equipe bem grande [...]. (HELOU, 2017, p. 46).

Determinou-se então a criação da Funleide e toda a articulação para organizá-la, como o local onde deveria ser estabelecida e outros aspectos jurídicos e funcionais.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação LEIDE DAS NEVES FERREIRA, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, patrimonial, financeira e duração indeterminada, com a finalidade de acompanhar, de forma permanente, os efeitos do acidente radioativo de Goiânia.

Art. 2º - A Fundação de que se trata o artigo anterior terá:

I – sede e foro nesta Capital e ação em todo o território do Estado;

II – estrutura e funcionamento definidos em estatuto aprovado por ato do Governador do Estado.

III – quadro de pessoal baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Integrarão, basicamente, a estrutura organizacional da Fundação os seguintes órgãos:

I – COLEGIADOS:

a) Conselho superior;

b) Conselho curador;

II – DE DIREÇÃO SUPERIOR:

a) Presidência;

b) Diretoria de administração e finanças;

c) Diretoria técnica;

Art. 4º - A composição e a competência do Conselho Superior e do Conselho Curador serão definidas em ato a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo. (GOIÁS, 1987, p. 2).

A fundação foi estabelecida para atender os radioacidentados durante o tempo que fosse necessário, dando-lhes assistência médica, psíquica, odontológica e social. Tal

²⁵ Em 15 de outubro de 1987 foi assinada uma portaria não oficial pelo presidente do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), com autorização do governador para formar a Co-Césio, criada para estudar os problemas das vítimas do Césio (HELOU, 2017, p. 45-47).

assistência se conectava com um objetivo maior: monitorar os efeitos do acidente em Goiás, o que, como veremos, incluía pesquisa científica e realização de eventos sobre o assunto. Toda forma de amparo aos radioacidentados foi de responsabilidade da Funleide. Halim Antonio Girade²⁶ foi o primeiro presidente da fundação.

Criada pelo governo do estado de Goiás através da Lei nº 10.339 de 09-11-1987, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Leide das Neves Ferreira e dá outras providências” e instituída pelo Decreto nº 2.897 de 11-02-1988, a Fundação Leide das Neves Ferreira – Funleide apresentava competências como prestar assistência médica e social as vítimas direta e indiretamente atingidas pelo acidente radioativo de Goiânia, durante o tempo que se fizer necessário ou até a 3ª geração de vítimas; realizar estudos epidemiológicos sobre os efeitos do acidente, dentre outras. (FUNLEIDE, 2012, p. 1).

De acordo com a oncologista Maria Paula Curado²⁷, “a Funleide foi baseada na RERF – Radiation Effects Research Foundation, uma fundação criada logo após o episódio com a bomba atômica de Hiroshima, [...] para estudar os efeitos da radiação” (CARA..., 2012, p. 42). Em relação à pesquisa, a Funleide recebia técnicos de vários lugares e auxílio de diversas entidades internacionais interessadas no desenvolvimento das pesquisas sobre o Césio-137 e seus efeitos no corpo humano. A entidade se tornou referência no tratamento de radioacidentados e fez convênios com várias instituições²⁸ ao redor do mundo, interessadas na pesquisa e também em ajudar as pessoas afetadas pelo acidente. O governo japonês firmou convênio com Goiás para que a fundação atendesse cerca de 153 japoneses vítimas da bomba atômica na Segunda Guerra e que moravam no Brasil. A instituição também recebeu apoio e contribuições da UFG, PUC Goiás e Unicamp. Com a primeira, foi iniciado um trabalho na área de citogenética (O INTERCÂMBIO CIENTÍFICO, 1989, p. 35).

²⁶ De acordo com a *Revista Césio 137* (2012, p. 25), “Girade cursou física na Universidade de Brasília e na França estudou os efeitos da radioatividade nos seres humanos. Na época do acidente exercia a função de superintendente de Ações Básicas de Saúde, também ligada à SES-GO”.

²⁷ “Médica formada pela Universidade Federal de Goiás, com residência cumprida em São Paulo na especialidade de Oncologia. [...] Em outubro de 87 apresentou-se como voluntária para acompanhar os pacientes vitimados pelo acidente” (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

²⁸ Dentre as instituições conveniadas com a Funleide estavam: Universidade de Leiden (Holanda), Institute Villejuit (França), Institute Curie (França), React-Oak Ridge (Tennessee, Estados Unidos), Universidade de York (Canadá), Hospital da Bomba Atômica e Fundação dos Efeitos da Radioatividade nos Seres Humanos (Japão), entre outras.

Com a sua criação, a instituição despertou interesse de entidades nacionais e internacionais. A ideia era que, além de fornecer amparo e assistência às pessoas identificadas até então como vítimas do Césio-137, a instituição desenvolvesse não só pesquisas relacionadas ao acidente e às consequências para as vítimas, mas também debates sobre tecnologia nuclear a fim de tornar Goiás um estado reconhecido por isso. Pretendia-se ainda interligar essa iniciativa com outras instituições internacionais, em eventos programados para tratar desse universo da pesquisa. A ideia era reverter o sentido negativo do acidente, convertendo-o de algo desabonador ao estado, uma ranhura em sua imagem, em um trunfo, ao inserir Goiás no espectro de lugares com domínio sobre essa sofisticada tecnologia, em seu âmbito médico.

O Projeto Lei nº 78, de 26 de novembro de 1987, declara que a Funleide não tem fins lucrativos e que sua natureza e seus objetivos não deveriam ser alterados nem suprimidos. O prazo de duração da Funleide é indeterminado. Suas finalidades são: auxiliar médica e socialmente as pessoas que se acidentaram por causa do Césio-137; estudar os efeitos do Césio no corpo humano e meios para evitá-los ou diminuir as consequências; desenvolver pesquisas em física e medicina nuclear e outras áreas que fossem necessárias; capacitar pessoas para trabalhar em funções específicas para atender aos radioacidentados; promover intercâmbio científico e trabalhos envolvendo instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais (GOIÁS, 1987, p. 2).

Podemos notar que os objetivos preconizados para a Funleide eram auspiciosos. Havia a ambição de torná-la a baliza da conversão de Goiás em referência no que tange ao saber médico sobre radiologia e radioatividade. Para tanto, investir-se-ia pesado em pesquisa científica, como forma de desenvolver este campo. Existia um projeto de funcionalidade muito grande para instituição, tanto para a assistência às vítimas – médica, psicossocial e financeira – quanto para pesquisa, que requeria um significativo financiamento.

Porém, existem vários embates entre as vítimas e a Funleide. Como veremos melhor no próximo capítulo, elas constantemente criticam a assistência recebida e a recusa em fornecer informações, desde o início das atividades da instituição. Os esquemas de pesquisa propostos no projeto da institucionalização da Funleide, no final, a reduziram apenas a um local que funcionava – e funciona – como uma clínica de atendimento. Operou-se, portanto, uma grande distância entre o que se vislumbrou inicialmente para a instituição e o que ela, de fato, se tornou. Conforme aponta Silva (2017a, p. 279):

Esta instituição argumentava [...] sobre a importância de acompanhar e estudar os chamados efeitos tardios da radiação. Contudo, durante os anos noventa estes princípios não foram seguidos por medidas de absorção dessa população mais ampla: 1) nem enquanto inclusão nas medidas de proteção social; e 2) nem enquanto objeto de pesquisa, um tema ainda polêmico na esfera da ciência nuclear que é a consequência das baixas doses de radiação nos seres humanos.

Para Silva (2017a), a entidade tentou ao máximo diminuir e restringir os reconhecidos como vítimas do acidente radioativo, justamente para se livrar de mais responsabilidade e de assumir a culpa do Estado no evento. Também houve, de acordo com a autora, uma investida para minimizar os efeitos do acidente.

Segundo a autora, os jornais desde o começo do caso, foram o principal meio de manifestação das vítimas. Depois da criação da Funleide apareciam notícias dos radioacidentados criticando o atendimento da instituição e o estado de Goiás, por motivos como o valor das pensões – que eram baixas demais, não eram reajustadas de acordo com os anos, e alguns atingidos não foram reconhecidos como vítimas, por isso não recebiam atendimento médico algum. Com o tempo essas reclamações se agravaram.

A fundação mantinha-se não só com os recursos provenientes do governo estadual e dos convênios, mas também com bens móveis e imóveis, doações, auxílios de pessoas físicas ou jurídicas nacionais e internacionais, ou qualquer outro tipo de renda destinada a ela. O significado de fundação é descrito nos documentos que criaram e modificaram a denominação da entidade, sua estrutura e funcionamento (Funleide, Suleide, Cara).²⁹ A instituição era regulamentada por estatuto.

Girade destaca o trabalho pioneiro da fundação, e deixa claro a ajuda das universidades e instituições científicas nacionais e internacionais (CARA..., 2012, p. 42). Essas colaborações se davam nos campos da pesquisa científica, do financiamento e da ajuda aos radioacidentados. Apesar de toda esta assistência que o autor nega ter sido feita – como fica claro nas reclamações das vítimas e nos movimentos feitos por elas –, a instituição é de grande importância para as vítimas, tanto para novas pesquisas quanto para refutar antigas investigações científicas.

²⁹ De acordo com a lei estabelecida na Assembleia Legislativa do estado de Goiás “Art. 1º - [...] Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Leide das Neves Ferreira, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, patrimonial, financeira e duração indeterminada, com finalidade de acompanhar, de forma permanente, os efeitos do acidente radioativo de Goiânia” (GOIÁS, 1987, p. 4).

As pessoas que trabalhavam na fundação eram contratadas através de concurso público ou provas de títulos; alguns faziam serviços temporários ou eventuais especializados, através de contrato ou estágio. Para organizar, administrar, manter o patrimônio, representar as vítimas radioacidentadas, entre outros papéis da Funleide, havia a Assembleia Geral, os Conselhos Superior, Curador e Científico, o presidente, o diretor de administração e finanças e o diretor técnico.

A equipe de atendimento médico da Fundação Leide das Neves Ferreira estruturou os grupos de pacientes que necessitaram receber acompanhamento clínico baseado nos critérios adotados pelo AIEA (International Atomic Energy Agency) e na sugestão feita por meio do protocolo encaminhado à FunLeide pelo médico Alexandre de Oliveira. (CARA..., 2012, p. 42).

Os radioacidentados foram divididos em três grupos de acordo com o contato (direto ou indireto) com o material radioativo. Os dois primeiros grupos recebiam atendimento prioritário. A instituição organizou os grupos de acordo com os critérios adotados pela já citada AIEA. Suzane de Alencar Vieira (2014, p. 75-76) explica que:

Todas as pessoas identificadas como contaminadas ou radioacidentadas eram submetidas a severos procedimentos de descontaminação conforme o grupo ao qual pertenciam. De acordo com os relatórios da Funleide de 1988 (compilados no Dossiê da AVCésio, 1993), o Grupo I reúne pessoas que receberam dosagem de radiação acima de 500 rads. O Grupo II é composto por pessoas que apresentam níveis de aproximadamente 100 rads. No Grupo III, são listadas pessoas cujo nível de radiação oscila entre 50 rads e 100 rads. No Grupo IV, são classificadas todas as pessoas com menos de 50 rads. As pessoas dos grupos I e II tiveram contato direto com as partículas radiológicas e apresentaram alterações somáticas. Conforme os registros da Suleide, em referência ao ano 2009, 51 pessoas pertencem ao grupo I e 44 são relacionadas ao grupo II. O grupo IV³⁰ foi abolido e as pessoas desse grupo foram classificadas no grupo III, que atualmente inclui 659 vítimas.

Esses grupos foram criados essencialmente para que a fundação tivesse controle desse número, pois ao longo dos anos mais pessoas foram consideradas vítimas do acidente e encaixadas no tratamento oferecido pela Funleide. A divisão por grupos foi a forma de organizar esses indivíduos para saber a gravidade de cada caso e propor o tratamento adequado.

³⁰ Todas as pessoas com menos de 50 rads. (VIEIRA, 2014, p. 74-75).

Silva (2017a) traz uma notícia do jornal *Folha de S.Paulo*, publicada no dia 21 de janeiro de 1990, em que dois físicos – Luiz Pinguelli Rosa³¹ e Carlos Roberto Appoloni³² – informavam, em um relatório datado de dezembro de 1989, que a Funleide não possuía as condições necessárias para atender os radioacidentados. A matéria destacava a falta de pessoal e o fato de um importante arquivo em que constam os casos de câncer na cidade estar localizado em um banheiro improvisado. Os físicos, segundo a notícia apresentada por Silva, ainda afirmaram que todos os atingidos pelo acidente deveriam estar recebendo acompanhamento e não apenas os que tiveram maiores contágios. Tratava-se, portanto, de uma dura crítica aos critérios estabelecidos pela entidade sobre quem era considerada vítima ou não – elemento que, vale a pena frisar, sempre esteve em disputa na cidade.

A divisão das vítimas em grupos pela Funleide foi uma forma de discriminá-las, no sentido de dar-lhes tratamentos diferenciados e não igualitários. Assim, os radioacidentados do Grupo 1 – que a entidade afirmava ser o mais afetado, por conta da quantidade de rads recebido no corpo – ganhavam mais atenção e faziam mais exames ao longo dos anos. Já as demais vítimas faziam exames com menor frequência e não recebiam atendimento exclusivo da fundação.

Na organização e administração da entidade, ainda como Funleide, a Assembleia Geral é o órgão máximo superior, o que toma as decisões mais importantes referentes à instituição. Compõem a Assembleia: o governador de Goiás, o ministro da Saúde, o ministro da Previdência e Assistência Social, o ministro das Minas e Energia, o ministro da Ciência e Tecnologia, o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, o presidente do CNEN, o secretário da Saúde do estado de Goiás, o secretário de Minas, Energia e Telecomunicação de Goiás, o secretário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente de Goiás, o presidente da Assembleia Legislativa do estado, os reitores da PUC Goiás, da UFG, da Unicamp, o presidente da Fundação E. J. Zerbini, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos, o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), o prefeito de Goiânia, o presidente da Câmara Municipal de Goiânia. O Estatuto da Funleide previa que, na ausência de algum membro em determinada atividade, como uma reunião, alguém

³¹ Então diretor da coordenadoria de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ (SILVA, 2017a, p. 282).

³² Da Universidade de Londrina, no Paraná (SILVA, 2017a, p. 282).

poderia substituí-lo. Passariam a integrar a Assembleia Geral todos que fizessem doação de relevância à fundação e “se distinguirem no meio local e/ou regional pelo seu saber notório ou pela alta relevância de seu comportamento profissional, moral ou social” (GOIÁS, 1987, p. 3-4).

Observe-se que, dessa composição, não fazem parte os radioacidentados, muito embora o Brasil vivesse, naquele momento histórico, um processo de redemocratização em que se colocava como ordem do dia a abertura de canais para a participação do povo na política. A entidade, embora aparentemente criada com boas intenções, reservava às vítimas do acidente o papel de meros usuários do serviço público. Alijava-as de qualquer poder de decisão sobre a instituição que, ao fim e ao cabo, pertencia ao poder público, embora incluísse em sua Assembleia até mesmo autores “de doações de relevância”.

O Conselho Superior mantinha contato direto com o governador, levando a ele qualquer questão. Na ausência dele, o Ministério Público e a Assembleia Geral resolviam assuntos relacionados à instituição, como a aceitação ou não de doações para a Funleide. Caso elas ocorressem sem o consentimento dos órgãos citados, seriam anuladas e os responsáveis seriam punidos, medidas adotadas possivelmente visando o combate à corrupção. A fundação detinha autonomia administrativa, econômica e financeira, sendo de sua responsabilidade a gestão dos bens, recursos e prestação de contas. De acordo com o Estatuto da Funleide:

Art. 31 - Ao conselho superior compete:

- I – aprovar, no máximo até dia 31 de dezembro de cada ano, os planos de trabalho e a proposta orçamentária;
- II – acompanhar à execução do orçamento;
- III – propor à abertura de créditos adicionais;
- IV – propor ao Governador do Estado o plano de cargos e salários da Fundação e suas modificações;
- V – deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da Fundação;
- VI – encaminhar ao Conselho Curador, no máximo até dia 15 de março de cada ano, o relatório anual de atividades, e prestação de contas e o balanço geral, acompanhados do parecer subscrito por todos os membros, com expressa consignação de votos;
- VII – aprovar o regimento interno da Fundação;
- VIII – propor ao Governador do Estado a alteração do presente estatuto
- IX – propor ao Governador do Estado a reestruturação administrativa da Fundação, quando julgar necessário;

Art. 32 – o Conselho Superior será constituído de 7 (sete) membros efetivos, três deles eleitos pela Assembleia Geral, podendo ou não ser entre seus membros, e quatro escolhidos pelo Governador do Estado.

[...]

2º - o Presidente do Conselho é, também, Presidente da Fundação;

[...]

4º - o mandato dos membros do Conselho Superior será de 2 (dois) anos [...]. (GOIÁS, 1987, p. 4).

O Estatuto revela uma entidade complexa, composta de diversos conselhos e criada com o intuito de ser uma grande estrutura pública a serviço das lides das consequências do acidente. Cada elemento de sua organização possuía atribuições bem definidas, pelo menos burocraticamente, como se pode verificar na citação anterior.

Como se pode deprender de tal passagem, os recursos financeiros ficavam a cargo do Conselho Curador, cuja função consiste em analisar os livros contábeis e a documentação financeira e de escrituração da fundação, denunciando à Assembleia Geral os erros, fraudes ou crimes que porventura fossem descobertos. A função de conselheiro não era remunerada, sendo constituída por algumas instituições como: Potências Maçônicas do estado de Goiás, Lions Clube de Goiás, Rotary Clube de Goiás, Arquidiocese de Goiânia, Associação das Igrejas Evangélicas do estado de Goiás, Associação Comercial e Industrial do estado de Goiás, entre outras. O Conselho Curador também era composto por dois representantes dos radioacidentados – aqui sim, lembrados como agente político e social – e um representante da imprensa. Acima dos conselhos figurava, de acordo com o Estatuto da Funleide, a Direção Superior da entidade, caracterizada da seguinte forma:

Na Direção Superior da entidade estava a Presidência, Diretoria de Administração e Finanças e a Diretoria Técnica. Cabia ao presidente presidir a Assembleia Geral, reuniões do Conselho Superior, representar a Fundação, solicitar a abertura de créditos adicionais, etc. O Diretor de Administração e Finanças tem funções como: supervisionar os serviços gerais de vigilância, limpeza, prevenção de acidentes, combate a incêndio e manutenção; orientar e dirigir a administração financeira e a organização contábil da Fundação; exercer o controle de guarda e movimentação dos documentos relativos às comunicações administrativas; entre outros. Por fim, o Diretor Técnico: coordenar e orientar todas as atividades técnicas e científicas da Fundação; propor ao Presidente a contratação de serviços pertinentes a área técnica, etc. (GOIÁS, 1987, p. 5).

A Direção Superior, como se pode notar, executava as tarefas necessárias ao funcionamento da entidade, ao passo que os Conselhos realizariam o planejamento, a

fiscalização e a avaliação. Essa estrutura grande e complexa, bastante hierarquizada e que preconizava a participação de um amplo espectro da sociedade civil – embora abrisse poucos espaços para a participação dos radioacidentados –, durou pouco mais de dez anos.

Em 11 de novembro de 1999 a Funleide foi extinta e transformada em Suleide, como parte de uma reforma administrativa, operada sob alegação de redução de gastos (SILVA, 2017a). Isso ocorreu por força do artigo 3º da lei nº 13.550, que cita uma série de autarquias e fundações estaduais a partir de então extintas. A Suleide foi encarregada de dar continuidade aos serviços prestados pela Funleide, segundo Alvarenga (2000, p. 23),

[...] às pessoas expostas durante o acidente radioativo com Césio-137. A finalidade principal da SULEIDE é prestar assistência médica, laboratorial, odontológica, psicológica e social a estes pacientes até a 3ª geração.

As competências da Funleide foram transferidas para a Secretaria Estadual da Saúde (SES-GO), virando assim Suleide. É preciso frisar que a Funleide era uma fundação com autonomia e estrutura ampla e complexa, devotada à prestação de uma assistência social abrangente aos radioacidentados, tendo entre suas atribuições até mesmo a promoção de pesquisa científica. A Suleide, por seu turno, se limitava a uma superintendência da pasta estadual da Saúde, e suas funções também se limitaram, tornando-se basicamente uma clínica de referência aos radioacidentados, embora ainda prestasse assistência social a eles. O tempo de duração dessa nova entidade também ficou bem demarcado, limitado ao atendimento até a terceira geração das vítimas; antes disso era uma possibilidade, colocada ao lado da alternativa de a Funleide nunca fechar as portas.

Tais mudanças revelam que, ao longo dos anos, a instituição não manteve toda a proposta inicial, rebaixando seus objetivos com o passar do tempo. Como observado por Helou e Costa Neto (2014, p. 24):

Em 1999, a FunLeide foi extinta, sendo substituída pela recém-criada Superintendência Leide das Neves Ferreira [...] perdendo forças. Posteriormente, em 2011, a SuLeide perdeu ainda mais força, quando foi desmembrada em duas unidades distintas.

Os autores – que por sinal eram funcionários do órgão – deixam claro seu posicionamento crítico quanto às mudanças operadas na instituição. A passagem de

Funleide para Suleide não foi apenas uma racionalização organizacional da entidade, mas representou seu efetivo enfraquecimento, com redução de atribuições e de autonomia. A divisão da Suleide em outras duas entidades na década de 2000, de acordo com Helou e Costa Neto (2014), agravaria ainda mais este quadro, conforme veremos adiante.

Silva (2017a) também vê com criticidade tais processos de transformação, operados pelos sucessivos governos estaduais goianos sobre a Funleide e instituições que a sucederam:

[...] o interesse político de criação e manutenção de uma instituição com o escopo definido na lei de criação da FUNLEIDE [...] não se manteve ao longo dos anos. Os recursos financeiros necessários para a realização das atividades originalmente propostas não eram repassados de forma regular; a gestão do órgão – cuja direção era um cargo de confiança do governador do estado – ficou, por diversos momentos, atrelada mais aos interesses políticos de caráter pessoal dos administradores escolhidos do que ao efetivo atendimento das necessidades das vítimas. Alguns fatos reiteraram essas considerações. Primeiro as notícias da mídia local a respeito do descontentamento das pessoas atingidas sobre o atendimento recebido na FUNLEIDE. Segundo, a própria mudança ocorrida na estrutura do órgão, em 1999, representou um afastamento das diretrizes propostas quando da criação da fundação. Assim, com o Projeto de Reforma Administrativa proposto à Assembleia Legislativa de Goiás pelo Governo do Estado, em 1999, cujo objetivo era a diminuição dos gastos do governo, a FUNLEIDE foi extinta e suas competências transferidas para a Secretaria Estadual de Saúde enquanto Superintendência Leide das Neves Ferreira – SULEIDE/SESGO. (SILVA, 2017a, p. 284-285).

Como sabemos, uma coisa é o que a legislação preconiza e os projetos vislumbram, outra muito diferente é como tais projeções se concretizam no cotidiano. A Funleide, criada sob ares auspiciosos e com metas ambiciosas, sempre enfrentou dificuldades, seja por conta das constantes crises financeiras, seja por suas direções, mais políticas que técnicas. Aqui percebemos também as limitações do discurso técnico, que no Estatuto da entidade legitimava a exclusão dos radioacidentados na participação de diversos postos da fundação. Outro elemento marcante na história da fundação é que sempre houve críticas dos radioacidentados quanto à assistência recebida, elemento que aprofundaremos no próximo capítulo.

Silva (2017a) ainda destaca a falta de investimento em pessoal preparado e cuidados com o acervo da instituição, tanto no período da Funleide quanto no da

Suleide. Conforme aponta a autora, alguns documentos foram danificados a ponto de não servirem mais.

Isto reforça a afirmação acima de que a produção científica, da qual a manutenção de um acervo é parte integrante, foi ao longo dos anos perdendo sua importância. Nessa perspectiva, é importante assinalar que a importância desse acervo reside não só no conjunto de documentos sonoros, visuais e escritos que registram os momentos iniciais da emergência radioativa, mas principalmente pelo conjunto de prontuários médicos. Esses documentos médicos são fundamentais não somente como registro histórico, mas também para o monitoramento da saúde das vítimas e seus descendentes no presente, e se constituem em peças importantes para perícias médico-jurídicas em caso de mutações genéticas no futuro. Assim, falar sobre o tratamento dado a este acervo é também assinalar o lugar da memória do desastre no quadro das políticas públicas de saúde do governo estadual ao longo dos anos. (SILVA, 2017a, p. 286).

Houve, portanto, negligência no trato de uma documentação vital para acompanhar a saúde dos radioacidentados e estudar os efeitos da radioatividade nos corpos humanos em médio e longo prazo. Com isso também se dificultou a realização de perícias médicas e a comprovação de demandas judiciais, limitando a luta por direitos das vítimas.

Quanto ao arquivo, vale frisar que também era parte dos objetivos da extinta Funleide e foi criado dentro do esforço de promover a pesquisa científica sobre o acidente e suas consequências. De acordo com a própria instituição:

O Centro de Documentação da SULEIDE é hoje o maior acervo do Acidente Radiológico de Goiânia, que atende anualmente centenas de alunos, professores e pesquisadores de colégios, universidades e entidades científicas, não só da cidade como também de todo Brasil e até de outros países. (ALVARENGA, 2000, p. 22).

Todo esse material seria de uso público e de consulta para fins educacionais. Entretanto, de acordo com Silva (2017a), não teria sido devidamente preservado.

Cabia então à superintendência pagar por consultas e exames, quando não eram feitos pelas vítimas dentro da instituição. Neste momento, os radioacidentados já podiam escolher hospitais particulares pelo Instituto de Assistência dos Servidores Públicos (Ipasgo), plano de saúde do governo estadual, oferecido também aos servidores públicos. Conforme aponta Alvarenga (2000, p. 22): “Os radioacidentados assistidos pela SULEIDE somam um total de 614, sendo 44 pertencentes ao GRUPO I, 54 ao GRUPO II e 516 ao GRUPO III, extensivos aos seus descendentes”. Estes

números apontam que as consequências do acidente foram mais amplas, e que com o passar dos anos mais pessoas foram reconhecidas como vítimas.

No dia 8 de julho de 2002 ocorreu uma importante mudança nas rotinas da entidade: um conjunto significativo de vítimas – que não eram reconhecidas como tal até então e, portanto, não recebiam auxílio – passaram a figurar no rol de radioacidentados. Era o que definia a Lei Estadual nº 14.226, criada com o objetivo de reparar outras pessoas que foram afetadas pelo acidente. Essa lei:

[...] Reajusta os valores das pensões especiais que especifica, dispõe sobre a concessão de pensões especiais às pessoas irradiadas ou contaminadas que trabalharam na descontaminação da área acidentada com o Césio 137, na vigilância do Depósito Provisório em Abadia de Goiás e no atendimento de saúde às vítimas diretas do acidente e dá outras providências. (GOIÁS, 2002, p. 2).

A ampliação do conjunto de pessoas reconhecidas como vítimas foi uma demanda histórica de sujeitos que sempre questionaram as categorizações oficiais. Dentre essas pessoas estavam os policiais que transportaram as primeiras vítimas nas viaturas, pois não havia ambulâncias em número suficiente na época. Também faziam parte deste grupo recém reconhecido de vítimas os técnicos que limparam os locais contaminados e que foram afetados em decorrência da falta de proteção, com uso de roupas inadequadas. A falta de preparo para lidar com o acidente gerou um número maior de vítimas, que poderia ter sido evitado. Esses sujeitos, no entanto, precisaram lutar para obter o reconhecimento oficial de radioacidentados.

Havia dentro da Suleide o Comitê de Ética e Pesquisa Dr. Henrique Santillo, reconhecido como órgão oficial da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, o qual era homônimo do grupo de pesquisa da instituição, uma homenagem ao governador que criou a antiga Funleide. Como inovação, a Suleide fez alguns reparos para melhorar a instituição e ampliar o acesso à informação (LIMA, 2015, p. 9). Conforme aponta o Relatório de Gestão Exercício 2001, que assinala o histórico da Suleide e os serviços prestados, as atividades executadas incluíam:

[...]
– Reforma das instalações adequando-as parcialmente às exigências da Vigilância Sanitária;
– Resgate dos pacientes que estavam afastados da Instituição (Radioacidentados);

- Avaliação multiprofissional dos radioacidentados pertencentes aos grupos I e II com profissionais da SULEIDE, CNEM, UFRJ e INB após 14 anos do acidente;
- Implantação de 90% do 5 S em toda a instituição, não concluída devida parte da reforma que ainda não terminou.
- Programas de qualificação dos servidores, matriculando todos aqueles que ainda não completaram o ensino fundamental.
- Reestruturação do arquivo e documentação desta Superintendência, inclusive com a proposta de criação de banco de dados para informatização e arquivos (em fase de execução)
- Criação de Home Page para melhor disponibilizar as informações do acervo, alcançando o público de todo o mundo via internet. (SULEIDE, 2002, p. 12).

Nessa citação de documento oficial, vale ressaltar que percebemos alguns dos problemas vividos pela entidade, tais como: estruturas físicas em desacordo com as exigências da vigilância sanitária; reformas inconclusas que afetam programas de qualidade; radioacidentados que abandonaram o atendimento prestado pela entidade – um claro sinal de tensão nesse aspecto.

Em 2006, como afirmam Curado e Furtado (2007), com as novas modificações introduzidas pelas leis de acesso a medicamentos no país, alterando a regulação das instituições que os distribuem, a Suleide, além de enfrentar a burocratização trazida pela nova legislação, encontrou outra complicação, por estar vinculada à nova Política de Atenção Farmacêutica instituída pela SES-GO. Os medicamentos deveriam estar de acordo com a Relação Estadual de Medicamentos (Resme), o que diminuiu a diversidade de fármacos, podendo o Estado adquirir apenas aqueles contidos na Resme. Para solucionar o problema, a Suleide fez uma parceria com a Superintendência de Ações Integradas de Saúde – Gerência de Atenção Farmacêutica que pertencia ao governo federal.

Os profissionais que trabalharam na Funleide desde o início, em sua maioria, permaneceram na Suleide. Foram incorporados, portanto. Por outro lado, alguns problemas foram herdados da extinta instituição, como a falta de remédios e materiais necessários para atender os pacientes. Para tentar sanar tais dificuldades e responder às críticas sofridas pela entidade, outras modificações foram feitas ao longo do tempo.

Portanto, a transformação de Funleide em Suleide não seria a única mudança por que passaria a entidade de assistência aos radioacidentados. No ano de 2011, pela Lei nº 17.257, a Suleide foi desmembrada e, para dar continuidade a seus serviços, dividida em duas: o Cara e o Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos Leide das Neves Ferreira (CEEPP-LNF). Tal mudança foi operada por recomendações do Ministério

Público e do Tribunal de Contas do Estado. Assim, as duas entidades passaram a ter funções distintas:

O CARA é uma unidade de assistência da Secretaria Estadual da Saúde de Goiás. Coordena o sistema de referência e contrarreferência dos radioacidentados, monitora a saúde das vítimas com Césio 137. Responsável pela Junta Médica Oficial Específica, Comissão Médica Oficial Específica e o Comitê Multidisciplinar para Inclusão em Grupo III.

O CEEPP-LNF é responsável pela análise dos dados gerados pelo Cara, elabora projetos de pesquisa e produz estudos epidemiológicos com base nas informações dos grupos de acompanhamento. Além de manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa, coordena o Comitê de Ética em Pesquisa Dr. Henrique Santillo. (PRIMEIRO BOLETIM..., 2012, p. 44).

Ambos os órgãos são subordinados diretamente ao Gabinete do Secretário da Saúde, e o Cara está voltado à Superintendência de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde, continuando assim (como a Suleide) uma unidade da SES-GO.

Como afirma Lima (2015), O CEEPP-LNF, instituído pelo Decreto nº 7.255, de março de 2011, tem como atribuições promover o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas ao desenvolvimento da saúde, em busca da melhoria do padrão de vida da população de Goiás. Ressuscitou, portanto, as funções de pesquisa da antiga Funleide, abandonadas de certa forma pela Suleide. O CEEPP-LNF deveria estabelecer vínculos com demais instituições governamentais, entre elas, a Gestão do Sistema Único de Saúde; da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; e da Agricultura. Também deveria analisar os dados dos pacientes vindos do Cara, para subsidiar políticas públicas.

Observa-se que o plano de realizar pesquisas científicas, presente desde a criação da Funleide em 1988, volta a florescer. Essa questão, que havia sido abandonada durante a modificação para Suleide, agora retorna ainda mais específica, pois há uma entidade apenas para isso, no caso, o CEEPP-LNF. É bem possível que sua criação, exigida por órgãos de fiscalização do Poder Executivo, tenha se dado justamente para evitar o esvaziamento dos objetivos de pesquisa, como foi tentado com a criação da Suleide. Tal quadro ia ao encontro do ideal de economia de recursos financeiros, dentro de políticas de austeridade que frequentemente confundem investimentos públicos com desperdício de dinheiro.

O esforço para reanimar a pesquisa científica se traduziu em realizações como convênios firmados com muitas universidades brasileiras, convertidas em parceiras do

CEEPP-LNF nas pesquisas, como a Universidade de São Paulo (USP), UFG, PUC-GO e UEG. De acordo com Silva (2017a, p. 289), desde a criação da Funleide houve uma intermitência no investimento em pesquisas pelo governo estadual goiano:

Assim, ao longo dos anos, as políticas públicas definidas e implementadas no âmbito do estado de Goiás para o atendimento às vítimas do desastre e para a realização de pesquisas sobre a temática da radiação não receberam efetivamente tratamento diferenciado como o caso demanda e como previsto na Lei de criação da FUNLEIDE. As várias reformas administrativas realizadas na instituição original atenderam ao enxugamento da máquina administrativa como um todo e não às especificidades e necessidades exigidas por uma instituição destinada ao acompanhamento, em suas múltiplas dimensões, de um desastre radioativo como o de Goiânia. Ao longo dos anos, as mudanças evidenciam um movimento pendular entre afastamento e reafirmação dos objetos iniciais propostos na lei de criação da FUNLEIDE.

Desde a criação da fundação, as metas ambiciosas de criar um centro de referência em pesquisa científica sobre a contaminação com Césio-137 convive com uma realidade de contenção de gastos. Tal quadro foi responsável por resultados apenas parciais neste campo, embora sejam de grande significância.

Da mesma forma, o atendimento aos radioacidentados convive desde então com modificações tanto nas rotinas cotidianas como nas estruturas institucionais, que geraram impactos no funcionamento da entidade. Muitos dos objetivos almejados quando da criação da Funleide não foram levados adiante. As queixas, tanto de vítimas como dos profissionais da instituição, sobre falta de verbas e de medicamentos sempre foram uma constante.

As pessoas atendidas pelo Cara, na última análise da instituição feita em julho de 2016, somam 1.307. Desse total fazem parte os três grupos de radioacidentados e seus familiares, filhos e netos (a segunda e a terceira geração). Por conta da forte radiação do Césio-137, eles também foram afetados e podem manifestar doenças consequentes do contato com material radioativo. O número de atendimentos prestados pelo Cara em 2016 é mais que o dobro daqueles efetuados pela Suleide em 2000, que totalizavam 614 (ALVARENGA, 2000, p. 22). Houve, portanto, um crescimento superior a 100% no número de atendimentos, em um espaço de menos de vinte anos. Talvez essa seja uma das razões para que o governo do estado tente a todo custo cortar os investimentos nessas entidades que trabalham com os impactos do acidente. Entretanto, tal fator revela

falta de visão estratégica, no que tange ao investimento em pesquisa científica, e de compromisso com o bem-estar dos cidadãos goianos.

Como fica perceptível, enquanto o Cara se tornou definitivamente uma clínica médica de referência aos radioacidentados, tendência que vinha se delineando há anos, o CEEPP-LNF ficou incumbido das atividades de pesquisa, voltadas ao subsídio de ações epidemiológicas. Como afirma Silva (2017a, p. 289):

[...] As várias reformas administrativas realizadas na instituição original atenderam ao enxugamento da máquina administrativa como um todo e não às especificidades e necessidades exigidas por uma instituição destinada ao acompanhamento, em suas múltiplas dimensões, de um desastre radioativo como o de Goiânia. Ao longo dos anos, as mudanças evidenciam um movimento pendular entre afastamento e reafirmação dos objetivos iniciais propostos na Lei de criação da FUNLEIDE. Mas, tanto as mudanças na estrutura do órgão quanto a histórica falta de recursos destinados à execução das atividades previstas sugerem a falta de interesse político de colocar a temática do desastre radioativo de Goiânia como um tema central nas questões do Estado e nos programas de governo.

Como fica notável, os objetivos dessas entidades são bem menos ambiciosos que os inicialmente traçados para a extinta Funleide. A análise da documentação oficial, embora bastante comprometida com a instituição de memórias elogiosas às ações do estado, revela claramente o esvaziamento das metas inicialmente vislumbradas para a entidade criada no pós-acidente para gerir seus impactos. Tal corrosão não se operou apenas no nível das práticas, mas também no dos textos legais, que acabaram por sepultar ambições maiores para a entidade.

2.2 Núcleos médicos e de assistência às vítimas

Ainda em 1988, os médicos que trabalhavam na fundação elaboraram um relatório sobre o acontecimento, publicado no I Simpósio do Acidente com o Césio-137. Tal documento, de 46 páginas, foca as alterações que o desastre causou nas pessoas e na assistência prestada às vítimas, pilares da recém-criada Funleide. Todas as áreas que constavam da fundação naquele momento estiveram envolvidas nesse relatório: psicologia, nutrição, odontologia, enfermagem, medicina cirúrgica e serviço social. Ele apresenta as análises dos profissionais sobre as consequências do acidente para as vítimas no prazo de um ano. O relatório engloba também a fala e o parecer de alguns dos médicos que trabalhavam naquele período.

Na parte que corresponde à equipe médica, ressalta-se a variedade e quantidade de exames que os pacientes faziam para que os médicos tivessem controle sobre o potencial desenvolvimento de doenças causadas pelo Césio, sempre seguindo a divisão das pessoas em três grupos. O relatório apresenta da seguinte forma esse tipo de trabalho:

Ao Serviço Médico da instituição compete pesquisar sinais precoces de possíveis alterações causadas pela exposição à radiação ionizante, como por exemplo, o câncer, catarata, alterações genéticas, etc., obedecendo o seguinte protocolo:

1) Pacientes do Grupo I [...]

a) a cada quatro meses são submetidos a consulta clínica e exames de rotina (hemograma completo; V.H.S.; colesterol, glicemia, ácido úrico; provas de função hepática; ureia e creatinina; ionograma; proteinograma; VKRL; HIV, Hossão; PF e EAS.

b) semestralmente são submetidos a dosagem hormonal, citologia oncoparasitária, rotina de cabeça e pescoço para pacientes com idade superior a 40 anos.

c) Exames anuais: espermograma, ultrassonografia mamária emamografia, biopsia medular e mielograma, perfil imunológico e oftalmológico.

2) Pacientes de Grupo II [...]

a) Semestralmente são submetidos a exames clínicos e de rotina (a mesma do Grupo I), além da citologia parasitária.

b) Anualmente são encaminhados para ultrassonografia mamária e mamografia.

3) Pacientes de Grupo III [...] são anualmente submetidos a consultas e exames de rotina (os mesmos dos Grupos I e II) e outros exames a critério médico. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

O relatório é bastante claro quanto aos exames de rotina que eram realizados e, embora primasse por um estilo de escrita impessoal e com ares de objetividade, tentava construir a noção de que os radioacidentados recebiam uma excelente assistência médica preventiva. O acidente com o Césio-137 possibilitou certo avanço da medicina na área radioativa, pois foram feitas pesquisas em torno das consequências que este material químico gerava no corpo humano. As notícias da época mostram o interesse de médicos e demais pesquisadores em trabalhar nas pesquisas para produzir conhecimentos com vistas a ajudar as vítimas da tragédia. Descobriram então novos remédios que puderam ser utilizados nos radioacidentados para ajudar a eliminar a contaminação. Como noticiado no *Gazeta Mercantil*:³³

³³ Jornal criado em São Paulo no ano de 1920. Parou de circular em 2009, tendo construído 21 jornais regionais e três internacionais. Era uma referência no jornalismo econômico. (LENE, 2012, p. 1-2).

Um medicamento produzido por engenharia genética, administrado às vítimas de césio-137 [...] foi considerado potencial. O medicamento, denominado GM-CSF, é a versão genética de uma proteína humana. [...] três em cada oito pacientes medicados com a droga apresentaram recuperação extraordinária de seus sistemas imunológicos. (REMÉDIO..., 1988, p. 268).

O jornal citado é especializado em economia, e, como fica visível na matéria, a elaboração de novos medicamentos para as vítimas da radiação nuclear se inseriu em um novo mercado de fármacos. Os investimentos em pesquisa no período posterior ao acidente resultaram em novos domínios tecnológicos e em inovação, portanto.

As universidades nacionais e internacionais empenharam-se em ajudar e desenvolver essas pesquisas. Os jornais apresentam um grande número de notícias mostrando o interesse dos pesquisadores universitários. O *Jornal da Tarde*,³⁴ em 26 de janeiro de 1991, informou que cientistas da Universidade de York, Inglaterra, e de Toronto, Canadá, afirmaram ter encontrado mutações genéticas nas pessoas contaminadas. Outras constatações foram feitas quanto à probabilidade de surgirem novas doenças; o câncer era uma grande preocupação das vítimas, dos médicos e pesquisadores. A suspeita de complicações mais profundas na saúde dos radioacidentados ganhava as páginas da grande imprensa nacional em princípios da década de 1990.

O Grupo 1 costumava fazer mais exames e com maior frequência, exames que variavam entre mensais, bimestrais, semestrais e anuais. Com o passar do tempo essa frequência diminuiu, pois se o paciente não desenvolvesse problemas no médio prazo entendia-se que não era necessário fazer alguns exames com a mesma precisão (FUNLEIDE, 1988, não paginado). Fica a dúvida, nesse caso, se a redução na frequência dos exames não se deu em função das restrições orçamentárias pelas quais a entidade passou.

Além disso, pelo que alguns médicos relataram, quando ainda estavam na fase aguda do acontecimento era fácil falar das lesões no corpo de algumas vítimas, explicar como e porque surgiam, mas era muito difícil afirmar se as pessoas se restabeleceriam lenta ou rapidamente com o tratamento recebido. O problema maior era que, mesmo

³⁴ Lançado em São Paulo em 3 de janeiro de 1966, produto de *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-da-tarde>. Acesso em: 28 fev. 2020.

com a vontade dos médicos e dos radioacidentados de desenvolver o tratamento, muitas vezes faltavam verbas que cobrissem o necessário à instituição. No relatório, o médico-cirurgião Nelson Massini³⁵ observa:

Conheço as dificuldades que a Fundação enfrenta, principalmente as de ordem financeira. Sei que ela hoje depende exclusivamente do governo do Estado e sei que o governador Santillo tem feito o que é possível. Uma ajuda do governo da União seria muito importante neste momento. A Fundação está precisando urgentemente de verbas para implementar os seus setores de pesquisas e de acompanhamento clínico. E esta é uma obrigação do governo federal, que tem o dever político e social de prover a Fundação dos recursos necessários. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Nessa citação fica muito evidente o quadro de carência de recursos financeiros por que passava a Funleide, cenário tão explícito que acabava reconhecido por Massini. O médico, talvez se esquivando de um confronto mais direto com o governo estadual, utiliza uma fórmula retórica para tornar sua crítica aceitável nos meios oficiais: o governo do estado faz um trabalho excepcional, mas faltam recursos, sendo o culpado o governo federal. A Federação era entendida como responsável por ajudar financeiramente a fundação e as vítimas tanto quanto o estado de Goiás, mas não estava cumprindo com as normas. Os médicos da instituição viam-se em uma situação complicada: precisavam ajudar e resolver os problemas das vítimas, mas não tinham estrutura suficiente. A percepção de Massini era de que o estado de Goiás fazia sua parte, porém, a estrutura da fundação era grande demais para ser sustentada apenas pelo governo estadual. Imaginamos que o anúncio do SUS, na Constituição de 1988, ampliou essa concepção de que a União precisava fazer sua parte. Quanto às atividades de pesquisa, Massini declarava:

A participação da Comunidade Científica e Universitária no trabalho da Fundação tem sido importante. Destaco aqui o papel da própria UNICAMP que se colocou inteiramente à disposição da Fundação e do Governo de Goiás para um trabalho de pesquisa científica que deverá prestar uma grande ajuda às vítimas do Césio-137. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Estabeleceram-se parcerias, como centros de excelência em pesquisa científica do país. As investigações se voltavam ao atendimento das vítimas na prevenção de

³⁵ Médico formado pela Unicamp/Piracicaba; advogado e cirurgião-dentista formado pela Unicamp. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

doenças, embora o conhecimento produzido em tais projetos pudesse exceder em muito essa demanda inicial e imediata.

Alguns médicos ainda relataram que havia pacientes com machucados profundos por conta das queimaduras provocadas pela substância radioativa. Nesse caso foi necessário um procedimento de retirada do tecido necrosado, substituindo-o por um sã. Algumas vítimas precisaram amputar partes do corpo, como pernas, mãos e braços. Houve, portanto, demanda por procedimentos cirúrgicos visando o restabelecimento das vítimas do acidente, alguns deles realizados meses após o ocorrido.

O doutor Cássio Raposo do Amaral³⁶ (FUNLEIDE, 1988, não paginado) aponta que 22 vítimas sofreram radiolesões na pele, tendo seis pacientes com lesões mais intensas que duraram mais de seis meses. O médico classifica as lesões cutâneas em queimaduras de primeiro, segundo e terceiro grau, esta última sendo mais grave, e lesões mais profundas da derme, com perda de tecido que não se recuperaria mais.

Parte das vítimas sentia dores e tinha dificuldades para dormir, até mesmo após a descontaminação. As feridas apareciam constantemente:

São feridas que vão e voltam. Numa semana parecem completamente cicatrizadas, na outra a pele começa a ficar vermelha. Mais alguns dias as chagas aparecem com dores lancinantes. São as radiodermites [...] (ACIDENTE..., 1988, p. 14).

Fica claro no relatório que muitas complicações se seguiram ao acidente com o Césio-137, algumas delas apresentando alto grau de complexidade. O acompanhamento dos pacientes era, portanto, imperioso e não podia ser interrompido após a descontaminação, realizada ainda no ano de 1987.

Massini ressalta essa indispensabilidade da sequência do tratamento às vítimas, sendo necessário prosseguir com os exames e prognósticos dos pacientes para que as doenças fossem tratadas com eficiência. Para isso seria necessário um planejamento das ações da instituição voltadas à supervisão das vítimas. De acordo com Massini: “Temos ao todo 104 pacientes a serem acompanhados, dos quais cerca de 20 em estado mais grave. Estes devem ter uma continuidade maior, um acompanhamento mais próximo” (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

A doutora Maria Paula Curado destaca a importância da Fundação para a comunidade científica e para o mundo, pois o acidente de Goiânia foi único. Ela entendia que a tragédia era uma fonte rica de pesquisas para compreender o que o

³⁶ Doutor em medicina pela USP (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

elemento químico Césio-137 pode causar no corpo humano. Isso também ajudaria a delinear futuras ocorrências, sendo útil para ajudar os radioacidentados e outras pessoas que passassem pela mesma situação.

Essa ênfase na pesquisa, a despeito dos grandes convênios firmados com universidades, pode ser indicativa de um desejo premente e de uma demanda médica por respostas que só a investigação científica poderia dar, aspectos ameaçados pela falta de recursos. Boa parte do relatório, a ser apresentado em um simpósio que contaria com a presença de políticos e demais agentes sociais importantes para o estabelecimento da fundação, se preocupava em convencer o leitor da necessidade de financiamento para que a Funleide pudessem prosseguir suas atividades adequadamente. A todo momento se ressaltavam a utilidade e necessidade da assistência que deveria ser ali prestada às vítimas e a pesquisa científica que deveria subsidiá-la.

Como ressaltado no relatório, o núcleo de enfermagem fazia curativos nos pacientes, sendo responsável ainda pela

[...] administração de medicamentos, exames (como o eletrocardiograma), além de enviar receitas e orientar quanto à prescrição médica. [...] Também auxilia os médicos nas consultas e procedimentos cirúrgicos de pequeno porte. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Também orientava os pacientes quanto aos cuidados que deveriam tomar, à importância de fazer os exames e de cuidar da higiene, pois isso ajudava a eliminar o Césio, durante o processo de descontaminação; os remédios eram controlados pelos enfermeiros e passados ao paciente na hora certa. Conforme aponta o documento:

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Enfermagem atua no sentido de dar assistência bio-psico-social no campo preventivo e curativo às pessoas envolvidas com o acidente radioativo com o Césio-137 [...] No campo preventivo, a enfermagem prestou assistência a todos os pacientes no HGG-INAMPS e CRF (FEBEM), com observações e orientações quanto à coleta de fezes e urina destes pacientes que requeriam cuidados especiais, pois estes materiais tinham que ser analisados e eles não podiam usar vasos sanitários. A higiene era de grande importância, porque o Césio-137 era eliminado pelo suor. Assim o banho diário contribuía muito na descontaminação externa do paciente. Os cuidados com higiene bucal eram feitos com escovações e bochechos. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

É importante ressaltar que a parte de enfermagem constrói uma narrativa de suas atividades remissivas à descontaminação. Nesse histórico, ganham evidência as ações

desenvolvidas no momento crítico de atendimento aos contaminados, confinados nas instalações do HGG-Inamps e da Febem, quando nem ao menos os vasos sanitários podiam ser utilizados.

O núcleo de enfermagem encontrou obstáculos para fazer os curativos dos pacientes, pois quase não havia bibliografia sobre como resolver alguns problemas das queimaduras apresentadas. Por isso, procurou profissionais que atenderam pacientes envolvidos em acidentes radioativos. Conforme apontam, alguns radioacidentados não aceitavam que os enfermeiros fizessem o curativo, pois não confiavam em tais serviços, tendo o enfermeiro que supervisionar o curativo feito pela própria vítima, uma solução encontrada para o impasse. Esse tipo de atitude pode ter se originado na desumanização do tratamento inicial da descontaminação, em que as vítimas eram lavadas com uma substância de vinagre e sabão, por vassouras (VIEIRA, 2014), o que gerou muitas queixas e revolta por seu caráter humilhante.

A Constituição de 1988 garantiu a institucionalização do SUS, porém, sua implantação e desenvolvimento foram paulatinos, até que atendesse todo o país. O acidente ocorreu em 1987, atingindo camadas mais baixas da população de Goiânia, e deve-se levar em conta que nem todos tinham costume de ir ao médico, nem fácil acesso a esse serviço. Perder o controle sobre o próprio corpo, como o tratamento exigia, não foi uma experiência fácil para essas pessoas.

A enfermeira Teofanes Fátima Brito³⁷ afirma na seção de depoimentos do relatório, redigida possivelmente para servir como arquivo da experiência, que quando tomou conhecimento do acidente ficou assustada, mas mesmo assim foi voluntária no Inamps e na Febem. Ali trabalhou até o dia em que as vítimas foram transferidas para a Funleide. Assim que foi criado o núcleo de enfermagem, ela se tornou coordenadora dos serviços desse órgão. Esse é um traço importante da Funleide: a incorporação de profissionais que assistiram às vítimas desde o primeiro momento do acidente.

A Funleide tem um laboratório próprio, que presta atendimento às vítimas e também é responsável pelo desenvolvimento de pesquisas. O relatório esclarece que

Compete ao laboratório da Funleide:

- a) Dar apoio ao serviço assistencial da instituição, em análises clínicas dos radioacidentados e pacientes da rede pública de saúde;
- b) Cardiograma: avaliação dos cromossomos, para identificação dos sexos, das síndromes de Down, Turner, Klinefelter e aparecimento de leucemias.

³⁷ Graduada em enfermagem pela PUC-Goiás (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

c) Desenvolver duas importantes pesquisas: 1) Micronúcleo, para confirmação da dosimetria; 2) X-frágil, em descendentes, para auxiliar no planejamento familiar, a partir da verificação do cromossoma “x”. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Nota-se que equipamentos da Funleide, como o laboratório, também eram utilizados por outros pacientes da rede pública de saúde. Além de realizar os exames de rotina solicitados pelo núcleo médico, o setor de análises clínicas também realizava pesquisas importantes, como aquelas que auxiliariam a prever doenças na descendência das vítimas.

Segundo o núcleo de odontologia, alguns pacientes apresentavam hipersensibilidade ao frio, calor e ao sabor doce, queixavam-se de sangramento gengival, apresentaram parestesia,³⁸ trismo,³⁹ perda e alteração do paladar e xerostomia.⁴⁰ No documento, ainda na seção do núcleo odontológico, há uma explícita ressalva sobre a falta de recursos financeiros da fundação ante a necessidade de comprar material para atender as vítimas. Havia também dificuldade de encontrar profissionais para lidar com essa situação tão específica de saúde bucal, em meio a condições um tanto quanto precárias. Porém, alguns dentistas observaram que a existência da fundação era muito importante para o tratamento das vítimas, e que em outros lugares não haveria o devido preparo para lidar com as especificidades desses pacientes. Conforme aponta o documento:

Perante as necessidades odontológicas dos pacientes envolvidos no acidente radioativo com o Césio-137, em Goiânia, estabeleceu-se um programa de saúde estomatológica no sentido de identificar e sanar as entidades patológicas orais das referidas pessoas. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Houve, portanto, um planejamento no atendimento à saúde bucal dos radioacidentados, assim como um tratamento continuado e preventivo a novas doenças. Em outro ponto o documento complementa:

Dispomos em nossa equipe de uma Odonto pediatra [sic] que após uma avaliação detalhada das estruturas orais dos pacientes, chegou à conclusão de que os problemas odontológicos encontrados são comuns à população brasileira nesta faixa etária. Também recém-nascidos foram examinados e não se constatou qualquer

³⁸ Sensação cutânea subjetiva (formigamento), persistente ou não, que pode ser vivenciada espontaneamente ou como resultado de um estímulo (CAMPOS; ARAÚJO, 2009, p. 91).

³⁹ Limitação da abertura bucal (MATOS, 2015, p. 9).

⁴⁰ Secura na boca por quantidade insuficiente de saliva (COIMBRA, 2009, p. 159).

anormalidade. Temos o maior interesse nesta população, pois sabemos que apesar de haver poucos relatos na literatura que fazem referência sobre os efeitos adversos da radiação sobre a dentição em desenvolvimento as maiores alterações ocorrem neste período. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Nessa passagem, o núcleo de odontologia nega que existam doenças bucais infantis específicas da contaminação com o elemento Césio-137, embora não fosse possível ainda apresentar respostas definitivas. Todas as patologias estariam ligadas à faixa etária das crianças e não especificamente ao acidente. Neste ponto do documento percebemos a importância da pesquisa e da medicina preventiva, via monitoramento dos radioacidentados, pois lidava-se com um arco considerável de problemas que poderiam surgir, mas que não estavam manifestos claramente.

Da mesma forma que os demais trabalhadores da Funleide, os profissionais do núcleo odontológico também destacaram a relevância da fundação, mas não deixaram de reclamar da falta de remédios e de estrutura para atender os pacientes e fazer valer os procedimentos corretos. Para eles, esses empecilhos atrasaram o tratamento de alguns radioacidentados:

Pela falta de infra-estrutura [sic] não temos condições de executar todos os procedimentos relacionados a este parâmetro, o que conseguimos operacionalizar foi a confecção das próteses pela Protesista, pois neste nível há necessariamente a participação do especialista. Não deixando de elucidar que há uma lista de espera para a confecção das próteses onde cada caso é avaliado e planejado criteriosamente de acordo com as necessidades para posterior execução. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Adiante, o documento complementa: “os tratamentos endodônticos estão sendo encaminhados para centros de referências (clínicas particulares)”. Nessas passagens também fica claro que o orçamento da Funleide era insuficiente para realizar todas as atividades planejadas. Desde seu princípio houve uma diferença muito grande entre o que se vislumbrou e o que se conseguiu oferecer aos radioacidentados. O documento não apresenta uma narrativa ufanista, mas se assenta sobre: 1) a importância da Funleide e da assistência às vítimas, senão na solução de problemas imediatos, na pesquisa de enfermidades potenciais; 2) a insuficiência de recursos e de estrutura para realizar todas as atividades previstas. Possivelmente essa queixa sobre a falta de orçamento tinha como objetivo sensibilizar os participantes do simpósio em que o relatório foi apresentado, evento que contou com a presença de políticos.

Segundo consta no relatório, houve também resistência por parte dos radioacidentados quanto aos procedimentos odontológicos. A doutora Maria Aparecida M. Gomes⁴¹ afirma que muitos pacientes nunca tinham ido ao dentista, e era difícil fazê-los entender os métodos utilizados, sendo árduo convencê-los até de tomar a anestesia. Houve um elemento cultural presente tanto na descontaminação como na assistência prestada posteriormente, com o qual os profissionais pareciam ter muita dificuldade de lidar. A antropologia da saúde poderia ter dado uma boa contribuição neste caso, embora em nenhum momento se tenha cogitado a presença de antropólogos nas equipes multidisciplinares criadas para atender os radioacidentados.

Os nutricionistas também integraram as equipes de descontaminação e, depois, da Funleide. Fizeram pesquisas para montar a cesta básica das vítimas; consultaram o que elas comiam antes do acidente e analisaram o que precisariam comer – pois, com a descontaminação, alguns nutrientes no corpo se esvaíam com rapidez e era necessário reposição para impedir novas doenças. Assim,

[...] foi constituída uma cesta básica especial para pacientes com radiodermites em atividade, uma vez que apresentam grandes problemas nutricionais e perda maciça de líquidos e eletrólitos. As proteínas séricas são perdidas por exsudação das áreas que sofreram queimaduras. Ocorre ainda uma destruição extensiva de tecidos, provocando perdas de nitrogênio e potássio pela urina. Essa perda reduz gradualmente à medida em que a cicatrização se processa. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Novamente nos deparamos com um texto remissivo à descontaminação. Nele percebemos a importância dos nutricionistas, uma vez que a saída de líquidos do corpo era central no processo de eliminação das substâncias tóxicas, podendo causar desidratação. Toda a dieta hospitalar montada visava evitar isso. Este núcleo também dialogou com os radioacidentados, pois seu papel não cessou com o fim do processo de descontaminação.

Antes de fechar os alimentos que iriam integrar a cesta básica, foi realizada uma reunião com a população estudada a fim de revelar os resultados obtidos, bem como responder aos anseios dos mesmos [sic] em relação a esta cesta. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

⁴¹ “[...] dentista, graduada pela Universidade Federal de Goiás. Trabalhou no Hospital do Câncer de Goiânia, adquiriu conhecimento dos problemas relacionados ao tratamento de pessoas submetidas a processos de irradiação. Foi durante muito tempo a única profissional na área a dar assistência às vítimas” (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Neste caso houve alguma preocupação em criar uma cesta básica que não estivesse completamente desconectada dos hábitos alimentares dos radioacidentados. Assim, as chances de a iniciativa obter sucesso seriam maiores.

O objetivo do núcleo de serviço social era diminuir a tensão que o desastre causou. Esses profissionais preenchiam fichas que eram atualizadas sempre que preciso com os dados das vítimas, relatando a sua condição social. Encaminhavam os pacientes para um profissional encarregado de observar a frequência com que essas vítimas procuravam e recebiam atendimento. Quando necessário, faziam visitas domiciliares aos pacientes a fim de conhecer sua realidade, para então poder intervir e auxiliá-los. Também tinham como função escutar essas pessoas para saber o que as angustiava e quais seus planos futuros. Maria Lúcia Lima Jordão Nahas, que foi coordenadora do núcleo de serviço social, destaca:

O acidente radioativo com o elemento Césio-137, em Goiânia, causou vários efeitos, principalmente na área social. [...] iniciou-se um processo de discriminação de relevante importância, o qual [...] era gerado pelo medo da radiação e transferência da contaminação. A população evitava locais próximos aos focos e, principalmente, as pessoas diretamente envolvidas. Esta discriminação atingiu a área econômica e comercial de uma forma muito agressiva. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Novamente fazendo um histórico de atuação desde o acidente, a área de assistência social destaca seu papel em combater os impactos negativos do preconceito sofrido pelas vítimas. O relatório ainda frisa que “estas pessoas sofreram graves perdas, entre elas social [sic]; tiveram seus papéis sociais totalmente desorganizados e seus status alterados de forma imposta” (FUNLEIDE, 1988, não paginado). Vale frisar que muitas pessoas perderam tudo o que tinham, casas, objetos pessoais, empregos e funções sociais. Diante disso:

O Serviço Social tem trabalhado no sentido de reintegrar socialmente as vítimas do acidente radioativo e, paralelamente, tem tomado atitudes assistencialistas, porém, com intuito de atender os clientes em todos os níveis. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

O serviço social ficou incumbido de auxiliar os radioacidentados a recuperarem sua vida social, procurando ao máximo retomar uma rotina de normalidade. Entre as atividades designadas a este núcleo estão o acompanhamento das vítimas para providenciar os documentos que perderam no acidente. Os assistentes fizeram um

levantamento das perdas materiais dos indivíduos acidentados para que o governo pudesse ressarcir-los. Além disso, para que essas pessoas tivessem melhor acesso à fundação, o serviço social concedia passagens de ônibus até mesmo interurbanas para quem não residisse em Goiânia. Conforme aponta o relatório:

O Serviço Social da Funleide presta esclarecimentos aos radioacidentados no que se refere aos seus direitos sociais e os meios de exercê-los com a finalidade de facilitar o acesso aos benefícios e serviços da instituição e fora da mesma; encaminhar a clientela aos recursos sociais disponíveis na comunidade; promover a capacitação da mesma para o convívio social; desencadear um processo de ação-reflexão a partir dos problemas de participação da clientela, fazendo com que através da conscientização, organização e capacitação para o enfrentamento dos problemas a clientela se capacite para a solução e encaminhamento de outros problemas. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

O relatório apresenta como função principal do núcleo o assessoramento das vítimas na busca por seus direitos. Trata-se de uma visão mais contemporânea para a assistência social. Nesse sentido, o núcleo auxiliava os radioacidentados a terem acesso à Funleide e à assistência de que necessitavam. Tal atendimento era ainda objeto de reflexão com objetivo de balizar as ações desempenhadas pela fundação. Além disso, havia uma preocupação “pedagógica” do núcleo:

No campo da educação têm-se trabalhado a nível de orientações e promoção de palestras em cima de questões tais como: higiene, mudanças de hábitos, nutrição, alfabetização, saúde preventiva, orçamento familiar, entre outros. (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

Havia uma preocupação, portanto, em transformar as culturas dos radioacidentados e discipliná-las dentro de padrões que respondessem melhor às políticas públicas da Funleide. Às vítimas que tiveram problemas financeiros por conta do acidente, o núcleo concedia uma verba provisória para que pudessem alugar moradias. As famílias que perderam suas casas na tragédia, por seu turno, receberam indenizações em dinheiro. Talvez essa tenha sido a principal ação realizada pelo núcleo: auxiliar as famílias a se restabelecerem e construírem um novo lar.

Algumas vítimas receberam auxílio financeiro para que pudessem comprar coisas básicas, como materiais escolares, e pagar impostos. O núcleo também era encarregado de orientar as pessoas a um trabalho, pois muitas perderam seus empregos em função do preconceito sofrido. Por essa razão, muitas recebiam auxílios financeiros, vitais para poderem sobreviver. O documento ainda destaca o preconceito que essas

vítimas sofriam (e ainda sofrem). Contudo, o serviço social estava presente para encorajá-las e melhorar sua vida social.

Além disso, o núcleo de assistência social disponibilizou óculos aos afetados que precisassem; estes faziam os exames e com a receita médica já eram encaminhados à ótica. Portanto, o atendimento médico não se desvinculava de outras políticas públicas, pois, neste caso, não adiantava o simples ato de receitar óculos; era preciso auxiliar financeiramente muitos radioacidentados que não possuíam dinheiro para adquiri-los.

Como se pode notar, diversas políticas foram colocadas em prática, e elas visavam não somente os desdobramentos da contaminação com o elemento Césio-137, mas também a recuperação da autoestima dos radioacidentados. Foi o caso de óculos e dentaduras, cuja relação com a tragédia não está dada diretamente.

Na parte do núcleo de psicologia, os profissionais relataram que as pessoas envolvidas com o acidente desenvolveram problemas psicossociais como: “[...] ansiedade, medo do desconhecido, pânico, insônia e insegurança quanto à saúde. Os estados de depressão também eram comuns” (FUNLEIDE, 1988, não paginado). Pessoas que trabalharam durante o acidente com os radioacidentados também tinham medo do desconhecido, e muitas delas receberam acompanhamento psíquico. Os profissionais que atenderam as vítimas também adoeceram. No documento, o núcleo explica que a permanência do preconceito contra os radioacidentados causa neles impacto negativo, pois alguns se sentem desmotivados para fazer as coisas que faziam antes. Portanto, o combate aos efeitos do preconceito, além do acompanhamento dessas pessoas, eram objetivos não só da assistência social, mas também da psicologia.

O corpo de psicologia, por ocasião da criação da FunLeide, era composto por dez profissionais de diferentes escolas: psicanálise, psicologia analítica, psicodrama, Gestalt, análise do comportamento e bioenergética. (HELOU; COSTA NETO, 2014, p. 24).

Era uma equipe eclética, com profissionais que seguiam diferentes linhas, e dois deles se tornaram autores do livro citado. Ainda de acordo com eles:

[...] quatro anos após a ocorrência do acidente, com base na orientação analítica, percebia-se que se encontravam atenuados os quadros de agressividade, depressão, tristeza, histerismo, perda de identidade, “agressão contra o mundo”, e fantasia da perda de membros. Entre as crianças, podia-se destacar a permanência dos quadros de agressividade e enurese noturna. (HELOU; COSTA NETO, 2014, p. 24).

Conforme apontam os autores, referindo-se a um período maior que o relatório aqui analisado, o intenso trabalho desenvolvido pelo núcleo de psicologia deu resultados e, ao longo de quatro anos, muitos transtornos haviam sido tratados. Entretanto, constatava-se a permanência de outros quadros psicológicos abalados, que requeriam tratamento mais demorado.

As psicoterapeutas Suzana Helou e Costa Neto (2014) analisaram os sentimentos dos radioacidentados após o acidente, entre eles, medo, tristeza, angústia, depressão, ansiedade, revolta e raiva. Parte significativa das vítimas foi afetada por esses sentimentos durante e após o acidente. Eles se manifestaram na fase crítica da tragédia – conhecida assim logo após o descobrimento da cápsula pela Vigilância Sanitária até o fim da descontaminação dos focos, das pessoas e o início do tratamento. Era bastante comum, em tal fase, as vítimas do acidente apresentarem sentimentos negativos e transtornos, mas logo começou o tratamento psicológico, que as ajudou a se recuperarem. Todavia, até hoje é nítido o sofrimento de algumas famílias que perderam parentes e ainda têm em seu corpo marcas do Césio.

Vera Raposo do Amaral⁴² e Ceres Regina Fernandes,⁴³ psicólogas que trabalharam na Funleide e cujos escritos compõem o relatório (FUNLEIDE, 1988), concordavam que seria necessário fazer um programa de divulgação à sociedade. Era preciso que todos entendessem que as vítimas não podiam mais contaminar ninguém, pois o tratamento já havia sido feito, assim como a descontaminação dos locais por onde passou o Césio-137. As psicólogas consideravam que, para reintegrar essas vítimas à sociedade, era importante informar à população o que se passou e o quanto o preconceito fazia mal às vítimas, causando não somente sua exclusão, mas também a recusa a se socializar, por vergonha ou medo. Ou seja, elas entendiam que não bastava tratar das vítimas; era preciso tratar da sociedade goianiense como um todo.

Quanto à capacidade de voltarem para sua rotina normal, isso não foi possível a todas as vítimas. Tal quadro já era previsto desde os primeiros meses do tratamento médico, feito antes da criação da Funleide. Essa previsão se confirmaria posteriormente. Um relatório datado de 1989, produzido por uma junta médica – assim denominada no

⁴² “Professora de Psicologia do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia da PUC de Campinas [...] Pós-Graduação na Universidade René Descartes de Paris. Doutora e mestra em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo” (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

⁴³ “[...] formada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás. [...] foi chamada logo nos primeiros momentos para auxiliar no trabalho com os vitimados” (FUNLEIDE, 1988, não paginado).

próprio documento, elaborado a pedido do governador de Goiás em referência ao estado de saúde das vítimas –, apresenta o seguinte diagnóstico:

Esta comissão, instituída pelo Decreto 3.093 de 23/12/1988, após reunião de seus membros criou protocolo próprio de avaliação médico-psico-social, que compreendeu anamnese, exame físico, exames oftalmológico, cardiovascular, dermatológico, psiquiátrico, sócio-econômico [sic] e critérios radiológicos. [...]

Após análise detalhada dos dados coletados de indivíduos (pessoas), esta comissão adotou o critério técnico-científico, eminentemente médico, para responder às indagações formuladas por V. Excia o Governador do Estado.

O referido critério teve em vista o aspecto de capacitação funcional laborativa, a qual foi subdividido em três (3) itens:

Apto, incapacidade parcial ou total. [...]

Adotamos o parâmetro laborativo para definir os possíveis habilitados a concessão de pensão especial as pessoas diretamente envolvidas pelo acidente radioativo de Goiânia.

Sendo assim, estipulamos (11) onze indivíduos com incapacidade funcional laborativa [...] cujos nomes seguem anexo:

1) Roberto

Incapacidade funcional laborativa total e permanente para qualquer atividade profissional, em decorrência das sequelas radiológicas (amputação do braço D.) e à sequelas de componente psiquiátrico;

2) Devair

Incapacidade funcional laborativa parcial e permanente, estando inabilitado para atividades manuais que exijam força muscular e sensibilidade tátil, estando apto para outras atividades;

3) Geraldo

Incapacidade funcional laborativa total e permanente para qualquer atividade profissional, em decorrência das sequelas radiológicas do acidente em ambas as mãos e pés; a gravadas pelo componente psiquiátrico prévio;

4) Wagner

Incapacidade funcional laborativa total e permanente para qualquer atividade profissional, em decorrência das sequelas radiológicas do acidente em ambas as mãos e pés;

5) Edson

Incapacidade funcional laborativa parcial e permanente, estando inabilitado para atividades manuais que exijam força muscular e sensibilidade tátil, estando apto para outras atividades;

6) Ivo

Incapacidade funcional laborativa total e permanente para qualquer atividade profissional, em decorrência das sequelas radiológicas do acidente em ambas as mãos e membros inferiores;

7) Ernesto

Incapacidade funcional laborativa total e permanente para qualquer atividade profissional, em virtude das sequelas radiológicas do acidente na coxa direita;

8) Kardec

Incapacidade funcional laborativa parcial e permanente para atividades braçais, que exijam grandes esforços físicos;

9) Luiza

Incapacidade funcional laborativa parcial e permanente para atividades profissionais que exija[m] intensa mobilização e lateralização da cabeça e do pescoço, em decorrência de extensa cicatrização retractil de lesões radiológicas nas faces laterais do pescoço. Assinale-se também, a deformidade estética permanente;

10) Odesson

Incapacidade funcional laborativa parcial e permanente, estando inabilitado para atividades manuais que exijam força muscular e sensibilidade táctil, estando apto para outras atividades;

11) Edson

Incapacidade funcional laborativa parcial e permanente, estando inabilitado para atividades manuais que exijam força muscular e sensibilidade táctil, estando apto para outras atividades; [...]

3 – Que todos aqueles indivíduos expostos e/ou contaminados e sob acompanhamento médico na Fundação Leide das Neves Ferreira o sejam prospectivamente seguidos a curto, médio e longo prazo com vistas a detectar precocemente possíveis alterações biológicas estocásticas, que possam trazer agravos à saúde. Salientemos ainda, que aqueles indivíduos que foram envolvidos no acidente, no exercício de suas funções, como o corpo de bombeiros, a Polícia Militar, e Divisão de Vigilância Sanitária, deverão, também, ser acompanhados pela referida Fundação e, caso se sintam prejudicados, devem apresentar reclamação no âmbito da Justiça Trabalhista. [...] Esperando ter atingido os objetivos das solicitações de Vossa Excelência a esta comissão, firmamo-nos.

(FUNLEIDE, 1989, p. 1-3).

Como relatado no fim do documento, este fora assinado e redigido pelo superintendente da Junta Médica Oficial e Presidente desta Comissão, doutor Eurico B. dos Santos Filho. Também firmavam o documento os doutores: Carlos Eduardo Brandão, médico, e Luiz Bertelli Neto, físico, ambos à serviço da CNEN; Nelson Massini, chefe do Departamento Médico Legal da Unicamp; José Ferreira Silva, coordenador do Núcleo Médico da Funleide; por fim, o procurador do estado de Goiás, Geraldo Magela Frankilin Ferreira Filho.

As onze pessoas da lista citada indicam muito bem o tamanho do drama vivido pelas vítimas do acidente. Algumas sofreram mudanças corporais, amputações e terão que conviver com cicatrizes pelo resto de sua vida. Mesmo que algumas dessas marcas sejam apontadas como meramente estéticas, elas afetam diretamente a autoestima. Outros radioacidentados ficaram incapacitados para o trabalho ou para os tipos de atividade com que laboravam antes do acidente, principalmente braçais. Passaram então a sobreviver de recursos de assistência social ou se dedicaram à difícil tarefa de se readaptar ao trabalho. Após o acidente, era preciso que essas pessoas reconstruíssem sua vida. Para isso não bastava uma clínica médica; eram necessários apoio psicológico, assistência social e toda a estrutura que a Funleide preconizava quando de sua criação.

O documento ainda ressalta outras pessoas que poderiam apresentar sintomas da radiação. Apesar de envolvidas no acidente, elas não foram identificadas como vítimas primeiras: os bombeiros, policiais e funcionários da vigilância sanitária. Ou seja, já se tinha consciência de que os efeitos do acidente eram mais amplos.

Bandazhevsky (2013) mostra em seus estudos que todo sistema do corpo pode mudar mesmo com pequenas doses de radiação, fazendo surgir patologias variadas. As vítimas do Césio-137 em Goiânia têm doenças que vão carregar pelo resto da vida. A falta de pesquisa sobre as doenças decorrentes do acidente e a contenção de documentos por parte do Cara não nos deixam expor ou negar esses dados.

2.3 A imagem do acidente e da Funleide produzida pelo governo do estado de Goiás

Nos subcapítulos anteriores analisamos uma documentação referente aos anos iniciais da Funleide e demais entidades que a sucederam. Ficou notável que, ao mesmo tempo que se delinearão metas ambiciosas para a entidade, ela sempre conviveu com restrições orçamentárias e tentativas de revisão (negativa) de seus objetivos, traduzidas com muita clareza na criação da Suleide. Entretanto, ainda restam algumas questões a serem elucidadas, dentre elas: como o governo do estado apresenta a entidade atualmente? Ela foi esquecida, tal qual se tenta fazer com todos os demais marcos de memória do acidente? Quando lembrada, em qual direção isso ocorre? Existe um balanço mais crítico, a exemplo do relatório de 1988, ou se tenta criar uma visão ufanista. Transcorridos mais de trinta anos da criação da Funleide, como a entidade que se devota à assistência aos radioacidentados é lembrada no período mais recente?

Em busca dessas respostas, consultamos os cadernos de rememoração do acidente: a *Revista Césio-137 25 anos: uma história para relembrar e prevenir*, que contou com a colaboração dos seguintes repórteres: Luciana Brites, Darmélia Barbosa, Daniela Becker e Thiago Lagares. Também recorremos à *Fotorreportagem do acidente radioativo de Goiânia*, em lembrança dos 30 anos do caso, organizado por Patrícia Almeida da Silva Machado. As duas obras foram produzidas pelo governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde.

Elaborados com o intuito de relembrar o acidente, esses cadernos mostram a participação do governo estadual, a situação das vítimas, a criação e projetos desenvolvidos pela Funleide (hoje Cara). Como afirmou o secretário de Estado da Saúde de Goiás, Leonardo Moura Vilela, a *Fotorreportagem do acidente radioativo de*

Goiânia (2017) foi montada com o intuito de mostrar as dimensões do acidente para a atual e as futuras gerações, o que também foi ressaltado na *Revista Césio 137* (2012), servindo como fonte para pesquisa e compartilhamento de conhecimentos. Juntas, as revistas constituem duas fontes para analisar a imagem que o estado de Goiás quer que tenhamos sobre o acidente e suas ações para lidar com a catástrofe.

Algo que chama muita atenção nesses materiais são as imagens. Aqui serão expostas algumas fotografias contidas na *Fotorreportagem do acidente radioativo de Goiânia*, tanto do período do acidente como atuais, sobre o atendimento aos radioacidentados. Com elas, faremos uma rápida análise e explicação da imagem que o governo de Goiás tenta passar para a população. Nestas fotografias há mensagens e, assim como no corpo do texto das revistas, silenciamentos e omissões.

Quanto ao uso de imagens como fonte histórica, Boris Kossoy (2001) afirma que a fotografia ainda é pouco estudada na história e não recebeu integralmente o status de documento histórico, apesar de ser considerada pelo autor uma fonte de pesquisa tão importante quanto um documento escrito. De acordo com Kossoy, persiste certo receio dos pesquisadores em utilizá-las como fonte, o que acaba impedindo a apreensão de toda a sua riqueza informativa. “Com a ‘revolução documental’ das últimas décadas e, com o alargamento do conceito que o termo ‘documento passou’ a ter, a fotografia começou a ser tratada de forma diferenciada.” (KOSSOY, 2001, p. 31).

Observa-se na *Revista Césio 137* (2012) uma exaltação do comprometimento do governador do estado, Henrique Santillo, e dos demais funcionários de cargos elevados que tiveram que lidar com a descontaminação, esquecendo-se de mostrar aos leitores os vários agentes envolvidos, tais como PMs, bombeiros, funcionários da CNEN que fizeram a limpeza, entre outros. Parte da revista é uma entrevista com Antônio Faleiros Filho, que na época era secretário de Estado da Saúde. A redação não deixa de engrandecer a imagem destas figuras públicas, como no início do texto “[...] Nesta entrevista, Faleiros [...] faz uma retrospectiva pessoal, relembra fatos, fala de apoio da família, da união dos goianos e da coragem do então governador Henrique Santillo” (2012, p. 5). Trata-se de uma narrativa oficial, devotada à lembrança ufanista do acidente, com o objetivo de ressaltar a importância dos atos governamentais e das decisões tomadas por quem detinha altos cargos políticos no período.

Adiante Faleiros afirma que o governador disponibilizou militares para acompanhá-lo durante todo o trajeto e serviço. Mas a revista não se refere em nenhum momento ao fato de esses mesmos policiais terem sido contaminados, vítimas da

irresponsabilidade do governo estadual, que não os alertou sobre o que estava acontecendo, tampouco os orientou sobre os cuidados que deviam tomar. Outro silêncio se refere à falta de ajuda ou assistência médica a esses PMs, os quais foram reconhecidos como vítimas apenas uma década e meia depois do acidente. Apenas com movimentos e lutas por justiça os policiais conseguiram ser incluídos na lista de radioacidentados e receber os devidos tratamentos.

Figura 3 – Policial Militar na segurança das áreas de descontaminação da radiação em Goiânia



Fonte: MACHADO, Patrícia Almeida da Silva. Foto: Yosikazu Maeda/O Popular.

A Figura 3 mostra um policial que, como muitos outros, trabalhou nas áreas contaminadas sem nenhuma proteção. Esses profissionais fizeram o serviço utilizando seus uniformes de trabalho, os quais levavam contaminados para casa. Isto nos é revelado pelos estudos de Silva (1998b) e Vieira (2014), mas antes ainda, nos jornais em que aparecem as reivindicações destes policiais (SILVA, 2007).

Analisando especificamente a imagem, notamos que o policial aparece no plano central da fotografia junto com a placa de “Pare”. Ambos se completam em uma mensagem que visa mostrar os PMs no controle da quarentena das áreas contaminadas, garantindo a eficiência da medida adotada pelo governo do estado. À esquerda do

policial encontra-se uma mulher sendo atendida por ele, construindo uma imagem de bons serviços prestados à população, no zelo pela sua saúde. A criança que acompanha a mulher olha para a câmera com expressão de tristeza e parece sintetizar os sentimentos negativos ensejados pelo acidente. O fato de ser em preto e branco, quando as fotos coloridas já estavam popularizadas, acentua o clima pesado que a fotografia quer transmitir. E meio a esta paisagem carregada aparece o sério policial, como quem zelava pelo sucesso da descontaminação.

Figura 4 – Técnicos da CNEN trabalham no isolamento da área contaminada pelo acidente radioativo com o Césio-137, no Setor Aeroporto



Fonte: MACHADO, Patrícia Almeida da Silva. Foto: Yosikazu Maeda/O Popular.

A Figura 4, por conseguinte, evidencia o trabalho dos técnicos da CNEN – órgão federal que coordenou o processo de descontaminação, junto com o governo do estado de Goiás. Na fotografia, os técnicos aparecem manipulando as lonas que foram utilizadas para isolar o solo contaminado. Eles vestem macacões brancos, luvas e botas, estão acompanhados de equipamentos pesados, como tratores, o que tenta transmitir a ideia de que todo o processo de descontaminação foi planejado e regido por altos

saberes técnicos. Entretanto, a bibliografia sobre o tema dá conta de que não foi bem assim, pois parte dos macacões utilizados pelos profissionais era de algodão, tecido inadequado que não protegia da radioatividade (VIEIRA, 2014).

A publicação, de maneira geral, eleva a imagem das figuras privilegiadas por status político e ignora ou eclipsa os trabalhadores braçais e os policiais que tiveram que monitorar, retirar e carregar todo o lixo radioativo. Tampouco considera as equipes de saúde, que zelavam pelo restabelecimento dos radioacidentados em um momento crítico, quando nem os vasos sanitários poderiam ser utilizados porque fezes e urinas estavam contaminadas e poderiam espalhar seus efeitos negativos pelo meio ambiente. Conforme aponta Vieira:

Os militares e outros trabalhadores foram lançados no curso do evento por uma tarefa designada pelo Estado. Com os procedimentos de contenção, controle e de descontaminação, muitas vezes improvisados, mais pessoas foram contaminadas. Os funcionários do Consórcio Rodoviário Intermunicipal (Crisa) e da Construtora Andrade Gutierrez que foram recrutados para o trabalho de demolição das casas e logradouros contaminados tornaram-se vítimas, juntamente com militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros mobilizados para a vigilância dos bairros. Entre médicos e outros profissionais de saúde, muitas outras pessoas que prestaram assistência às vítimas também foram contaminadas. (VIEIRA, 2014, p. 73).

Apesar de as imagens trazidas pela publicação evidenciarem trabalhadores, como os policiais e técnicos da CNEN, é evidente que a posição desses sujeitos ficou obscurecida pela centralidade e pelos elogios concedidos à elite política estadual. Isso não se dá por acaso, mas porque o governo estadual ainda não enfrentou questões sérias, como os erros e negligências cometidos contra os trabalhadores que labutaram na descontaminação, os quais precisaram recorrer ao Poder Judiciário para terem sua condição de vítima reconhecida.

Quanto aos radioacidentados, a revista ressalta a dor e o sofrimento que passaram, as perdas e o preconceito da época do acidente. A entrevistada, doutora Maria Paula Curado, destaca que a aceitação do tratamento pelas vítimas não foi muito positiva no início, e que após o ocorrido permaneceram alguns problemas de saúde e apareceram novas patologias. Novamente, não existe menção alguma à luta das vítimas pelo reconhecimento de seu status de radioacidentados, muito embora isso tenha impactado o trabalho de assistência a essas pessoas. Nesse contexto, a chegada tardia de uma nova leva de radioacidentados ao arco de serviços prestados pelas entidades

estaduais de assistência certamente ensejou um plano de manejo desta nova situação, tal qual foi feito para aquelas pessoas reconhecidas como radioacidentadas desde o primeiro momento, em 1987.

Outro silêncio do texto é sobre a batalha travada durante todos esses anos pela Associação das Vítimas do Césio para garantir o pagamento correto e com reajustes das pensões, bem como denunciar as falhas médicas na Funleide. A associação é citada no texto, não deixando de ser lembrada, porém não se explica o que ela é nem o motivo pelo qual foi criada.

A *Revista Césio 137* ainda deslegitima o discurso das vítimas quanto à ideia de serem doentes e sentirem as consequências disto. O diretor técnico do Cara, que na revista ganha espaço para falar sobre o ponto de vista médico, destaca que, por conta do impacto psicológico que as vítimas sofreram com o acidente, “[...] Elas sentem os sintomas, mas os exames não identificam nada” (2012, p. 41). Esse tipo de argumento reduz a psique a uma ideia de artificialidade, além de desprezar todo o arcabouço da antropologia da saúde. Além disso, revela a compreensão de certos profissionais do Cara de que o órgão deveria tratar apenas das enfermidades geradas diretamente pelo acidente.

No entanto, vimos ao longo deste capítulo que a ideia presente na criação da Funleide era de cuidado integral à saúde e ao bem-estar dos radioacidentados. Era isso – e não tanto os efeitos diretos do acidente – que balizava os tratamentos oftalmológicos e dentários recebidos pelas vítimas. A concepção de que era preciso investigação rigorosa (científica, inclusive) das condições de saúde dos radioacidentados antes de responder a seus casos clínicos também parece ter se esvaído ao longo das três décadas de existência da instituição.

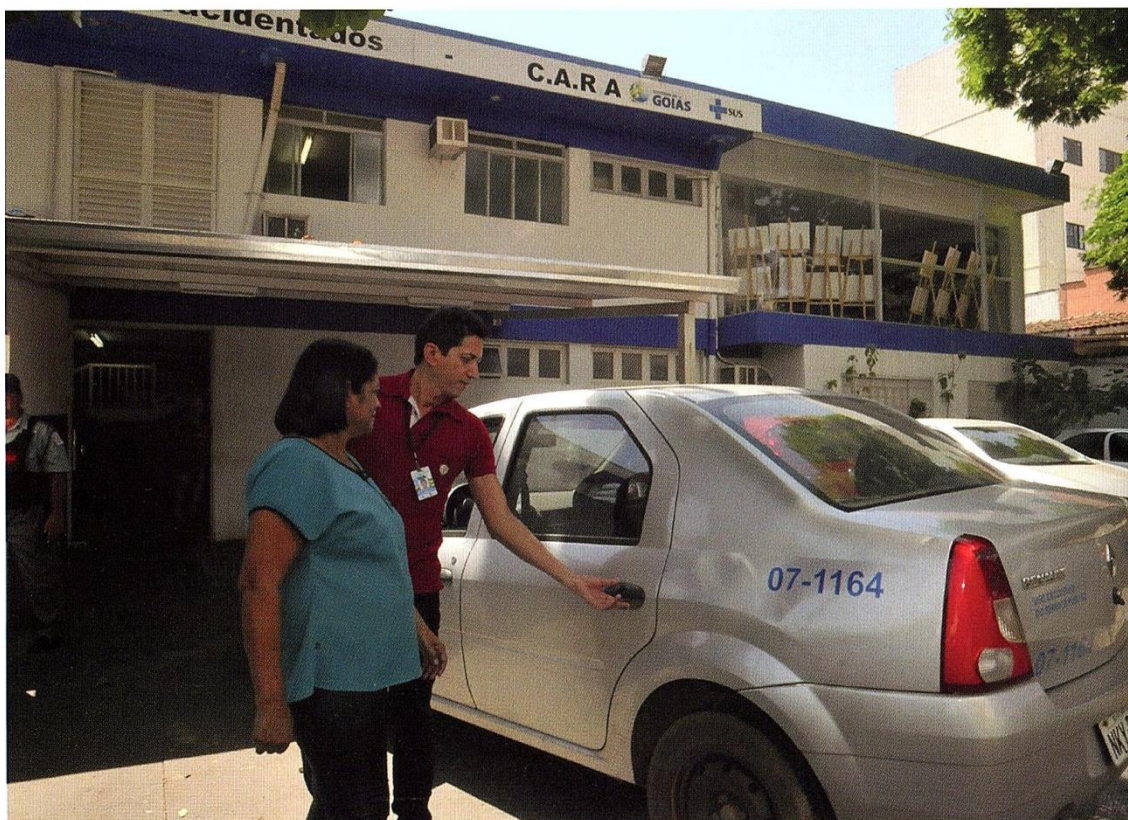
Sobre os rejeitos radioativos, a revista explica que foram levados para Abadia de Goiás, cidade escolhida por ser o melhor local possível para montar a estrutura de um centro de monitoramento e pesquisas. Entretanto, todos sabem que se tentou levar o lixo para outro estado, tirá-lo de Goiás, o que não foi possível, fato não citado na revista.

Quanto à Funleide, hoje Cara, a revista e a fotorreportagem do acidente lhe dão visibilidade em meio às narrativas sobre o acidente e às questões de saúde que a tragédia ensejou. Todavia, esses documentos não expõem o que impulsionou as modificações institucionais de 1999 e 2011, apenas mencionam que foram decorrentes de reforma administrativa. Como vimos anteriormente, com Silva (2017a), essas mudanças foram embasadas em fatores econômicos e não apenas administrativos.

Na *Fotorreportagem do Acidente Radioativo em Goiânia* (2017), variadas imagens apresentam como é o Cara e como funciona a assistência aos radioacidentados. A entidade não é silenciada, mas apresentada como vitrine de uma suposta eficiência do estado de Goiás na assistência aos radioacidentados.

Nas fotos da instituição, todas coloridas, aparecem o edifício sede da instituição com pintura nova e automóveis novos no pátio, para o transporte dos usuários. Também figuram médicos e pacientes sorrindo. A ideia que se quer transmitir é de que todos estão felizes, que o acidente pertence ao passado e que os radioacidentados estão satisfeitos por estarem sendo bem cuidados na instituição. Pretende-se passar a impressão para o leitor de que tudo foi desde o início bem estruturado e com atendimento de elevada qualidade. As vítimas são tratadas como se nunca tivessem travado nenhum embate com o governo estadual, talvez por isso suas vozes não aparecem no material.

Figura 5 – Transporte de paciente radioacidentada em veículo oficial da SES-GO

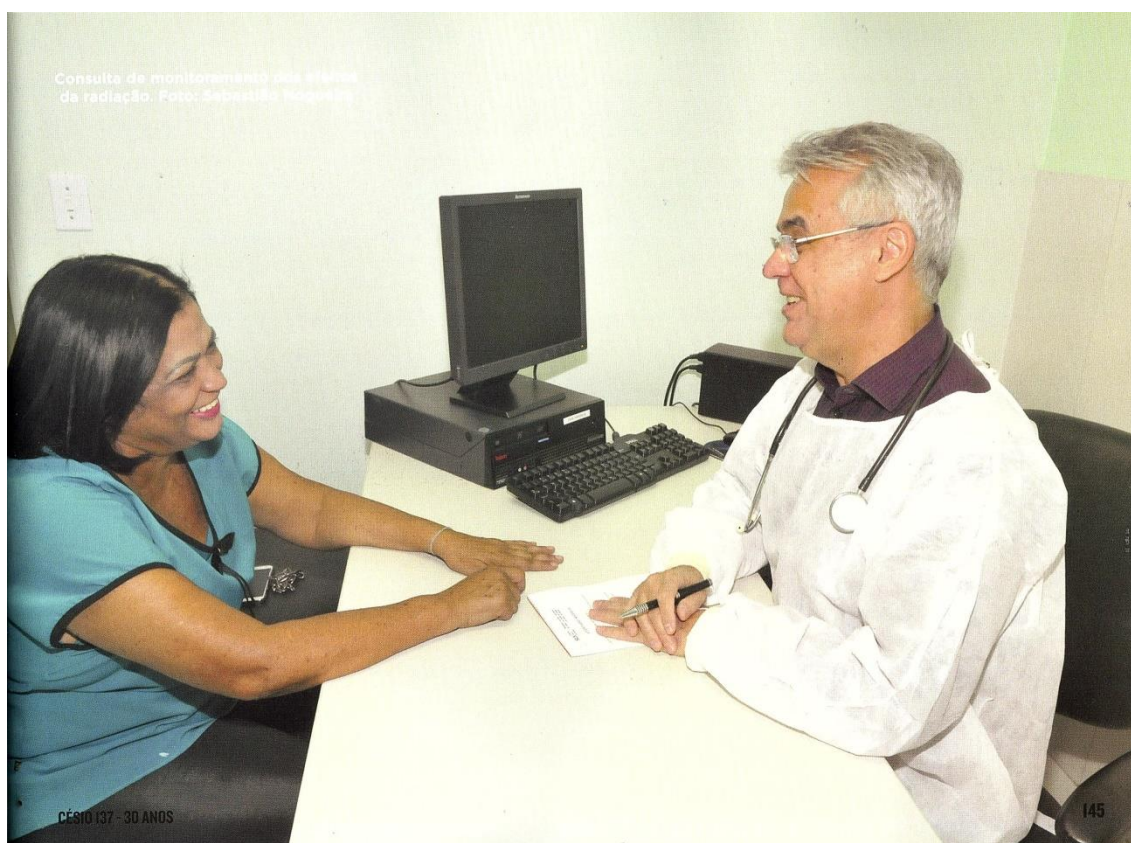


Fonte: MACHADO, Patrícia Almeida da Silva. Foto: Sebastião Nogueira.

Na Figura 5 verificamos o destaque conferido para a infraestrutura do Cara. O prédio de dois pavimentos ocupa quase a totalidade do plano posterior da fotografia,

apresentando pintura nova e ares de boa conservação. No plano central encontra-se o automóvel que supostamente serviria para atender à senhora radioacidentada, acompanhada por um dos funcionários, ambos ocupantes do plano anterior. Assim, tenta-se criar a imagem de que a infraestrutura oferecida pelo órgão seria de excelente qualidade, com pesados investimentos estaduais no órgão.

Figura 6 – Consulta de monitoramento dos efeitos da radiação



Fonte: MACHADO, *Patrícia Almeida da Silva*. Foto: Sebastião Nogueira.

Na Figura 6, vemos a mesma senhora que aparece na imagem anterior, agora recebendo atendimento médico. Tais elementos evidenciam como as fotografias foram posadas, ou seja, havia uma intencionalidade no momento do registro imagético. A narrativa fotográfica construída pelo impresso começou, desta feita, no momento das fotos e não posteriormente, em sua seleção. Na foto, a paciente e o médico ocupam o plano central e ambos sorriem, transmitindo uma imagem de cordialidade que visa convencer o leitor de que todos estão satisfeitos com o trabalho médico desenvolvido

pelo Cara. Os conflitos e questionamentos feitos pelos próprios radioacidentados passam ao largo dos sentidos que a fotorreportagem pretende criar.

Por outro lado, existem dois elementos que não podem passar despercebidos. Primeiramente, as imagens consolidam a noção de que a função do Cara é ser simplesmente uma clínica de atendimento médico aos radioacidentados. Como vimos, as funções do órgão são mais amplas, embora muitas das metas traçadas para a Funleide na década de 1980 tenham sido abandonadas. Em segundo plano, não podemos deixar de observar que na fotorreportagem as pessoas não possuem nomes; a paciente, por exemplo, é simplesmente tratada como “radioacidentada”. Isso demonstra que o grande agente histórico que o impresso quer ressaltar é o Estado, sendo as pessoas (tanto funcionários como pacientes) meros apêndices de uma política pública.

Assim, como vimos nos tópicos anteriores, toda a documentação oficial produzida pelo governo de Goiás junto e com apoio da fundação nos mostra uma realidade vista por eles, a imagem que o estado quer nos passar sobre o acidente: sua rápida e eficaz limpeza dos locais contaminados, com profissionais que tiveram todo o cuidado para descontaminar a cidade; a eficiente atuação do governo de Goiás no episódio, com a criação de uma instituição que abrangesse cuidados aos radioacidentados e ao mesmo tempo fosse centro de referência em estudos, pesquisas e ensino sobre o caso. Ao buscar outras fontes históricas e bibliográficas para compor este trabalho, percebemos como o estado falhou lastimavelmente e como existem outras e muitas memórias do acidente e da assistência prestada às vítimas.

Portanto, trazemos para o terceiro capítulo uma realidade outra, a que não está na documentação oficial nem nos discursos do estado, mas sim nas narrativas das vítimas e dos funcionários das instituições de assistência, nos textos produzidos por elas, em jornais, dossiês, entre outros documentos.

3. AS VÁRIAS E DISSONANTES MEMÓRIAS SOBRE O PÓS-ACIDENTE E A ASSISTÊNCIA PRESTADA PELA FUNLEIDE, SULEIDE E PELO CARA: DOS RADIOACIDENTADOS AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

No capítulo anterior discutimos as relações entre história e memória (oficial) sobre a Funleide e as entidades que a sucederam no que tange à assistência prestada aos radioacidentados. Como ficou evidente ainda no segundo capítulo, essas entidades sempre sofreram críticas e tiveram suas ações questionadas por diferentes agentes sociais, principalmente pelos radioacidentados. Neste capítulo problematizaremos as outras memórias existentes sobre a Funleide, a Suleide e o Cara, sobretudo aquelas produzidas pelos radioacidentados e pelos profissionais que atuam ou atuaram nessas instituições. Visamos, com base nessas recordações, analisar a relação que esses grupos estabeleceram com as entidades de assistência às vítimas do acidente com o Césio-137 em Goiânia. Também pretendemos analisar como as vítimas do desastre se organizaram para reivindicar seus direitos.

Os principais documentos a serem analisados na primeira parte do capítulo são o *Dossiê: Radioatividades – Césio-137* (1988) e o *II Dossiê: Radioatividade Césio-137* (1993). O primeiro é um compilado de notícias do jornal *O popular* sobre o acidente, publicadas entre os meses de outubro e dezembro de 1987. O documento foi organizado pelo Instituto Brasil Central (Ibrace), com cerca de seiscentas páginas (sem numeração). O segundo consiste em uma análise sobre ações da Funleide e do Estado quanto aos radioacidentados, tratando um pouco das lutas dessas vítimas, do que elas passam e de eventos ocorridos após o acidente. O *Segundo Dossiê*, com 167 páginas, traz também um compilado de notícias sobre o desastre publicadas em alguns jornais, como *O Popular*, o *Diário da Manhã*,⁴⁴ o *Correio Braziliense*,⁴⁵ de março a novembro de 1992, quando das rememorações dos cinco anos após o acidente.

Abordamos o engajamento dos PMs que prestaram serviços durante o período do acidente, na luta pelo seu reconhecimento também como vítimas. Trazemos como principal fonte para trabalhar a questão uma revista organizada por um militar vítima do

⁴⁴ Criado em 1959, denominado *Cinco de Março*, por ser um jornal de opinião foi fechado com a forte repressão da Ditadura Civil-Militar. Em 1981 o *Cinco de Março* tornou-se o *Diário da Manhã*. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/opiniao/2015/03/diario-da-manha-um-jornal-que-marcou-a-historia/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

⁴⁵ Apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, com a dissertação de Oliveira Júnior (2016), *O acidente com o Césio-137 em Goiânia nas matérias do Correio Braziliense 1987-2007*.

Césio-137, que esclarece um pouco do que estes PMs passaram para serem reconhecidos como atingidos pela radiação. Trata-se de outro grupo de radioacidentados, que possui particularidades e criou entidades próprias de representação.

Documentos elaborados e obtidos na Associação das Vítimas do Césio (AVCésio) também serão utilizados, os quais foram produzidos com o intuito de legitimar a luta dessas pessoas e fazer frente às injustiças. Essas declarações dos radioacidentados nos mostram que eles sempre estiveram ativos e se opondo ao que lhes era imposto. Relevam também a falta de diálogo do Estado com as vítimas na formulação das políticas públicas de assistência. Serão examinadas, além das que compõem os dossiês, notícias selecionadas na hemeroteca da CNEN, que trazem as contestações das vítimas do acidente e suas narrativas.

A criação da AVCésio é de grande importância para esses sujeitos se organizarem social e politicamente e poderem reivindicar os direitos que lhes foram negados. O embate entre radioacidentados e o estado de Goiás se originou no fato de que as vítimas do Césio-137 foram computadas em 249 pessoas a serem atendidas pela Funleide. Esse cômputo não levou em consideração que, no longo prazo, mais pessoas viriam a adoecer por conta das consequências do material radioativo no corpo – como PMs, bombeiros, técnicos da CNEN, entre outros que veremos mais adiante –, excluindo-as de um atendimento mais eficaz. Assim, um grupo de moradores da Rua 57 se organizou e criou a AVCésio, exigindo melhores condições de atendimento da Funleide e a inclusão de pessoas contaminadas que não recebiam o atendimento, por não terem seu status de radioacidentadas reconhecido.

A Associação das Vítimas do Césio-137 nasceu do processo de agenciamento dos vizinhos dos focos de contaminação marcados na Rua 57, antigo Bairro Popular, por tapumes e cordas de isolamento. A mobilização desses moradores foi motivada pela falta de informações consideradas “confiáveis” sobre o que estava acontecendo e pelo medo da experiência de morar e transitar em ruas e nas imediações de casas definidas como atingidas pelo desastre radioativo. A organização em uma entidade formalizada foi uma resposta aos agentes governamentais que exigiam, para o processo de interlocução, a existência de uma voz unificada que ocorriam na fase emergencial. (SILVA, 2017a, p. 290).

As origens da associação remontam ao próprio acidente, como forma de acompanhá-lo mais efetivamente. Entretanto, a entidade ganhou maior envergadura – e registro institucional, efetuado em 1988 – no período posterior ao acidente. Para isso,

colaboraram muito os embates travados com o governo do estado de Goiás e a discordância quanto às medidas adotadas para o acompanhamento dos radioacidentados após o acidente.

Outros autores que escrevem sobre a criação da AVCésio e da Funleide serão utilizados e dialogarão com as fontes neste terceiro capítulo. Apresentado como a Funleide funciona e toda a sua estrutura, tarefa realizada no capítulo anterior, desejamos nesta parte do trabalho trazer o debate sobre a imprensa, pois os jornais foram bastante utilizados para apresentar questionamentos, críticas, lutas, perdas e conquistas das vítimas do acidente com o Césio-137. Nessa cobertura – que não é neutra, mas traz elementos importantes – também aparece o modo como essas pessoas lidavam com a Funleide e o Estado, e vice-versa. Levamos em consideração a negação de alguns radioacidentados quanto à importância da Funleide, pois esta muitas vezes não lhes foi clara em seus objetivos e nem sempre teve presteza no trato com as pessoas. Além disso, a instituição sempre lembrou o acidente às vítimas e as dores que sentiram no processo de descontaminação, sendo um local de memória instituído pelo desastre.

O acidente com o Césio-137 quase se tornou o que Pollak (1989) chama de memória proibida ou clandestina, em que, reprimida quanto à anamnese de um acontecimento em detrimento da memória oficial, a comunidade – por não aguentar mais esconder aquilo e seus sentimentos – vai atrás de uma revisão do passado. Traz então à tona as memórias subterrâneas, que, ao ganharem espaço público, geram-se uma disputa pela memória.

O estado de Goiás construiu como seu discurso oficial a ideia de que a cidade, em fins de 1987, já estava descontaminada, que tudo estava sob controle e que a vida deveria recobrar sua normalidade. Também difundiu a ideia de que o governo estadual, em parceria com a CNEN, fez tudo para ajudar os radioacidentados e que as vítimas receberam (e até hoje recebem) um ótimo atendimento, como se tudo tivesse se dado em perfeitas condições. Em contraste, ao longo dos anos as vítimas foram ganhando vozes e direitos por conta da luta que precisaram enfrentar, inclusive contrapondo-se à memória oficial do acidente e apresentando, em contraste ao estado, uma anamnese do desastre. Nas versões dos radioacidentados ganham visibilidade experiências em que ocorreu a negação do atendimento médico a muitos, houve falhas nesse atendimento, bem como no pagamento das pensões e de seus reajustes. Trazendo o contrapeso, os radioacidentados se organizaram politicamente para serem ouvidos e atendidos.

Inspirados em Certeau (1998), podemos afirmar que o Estado tenta impor uma forma de pensar e agir; no caso do acidente, elege a análise médica-científica como a única dotada de credibilidade, considerada correta e oficial. Porém, as pessoas se organizam em movimentos contrários aos que o Estado e o saber médico tentam impor, produzindo essas manifestações que as vítimas do acidente fazem, como forma de serem reconhecidas e ouvidas. Buscam, então, que todo o aparato médico e estatal as observe novamente e, através disto, este mesmo discurso médico-científico se volte a favor das vítimas. Elas, por seu turno, se fortalecem com os resultados dos exames, que são tomados como provas de todos os problemas físicos e psicológicos que desenvolveram por consequência do acidente. Desta forma, esses movimentos operam contra o que foi imposto às vítimas, de maneira muito semelhante ao observado por Certeau (1998), ao tratar da politização que as pessoas fazem de sua vida cotidiana.

A memória das vítimas sobre o acidente é muito importante para entendermos como a Funleide, a Suleide e o Cara foram lidos pelos radioacidentados e como essas entidades se refizeram em suas práticas cotidianas. O que se vislumbrou para essas instituições de assistência não se efetivou plenamente, tendo sido reconstruído no dia a dia do pós-acidente. Isso não significa que essas entidades se tornaram mais democráticas ou que concederam mais voz e espaço às vítimas. Significa que a existência institucional é complexa e composta por uma multiplicidade de memórias.

Foi considerada a possibilidade de construir um monumento às vítimas do Césio-137 em Goiânia, o que nunca aconteceu, fazendo-se valer a posição do Estado quanto ao acidente. Pierre Nora (1993) trabalha com os lugares de memória, aqueles que nos fazem ativar anamnese sobre um evento, pois “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8). Estimular a lembrança da tragédia nos goianos ou em quem visita a cidade não é a intenção governamental. Entretanto, o acidente ainda é uma memória viva na cidade, principalmente nas vítimas, que se contrapõem aos silêncios construídos na cidade em torno da tragédia. A criação de entidades representativas, por sua vez, ampliou a capacidade de os radioacidentados serem ouvidos.

Outro grupo que receberá atenção neste capítulo é o dos profissionais que trabalharam na Funleide, na Suleide e no Cara. Como vimos no capítulo anterior, eles sempre estiveram presentes na vida institucional dessas entidades, produzindo planos, relatórios, livros e, com eles, memórias. Seu tom nunca foi de alinhamento automático ao governo estadual, tendo um papel importante nas cobranças quanto à implementação

e continuidade das iniciativas no campo investigação científica. Também eram eles que, com muito cuidado, queixavam-se das restrições orçamentárias impostas às entidades de assistência aos radioacidentados.

Como fonte para discutir as experiências desses profissionais, utilizaremos o livro *Os bastidores do Césio-137: o acidente radiológico de Goiânia sob a ótica dos profissionais que nele atuaram*, da autora Suzana Helou (2017). Uma das seções dessa obra apresenta depoimentos orais produzidos com mulheres profissionais da área da saúde, três psicólogas e uma assistente social, atuantes entre 1989 e 1990. Algumas delas acompanharam as vítimas desde a descontaminação, e expõem a experiência de ter trabalhado com os pacientes, descrevendo como funcionou o atendimento e o contato com essas pessoas. As entrevistas foram feitas por Helou e Manoel Messias Moreira da Silva.⁴⁶ O livro, publicado após a aposentadoria de Helou e de uma geração que iniciou os trabalhos da Funleide, apresenta uma visão relativamente crítica da instituição e dos limites impostos ao trabalho desenvolvido. Por isso, também serve para pensarmos a multiplicidade de memórias sobre essas instituições, para além do campo oficial.

3.1 Outra vertente sobre as consequências do acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia: explorando a documentação não oficial

Um mesmo fato pode ter interpretações distintas feitas por diferentes agentes sociais ou mesmo historiadores, pois na área de ciências humanas compreender um evento é muito relativo, depende do local de fala de cada sujeito e do tipo de seleção documental. Ao historiador cabe produzir uma escrita coerente com suas fontes, consciente de que é impossível apreender tudo, pois muitos registros da ação humana são apagados pelo tempo, por interesses políticos, ou por seleção da memória de um grupo. Como afirma Certeau (2006, p. 76-77):

Antes de saber o que a história diz sobre uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num

⁴⁶ Psicólogo. Na época das entrevistas, Silva e Helou trabalhavam na equipe de Psicologia da Funleide. Realizaram treze entrevistas com profissionais da saúde que trabalharam no período emergencial do acidente (oito psicólogos, três assistentes sociais e dois médicos). Trata-se de trabalho efetuado com destaque para os aspectos psicossociais do acidente (HELOU, 2017, p. 21).

complexo que lhe permite um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis, exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) da análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado a modificá-la.

Assim, os documentos analisados nesta parte do trabalho não são oficiais, e é nestes documentos que encontramos muita coisa não dita ou oposta ao dito oficialmente. Estes materiais nos permitem ter acesso às várias memórias – muitas delas dissonantes – sobre o período posterior ao acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia e sobre a assistência prestadas às vítimas pela Funleide, Suleide e pelo Cara.

O primeiro dossiê, que foi publicado no ano de 1988, traz uma série de notícias do jornal *O Popular*. Foi organizado pelo Ibrace com o objetivo de esclarecer a população sobre o acidente e “ser um espaço de denúncia à violação dos direitos humanos e de cidadania de vítimas, diretas e indiretas” (IBRACE, 1988). Portanto, o material apresenta uma intencionalidade política explícita e, para fortalecer sua denúncia, usa matérias de jornal como prova do desrespeito às vítimas do acidente.

O dossiê frisa que o acidente é um grande exemplo da política nuclear brasileira desestruturada e cheia de lacunas, das quais o desastre é uma consequência. Conforme exposto na introdução deste trabalho, desde que o país se lançou à utilização e desenvolvimento da tecnologia nuclear apareceram falhas e tentativas de ocultamento do programa por parte dos militares, durante a ditadura, e dos demais envolvidos. Sem fiscalização, ficou mais fácil desenvolver o programa sem o consentimento dos demais governantes e da população. Portanto, o dossiê situa o acidente de Goiânia em uma perspectiva mais ampla, acusando a falta de transparência nas formas como o Estado brasileiro lida com a tecnologia nuclear. Após esta abertura do documento, são apresentadas as várias notícias de *O Popular*, e no fim do dossiê, um cronograma desde a descoberta do acidente até o fim da descontaminação (oficial) dos locais.

As notícias que o dossiê traz de *O Popular* são diversificadas em relação ao acidente e apresentam o desenrolar das medidas tomadas pelo Estado e pela CNEN para encontrar os locais contaminados e operar a descontaminação. Também dão conta da discussão sobre o destino dos rejeitos radioativos, a identificação das vítimas e do seu estado de saúde, e buscam por responsáveis pelo acidente. Essas eram as principais

preocupações da mídia e dos encarregados de resolver o problema. Tais temas também eram preocupação dos organizadores do dossiê, que fizeram uma seleção de materiais para compô-lo.

Algumas matérias de *O Popular* contribuíam para uma nascente memória oficial do acidente, enaltecendo a atuação do governo do estado, apresentado em alguns textos jornalísticos como diligente e eficaz no processo de descontaminação. Notícia publicada na página 8 de *O Popular*, no dia 11 de outubro de 1987, intitulada “Total assistência”, afirma que o estado de Goiás asseguraria total assistência às vítimas diretas do acidente, especialmente àquelas que estavam sem moradia por conta da demolição das casas contaminadas. Assim, ajudava a construir a noção de que o governo estadual atuaria diligentemente para sanar os graves problemas gerados pelo acidente.

Em 13 de outubro de 1987 o jornal publica, na página 4, uma declaração do governador de Goiás, Henrique Santillo, afirmando que criaria um monumento às vítimas da radioatividade:

Anunciou [...] que a administração estadual irá desapropriar toda a área atingida pela contaminação do césio-137, a fim de construir na mesma um parque público e erigir um monumento às vítimas da radiação. Serão convidados o arquiteto Oscar Niemeyer⁴⁷ e o paisagista Burle Marx⁴⁸ para executarem os projetos de construção do parque e do monumento, segundo disse o Governador. (UM MONUMENTO..., 1988).

A matéria citada revela um projeto do governo estadual que nunca se efetivou: a construção de um monumento às vítimas do acidente. Apresentado como um plano a ser realizado em breve, o parque e o monumento eram delineados em tons grandiosos, cuja construção seria confiada a Oscar Niemeyer e a Burle Marx, respectivamente considerados os maiores arquiteto e paisagista do Brasil, com renome internacional. Tal projeto marcaria a superação do trauma do acidente, e talvez por este trauma nunca ter sido totalmente superado por Goiânia, o monumento nunca foi construído.

Outras notícias ainda de outubro de 1987 são apresentadas, como a organização de palestras para conscientizar a população no combate à desinformação sobre o

⁴⁷ Um dos maiores representantes da arquitetura moderna no mundo. Nascido no Rio de Janeiro (1907-2012). Disponível em: https://www.ebiografia.com/oscar_niemeyer/. Acesso em: 10 abr. 2020.

⁴⁸ Paisagista nascido em São Paulo (1909-1994). Com suas equipes, elaborou inúmeros projetos para o Estado e para as elites com foco na ideia de modernidade, sendo reconhecido mundialmente (MACEDO, 2003).

acidente e a passeata para mostrar às outras unidades da federação que o acidente não contaminou todo o estado de Goiás, mas sim alguns poucos lugares, e que estava tudo sob controle. Vê-se a tentativa de algumas pessoas afinadas com o governo estadual mostrarem para o resto do país – que ficou em pânico com a notícia do acidente radiológico – que tudo estava em ordem e que apenas as vítimas continuariam a sofrer com as consequências da contaminação, esclarecendo ainda que a assistência a elas já estava acontecendo. Em alguns momentos o jornal também pareceu afinado aos interesses do governo estadual, ao esclarecer que o acidente era localizado e estava sob controle e defender que não havia motivos para pânico.

No primeiro dossiê não existem matérias sobre a Funleide, até porque ela ainda não tinha sido edificada; ele é mais um compêndio de memórias sobre o próprio acidente que sobre seus desdobramentos. Atende às necessidades dos radioacidentados ao se situar no interior dos acontecimentos, para então construir suas narrativas sobre a tragédia. Por meio desse documento percebemos as demandas das vítimas por organizar as reminiscências do acidente. Também notamos que tal sistematização de memórias não poderia se limitar às lembranças pessoais oralmente expressas pelas próprias vítimas, possivelmente por elas serem contestadas o tempo todo por saberes pretensamente técnicos e científicos. Era preciso, para empoderar as vítimas, também fazer uma leitura e apropriação – mesmo que seletiva – do que circulou pela imprensa estadual.

Fazendo um breve histórico da tragédia e dos seus antecedentes, o *II Dossiê* recua no tempo e aponta que em 2 de maio de 1972 surge o IGR, especializado no tratamento de câncer, sob direção da Dra. Isis Dourado Monteiro e do Dr. Carlos Figueiredo Benzerril. Em 1974 eles recebem a bomba de Césio-137, modelo CESAPAM F_3000, marca Generaly, fabricado na Itália. Registrado na CNEN por utilizar material radioativo, o Instituto logo solicitou autorização para o manuseio de uma bomba de Cobalto-60,⁴⁹ modelo Júpiter Jr. II.⁵⁰ Todos esses materiais eram

⁴⁹ Em sua dissertação de mestrado, Monteiro (2016, p.8-9) define “com o nome retirado do alemão Kobalt, gênio do mal na mitologia germânica, este metal branco-avermelhado é bastante duro, ligeiramente magnético e dúctil. [...] Descoberto pelo sueco Brandt, constitui, quando combinado com o oxigênio, a base azul (apud CARVALHO, 2008). [...] O Cobalto-60 é um isótopo artificial extremamente radioativo produzido num reator nuclear, a partir do bombardeamento de Co-59 com neutrões (apud MOURA, 2016). O Co-60 é conhecido devido às suas aplicações em radioterapia. Este decai em emissões beta (β) de Ni-60 com uma meia-vida de 5,2714 anos, emitindo raios gama (γ) [...] (apud KHAN, 2010).

⁵⁰ “Segundo normas da CNEN, um físico nuclear deve integrar a equipe que opera um equipamento médico contendo elemento radioativo. O físico Flamarion Barbosa Goulart integrava a equipe do IGR nessa época” (SILVA, 2017a, p. 264. Em nota de rodapé).

utilizados em seus equipamentos radiológicos para fins médicos. Em 1985 a Dra. Ísis Dourado Monteiro retira-se da sociedade, e os proprietários passam a ser a Dra. Criseida Castro Dourado e o Dr. Orlando Alves Teixeira. Precisando se retirar do local e conseguindo um empréstimo para construir uma nova sede de atendimento aos pacientes, na rua 1A nº 35, Setor Aeroporto, deixam para trás a bomba de Césio-137 e levam a de Cobalto-60 (II DOSSIÊ, 1993, p. 4). A volta à década de 1970 não era aleatória no dossiê, mas uma forma de denunciar a negligência que causou o acidente, uma vez que os proprietários do IGR e o físico responsável foram considerados culpados pela justiça.

Como descrito no próprio dossiê, ele foi produzido com a intenção de mostrar a luta e as dificuldades enfrentadas pelas vítimas do Césio-137, divulgando assim à população goiana a gravidade do acidente, a situação dos radioacidentados e os danos causados ao meio ambiente, não deixando de levar em conta a responsabilidade governamental. Também se informa no dossiê que o material utilizado para sua constituição foi organizado por Isabel Ibarra Cabrera,⁵¹ na época graduanda em história na UFG, com algumas colaborações, como do Ibrace. É uma fonte composta por documentos relacionados ao acidente radioativo, produzidos por instituições como a Funleide, a AVCésio-137, entre outras. Configura-se em um conjunto manifestos, panfletos e convocatórias para reuniões e manifestações relacionadas ao acidente com o Césio-137. Também constam materiais elaborados no âmbito do seminário “Goiânia nunca mais”, ocorrido em 1991, com o objetivo de debater as consequências do acidente e do uso da energia nuclear. Ainda encontramos no dossiê uma listagem com nome das vítimas atendidas pela Funleide naquele período (1992) – que computavam 736 – e demais documentos relacionado ao acidente e aos debates feitos sobre este.

O documento denunciava um aumento de mulheres e crianças com câncer em Goiânia entre 1987 e 1992, fenômeno que aparecia em notícias dos jornais locais. Também apontava que não havia nenhum tipo de pesquisa que relacionasse essa patologia com o acidente, e tampouco algum interesse em analisar isso. Acusava-se a Funleide de restringir o número de pessoas que nela seriam atendidas e de limitar o acesso às informações. Como Silva (2017a) destaca, faltavam cuidados com a pesquisa

⁵¹ Doutora em história contemporânea, atua como professora na Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796471U6>. Acesso em: 28 abr. 2020.

e a documentação guardada na fundação, para estudar de forma mais precisa a incidência de câncer nas vítimas.

Essa passagem é importante, pois notamos que o dossiê, referendado pelos radioacidentados, contesta concepções e práticas da Funleide; denuncia a falta de pesquisas científicas (ou de respostas embasadas nelas), levanta suspeitas quanto à transparência da instituição e põe em xeque sua real vontade de investigar o surgimento de doenças – principalmente câncer – no período posterior ao acidente. Também questionava o fato de o atendimento da Funleide ser dirigido a um número limitado de pessoas, algo que, como vimos no capítulo anterior, acabou sendo revisto pela justiça, que considerou outros grupos como radioacidentados. A matéria, no entanto, parece insinuar que tais desdobramentos negativos do acidente abrangeriam a cidade como um todo, afetando o conjunto da população goianiense.

O Césio-137 é um material radioativo, as pessoas que tiveram contato com ele frequentemente nem sabiam que tinham sido contaminadas, como policiais e bombeiros – que precisaram atender e evacuar a população que morava nos focos de contaminação. Este foi o caso também de alguns médicos que trabalharam no início da tragédia e técnicos da CNEN que atuaram na descontaminação, pois a eles não foi dada a informação de como se proteger; suas roupas contaminadas eram lavadas junto com as de suas famílias, contaminando todo o vestuário. Havia ainda pessoas que prestavam serviços lavando essas roupas contaminadas sem proteção alguma, pois também não receberam as devidas informações. Aqui entram as contestações de Vieira (2014), que questiona até que ponto a contaminação dessas pessoas foi acidente ou negligência do Estado, culpado por não ter passado informações e preparado os profissionais para trabalhar nessas áreas e com essas vítimas, o que proporcionou condições para o aumento de pessoas contaminadas.

Quanto à composição de grupos de vítimas para orientar o trabalho da Funleide, o *II Dossiê* faz críticas incisivas:

[...] caracterizam-se as vítimas pelo contato com o Césio-137 e pela proximidade do local onde ocorreu o acidente, não considerando as características desse material na sua amplitude e na sua mobilidade, dentro e fora da cidade. (II DOSSIÊ, 1993, p. 5).

O documento levanta questionamentos muito sérios quanto aos critérios adotados para a constituição dos grupos, baseados na proximidade física com os focos

de contaminação, o que pode não corresponder exatamente ao nível de exposição à radiação. Isso porque o material contaminado e contaminante, em contato com as pessoas, se espalhou e foi levado por elas a outras cidades do estado, como Anápolis, Inhumas, Aparecida de Goiânia (VIEIRA, 2014, p. 39). O Estatuto da AVCésio expõe seus desígnios como instituição e o campo de conflitos traçados com o Estado:

[...] Artigo 3º - É uma entidade civil de direito privado e de utilidade pública, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e fórum nesta cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás.

Artigo 4º - São objetivos desta Associação:

I - Zelar pelo direito ao exercício profissional;

II - Buscar a reparação dos danos oriundos do acidente radiológico com o céσιο-137, tais como: físicos, psicológicos, morais, materiais, econômico/financeiros, relativamente às pessoas atingidas diretas e indiretamente por aquela fatalidade:

III - buscar e garantir junto aos poderes públicos e privados os direitos concernentes à Seguridade Social, nos termos seguintes, dentre outros:

a) Assistência integral às pessoas mencionadas no item anterior;

b) Pensão especial a todos os contaminados e/ ou irradiados que comprovarem a qualquer tempo o seu envolvimento de alguma forma no acidente com o céσιο-137, e se houver necessidade de junta médica, que tenha pelo menos um médico indicado pela Associação;

IV - Assistência aos atingidos, ao longo de suas vidas, mediante um programa permanente de saúde;

V - Estabelecer convênios e similares com universidades brasileiras e estrangeiras, com organizações nacionais e internacionais, públicas ou privadas, de comprovada atuação na defesa dos direitos humanos e na preservação do meio ambiente que a Associação julgar pertinente;

VI - Denunciar à opinião pública e a justiça toda discriminação e omissão originárias do mencionado acidente, com respaldo do controle social, direitos humanos e do Ministério Público;

VII - Proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades de natureza educativa, econômica, social, cultural e desportiva;

VIII - Garantir a independência da entidade, ao assegurar sua autonomia frente às instituições de cunho administrativo, religioso, políticos partidários e em relação ao Estado. (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DO CÉSIO-137, 2004, p. 1).

O Estatuto não é um documento inócuo, mas revelador de um movimento no processo histórico posterior ao acidente. A criação de uma associação para lutar pelos direitos dos radioacidentados, posterior à criação da Funleide, que tinha como premissa fornecer ampla assistência às vítimas do acidente, revela que tais desígnios não se concretizaram.

Outro ponto importante é que os radioacidentados defendem assistência integral aos atingidos pelo Césio-137 e não somente nos assuntos estritamente ligados à contaminação. Não é difícil compreender tal demanda, uma vez que existem poucas pesquisas sobre os efeitos da radiação no corpo humano, sendo elas vitais para qualquer diagnóstico. Sem distinção precisa na associação entre doenças e a contaminação por Césio-137, a demanda dos radioacidentados é por um atendimento integral. Tal reafirmação, presente no documento da associação, confronta diretamente o rebaixamento de objetivos operado a cada mudança institucional que as entidades de assistência sofreram, desde a criação da Funleide. Como afirmamos no capítulo anterior, de um atendimento mais abrangente às vítimas a assistência prestada pelos órgãos estaduais acabou por se limitar ao trato de patologias e problemas causados diretamente pelo acidente. A associação se insurge contra esse desvirtuamento das promessas de apoio feitas pelo governo estadual na década de 1980.

A menção específica à luta pelo direito de indicar um médico das juntas avaliativas de condições de saúde é outro elemento revelador. Indica contrariedades com relação aos pareceres e diagnósticos emitidos, num campo de tensão com o Estado e com o saber médico. Nesse caso notamos o empoderamento dos radioacidentados, que questionam as respostas clínicas recebidas e tentam lidar com tais saberes dentro do que prevê a lei e sem desrespeitar o livre exercício profissional dos médicos. Além disso, constam no documento indicações de conflitos no pagamento de pensões especiais às vítimas, alguns dos quais já tratamos nesta dissertação, cujos valores e reajustes eram questionados.

O documento traça ainda a meta de estabelecer parcerias com as universidades e o Ministério Público, além de outras entidades de defesa dos direitos humanos, elegendo-os como interlocutores privilegiados. Isso revela como o Estado não é visto de maneira homogênea pela associação e como as ações universitárias e da promotoria pública são vistas enquanto assessorias e não intervenções limitadoras da autonomia da instituição.

Por fim, cabe destacar como o Estatuto elege a defesa do meio ambiente, junto com os direitos humanos, como um dos objetivos da entidade. Somado a isso, estabelece a intenção de proporcionar qualidade de vida aos radioacidentados, o que pode revelar o desejo de constituir-se como um clube. Também vemos no texto a reafirmação da autonomia da associação em face dos poderes políticos, que frequentemente tentam cooptar lideranças como forma de realimentar práticas políticas

tradicionais e autoritárias. Todos esses elementos convergem na luta contra o preconceito, tema muito presente nas memórias das vítimas do acidente e que, passados quase vinte anos da tragédia (pois o documento referido foi escrito em 2004), ainda era uma necessidade premente de quem foi contaminado.

Sobre as preocupações com o meio ambiente, a AVCésio e o governo de Goiás participaram da Eco-92. Nesse evento se estabeleceu uma parceria entre a Faperj e a associação, que buscaram apoio do governo cubano na tentativa de um acordo para assistência sanitária às vítimas do Césio-137.

O pequeno país caribenho tem um reconhecimento internacional devido ao avanço científico incontestável na área da saúde, fundamentalmente, após a Revolução de 1959. Os êxitos alcançados por esse país são registrados, sobretudo na Medicina preventiva, dedicando grandes recursos à incorporação da mais avançada tecnologia. Ressalta-se que a experiência acumulada por Cuba, no atendimento as crianças que sofreram os efeitos do desastre nuclear de Chernobil, fez avivar nos representantes da Associação dos acidentados de Césio, durante a Eco 92, a esperança de tratamento naquele país, uma vez que, em Goiânia, as carências assistenciais eram evidentes. (II DOSSIÊ, 1993, p. 6).

O protocolo então ficou acordado entre a Faperj, o governo de Goiás – pela Funleide –, a AVCésio e o governo cubano, aberto também a outras instituições que tivessem interesse. Foram criados Comitês de Acompanhamento para execução deste protocolo, compostos por: Conselho Regional de Serviço Social de Goiás, Conselho Regional de Medicina (Goiás), Comissão de Justiça de Paz da Arquidiocese de Goiânia, Instituto Brasil Central, Conselho Regional de Psicologia, Sindicatos dos Médicos do Estado de Goiás, Associação de Pediatria de Goiás, Associação de Professores da Universidade Católica de Goiás (UCG), Associação de Professores da UFG, Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos de Goiás, Associação Brasil-Cuba de Goiás. A escolha das vítimas para o tratamento em Cuba foi feita pela equipe cubana, com o auxílio de representantes da Funleide e de alguns médicos do Hospital das Clínicas de Goiás (II DOSSIÊ, 1993, p. 6-7). Foi, portanto, um grande convênio, que envolveu muitas entidades goianas. Os resultados dessas ações também aparecem no dossiê:

Com a ida do primeiro grupo [...] foi desenvolvido um exaustivo processo de avaliação científica, mediante exames e tratamentos complementares, a chegada em Goiânia em setembro do mesmo ano, já apontava problemas de ordem diplomática. Isto ficou constatado quando o grupo de acidentados, acompanhado pela equipe cubana e pelo presidente da Fundação Leide das Neves, chegou em São Paulo.

Para surpresa da equipe cubana, esta foi escalada para um outro vôo, antecipando sua chegada a Goiânia, sem nenhum representante do governo goiano para recebê-la, permanecendo por mais de três horas no aeroporto, sem qualquer assistência e cortesia. Ao poder contar com a presença do Comitê, a equipe teve oportunidade de se dirigir, depois de mais de doze horas de viagem, para um merecido descanso em um hotel da cidade. Mesmo enfrentando desencontros nas informações, a equipe cubana, contando com o Comitê e já com um representante do governo de Goiás, estava no aeroporto para recepcionar os acidentados.

Após vários dias de discussão, entre a equipe cubana e a da Fundação Leide das Neves, foram apresentados à sociedade local, sem uma divulgação satisfatória, os resultados daquela viagem, que é conteúdo também deste dossiê.

Matéria em periódicos de Goiânia, já fazia clara alusão, através do Presidente da F. Leide das Neves de que Goiás nada devia a Cuba, no que tange ao tratamento dos acidentados pelo Césio-137. (II DOSSIÊ, 1993, p. 7-8).

O documento constrói uma narrativa em que a associação consegue, com apoio da Faperj, o convênio com Cuba. Nessas memórias, o governo goiano pouco teria contribuído, não sabendo sequer lidar com os contratempos gerados pela antecipação do voo da delegação cubana em visita a Goiânia. Embora a Funleide tivesse papel importante nesses tratados, o documento apresenta a entidade como quem cumpriu seus deveres com dissabor, culpando a presidência do órgão por tal postura. Esses elementos revelam um campo de tensão em torno da Funleide, apresentada como uma fundação ineficiente, razão pela qual os radioacidentados buscaram tratamento de excelência em Cuba, nos centros que trataram as crianças de Chernobyl. Por outro lado, também se constrói a noção de que o convênio não foi bem recebido pela entidade, que o via como desnecessário. Permeando tais memórias negativas sobre a fundação está um valor corrente na sociedade brasileira: a ingratidão.

O documento ainda afirma a dificuldade do primeiro grupo para se deslocar até Cuba. As várias entidades envolvidas nos comitês garantiram então que um segundo grupo de radioacidentados fosse para Cuba, com apoio, acordos e a campanha “Goiânia agradece o carinho do povo cubano” (II DOSSIÊ, 1993, p. 9), como forma de agradecimento aos serviços prestados pelo país caribenho. Dessa forma, constrói a noção de que a ingratidão teria sido revertida e que a posição do presidente da Funleide não representaria a do povo goiano.

Como noticiado em *O Popular*, no dia 12 de novembro de 1992, o segundo grupo de radioacidentados destinados a Cuba necessitava apenas das passagens. Como foi acordado, o país caribenho arcaria todas as demais despesas: comida, hospedagem,

lazer, tratamento médico e exames. Ao Brasil caberia custear as passagens, apenas. Terezinha Fabiano, na época presidente da AVCésio, ainda revela no noticiário que a ida do primeiro grupo, de cinquenta pessoas, custou a Cuba 240 mil dólares e apenas 50 mil dólares ao Brasil (RADIOACIDENTADO..., 1992, p. 6). Nessa matéria percebemos como o jornal também deu visibilidade à perspectiva da associação, que defendia a pouca participação do Brasil no orçamento do convênio, ao passo que Cuba arcava com a maior parte dos custos. Esse argumento embasava a queixa da entidade sobre a má vontade do governo goiano e da Funleide com relação à parceria, que deveria ser mais valorizada pelo país.

Adiante o dossiê revela que a AVCésio e os Comitês de Acompanhamento se depararam com outro confronto: o governo do estado de Goiás estava organizando um Simpósio Internacional sobre o acidente com o Césio-137, do qual participariam autoridades de alguns países, como EUA, Japão, Canadá, e cientistas brasileiros. A Funleide também participaria, porém os representantes do governo cubano não haviam sido convidados, o que a associação dos radioacidentados via como um novo problema diplomático e ético que poderia comprometer o protocolo assinado na Eco-92 (II DOSSIÊ, 1993, p. 10).

Observa-se nos relatos deste documento o descaso do governo de Goiás e da Funleide com as vítimas, omitindo informações que deveriam – por questões éticas e de direitos – ser apresentadas à sociedade. O protocolo assinado na Eco-92 foi de grande importância para as vítimas do Césio-137 no que concerne ao apoio, aos tratamentos e exames. Se o governo estadual o tivesse valorizado, isso poderia ter ampliado os conhecimentos tecnológicos nessa área e propiciado a assinatura de mais acordos diplomáticos para novos estudos sobre o assunto.

O Comitê de Acompanhamento à execução do protocolo assinado na Eco-92 e a AVCésio buscaram apoio para os radioacidentados e insistiram na viagem de um segundo grupo para Cuba. Conseguiram um convênio com a UCG, adquirindo apoio laboratorial, psicológico e social fora da Funleide. Como apresenta o *II Dossiê*, procurou-se apoio na Secretaria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Aeronáutica para o traslado das vítimas para Cuba, e o governo de Goiás consentiu após grandes esforços.

Durante a Eco-92 alguns artistas plásticos goianos ligados às questões ecológicas, como Antunis Arantes, Paranhos Júnior e Marco Rodrigues, prepararam obras para serem expostas no evento. Segundo publicado no *Diário da Manhã*, no dia

20 de maio de 1992 – evidenciado na página 35 do *II Dossiê* –, os artistas, em suas obras, criticam o descaso das autoridades quanto à gestão da peça que ocasionou o acidente com o Césio-137. Além das obras que levaram para a Eco-92, Arantes e Paranhos fizeram também uma performance: vestindo macacões alaranjados, representaram os técnicos da CNEN recolhendo lixo e jogando-o sobre a bandeira do Brasil. Apresentaram ainda, como prossegue a notícia, cartões postais que foram expostos na I Exposição Internacional do Césio-137, para mostrar aos visitantes da Eco-92 os problemas enfrentados pelas vítimas.

É importante sublinhar que o acidente impactou sobremaneira diferentes setores da sociedade goiana e brasileira, em um momento de abertura política e de intensas lutas por cidadania. Tal fator abriu espaço nos meios de comunicação e nas artes para denúncias. Isso explica o comportamento ambivalente da imprensa goiana, que não deixava de atender aos seus compromissos com o governo estadual, chancelando suas declarações e dando visibilidade às suas ações, mas efetuava a abertura a algumas vozes críticas aos acontecimentos e às políticas públicas que se seguiram. Os jornais da grande imprensa nacional também promoveram essa abertura, sendo muitas vezes considerados sensacionalistas pelo governo estadual. Todavia, vale observar que esse espaço na imprensa não foi recebido como uma dádiva, mas conquistado pelos radioacidentados e demais grupos que a eles se uniram na denúncia do mau manejo da energia nuclear no país.

Outra notícia, que aparece no *Correio Braziliense* quando da rememoração de cinco anos após o acidente, no dia 13 de setembro de 1992, e que também figura no dossiê, novamente se refere ao trabalho de artistas que pintaram os escombros do IGR, local que abrigou a peça contendo Césio-137 abandonada. O intuito da intervenção artística era informar a população sobre “[...] o fato de que não devemos mexer em coisas que desconhecemos” (II DOSSIÊ, 1993, p. 46). A AVCésio e outras instituições de Goiânia promoveram atividades com o objetivo de relembrar o acidente. Tais matérias figuram no dossiê como forma de organizar a memória das ações que envolveram os radioacidentados, bem como demonstrar o apoio recebido de outros grupos sociais, como artistas. Também revelam que as vítimas não evitaram a autocrítica, pois escolheram para figurar no dossiê uma notícia sobre uma intervenção artística de alerta contra o manuseio de materiais desconhecidos. Tal alerta não deixa de fazer uma crítica à ação dos catadores de papel que recolheram o equipamento contendo a cápsula de Césio.

Enfim, podemos afirmar que os dois dossiês auxiliam na construção de uma memória para este grupo social que se formou com os radioacidentados, dando-lhes coesão e identidade. Isto lembra o que Halbwachs (2006) chama de memória coletiva, pois este grupo de pessoas, os radioacidentados, ainda se sente parte de uma categoria mesmo após mais de trinta anos de acidente, pois esta memória está ativa neles. Sendo assim, constroem sua visão sobre o acontecimento, a qual não é sectária, mas dialoga com a imprensa, com intervenções artísticas e outros grupos, nos momentos em que eles se engajam no esforço de denunciar as negligências que ocasionaram o acidente e suas consequências negativas.

3.2 Da ampliação do rol de vítimas: civis e policiais militares na luta pelo reconhecimento como radioacidentados

Os PMs que foram convocados para trabalhar no acidente durante a evacuação do pessoal e que também atuaram nas áreas durante a descontaminação logo começaram a ver e sentir as consequências do Césio-137. Silva (1998c) traz em seu artigo “Soldado é superior ao tempo: da ordem militar à experiência do corpo como locus de resistência” os problemas que os PMs tiveram de enfrentar no período do acidente. A autora relata que os PMs de baixa patente precisaram assumir responsabilidades, tais como vigiar, cercar os locais contaminados e evacuar as pessoas desses ambientes. Para além do acidente, eles recebiam uma disciplina rigorosa no treinamento para policial e, muitas vezes, eram humilhados pelos oficiais. O que muitos ouviam é que “soldado é superior ao tempo”, ou seja, independentemente de estar chovendo ou não, eles deveriam fazer o serviço. Durante o acidente, muitos tiveram medo depois de ver o enterro das primeiras vítimas, e mesmo assim continuaram a fazer o trabalho, auxiliando na descontaminação. Tempos depois iniciou-se a aparição das consequências do acidente no corpo destes policiais, que recorreram à mídia para mostrar as marcas e apresentar os laudos dos exames, a fim de provar a todos que também acabaram expostos à contaminação.

Travaram uma luta para serem reconhecidos como vítimas do acidente e receber pensões e atendimento médico. Então surge uma instituição específica em defesa dos PMs, a Associação de Militares Vítimas do Césio-137, que, assim como as pessoas já consideradas vítimas do acidente, se contrapõe ao discurso oficial.

A revista *Idealismo e Voz atrás da Farda* de 2015, escrita inclusive por um dos militares vítimas do acidente, expõe fatos vividos por esses policiais em decorrência do

acidente. Ainda apresenta algumas notícias importantes que foram divulgadas na imprensa, as quais mostram a participação dos PMs no acidente e também suas mobilizações para serem reconhecidos como vítimas. Anexos à publicação, constam documentos oficiais assinados pelo estado de Goiás que confirmam a participação e a intimação destes policiais, na época, para integrarem a Operação Césio-137.

O primeiro texto da revista leva o nome “Césio 137: a verdade que poucos conhecem”, e evidencia o desejo de apresentar uma versão considerada correta sobre o acidente. Inicialmente apresenta os grupos de militares que foram escalados para os serviços: o Regimento do Policia Montada (RPMON), o 1º Batalhão da Polícia Montada (BPM) e, logo que foram comunicadas, “as P/3 (3ª Seção), hoje seções operacionais dos diversos Batalhões da PM desencadearam Operações Policiais Militares, escalando militares de suas unidades, em especial a RPMON, 1º BPM, 7º BPM, BPMCHOQUE” (IDEALISMO..., 2015, p. 10). O desejo de nomear os batalhões envolvidos é uma forma de tirá-los do anonimato ou da homogeneidade evocada pela designação de PMs. Para este grupo, não foram apenas os policiais que participaram, mas “militares”, que integravam “batalhões”. A revista atende dessa maneira às demandas do grupo por registro de suas memórias não como indivíduos, mas como corporação. O periódico ainda afirma que:

Logo após a remoção dos rejeitos, foi criada e instalada pela PM a CIPOLIS (Companhia de Policiamento Especial e Controle Ambiental), e a maior parte de seu efetivo foram os PM que participaram das Operações visando minimizar os efeitos do acidente do Césio, tendo em vista que os principais objetivos da criação da CIPOLIS era guarnecer os rejeitos do Césio em Abadia de Goiás, e fiscalizar o meio ambiente no estado.

A CIPOLIS foi extinta com a criação do BPMFLO (Batalhão de Polícia Militar Florestal) em meados de 1990. Em várias promoções que foram efetivadas depois do acidente, a Diretoria de Pessoal da PM relacionou e cadastrou apenas os Policiais Militares que haviam trabalhado na extinta CIPOLIS e no BPMFLO. Este procedimento causou um sentimento de revolta e indignação junto à tropa ao impedir que aqueles que também desempenharam as mesmas funções ombreados lado a lado com os outros membros das corporações, tivessem um tratamento justo e igualitário, ou seja, uma parte foi promovida e a outra não.

Para agravar esta situação aqueles militares que não foram incluídos nas listas para promoções, ao buscarem seus direitos na esfera administrativa, deviam apresentar “provas materiais” que estiveram cumprindo escala durante as frentes de serviços das Operações Especiais, fatos que ocorreram há quase vinte e oito anos, que serão

completados agora no mês de setembro. Mas não é só isto. Ao requererem as Fichas Individuais de Alterações dos Policiais Militares, nas anotações das escalas de serviço não constam as atividades desenvolvidas por ocasião do acidente, uma vez que naquela época, este apontamento não fazia parte da rotina administrativa da Instituição Militar. (IDEALISMO..., 2015, p.10-11).

A revista apresenta um elemento que pouco aparece nas memórias do acidente com o Césio-137: o destino dos policiais que trabalharam na descontaminação. Conforme se aponta, eles tiveram papel destacado no isolamento das áreas contaminadas e no transporte dos rejeitos para o depósito em Abadia de Goiás. Para dar continuidade às atividades de monitoramento dos rejeitos, foi criada a Cipolis, que também tinha como meta atuar no policiamento ambiental. A entidade também passou por mudanças, na década de 1990 – provavelmente na mesma reforma administrativa que converteu a Funleide em Suleide –, passando a se designar BPMFLO.

O foco da matéria reside nas dificuldades vividas pelos policiais após o acidente, que motivaram suas lutas por direitos. Conforme aponta o texto, alguns membros da corporação foram promovidos, ao passo que outros não. A matéria também descreve que os policiais tinham dificuldades para atender às exigências administrativas para serem promovidos, entre elas, a exigência de informações que não eram documentadas em 1987.

A memória construída pela matéria, portanto, evoca uma corporação dividida, em que parte de seus membros era injustiçada. Tal quadro ajuda a explicar os motivos pelos quais os policiais se viram na necessidade de contestar o Estado, algo que é tabu nos meios militares.

Anexo à revista está o pedido oficial da Governadoria Estadual, remetido ao Coronel PM Waltervam Luiz Vieira, em 13 de outubro de 1987, requerendo os serviços dos policiais no trato do acidente. Eis a solicitação da CNEN para que militares a pé, motorizados e a cavalo efetuassem a proteção dos rejeitos e o isolamento dos locais contaminados. A revista agrega ainda notícias jornalísticas sobre o acidente, veiculadas por outros meios de comunicação. A notícia a seguir, contida na revista *Idealismo e Voz atrás da Farda*, é uma transcrição de matéria do *Jornal do Brasil*.⁵²

⁵² Jornal carioca fundado em 9 de abril de 1981 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, como forma de criticar o regime republicano pela restrição à liberdade de imprensa, mas também estabelecendo limites às críticas. Sendo ameaçado várias vezes por conta das opiniões perseverantes contra o sistema, o jornal passou a ser dirigido por outros membros diante da forte repressão, tornando-se moderado em alguns períodos, como durante o Estado Novo. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Policiais militares que trabalharam nas sete áreas interditadas no Centro de Goiânia, quando houve o acidente, e depois no depósito de Abadia de Goiás [...] pleiteiam a indenização.

A CNEN não concorda. Sustenta que os efeitos agudos da irradiação não ocorrem 10 anos depois, mas os policiais estão doentes. A pensão também mobiliza outras pessoas que se dizem prejudicadas.

[...]

Afastado da Polícia Militar desde o ano passado, quando passou por uma cirurgia para extrair parte de um tumor que tem no cérebro, o soldado Marques Souza Rodrigues, de 33 anos, considera-se uma vítima do césio. Ele e outros 127 soldados lutam para receber uma pensão do governo embora a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) afirme que as doenças, inclusive muitos casos de distúrbios psicológicos não têm relação com o acidente de 1987.

Marques, com o apoio da Associação de Cabos e Soldados da PM de Goiás, denuncia que trabalhou sem proteção ou controle de saúde, quando fez a vigilância das áreas contaminadas logo após o acidente. Depois, por três anos, esteve no depósito de Abadia de Goiás, onde os rejeitos estavam estocados em contêineres, a céu aberto.

“Chegamos ao ponto de dormir na área atingida em colchões que pela manhã eram recolhidos como lixo radioativo” denuncia. Enquanto isso, segundo ele, os técnicos da CNEN entravam nos locais com roupas especiais. “Se até uma viatura da PM foi enterrada como rejeito, por que não passamos por avaliações de saúde?” questiona.

Há quatro meses, segundo Alfredo Tranjan, coordenador do Centro Regional de Ciências Nucleares da CNEN, onde estão enterrados os rejeitos, foi formada uma equipe médica independente que avaliou os PMs. “Exames clínicos encontraram problemas de saúde, como diabetes, alcoolismo, varizes e até casos de tumores, mas sem ligação com o césio”, garante ele, ao classificar as doenças apontadas pelos PMs como de cunho psicossocial. Os PMs se queixam de que os exames foram superficiais e que não foi colhido sangue para verificar possíveis mutações genéticas. (CÉSIO, 1997, p. 14).

As matérias, datadas do final dos anos 1990, apresentavam todo um campo de conflitos entre os policiais e o Estado. Alegavam eles que haviam sido contaminados durante o trabalho desenvolvido no acidente e citavam como provas os colchões e as viaturas consideradas lixo nuclear. Entre suas queixas estava o fato de nunca terem recebido as devidas atenções médicas, com a realização de exames e acompanhamento. Além dos problemas psicológicos, comuns entre pessoas que trabalham em tragédias, os

militares alegavam o surgimento de tumores e câncer. Nesse momento percebemos semelhanças entre os protestos dos policiais e das vítimas assistidas pela Funleide, organizadas na associação. Todos questionam os diagnósticos que tentam desvincular suas doenças do contato com a substância radioativa.

Assim se estabelece todo um campo de disputas, em que os saberes médicos aparecem não como falsos, mas como superficiais e apressados. As demandas dos policiais, como consta na matéria, não eram por um diagnóstico baseado em outro tipo de saber, mas por novos e mais sofisticados exames, na esperança de que estes fossem mais precisos. Nesse embate, eles reivindicam o direito de conhecer seu corpo, sua saúde e enfermidades melhor que ninguém, embora não pretendam prescindir dos saberes especializados das ciências da saúde.

Outra questão pontuada no texto jornalístico é a demanda por pensões, como forma de os policiais obterem reparações pela exposição que teriam sofrido. Sabemos que este era um tema sensível, pois impactaria os cofres públicos – que, como vimos no capítulo anterior, queriam restringir o orçamento gasto com os desdobramentos do acidente. Uma novidade contida nessa matéria é o conflito com a CNEN, acusada de não reconhecer a contaminação dos militares. Essa tensão adquire tons de ressentimento, quando notamos as memórias que destacam as roupas especiais utilizadas pelos técnicos do conselho, ao passo que os policiais atuaram de maneira desprotegida, com suas fardas regulares.

O governo federal foi pouco atuante no acidente, sendo representado quase exclusivamente pela CNEN, geralmente lembrada pelos técnicos usando macacões brancos durante a descontaminação ou como a atual instalação que zela pelo depósito dos rejeitos nucleares em Abadia de Goiás. Talvez isso explique o porquê de a maioria das cobranças se dirigir ao governo estadual, que assumiu certo protagonismo na gestão da catástrofe. Eis a importância das questões levantadas pelos PMs, que acabam por colocar novos termos no debate.

Não só os policiais se manifestaram diante de tal injustiça; a AVCésio esteve sempre apoiando as pessoas afetadas e que ainda não recebiam a devida atenção dos órgãos governamentais. Elas não se restringiam aos policiais; tratava-se de uma miríade de pessoas que, de alguma forma, se envolveram com o acidente sem nunca ter seu status de vítima reconhecido oficialmente. Logo, essas pessoas nunca tiveram acesso a nenhum tipo de assistência prestada pela Funleide ou por quaisquer outros órgãos e políticas públicas. A associação, mostrando-se sempre ativa nas suas próprias reuniões e

também em movimentos e demais reuniões referentes à tecnologia nuclear (a exemplo da Eco-92), buscou apoio e procurou reativar a memória do acidente. Como parte desse esforço, havia a denúncia daqueles não reconhecidos oficialmente como vítimas do acidente, questão sempre reiterada pela entidade. Sobre esse tema, o seguinte documento foi lido e aprovado na Assembleia da AVCésio.

Muitos servidores do Consórcio Rodoviário Intermunicipal (CRISA) que fizeram as demolições de construções, extração de terra contaminada e o transporte dos rejeitos radioativos estão buscando ressarcimentos, até hoje apenas um grupo de pessoas desta empresa recebe vantagens financeiras, mas não tem acesso algum a exames e medicamentos. Parte dos Bombeiros Militares e Policiais Militares que exerceram funções no recolhimento de vítimas diretas e vigilância dos focos de radiação recebem apenas pensão financeira que não lhes garantem assistência médica e medicamentosa [...].

Os vizinhos de focos de até 300 metros (depois baixou para 50 mt) que a princípio deveriam segundo a ciência, serem monitorados periodicamente, no entanto se quer [sic] são cadastrados pela Superintendência Leide das Neves, esta entidade está encarregada a dar assistência integral às vítimas em substituição à FunLeide. Também os parentes das vítimas diretas deveriam ser monitorados e acompanhados, mas os poderes políticos e jurídicos não lhes garantem absolutamente nada.

Hoje, 18 anos depois daquele horrendo acidente, mais de 1000 pessoas buscam assistência médica e ressarcimentos financeiros. A Associação das Vítimas do Césio 137 (AVCésio) já tentou de todas as formas dar-lhes socorro, buscando os meios, as entidades e comissões defensoras do Cidadão, mas infelizmente não consegue ter sustentação por parte destes poderes, que têm demonstrado fragilidades. A justiça brasileira às vezes prefere dar ênfase a coisas banais, como por exemplo, prender pais de famílias que, por estarem desempregados, subtraem pão ou leite para dar de comer aos filhos, vítimas da falta de uma política social efetiva que assola este país. O principal problema é a falta de geração de emprego e as divisas.

Atendendo a uma solicitação do Ministério da Saúde, através da FUNASA em 2002, a portaria N°. 60 de 2005 – GAB/SES foi assinada pelo então Secretário de Estado da Saúde em exercício, Sr. Benevides Mamede Júnior, a qual criou um Grupo de Trabalho com o objetivo de fortalecer a SuLeide, elaborar propostas de criação do Centro de Referência e a reestruturação do protocolo de acompanhamento médico dos Grupos I, II e III de radioacidentados pelo Césio 137. Este chamado Grupo III teve um envolvimento não diretamente com o material radioativo, seu contato foi com vítimas diretas ou com objetos contaminados, e que de alguma forma podem ter o comprometimento de Saúde futuramente, já que os efeitos maléficis serão em longo prazo, segundo a ciência. Também é obrigação do GT buscar a fonte financiadora do Centro de Referência, que deverá ser criado por orientação do Ministério da Saúde, para desenvolver pesquisas e dar assistência integral a todos que se encaixarem nos critérios que deverão ser adotados. “Centro de Referência que agora mudaram seu nome para Centro de Apoio”,

mudança que certamente diminuirá a abrangência e a gravidade da tragédia.

Desde o início da criação do Grupo de Trabalho, a Associação das Vítimas do Césio 137 (AVCésio) defendeu que o GT fosse formado por uma equipe multiinstitucional e multidisciplinar, mas principalmente multiprofissional. Num contexto geral, o drama não foi apenas clínico, mas de toda ordem, porém, apesar da solicitação e da aprovação dentro do grupo, a portaria não nos atendeu e o GT ficou recheado de defensores do governo, governo esse que em seus discursos técnico-científicos e financeiros aponta só para a física nuclear e a crise financeira do país (apesar da roubalheira dos legisladores e governantes), desprezando a dor e as diferenças de pessoas que buscavam assegurar o pão de cada dia com o suor [de] seu rosto quando foram surpreendidas pelo acaso; outras que buscavam usufruir o direito de ir vir. Este governo que hoje é defendido com unhas e dentes por médicos da CNEN, não podemos esquecer, foi ele o principal culpado pela tragédia, pois a segurança do cidadão é atribuição do Estado (está na Carta Magna do país). Portanto é necessário que as três esferas de governo se unam para dar a assistência que os radioacidentados precisam e são detentores de direitos. Também é importante que pesquisas sejam desenvolvidas e aprendizados ocorram, pois se outro acidente acontecer teremos mais profissionais capacitados, dando demonstrações de que a desgraça de uns pôde sim servir a outros. (FERREIRA, 2005, p. 2-3).

O texto é um balanço dos desdobramentos do acidente, quase vinte anos após o ocorrido. Uma das questões ressaltadas é a luta de diferentes categorias de trabalhadores, como profissionais da construção civil, bombeiros e PMs, dentre outros, para serem reconhecidos como vítimas. O texto ainda afirma que, segundo o resultado do monitoramento de pessoas afetadas durante o período do acidente, os técnicos detectaram que 6.500 pessoas teriam sido irradiadas ou contaminadas, e mesmo assim apenas 249 delas seriam selecionadas para o atendimento. O documento apresenta uma miríade de pessoas que tiveram contato com outras pessoas e materiais contaminados e que nunca receberam a devida atenção, nem foram assistidas pela Funleide ou por entidades que se seguiram. Trata-se de uma clara denúncia da negligência no trato desses casos, acusando-se a arbitrariedade em muitos procedimentos, como na revisão da metragem da área considerada afetada.

O material veiculado pela AVCésio vai ao encontro do texto produzido pelos PMs, ao alegar que também houve injustiça na avaliação dos casos dos servidores do Crisa que trabalharam na descontaminação, sendo alguns considerados dignos de reparação, ao passo que outros não. Contra essa situação, a entidade defensora das vítimas se insurgia lembrando de todos aqueles que foram esquecidos na hora de categorizar quem seria radioacidentado. Coloca-se em xeque, então, a metodologia

adotada para constituir o Grupo 3, uma vez que este não abrangia muitos parentes de vítimas e outras pessoas, como as profissionais que lavavam as roupas dos trabalhadores da descontaminação.

A AVCésio se apresentava como quem lutava pelos direitos dessas pessoas, não se limitando apenas àquelas que figuravam oficialmente como vítimas. Entretanto, pontuava que poucos resultados havia conseguido alcançar, não existindo muita sensibilidade às questões levantadas sobre quem, de fato, era radioacidentado em Goiânia. A associação, dessa maneira, tentava se colocar como porta-voz de todas as vítimas do acidente e não somente de parte delas. Por outro lado, podemos entender que as respostas dadas pela justiça e outras medidas que acabaram por ampliar o número daqueles considerados radioacidentados não se deram sem reivindicações. Trata-se, portanto, de uma resposta às pressões decorrentes das lutas empreendidas pelos radioacidentados.

Em outra frente, após questionar a metodologia adotada na descontaminação, entre elas, quem seria considerado radioacidentado, o documento questiona a postura do governo do estado de Goiás e da direção da CNEN. As críticas não são tópicas e acusam tais esferas do Estado de desvirtuarem propostas e se alinharem com forças políticas retrógradas e corruptas. É também com base na crítica à corrupção que a associação recusa o argumento de que faltariam dotações orçamentárias para o atendimento adequado às vítimas do acidente.

A associação lembra das orientações do Ministério da Saúde e da Funasa para que se edificasse um Centro de Referência para atendimento aos radioacidentados. Como apontamos no capítulo anterior, essa parece ter sido a ideia que guiou a criação da Funleide, mas que nunca se concretizou, até mesmo por falta de orçamento condizente com os altos objetivos da entidade. Esse fracasso do governo estadual deixou uma lacuna no atendimento às vítimas, a qual não deixou de ser notada pelo Ministério da Saúde, que recomendou a construção.

Em outra direção, o texto da AVCésio constrói uma memória em que o governo do estado tenta, mais uma vez, degradar os objetivos das políticas públicas de assistência aos radioacidentados, com vistas a economizar recursos. Por isso o documento aponta que o Centro de Referência – que nunca chegou a ser construído – já estava sendo tratado como mero Centro de Apoio. É notável na redação do documento o temor de que tal mudança de nomenclatura redundasse em rebaixamento de objetivos, tal qual ocorrera com a mudança da Funleide para Suleide.

O texto também demonstra que o governo estadual respondia a todas essas demandas, não ficando inerte. A constituição do GT para lidar com as questões referentes à assistência às vítimas foi uma dessas respostas. Entretanto, a associação constrói uma memória em que o GT aparece como um engodo, ou uma manobra, para que o governo estadual se apresentasse como quem buscava soluções para os problemas, sem efetivamente haver vontade de buscá-las. Essa constatação decorria da interpretação de que o governo estadual havia aparelhado o GT com técnicos que lhe eram favoráveis. Pouco espaço havia sido aberto para os radioacidentados e para a AVCésio, que sentia-se vítima do discurso econômico e físico-médico, tendo suas demandas desvalorizadas.

Como solução, a AVCésio apresentava a proposta de construir um Centro de Referência, não mais ligado apenas ao governo de Goiás, mas de responsabilidade compartilhada entre União, estado e município. Tal entidade deveria visar ao atendimento integral das vítimas, dialogar com elas e levar em consideração suas realidades sociais e culturais, pois seus problemas não se restringem à falta de uma clínica especializada para o atendimento de vítimas de contaminação com Césio-137.

Nesse sentido, percebe-se uma crítica comum entre os diferentes grupos de radioacidentados. A sensação de que existe uma decisão pré-estabelecida de recusar qualquer relação entre as doenças que os radioacidentados apresentam e o acidente enfrentado no passado. O discurso técnico utilizado para fortalecer esses diagnósticos aumenta a desconfiança dos radioacidentados, que são muito céticos quanto ao que ouvem no atendimento. Entretanto, eles não recusam o saber médico, tentando instalar outros conhecimentos no lugar; suas demandas são por saberes médicos diferentes.

Nessa perspectiva, eles entendem que, assim como a Funleide nega a relação das doenças adquiridas com o acidente, a CNEN também o fez, porém nenhuma das duas instituições têm elementos e bases para tais afirmações. Isso porque, reiteramos, não existem pesquisas científicas que precisem os efeitos da radiação com Césio-137 no corpo humano, não sendo possível o simples descarte das queixas dos radioacidentados. Como já dito, não houve a preocupação e nem se levou em conta a grande dimensão do acidente, restringindo o atendimento médico apenas às primeiras vítimas, que foram afetadas logo após a abertura da cápsula. As demais frentes de assistência também parecem não ter vingado – algo de certa forma naturalizado pelos próprios radioacidentados, que parecem ter internalizado a ideia de que precisavam apenas de acompanhamento médico, raramente tocando no assunto de que outras dimensões do

vivido mereceriam atenção, sendo o documento anteriormente citado uma virtuosa exceção.

De qualquer forma, fica claro como os atingidos se organizaram, reivindicando participação política, militando e fazendo jus a suas causas. Todavia, a união entre diferentes grupos de radioacidentados sempre se limitou a uma intenção. A AVCésio, que realiza um importante trabalho, nunca conseguiu angariar a participação de todos. Os PMs, por exemplo, embora sejam apoiados pela AVCésio, possuem entidade de representação própria e atuam de maneira independente. Isso se explica porque os policiais são um braço do exército e, enquanto tal, são regidos por valores de corporação. As reparações que eles exigem passam pela discussão sobre as promoções por mérito, dentro da corporação, ao passo que seus movimentos sociais esbarram nas grandes limitações que a legislação lhes impõe, por serem militares.

Tais reflexões indicam como as lutas pelo reconhecimento enquanto vítimas são complexas e envolvem questões profissionais e valores diversos. Todos esses movimentos e lutas por direitos demonstram as contradições e problemas que ainda permeiam a assistência aos radioacidentados. Mais do que isso, demonstram que o acidente não pertence a um passado findo, mas ainda está vivo no presente.

3.3 As reivindicações das vítimas nas páginas dos jornais

Optamos por trazer notícias dos jornais impressos sobre o pós-acidente para evocar as manifestações, reclamações e reivindicações das vítimas e das pessoas atingidas que não são (ou eram) consideradas vítimas. Estas notícias abrangem a imprensa estadual e a nacional, porém o jornal mais utilizado será *O Popular*, de Goiânia, por ser o mais abrangente nas notícias sobre o acidente, o pós-acidente e a condição das vítimas, dando espaço para suas vozes. Aqui serão tratadas notícias levantadas no acervo da CNEN, que não estão nos dossiês trabalhados antes.

Observa-se que o jornal *O Popular* sempre esteve presente durante os movimentos sobre o acidente. Desde o evento até os dias atuais o periódico vem apresentando notícias sobre a tragédia, focando principalmente nas manifestações das vítimas e no embate memorialístico.

[...] o Jornal O Popular é um dos maiores, mais antigos e tradicionais meios de comunicação de Goiânia, conectando-se com toda uma rede de comunicações, que envolvem outros suportes, como a televisão.

Segundo estatísticas da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (2018), está entre os maiores veículos de comunicação do país, sendo o maior do Estado de Goiás. (MENDONÇA JÚNIOR, 2018, p. 9).

Como afirma Maciel (1995), os jornais foram por muito tempo considerados pelos historiadores fontes não confiáveis, por isso eram desmerecidos na pesquisa histórica. Para os positivistas do século XIX, apenas os escritos oficiais (atas do governo, certidões, entre outros) eram cobertos da realidade e merecedores de figurar no quadro de fontes. Sendo assim, cabia ao historiador apenas apresentar o que estava no documento, após verificar sua veracidade. Nessa concepção, o documento falava por si só, noção que começa a mudar a partir da escola dos Annales – a que muitos historiadores recorrem para explicar a atual forma de utilização da documentação no ofício de historiador, sendo o mais notável Jacques Le Goff (1990), apresentado no segundo capítulo. A partir de então passou-se a considerar que o documento “falava”, porém, assumia-se que ao pesquisador cabia fazer as perguntas às fontes. Tanto os documentos escritos, mesmo os oficiais, quanto os jornais são fontes importantes para o trabalho histórico, entretanto, devem ser averiguados de forma cética e curiosa pelo historiador, a quem cabe fazer a análise e crítica das fontes.

Nesse caso ao documento escrito incorporam-se outros de natureza diversa tais como objetos, signos, paisagens, etc. A relação do historiador com o documento também se modifica. O documento [...] necessita de perguntas adequadas. A intencionalidade já passa a ser alvo de preocupação por parte do historiador, num duplo sentido: a intenção do agente histórico presente no documento e a intenção do pesquisador ao se acercar desse documento.

Dessa maneira, a partir de interesses precisos no presente, o historiador escolhe os materiais (documentos) com os quais irá trabalhar e formula as perguntas que lhe parecem pertinentes. Nessa prática, progressivamente, o ponto de partida da investigação passa do documento para o problema. (MACIEL, 1995, p. 15).

Quanto à questão da imprensa no Brasil, Borges e Lima (2008) mostram que os jornais opinativos existiam desde o período colonial e se difundiram durante a segunda metade do século XIX, perdurando até meados do século XX. O caráter opinativo dos textos era valorizado, pois demonstrava o engajamento do autor no objetivo de luta e os anseios do grupo. Enquanto as críticas ao Império cresciam Brasil afora, junto com o ideal republicano e liberal, Goiás não ficou para trás nestas críticas feitas pela imprensa. Com a instauração do governo republicano, Goiás utiliza-se dos jornais para mostrar aos demais estados brasileiros suas riquezas minerais e potencialidades econômicas, e ainda,

para defender a implantação de meios de comunicação e transportes, tentando com isto ingressar com força na política nacional (BORGES; LIMA, 2008).

Duas grandes oligarquias viriam a aparecer na década de 1940 no estado de Goiás, e com elas, dois jornais que influenciavam e expunham seus ideais políticos: *O Democrata*, que representava os Caiados; e, contraposto à ele, *A Voz do Povo*, da família Ludovico. Com a transferência da capital do estado da cidade de Goiás para Goiânia, grandes mudanças ocorreram na imprensa.

[...] pelo discurso desenvolvimentista em que se baseou a transferência, houve o fechamento de espaço para o jornalismo político e opinativo e, simultaneamente, a abertura dos caminhos ao jornalismo empresarial. Foi neste novo cenário que surgiu, em abril de 1938, o jornal *O Popular*, de Joaquim Câmara Filho e irmãos. (BORGES; LIMA, 2008, p. 78).

As autoras ainda destacam que muitos jornais em Goiás acabaram não resistindo por muito tempo, principalmente por conta das censuras instauradas em diferentes momentos da história política do Brasil.

O jornal *O Popular*, que estava inserido no contexto da mudança da capital do estado, teve papel de destaque nos assuntos políticos da cidade, inclusive além da esfera jornalística, pois os donos assumiam cargos políticos. Ganharam apoio do poderoso interventor e governador Pedro Ludovico, que tinha interesse em passar uma imagem positiva de si e de seus feitos para a população goiana através da imprensa. A história das relações entre Ludovico e *O Popular* apresenta momentos de aliança e controvérsias. Apesar dos atritos, *O Popular* era considerado na época um jornal ludoviquista. Com o processo de redemocratização que se seguiu aos regimes ditatoriais (1945-1964), novos periódicos começaram a aparecer, e uma disputa pelo crescimento e reconhecimento gerou conflitos entre essas publicações e os jornais já estabelecidos em Goiânia, como *O Popular*. Eram abertos debates políticos em que as classes dominantes deixavam seus interesses explícitos.

Nascimento (2018) destaca que, com a tentativa de golpe em 1961, *O Popular* saiu em defesa da democracia, declarando que Jango deveria assumir a presidência. Caso contrário, renunciava que setores da sociedade fariam manifestações, incentivando ainda essas mobilizações.

A imprensa tem posicionamento político, isto é, alguns veículos apoiam e são favoráveis ao governo, enquanto outros promovem oposição ao sistema, manifestando-se a favor do povo, do proletariado, dos movimentos sociais etc. Esses elementos devem

ser levados em conta na investigação dos periódicos. O contexto histórico também precisa ser observado, pois os jornais passam por cesura nos períodos autoritários.

O jornal é um veículo de comunicação responsável em grande parte pelo que as pessoas pensam, influenciando comportamentos e o imaginário popular. O acidente com o Césio-137 é um grande exemplo disso, já analisado por muitos autores que trabalham com o evento e foram apresentados no primeiro capítulo, os quais buscaram periódicos seja como fonte de informação, seja para entender como a cobertura jornalística se posicionou.

Vale destacar as queixas de que alguns jornais foram sensacionalistas, aproveitando-se da fragilidade evocada pelo acontecimento para levar ao leitor notícias exageradas e em falta com a verdade. Sobre essa questão consta que, em 20 de outubro de 1987, o jornal *Folha de São Paulo*⁵³ traz a notícia intitulada “Governador critica a imprensa”. Ela relata a viagem de Henrique Santillo, então governador de Goiás, ao Rio de Janeiro e São Paulo para convencer as mídias de que o acidente estava sendo comunicado ao público de forma exagerada e sensacionalista. O governador também expunha sua preocupação com a imagem negativa que estava se construindo sobre Goiânia e o estado. Poderíamos pensar – embasados nessa matéria e diante de tanta desinformação e falta de transparência com que órgãos estaduais lidaram com os radioacidentados – que Santillo atuava no sentido estrito de apenas preservar os interesses econômicos de Goiás. Entretanto, tal crítica tem eco na voz de jornalistas goianienses, tais como Weber Borges⁵⁴ (2003, p. 40):

[...] a imprensa de Goiás, certamente preocupada com as consequências para a população, tratou do problema com responsabilidade. O mesmo não aconteceu com a nacional. Mais desinformou do que informou, nos primeiros 30 dias. Deitaram e rolaram em cima da tragédia, sem qualquer parâmetro ético. Cometeram heresias absurdas todo dia, responsáveis pelo pânico que tomou conta de Goiânia no primeiro mês.

Nesse quesito cabem alguns questionamentos: o que seria uma cobertura responsável e não sensacionalista de um evento que levanta tantas polêmicas como

⁵³ Inicia-se em 1921 intitulado *Folha da Noite* em São Paulo. Logo começa-se a produzir o *Folha da Manhã*, com as versões matutinas do jornal, e a *Folha da Tarde*. Só em 1960 funde-se em *Folha de São Paulo*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

⁵⁴ Bacharel em jornalismo, sendo o primeiro jornalista a noticiar o acidente com o Césio-137. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/11969/weber-borges-recebeu-titulo-de-cidadao-goiano-do-legislativo>. Acesso em: 7 maio 2020.

vimos até aqui? A imprensa goiana teria atuado de maneira subserviente ao governo estadual?

Por cobertura sensacionalista, Weber Borges (2003) se refere à associação feita entre Goiânia e Chernobyl, desastres que não possuem um exato paralelo, haja vista o nível de contaminação causado por um reator nuclear exposto, muito maior que o de um acidente radiológico. Por outro lado, os jornais goianos sempre tiveram posicionamentos políticos e ideológicos, bem como compromissos partidários. Isso não se anulou durante a cobertura do acidente com o elemento Césio-137 e seus desdobramentos. Existe também o compromisso do meio de comunicação com os grupos dominantes do estado, cujos negócios foram afetados, por conta da desinformação e da má imagem associada a Goiânia ao figurar como a “Chernobyl brasileira” no cenário nacional.

Entretanto, como lembra Silva (2019), jornais como *O Popular* precisam de leitores e, para isso, necessitam ter credibilidade. Para além das opções ideológicas, existem questões mercadológicas na produção jornalística. O jornal na década de 1980, ainda de acordo com a autora, estava refazendo seu percurso e reavaliando as opções políticas que havia efetuado durante o período do golpe de 1964 e a ditadura militar que o seguiu. Por conta disso, nesse contexto houve maior abertura a movimentos sociais e a versões que fossem críticas ao Estado.

Por esse motivo, apesar das relações estabelecidas pelo meio de comunicação com setores políticos, econômicos e socialmente dominantes do estado, não houve um alinhamento automático com o governo estadual e a CNEN. Apesar de preocupado em refutar o espectro da “cidade radioativa”, *O Popular* – e todo o Grupo Jayme Câmara, a que pertence – tentou aproveitar bem a oportunidade que surgiu para as mídias estaduais de se apresentarem como maduras e profissionais, aptas a fazer uma cobertura que elucidasse os fatos a todo o país.

Outro fator que precisa ser levado em consideração é que o acidente impactou sobremaneira a cidade e o estado, foi uma situação-limite, uma catástrofe que adquire conotações de trauma ainda hoje. Evidentemente isso não significa que o jornal se tornou neutro em sua cobertura da catástrofe, algo que seria impossível. Também não significa que o grupo deu liberdade irrestrita aos seus profissionais para cobrirem os fatos da maneira como bem entendiam. Entretanto, é fato que ainda nos dias atuais *O Popular* pode ser considerado, de longe, o jornal goiano mais preocupado com o acidente e seus desdobramentos. Enquanto tal, constitui-se em meio de comunicação

que não pretende esquecer a tragédia, trazendo cadernos rememorativos periodicamente. Nessa cobertura existe certa abertura para a polêmica, com a contestação dos órgãos oficiais (como a CNEN), e para as vozes dos radioacidentados – evidentemente, dentro de limites impostos pelos filtros estabelecidos pela empresa jornalística.

Portanto, se por um lado a cobertura do jornal foi contida – elemento interpretado até hoje como “responsável” – e preocupada em refutar aquilo que se entendia como exageros e sensacionalismo da grande imprensa nacional, não podemos afirmar que o meio de comunicação não foi atuante ou que tenha sido omissivo. O trabalho realizado não ficou refém do desejo de refutar a grande mídia nacional, tampouco houve uma completa submissão aos desígnios do governo estadual.

Talvez por isso o jornal *O Popular* tenha sido escolhido como grande meio de comunicação a fornecer textos jornalísticos para figurarem nos dossiês da AVCésio. Esse inclusive é um dos grandes trunfos da imprensa escrita: por ser menos fugaz que as mídias audiovisuais, pode ser preservada para a posteridade. É por isso que a discussão feita por Maciel (2003), de que os jornais não apenas dialogam com o presente, mas orientam o futuro quanto às formas de lembrar esse presente, para definir a relação entre imprensa e memória seja bastante cabível.

Entretanto, esse clima de guerra de informações deixou suas marcas na memória do acidente. Junto com a falta de transparência verificada na decisão de não informar devidamente os policiais sobre que tipo de ocorrência iriam atender, criou-se um clima de desconfiança permanente no governo estadual e seus prepostos, manifesto por toda a população goiana, mas principalmente pelos radioacidentados.

Nesse contexto, não é de estranhar que muitas vítimas tenham receio e não confiem na Funleide e nas entidades que lhe sucederam – com razão, pois para elas esses órgãos representam o governo estadual. Além disso, a entidade não deixou todas as informações sobre os radioacidentados claras e disponíveis à posteridade; negou-se a atender pessoas que foram radioacidentadas, com a intenção de focar apenas nos primeiros 249 pacientes. Sendo assim, essas vítimas tiveram que reivindicar seus direitos, cobrando do governo o atendimento médico necessário e pensões. Por isso criaram a AVCésio, onde elas puderam se organizar politicamente e militar ativamente por suas causas e interesses. Na interpretação dos radioacidentados houve, portanto, falta de transparência da Funleide, da Suleide e do Cara quanto ao acompanhamento de sua saúde, ao passo que demandas importantes da AVCésio – como a ampliação do rol de assistidos – não foram atendidas.

Os jornais estavam sempre presentes nesses momentos importantes de requisições dos radioacidentados, sendo receptivos até certo ponto. Tais espaços na imprensa, vale frisar, não costumam ser recebidos como dádivas por movimentos sociais e entidades de lutas por direitos, mas conquistados como fruto de suas ações e organização. Assim, no dia 28 de setembro de 1997, no especial de dez anos pós acidente, em sua página 4, o jornal *O Popular* noticiou:

A Fundação Leide das Neves Ferreira [...] está cada vez mais distante, no aspecto humano de seus pacientes. Essa é a constatação das vítimas dos três grupos, selecionados de acordo com o grau de contaminação, e até de funcionários da instituição. As reclamações são muitas e sempre se referem à impessoalidade nos serviços prestados. Boa parte das Vítimas evita a estrutura da Funleide e procura médicos e laboratórios na rede particular conveniada ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (Ipsago).

O ex-presidente da Associação das Vítimas, resume a situação. “As reclamações são as mesmas, não mudam. O que queremos é um mínimo de respeito”, diz. Ele reclama que antes havia reuniões periódicas entre os pacientes e o corpo operacional da Funleide, que deixaram de existir. “Não temos a quem reclamar, é como se gritássemos em um lugar muito isolado sem ninguém para ouvir”, compara. “O atendimento na Fundação está acabando, porque nos tratam com pouco caso, ao passo que quando procuramos um consultório particular somos recebidos com todo interesse”, acrescenta Luiza Odet Mota dos Santos.

Muitos simplesmente deixaram de procurar a entidade. É o caso de Ivo Alves Ferreira, pai de Leide das Neves. Sua esposa, Lourdes das Neves Ferreira, justifica que, como ele, não se sente à vontade dentro da Fundação criada para assisti-los. [...] A psicóloga Suzana Helou, que acompanha as vítimas desde o início, entende as reclamações e questiona até que ponto o conhecimento científico acumulado em consequência do acidente, que, em sua opinião, tão bem serve à instituição, tem servido também o ser humano. “Essa muralha entre nossa cientificidade e o mundo das pessoas a que esta mesma ciência se refere não estaria agora extrapolando nossos próprios limites?”, pergunta a psicóloga.

Ela propõe que o acidente seja projetado numa perspectiva humana, universal, holística, “muito mais adequado aos tempos atuais”, em vez de reduzi-lo à sua temporalidade. Suzana explica que para a psicologia, não importa simplesmente a questão temporal e sim a maneira como cada indivíduo vai encarar seu problema, o que depende de fatores genéticos e sociais. “A Funleide é um retrato flagrante da falência do aspecto humano na lida com sua clientela”, conclui a psicóloga. Ela cita como exemplo do distanciamento entre Fundação e vítimas a retirada da foto de Leide das Neves, que ficava na entrada do prédio, e também do poema, escrito de próprio punho, pelo tio de Leide, Odesson Alves Ferreira, em homenagem a ela e à cunhada Maria Gabriela, que também morreu em 1987. “São referências humanas que se perdem no tempo”, diz. “É o acidente agora institucionalizado”.

A matéria, de 1997, faz uma análise incisiva de um componente que costuma emergir da documentação: o reforço de um discurso técnico, cientificista, em detrimento de uma visão mais humanística do tratamento das vítimas. Como resultado, anuncia o afastamento dos radioacidentados do atendimento prestado pela Funleide. Isso era possível porque o governo estadual incluiu as vítimas do acidente com o Césio-137 no rol de assistidos pelo Ipasgo, plano de saúde dos servidores públicos de Goiás. Para ter acesso ao plano, bastava ao radioacidentado cumprir com alguns critérios estabelecidos pela Funleide, que consistiam basicamente em renovar o plano anualmente, mediante a entrega de cópia de uma bateria pré-estabelecida de exames, que ficariam em arquivo. Essa medida impediria que a Funleide deixasse completamente de fazer o acompanhamento dos casos.

Conforme descreve a matéria, os radioacidentados se sentiam mais bem acolhidos nas clínicas particulares conveniadas ao Ipasgo. Quanto à Funleide, o texto jornalístico constrói uma memória em que a entidade foi se afastando de seus desígnios; sua direção se afastou dos radioacidentados, e a participação deles nas reuniões também diminuiu ou cessou. Passada a comoção provocada pelo acidente, tudo aquilo que se vislumbrou para a Funleide acaba por dar espaço a metas mais baixas. Nos limites, os governos estaduais que se seguiram nos anos 1990 viam a entidade como um fardo a ser carregado e não uma possibilidade de Goiás desenvolver expertise em física médica.

A matéria, como forma de sensibilizar, ouve os radioacidentados e transcreve suas falas. Eles possuem nomes e são ícones do acidente, como Ivo Alves Ferreira e Lourdes das Neves Ferreira, pais da criança Leide das Neves, vítima fatal do acidente, que dá nome à fundação. Outras pessoas ouvidas foram Odesson Alves Ferreira, que é ex-presidente da AVCésio – aqui notamos a importância dessa entidade para a conquista de visibilidade à causa dos radioacidentados – e Luiza Odet Mota dos Santos. As pessoas ouvidas, portanto, foram cuidadosamente escolhidas, possuem grande envolvimento com os movimentos dos radioacidentados e são incontestavelmente reconhecidas como vítimas do acidente, inclusive algumas das mais afetadas.

Como se pode notar pelas falas dos radioacidentados, a entidade não atendeu suas demandas, sem ouvir suas reiteradas reclamações. A impressão que nos fica é de que a Funleide foi uma das obras do governo Santillo, mas que posteriormente não recebeu a devida atenção, não figurando nas prioridades de diversos governadores que o sucederam.

Outra voz trazida pela matéria é da psicóloga Suzana Helou, autora de dois livros sobre o acidente. Ela apresenta uma narrativa crítica à fundação, que revela o fato de que os profissionais lotados na entidade não apresentam um alinhamento automático e acrítico ao governo estadual. Ela concorda com as vítimas e tece uma análise sobre as raízes do problema na Funleide: a falta de uma visão humanística a orientar o atendimento e o foco em um discurso técnico, ligado aos saberes da física. Além disso, pontua que o acidente era compreendido como um fato do passado, e não como algo ainda vivo no presente. Disso decorria a burocratização das consequências da tragédia, o trato de seus impactos negativos como forma de meramente cumprir com acordos firmados nos anos anteriores.

Como psicóloga, Helou defendia uma mudança de postura na Funleide, desejava que se colocasse o ser humano no centro – e não a radioatividade –, para que fosse possível tratar de suas dores, algo que impactava sobremaneira a postura das vítimas com a entidade. Para a psicóloga havia um processo de desumanização do atendimento dos radioacidentados em curso, sendo substituído paulatinamente por relações frias e protocolares. O símbolo máximo disso seria a retirada da fotografia de Leide das Neves e do poema escrito em homenagem sua e de sua tia, também vítima fatal da tragédia.

As críticas de Helou não são pontuais; ela trata de tais questões como “falência”, algo que pode revelar conflitos entre o corpo de profissionais da Funleide e suas direções. Como vimos no capítulo anterior, havia uma queixa de que muitos dirigentes da fundação e das entidades que se seguiram eram cargos políticos, com pouca vinculação com a causa. Isso pode explicar porque a narrativa de uma das psicólogas da instituição se aproxima mais das queixas dos radioacidentados que do discurso oficial dos dirigentes da entidade, os quais tentam sempre argumentar que as vítimas alegam uma relação entre o Césio e os seus problemas de saúde que não existiria concretamente. Todavia, cabe destacar que Helou não defende a perspectiva dos radioacidentados, mas entende que a dimensão humana do atendimento a casos tão complexos, tão permeados de dor, precisava ser basilar na assistência às vítimas.

Sobre a cobertura dada por *O Popular* à questão, cabe pontuar que a matéria citada ajuda sobremaneira a compor nossa tese de que, apesar dos compromissos do periódico com os grupos dominantes regionais, ele não deixou de dar visibilidade às polêmicas que ainda cercam o acidente com o Césio-137 e seus desdobramentos. As falas e perspectivas que compõem a notícia resultam de escolhas feitas pela equipe jornalística. Dar visibilidade a uma voz crítica à própria instituição, apresentando-a

como o “outro lado da história”, também foi uma opção. Isso reforça sua importância como locus para captarmos as diferentes memórias construídas sobre a Funleide, a Suleide e o Cara. Tais memórias se fazem presentes nas páginas do jornal, embora ele não seja uma publicação realizada diretamente pelos radioacidentados.

Todavia, cabe frisar que, ao longo de toda a matéria, uma questão passa despercebida: o silêncio sobre o fato de a Funleide ter se resumido a uma clínica de atendimento aos radioacidentados. Tal reducionismo nos objetivos iniciais parece ter sido naturalizado por todos, que passaram a ver a assistência no campo da saúde como única e não parte de um conjunto mais amplo de frentes de atuação.

Permaneceram ao longo dos anos essas mesmas reclamações dos radioacidentados, e surgiram novas queixas e demandas. Os jornais apresentam muitas das tensões surgidas entre os radioacidentados e a Funleide, Suleide ou Cara. No dia 28 de abril de 2002, *O Popular* publica:

Oito casos de malformação em crianças de Goiânia, de até 10 anos de idade, estão sendo investigados pelo Ministério Público (MP) estadual. São filhos e netos de vítimas ou de vizinhos do local onde aconteceu o acidente com o céσιο 137, [...] ou ainda de pessoas que trabalharam nos locais contaminados. Eles nasceram com problemas variados, que nunca foram avaliados cientificamente sob a ótica do acidente. Segundo os pais, nenhuma dessas crianças foi acompanhada ou submetida a exames específicos, até porque, nunca foram reconhecidas como vítimas do céσιο. Hoje eles lutam pelo direito de, pelo menos, saber a causa dos problemas que atingem seus filhos.

A titular da Superintendência Leide das Neves (Suleide), Maria Paula Curado, que acompanha as vítimas oficialmente reconhecidas desde o início da tragédia, confirmou em depoimento ao MP, em agosto, que a exposição à radiação causa várias doenças, além do câncer, [...] e que “todas essas patologias já foram constatadas”.

O cirurgião-pediátrico, também da Suleide, José Ferreira da Silva, entretanto, classifica os oito casos investigados de “especulação leiga”. Mas ele – que se especializou em terapia para doenças da radiação em Hiroshima (Japão) e que também trata as vítimas do céσιο em Goiânia desde o acidente – [...] justifica que não vê relação de causa e efeito entre os problemas de malformação e os estudos sobre a radiação do céσιο em humanos. (O DIREITO..., 2002, não p.).

Como observamos na citação, pessoas que à época da notícia ainda não estavam sendo atendidas pela instituição, porém foram vizinhas do foco ou prestaram serviços durante a descontaminação em 1987, estavam tentando receber atendimento médico, pois relacionavam as doenças que estavam adquirindo e as de seus filhos ao acidente. A resposta da Suleide caminha em duas direções. Na primeira, a superintendente respondeu que se trata de pessoas não incluídas no rol de vítimas oficiais do acidente,

portanto, não caberia à entidade acompanhá-las, embora fosse possível haver relação entre as patologias dos bebês e o acidente, caso seus pais tenham de fato sido expostos. A outra posição é a do pediatra da Suleide, que segue o mesmo padrão de sempre: alega que não há relação dessas doenças com o acidente, embora a matéria aponte que as crianças não tinham sido analisadas ainda. Para fortalecer sua posição de que tais queixas eram mera “especulação”, a matéria apresenta sua formação no Japão – país que investe pesado em energia nuclear e que já sofreu ataques com bombas atômicas. O jornal, ao deixar sua fala por último e trazer esses elementos de empoderamento de seu discurso, apesar de dar visibilidade à polêmica e às queixas dos radioacidentados, acaba por ratificar a visão do médico de que eram meras especulações.

Fazendo uma leitura crítica da matéria, observa-se que as vítimas não pleiteavam um diagnóstico alheio aos ditames do saber médico. Sua queixa era de não ter os casos de má-formação fetal estudados cientificamente. O que elas pretendiam não era uma resposta favorável ao temor de que os bebês com má-formação haviam sido prejudicados pelo Césio, mas uma análise séria do caso e um diagnóstico embasado em bateria de exames. O foco da questão, novamente, reside na exclusão de um conjunto considerável de pessoas do rol de assistidos pela Funleide, Suleide e Cara, além da falta de transparência da entidade aos olhos dos radioacidentados.

Algumas dessas pessoas, ao pleitear seus direitos, os conquistaram e garantiram seu atendimento médico gratuito e uma pensão especial, sendo reconhecidas oficialmente como prejudicadas pelo acidente, provando também sua relação com o ocorrido. A incompatibilidade entre o que as vítimas apresentam e a metodologia adotada pela fundação é clara, pois os radioacidentados estão cientes das consequências do Césio-137 e conseguem atestar na justiça seu status de vítimas. Já às entidades de assistência aos radioacidentados, resta acatar o que tanto negaram, sob pena de descumprir ordem judicial. Mesmo após 24 anos de acidente, Odesson Alves Ferreira, em uma entrevista a *BBC Brasil*,⁵⁵ recorda:

[...] BBC Brasil – Quais são as principais reivindicações da associação hoje?

⁵⁵ Jornal via rádio fundado em 1926 na Grã-Bretanha, que começou a produzir notícias em várias línguas, inclusive o português a partir de 1938, tendo um escritório (de correspondência) em São Paulo. Em 1999, com o desenvolvimento da internet, o jornal começou a usá-la para difundir notícias. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/institucional/090120_expediente_tc2. Acesso em: 23 mar. 2020.

Ferreira – A luta da associação é fazer com que o governo atenda assistencialmente todas as pessoas que foram comprovadamente vítimas do acidente. Temos 1.194 associados, mas apenas 468 recebem pensão, e apenas 164 destes recebem assistência médica.

Quando o governo concede uma pensão financeira por entender que alguém foi vítima do acidente, então ela merece receber atendimento médico integral, inclusive psicológico. Hoje existem em torno de 960 processos na Justiça de pessoas que estão esperando assistência.

BBC Brasil – Que tipo de problemas de saúde os associados enfrentam?

Ferreira – Geralmente são doenças comuns, mas mais frequentes e precoces. Por exemplo, osteoporose e hipertensão são comuns, mas são comuns em jovens de 18, 20 anos? Outra doença constante é a úlcera. Quase todas as pessoas têm. E 100% das pessoas têm gastrite.

Eu gostaria que fossem feitas pesquisas sérias com essas pessoas. Infelizmente o que temos aqui são 24 anos jogados fora. O governo e os cientistas não se apropriaram do que aconteceu.

O governo nega onexo causal das doenças, diz que as doenças não têm a ver com o acidente, mas não provam nada. Até porque, a partir do momento em que apontarem que os problemas de saúde são realmente sequelas do acidente, a Justiça vai exigir um pouco mais de guarida. Isso eles não querem. (CARNEIRO, 2011, não p.).

Nessa entrevista temos uma melhor dimensão do número de pessoas que ficaram desprovidas de assistência, por não serem reconhecidas oficialmente como radioacidentadas. Isso resultou em um longo processo judicial, para que pudessem ter o direito à assistência médica integral – inclusive assistência psicológica, da qual o SUS é muito carente – e as pensões especiais. Como podemos notar, a associação refuta a negação veemente que o Estado faz do nexo causal entre as doenças dos radioacidentados e a exposição ao Césio-137. Porém, não o faz desqualificando diagnósticos ou exigindo outros que fossem embasados na fala das vítimas e não no saber médico. Suas queixas residem no fato de que não houve pesquisas científicas sistemáticas que pudessem negar tal nexo. O que os radioacidentados exigem, portanto, é uma ampliação no rol de assistidos pelo Estado e um aprofundamento das investigações médicas, para que os diagnósticos médicos possam ser mais confiáveis, pois, aos seus olhos, são apressados ou fruto de ideias pré-concebidas.

Essas demandas não começaram apenas anos depois do acidente. Em 26 de maio de 1988, o *Jornal do Brasil* informa que sete bombeiros se queixavam de impotência sexual “por terem ficado expostos à radiação durante a evacuação das áreas contaminadas”. Segundo o médico e presidente da Funleide, Halim Antônio Girade, apenas um bombeiro tinha sido contaminado, enquanto os demais estavam abalados emocionalmente. E continuou: “Não existe na leitura médica especializada nenhum

registro de impotência provocada diretamente por contaminação radioativa” (RADIACÃO..., 1988, não p.). Tais afirmações são complexas, pois, como vimos no capítulo anterior, são poucas as pesquisas científicas sobre os efeitos da radiação no corpo humano, razão pela qual a Funleide também deveria desenvolver a investigação científica. Por outro lado, os efeitos psicológicos do acidente também parecem não ter recebido a devida atenção, que ficou mais focada na saúde física dos radioacidentados.

O *Diário da Manhã*, em 2002, comunica que a viúva do bombeiro Sebastião Antônio do Nascimento, que morreu com câncer por conta da contaminação, recebera a indenização de R\$ 200 mil e pensão mensal de quatro salários, pois seu marido acionou a CNEN na justiça; o processo correu por cinco anos (INDENIZAÇÃO..., 2002, não p.). Flagramos aqui a imprensa noticiando um caso de contaminação, resultante em falecimento por câncer, que não havia sido reconhecido oficialmente. Coube à justiça, amparada nos laudos anexos ao processo, decidir incluí-lo no rol de vítimas do acidente e determinar o pagamento de indenização. Casos como este corroeram a credibilidade do governo do estado de Goiás e até mesmo da CNEN, responsável pelo lixo nuclear, e contribuíram para afastar muitos radioacidentados da Funleide, Suleide e Cara.

O câncer, como dito no segundo capítulo, é uma doença que preocupou bastante médicos e cientistas, porém a fundação não tem dado algum sobre a incidência dessa doença em pessoas que foram afetadas e vizinhas dos focos do acidente (SILVA, 2017; II DOSSIÊ, 1993). Mesmo assim, quando algum paciente com câncer aparece, o discurso oficial é que estes casos não se relacionam com o acidente. O contraditório em tudo isso é que nem a própria entidade pode saber se há ou não nexos causais entre enfermidade e a exposição ao Césio-137, pois não houve cautela na salvaguarda da documentação e não se levou em conta o exato tamanho do evento e da contaminação, classificando e determinando o atendimento a apenas 249 pessoas, como já afirmado.

Ao longo dos anos, as batalhas judiciais de radioacidentados não reconhecidos oficialmente continuam a pulular nas páginas dos jornais. *O Popular* noticia, em 30 de abril de 2002, que o Ministério Público estadual estaria esperando o resultado das negociações com o governo de Goiás para o reconhecimento de uma lista de servidores públicos contaminados que trabalharam durante o acidente (MP AGUARDA..., 2002, não p.). Já no dia 5 de maio de 2002, cerca de 600 vítimas – em sua maioria PMs e bombeiros que trabalharam durante o acidente – foram contempladas com pensões e a assistência prestada pela Suleide (GOVERNO..., 2002, não p.). Essas duas matérias revelam como o poder judiciário atendeu à demanda da AVCésio pela ampliação do

quadro de vítimas oficialmente reconhecidas. Como vimos, essa questão era basilar e embasava uma série de outras queixas das vítimas, que exigiam o devido acompanhamento de um grupo maior de pessoas. A resistência do governo estadual em reconhecer que havia subestimado o número de vítimas oficialmente reconhecidas ajudou a minar a confiança de muitos radioacidentados nas entidades ligadas ao poder público goiano.

Entretanto, a ampliação do quadro de vítimas não foi a única grande demanda dos radioacidentados. A notícia a seguir, veiculada pelo *O Popular*, é datada de 1995 (ou seja, oito anos após o acidente com o Césio-137) e apresenta as reclamações das vítimas em relação ao atendimento prestado pela fundação e às pensões que recebem.

As vítimas do acidente radioativo com césio estão sem qualquer reajuste nos valores das pensões especiais há mais de um ano. [...] O problema gerou uma reivindicação por parte das Associação das Vítimas do Césio-137 ao governo estadual, através da Fundação Leide das Neves Ferreira.

[...] O diretor administrativo da Fundação, Irani Aguiar, repassou à Secretaria da Fazenda a reivindicação. No entanto, o Diretor de Recursos Humanos, Antônio Balduino Souza Sobrinhos, analisou o caso de Terezinha e descartou o reajuste. Segundo ele, a pensão é um benefício único e cabe a ela dividir o benefício com suas filhas. Na verdade, não existe qualquer mecanismo de proteção para manter atualizado o valor dessas pensões, desde dezembro de 1991.

[...] Lourdes das Neves Ferreira, mãe da menina Leide das Neves [...] reclama principalmente do baixo valor da pensão do seu esposo Ivo Alves Ferreira. Por causa das lesões nas mãos, ele ficou impossibilitado de trabalhar normalmente, embora ainda mantenha comércio de sucata em sua própria casa. [...] seu irmão, Odesson Alves Ferreira, que também integra o grupo de vítimas mais atingidas, recebe o mesmo valor há mais de um ano.

A matéria citada trata de outro ponto de conflitos entre os radioacidentados e o governo estadual: o pagamento de pensões. Muitas das vítimas ficaram impossibilitadas para o trabalho e dependiam desses pagamentos para viver. Entretanto, os valores não eram reajustados, trazendo grandes problemas para todos. A tentativa de “Terezinha” em reivindicar pensões separadas para as filhas – uma forma de compensar a falta de reajuste – também não deu resultados. Na matéria, vemos que o núcleo de assistência social da Funleide estava em operação e assessorou os radioacidentados, intermediando suas demandas, embora sem grandes resultados.

A narrativa jornalística constrói um enredo em que os radioacidentados estavam passando por dificuldades, vivendo há quatro anos com pensões sem reajustes. Explica que elas eram necessárias, pois se destinavam a pessoas que foram impossibilitadas de

trabalhar, por terem sido muito atingidas. Mesmo assim, por se tratar de homens e mulheres laboriosos, pessoas como Ivo Alves Ferreira continuavam a tentar trabalhar, na medida do possível, em atividades que, no entanto, não eram suficientes para prover sua subsistência, razão pela qual as pensões eram essenciais. A matéria também traz, para sensibilizar o leitor, nomes que se tornaram ícones do acidente, como Lourdes das Neves Ferreira – cuja materialidade de Leide das Neves é novamente lembrada – e Odesson Alves Ferreira, parente delas que se destacou na AVCésio, novamente dando pistas da importância dessa associação.

Em 11 de junho de 1995, *O Popular* publica uma entrevista feita com as vítimas Roberto dos Santos Alves e Guilherme da Silva, que afirmaram passar dificuldades, pois as pensões que recebiam não eram suficientes para o sustento deles e de suas famílias. Os entrevistados alegavam ainda que não conseguiam trabalhar devido às sequelas causadas pelo acidente e que a Funleide não estava prestando assistência médica de forma regular. Eles também se queixavam de que ainda não tinham sido repassadas aos radioacidentados as escrituras das casas que receberam em consequência do acidente: “Até hoje o processo de indenização está tramitando no governo Federal” (VÍTIMAS..., 1995, não p.).

Como se pode notar, em 1995 *O Popular* realizou uma campanha com várias matérias sobre as pensões. Essa cobertura abriu espaço para outras queixas e demandas das vítimas, que aproveitaram a oportunidade para apresentar as questões pendentes e suas reclamações quanto à assistência médica recebida na Funleide.

Em 2002 o quadro de reclamações permanecia. Isso indica que muitas questões continuaram pendentes, e que o objetivo do governo estadual de lidar com as consequências do acidente não foi atingido:

“Traumas todo mundo tem e precisa superá-los”. A frase dita ontem de manhã pela titular da Superintendência Leide das Neves (Suleide), Maria Paula Curado, na sede da superintendência, durante entrevista concedida pela equipe que reavaliou física e psicologicamente dez vítimas que sofreram radiolesões em função do acidente com o césio 137. A declaração resume a intenção de uma mudança drástica pela superintendência. A ideia é buscar a reintegração social do grupo, até com a sua reinserção no mercado de trabalho.

Maria Paula argumentou que, “desde o acidente, há 15 anos o poder público tem tratado os radioacidentados de uma forma paternalista, o que só contribuiu para imortalizar sua condição de vítimas”. A transferência do atendimento para o Hospital Geral de Goiânia (HGG) é uma das medidas que serão adotadas com o objetivo de romper com esse comportamento e buscar a reintegração dos pacientes. A mudança

de estratégia divide opiniões. Entre os pacientes, há quem não queira nem ouvir falar da ideia.

Pra Luiza Odet Mota dos Santos, 42 anos, prima de Devair Alves Ferreira (que ajudou a abrir a cápsula de césio 137), “os responsáveis pelo acidente (no caso, o poder público), estão tirando o corpo fora”. Na opinião da paciente, a avaliação clínica e psicológica realizada essa semana serviu para o governo respaldar uma intenção antiga, de “descartar” as vítimas do acidente radioativo. “Vão fazer isso jogando a gente no HGG. Na mão de pessoas estranhas, tem muita gente que vai ficar ainda mais doente e morrer mais rápido, que é exatamente o que eles querem”. Denuncia Luiza Odet.

Ivo Alves Ferreira, 53, pai da menina Leide das Neves [...] é favorável às medidas de reinserção social. Ele diz que gostaria muito de levar uma vida normal. “Não aguento ficar parado sobrevivendo desse dinheiro curto do governo. É humilhante. Tudo que eu queria é acordar de manhã cedinho e ir trabalhar”. Ferreira sonha com um emprego de porteiro. (MUDANÇAS..., 2002, não p.).

Algumas vítimas não conseguiram voltar a desempenhar funções antigas em consequência do acidente, já outras menos afetadas querem obter novos empregos ou voltar aos antigos. A questão é que a maioria das vítimas concordava que as pensões eram muito inferiores ao necessário para sobreviver e que, de certa forma, como podemos ver pelas notícias, a fundação queria inserir os radioacidentados no curso de uma vida o mais normal possível.

Todavia, surgia o temor de que tais ações se coadunassem em uma tentativa de reduzir a responsabilidade estatal sobre as vítimas e focar em um número de pessoas muito inferior à quantidade que foi contaminada. Como exemplo disso, vimos a luta de muitos desses radioacidentados para conseguir através da justiça o reconhecimento como vítimas da tragédia, o pagamento das pensões e o tratamento pela Funleide.

A fala da presidente da Funleide – bastante infeliz, diga-se de passagem – parece minimizar a dor e os danos psicológicos vividos pelos radioacidentados, o que pode ter aumentado a desconfiança de muitos quanto às mudanças. Suas declarações revelam um claro desejo de se afastar dos objetivos traçados para a entidade quando de sua criação, discutidos e aprovados na Assembleia Legislativa de Goiás. O contexto sugere como razão para isso a economia de recursos, sob o manto de “reintegrar” os radioacidentados. A crítica de Luiza Odet Mota dos Santos, uma das vítimas do acidente, é bastante incisiva e revela uma consciência de que, em diversos momentos, o governo estadual via os radioacidentados apenas como uma fonte de “gastos”. Ela deixa evidente sua oposição à medida de transferir os atendimentos para o HGG, algo que não foi discutido pela Suleide com os radioacidentados e que, ao fim e ao cabo, parece

querer dizer que seus problemas não têm a grande especificidade e complexidade que de fato possuem.

Essa matéria é muito importante para percebermos como, ao longo das décadas que se seguiram ao acidente, o projeto ambicioso – embora elitista e imperfeito – traçado para a Funleide foi sendo desfeito. O orçamento da entidade passou a ser visto como gasto público ao invés de investimento, ao passo que a assunção de responsabilidades passou a ser enxergada como paternalismo. Causa espanto observar a dirigente de tão importante entidade – dona de uma história de dedicação aos radioacidentados, como médica que se apresentou como voluntária na descontaminação em 1987, conforme veremos adiante – assumir um viés de atuação que parece querer operar um verdadeiro desmonte da parca estrutura conquistada pela entidade, em vez de cobrar do governo estadual recursos adequados para que a entidade alcance as metas pactuadas no legislativo.

O jornal, por sua vez, não se posiciona quanto à situação e, embora apresente a forte crítica de Luiza Odet Mota dos Santos, a contrapõe à fala de Ivo Alves Ferreira, que apoia as medidas. Além disso, o texto jornalístico dá amplo espaço para a fala da superintendente, em um discurso bem ao sabor do início da década de 2000, em que medidas de austeridade estavam na ordem do dia do Estado – e eram apoiadas pelas mídias. Nesse mesmo ano de 2002, *O Popular* publicou, no dia 23 de maio, a indignação de 27 pessoas que não foram reconhecidas pela justiça como vítimas: “Reconheceram os policiais que fizeram a segurança do portão para fora e ignoraram a gente, que estava do lado de dentro, na área contaminada’ contesta Alessandro Nunes de Brito, funcionário público da prefeitura de Anápolis” (MAIS..., 2002, não p.). O periódico seguia com sua campanha de acompanhamento dos desdobramentos do acidente, sem deixar de trazer à luz as polêmicas de cada caso. Como notamos, o reconhecimento dos PMs que trabalharam na descontaminação como vítimas foi uma grande conquista para a corporação. Entretanto, outras categorias de trabalhadores se queixavam de não terem obtido o mesmo reconhecimento ainda.

A temática da injustiça, em que alguns são reconhecidos como radioacidentados e outros não, novamente permeia as lutas dos atingidos em busca de seus direitos e estampa as páginas dos jornais. Isso revela como todas as questões envolvendo o acidente são muito complexas e estão longe de ser resolvidas. *O Popular*, talvez por ser um jornal de Goiânia, desde o início do acidente tem noticiado os acontecimentos e o drama das vítimas. O jornal trabalha com isto como se fosse um dever levar ao público

evidências e consequências do acidente que aconteceu há mais de trinta anos. Embora em diversos momentos essa cobertura tenha se revelado contraditória, esse é um mérito do jornal que justifica a escolha de suas matérias para esta dissertação.

Em 2017, ao completar trinta anos do acidente, *O Popular* se preocupou em registrar os casos de câncer nas regiões contaminadas em Goiânia, deixando a ressalva de que é uma doença multicausal.

Pelo menos 39 pessoas da região da Rua 26-A, no Setor Aeroporto, hoje chamada de Rua Francisca da Costa Cunha, já tiveram a doença. A maioria morreu e alguns ainda enfrentam as complicações, residindo nos mesmos locais da época.

Levantamento feito pelo POPULAR em parceria com a presidente da Associação das Vítimas do Césio 137 (AVCésio), Suely Lina Moraes Silva, que também tem casa na região, chegou ao número após uma série de visitas, preenchimento de questionários e entrevistas com familiares e pessoas ainda vivas.

[...] Entre 1987 e setembro de 2004, O POPULAR veiculou reportagem exclusiva revelando que casos de câncer já haviam afetado 18 moradores da área de acidente, segundo levantamento também feito pela presidente da AVCésio. De 2004 para cá, em 13 anos, mais 21 pessoas foram afetadas pela doença, considerando somente aquelas que sempre viveram no local ou que tinham residência nas proximidades durante os dias em que ocorreu o acidente radiológico.

[...] O que chama a atenção na região do césio é a recorrência de casos, que coincidem inclusive com os endereços das casas e logradouros que tiveram algum nível de contaminação. A reportagem visitou esses locais, relacionados em relatório do físico nuclear e ex-presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Rex Nazaré Alves, que foi encaminhado ao Senado Federal em março de 1988. Em todos os endereços, onde ainda vivem os mesmos moradores da época, foi diagnosticado nesses 30 anos pelo menos um caso de câncer.

No número 218, da Rua 15-A, o filho da dona Lourdes Barcellos, 87, faleceu há cinco anos de câncer nos ossos. No número 722 da Avenida Oeste, a mãe e a irmã da balconista Rosângela Santos, 49, morreram de câncer no sangue e no pulmão, respectivamente. No número 660 também na Avenida Oeste, a dona Doralina Alves, 82, já enfrenta o câncer pela segunda vez – primeiro foi na mama, agora no pulmão. Na esquina da Rua 26-A com a Avenida Oeste, onde a calçada foi contaminada, mora a aposentada Lindalra de Souza, 84, que já perdeu o marido e agora também lida com a doença. (O RASTRO..., 2017, não p.).

Essa matéria recente levanta uma séria questão sobre o porquê da grande incidência de câncer na vizinhança do principal local contaminado em 1987, e deixa a descrença de que isso seja mera coincidência. Como é notório, o texto resulta de uma investigação levada a cabo pela equipe de reportagem, que, dentro dos limites de quem não detém o saber médico, dá caução às queixas dos moradores e da presidente da

AVCésio, que reivindicam maiores estudos sobre o tema. Novamente se percebe o peso da associação na conquista de visibilidade pelos radioacidentados e de sua organização, sempre apontando os limites da assistência médica recebida e a carência de estudos para melhorar os diagnósticos.

O câncer sempre foi apontado nos jornais como uma das reclamações das vítimas. Em notícia de 1991 de *O Popular*, a presidente da AVCésio, Terezinha Fabiano, se manifestava por conta de três radioacidentados diagnosticados com câncer. Maria das Graças Vieira, de 35 anos, que descobriu um nódulo no seio, trabalhou como auxiliar de serviços gerais na Superintendência de Vigilância Sanitária, onde se descobriu a contaminação radiológica. A doença afetara até mesmo a mãe de Terezinha, Joanita Santana Silva, de 62 anos, que constatou câncer um ano após o acidente. O terceiro paciente diagnosticado com a doença seria Paulo Henrique Andrade, com câncer de pele. A resposta da diretora técnica da Funleide, Maria Paula Curado, foi que o câncer de pele é consequência da alta exposição à luz solar (SÃO TRÊS..., 1991, não p.). Em 24 de maio de 1992, *O Popular* publica “Ex-vizinhos do césio sofrem com o câncer”, apontando alguns vizinhos do foco inicial diagnosticados com a doença. A matéria destaca que eles não recebiam atendimento da Funleide por não terem sido classificados como vítimas.

Em resposta a isto, a fundação se manifesta como sempre: dissociando os casos de câncer do acidente. As respostas da Funleide seguem um padrão, a recusa de nexos entre o acidente e os casos de câncer, baseando-se na crença de que o câncer decorrente de exposição ao Césio-137 só começaria a se desenvolver dez anos depois do contato com a substância. Os radioacidentados não aceitam esses diagnósticos e denunciam casos não acompanhados pela fundação, a falta de exames adequados e de estudos científicos mais aprofundados. Isso constitui um campo de tensões, permeado pela desconfiança quanto à entidade. É notório que não dá para pensar a atuação da entidade sem levar em consideração toda essa realidade social conflituosa em que se situa.

3.4 Impasses na Fundação Leide das Neves Ferreira desde sua criação: as narrativas de profissionais que trabalharam no tratamento das vítimas

Ao longo de todo este trabalho se evidenciou a existência de um discurso oficial do governo do estado de Goiás, da própria Funleide e de entidades que a sucederam. Entretanto, como temos visto desde o capítulo anterior, isso não significa que todos os

funcionários dessas entidades concordam com os posicionamentos institucionais oficiais. Desde o começo da fundação, visões críticas quanto ao baixo orçamento compunham a documentação produzida. Por isso podemos afirmar que a diversidade de memórias sobre as entidades de assistência criadas pelo estado de Goiás não está presente apenas nos grupos de radioacidentados. Alguns de seus profissionais também dão suas contribuições a essa diversidade. Neste subcapítulo trabalhamos o modo como diferentes profissionais ligados às entidades assistenciais estaduais viram os conflitos envolvendo Estado e radioacidentados desde a descontaminação que se seguiu ao acidente, bem como outras tensões que permearam a existência institucional de Funleide, Suleide e Cara.

Inicialmente é preciso pontuar que a relação conflituosa entre radioacidentados e Funleide é complexa. Desde o início, algumas vítimas resistiam ou simplesmente não aceitavam o tratamento médico oferecido pela entidade, em função de sofrimento, revolta, raiva, perdas e vários outros sentimentos que rondavam as vítimas pelo acontecimento. Além disso, pesavam todas as críticas feitas pelos radioacidentados quanto aos problemas do atendimento recebido na Funleide, às pensões não corretamente reajustadas e demais questões amplamente documentadas nas notícias e entrevistas de radioacidentados veiculadas pelos jornais

Outro fator que pesava nessa relação conflituosa entre radioacidentados e Funleide, Suleide e Cara era a falta de capital investido na instituição, como apresentado no segundo capítulo. De acordo com o projeto de criação da Funleide, o atendimento dela seria amplo, envolvendo até mesmo pesquisas científicas. Na prática, pouco disso aconteceu, como afirma Silva (2017a). As notícias nos jornais deixam nítidas as necessidades que tal instituição passava, como a matéria transcrita a seguir, veiculada pelo jornal *Folha de São Paulo*.

A Fundação Leide das Neves [...] está numa “situação precária”, segundo sua presidenta, a médica Maria Paula Curado. 37. Ela afirma que tem faltado medicamentos para atender as pessoas contaminadas. [...] Maria Paula diz que recente exame da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), não divulgado, mostra que alguns dos contaminados ainda apresentam radiação no corpo. (NÚMERO..., 1990, não p.);

Como se pode observar, as dificuldades por que passava a entidade não eram poucas, faltando até mesmo remédios, ao passo que o trabalho a ser realizado era muito,

e existiam ainda pessoas com radiação no corpo. Havia, portanto, a necessidade de realizar um amplo leque de ações com um orçamento inadequado.

O *Jornal do Brasil* noticia, em 14 de setembro de 1997, que a Funleide, após perder a ajuda de instituições internacionais, estava vivendo com um orçamento precário. O resultado disso impactava a investigação científica, e pesquisas importantes para o acompanhamento das vítimas estariam estagnadas desde 1993 (IDEALISMO..., 2015, não p.).

No relatório médico feito pela Funleide em 1989, a Dra. Maria Paula Curado, que se apresentou como voluntária para ajudar as vítimas ainda em 1987, afirma que nove meses após o acidente as vítimas se encontravam bem fisicamente, porém psicologicamente não. A relação dos pacientes com a Funleide não era pacífica nem aceitável, pois a fundação foi criada em virtude do acidente, que as vítimas desejavam esquecer. A entidade, entretanto, as obrigava a lembrar constantemente de acontecimento tão doloroso, pois a sede da fundação se estabeleceu em um local onde a vizinhança não aprovou, por conta também da lembrança negativa que permaneceria do acidente. Pesava ainda nessa relação negativa o sentimento de culpa dos próprios radioacidentados.

Desde que iniciou o atendimento às vítimas do césio-137, na verdade um grupo formado hoje por 118 pessoas que estiveram diretamente envolvidas no acidente, a Fundação Leide das Neves vem sendo questionada na sua atuação. Ora acusada de agir com paternalismo, assistencialismo, descaso e até mesmo de utilizar as pessoas atingidas como cobaias para pesquisas médicas, a entidade se revela hoje parte integrante da vida dessas pessoas que a têm como um forte ponto de referência. Ainda perseguidas pela discriminação, é lá que elas encontram a aceitação e, grande ou pequena, alguma ajuda para os seus problemas. (FUNDAÇÃO..., 1989, não p.).

O relatório deixa claro o campo de tensões em que a entidade estava envolvida, embora tivesse sido criada no ano anterior, e suscitava críticas que iam da alegação de paternalismo até a de descaso. Entretanto, o documento ressalta a importância da Funleide como lugar para atendimento das vítimas, não limitado ao campo da saúde, pois uma de suas maiores obras era acolher os radioacidentados (via núcleo de serviço social), vítimas de grande preconceito ainda existente em Goiânia no período posterior ao acidente.

Exprimidos nas diferentes críticas estavam os profissionais que atuaram na Funleide, Suleide e no Cara, muitas vezes com posições discordantes das direções das

entidades. O livro *Os bastidores do Césio-137: o acidente radiológico de Goiânia sob a ótica dos profissionais que nele atuaram*, de Helou (2017), expõe a experiência de profissionais da saúde que prestaram serviços aos radioacidentados.

O livro, como já dito na apresentação deste capítulo, foi publicado no mesmo período em que Helou se aposentou do Cara e, talvez, tenha o objetivo de marcar o fim dessa etapa de sua vida e evitar o esquecimento do trabalho que ela e outras colegas realizaram durante e após o acidente com o elemento Césio-137 em Goiânia. Embora as falas se concentrem mais no período do próprio acidente – que parece ter sido o ápice das carreiras profissionais das narradoras –, também são elencados elementos importantes sobre a Funleide e os outros arranjos institucionais que lhe seguiram. Além disso, os relatos sobre o trabalho desenvolvido na descontaminação, possivelmente por serem feitos por profissionais que depois se engajaram na Funleide, nos ajuda a entender a tensão e negatividade que muitas vezes permeou a relação entre vítimas e fundação. Destaca-se novamente que, por serem relatos orais da experiência destas pessoas no trabalho com as vítimas durante o período do acidente, esses relatos trazem um pouco da história do acontecimento e dos fatos vividos, sob a ótica dos narradores.

A história oral sempre foi muito criticada por ser vista por alguns como fonte sem credibilidade, em virtude da imperfeição da memória humana. Porém, muitos pesquisadores utilizam-se dela para conseguir novas informações e interpretações sobre fatos históricos que não constam em outras fontes ou até mesmo nos documentos oficiais – por um longo tempo vistos como os únicos registros confiáveis. Tudo passa a ser visto através da interpretação do pesquisador; uma fonte oficial pode estar omitindo ou emitindo informações incoerentes, assim como os demais documentos variados usados em uma pesquisa, tais como jornais, diários, imagens, entrevistas orais, entre outros. Cabe então aos historiadores fazer a crítica e análise das fontes, independentemente de quem as produziu.

Como afirma Amado (1995), ao entrevistar indivíduos e grupos de pessoas, o historiador consegue traçar uma rota sobre o fato acontecido em um certo local em determinado momento do passado. “Toda narrativa articula alguns elementos como: quem narra, o quê narra, e por que narra, para quem narra, quando narra... As formas [...] de articulação entre esses elementos resultam do uso de códigos culturais” (AMADO, 1995, p. 133). A partir da memória pode-se fazer história, um tipo de história diferente, em que as diferentes narrativas não focam em como os fatos históricos “realmente” aconteceram, mas em como as pessoas os vivenciaram. Assim, as

entrevistas orais contribuem para a construção de uma narrativa histórica mais plural e multidimensional.

A entrevistada por Helou, psicóloga Maria Emília Pontes,⁵⁶ foi voluntária atendendo as vítimas no Hospital Geral de Goiânia, após 30 de outubro de 1987. Ela relata que os radioacidentados ficaram receosos com sua chegada, até porque usava apetrechos que a protegeriam da radiação deles. Segundo a entrevistada, as vítimas se sentiam presas e estavam revoltadas com a situação de não poderem sair; os familiares que iriam visitá-las ficavam todos a certa distância do contaminado, sem ser possível o contato físico. A televisão lhes foi tirada, pois quanto mais notícias viam sobre o acidente, mais impacientes ficavam; chegaram até a quebrar coisas dentro do hospital em acessos de raiva. Para Pontes, a televisão deveria ser disponibilizada a eles, pois de certa forma as notícias que chegavam também fortaleciam o ego dos radioacidentados, fazendo-os se sentir bem ao serem noticiados.

A psicóloga completa ainda que o pânico era comum entre eles, por conta das notícias que chegavam sobre a possibilidade de morte e as demais consequências negativas. Helou e a Dra. Maria Paulo Curado tentaram diminuir o medo da morte conversando e explicando algumas coisas para os pacientes. Os radioacidentados por vezes também se sentiam cobaias, algo que precisou ser considerado.

Talvez eles estivessem se sentindo como um animal passando por uma experiência e que as pessoas olhavam de longe. E eles percebiam os olhares de medo das pessoas. Muitos nem se aproximavam. No Hospital Marcílio Dias, teve um médico que nem viu os pacientes, tratando-os por fotografia. Quer dizer, uma ausência total de presença humana pra eles. (HELOU, 2017, p. 54).

Na leitura de Pontes, o principal problema à época da descontaminação era a falta de calor humano no tratamento, em parte resultante de temores exagerados, mas também em função de restrições de segurança. Isso nos dá pistas dos traumas que todo esse procedimento deixou nas pessoas e das dificuldades em passar o resto da vida sendo tratadas pelos mesmos profissionais – que, se ajudaram as vítimas em um momento crítico, também as ajudam a não esquecer aquilo pelo que passaram.

⁵⁶ Psicóloga, especialista em saúde pública. Convidada posteriormente a coordenar o Serviço de Psicologia do Acidente com o Césio-137 (HELOU, p. 39, 2017).

De acordo com Pontes, o medo era constante: medo da morte, de não ser aceito na sociedade após o acidente, de como seria a vida depois da tragédia. Segundo a psicóloga, aconteciam brigas entre os radioacidentados dentro do hospital, revelando conflitos entre eles – talvez esse tenha sido um dos motivos para a constituição da AVCésio – e desgaste psicológico. A psicóloga começara a perceber nas vítimas a perda da identidade; perguntas surgiram sobre o que seria deles depois de tudo aquilo. Havia, portanto, muita insegurança e desorientação, que poderiam levar à descrença em relação ao futuro.

Com os médicos que prestaram serviços às vítimas não foi muito diferente. Eles tinham medo da contaminação, do desconhecido. Pontes afirma que foi chamada para coordenar o trabalho psicológico da Rua 57 “porque a população estava entrando em pânico” (HELOU, 2017, p. 57). Ela afirma que tentou recuar, pois queria e deveria continuar focada no pessoal internado no HGG, porém insistiram com ela. A profissional afirma que foi difícil levantar pessoal da área de psicologia para atuar no caso, porém alguns enfrentaram seus próprios medos e assim foram desenvolver esse importante trabalho. Pontes destaca que, como trabalhavam para o governo, eram mal vistos e a comunidade não os aceitava muito bem. Portanto, a má relação estabelecida entre governo estadual e população – inclusive vítimas do acidente – atingiu também os profissionais que atuaram na descontaminação. A população atendida os via como parte do Estado e acreditava que poderia estar sendo enganada.

As vítimas que precisaram sair de suas casas para se abrigar no albergue e na Febem se sentiam vulneráveis, “manifestando em crises depressivas com tendências suicidas ou em agressividade muito grande direcionada às pessoas que representavam o governo na situação” (HELOU, 2017, p. 61). Como afirma Pontes, a busca das vítimas pelo lugar que perderam e ainda não acharam, ligado à ideia de perda de identidade, também estava presente, bem como o receio de não ser mais o mesmo de antes do acidente. Os psicólogos trabalharam em alguns importantes focos do acidente, como as ruas 57, 73 e 26-A. Possuíam a intenção de atender a todos os focos, porém o governo estadual não aceitou a proposta, alegando que não era necessário, o que revela os limites de responsabilizar os profissionais que estavam na linha de frente da descontaminação por restrições que, muitas vezes, lhes eram impostas.

A imprensa também pontuou a situação dos moradores de locais foco, como a rua 57. Em 1989, novamente *O Popular* noticia os problemas enfrentados pelos moradores:

[...] “Há um medo do desconhecido, um sentimento de desproteção quase generalizado, que aumenta na proporção que as pessoas se aproximaram da área atingida”, comenta Clarisse Carneiro.⁵⁷ As vítimas do acidente, segundo ela, enfrentam uma crise de identidade e passam por depressão, insônia, pânico e absoluta insegurança quanto a saúde. “Elas foram arrancadas do seu cotidiano pacato para uma realidade brutal e desconhecida”.

Desintegrados da sociedade, conforme apuraram, os moradores da Rua 57 são mantidos distantes do resto da sociedade local. Receberam queixas de que crianças não obtiveram matrículas em escolas, muitos têm dificuldades para alugar moradia, arranjar emprego e até frequentar locais de lazer. Pitágoras José Bindé afirma que “as pessoas estão confinadas num gueto de preconceitos: porque hoje elas são apenas doentes, não contaminam, porém, mesmo assim, são repelidas pela maioria”. (VÍTIMAS DO CÉSIO 137, 1989, não p.).

Como se pode notar, a narrativa da imprensa vai ao encontro das afirmações da psicóloga, ou seja, outros profissionais ouvidos pela matéria constataram elementos semelhantes a ela. Houve perda de identidade por parte dos moradores, que desenvolveram sentimentos negativos quanto ao lugar onde vivem. Contribui para tais sentimentos o preconceito enfrentado por eles no contato com os demais habitantes de Goiânia. O local ficou estigmatizado; frequentá-lo se tornou um tabu na cidade. Por isso os moradores se sentiam isolados, presos nas próprias casas.

A segunda entrevistada por Helou é a assistente social Fariza Nahas,⁵⁸ que na época do acidente trabalhava na Associação Brasileira de Assistência (LBA). Ela prestou serviços logo na primeira semana do evento, saindo em busca das pessoas que seriam ressarcidas por perdas materiais. Nahas expõe logo de início sua posição sobre o acidente, afirmando que, como “foi provocado, as pessoas tinham de ser ressarcidas. Alguém tinha culpa disso. E no meu entendimento leigo eu acho que a partir do momento que o Estado assumiu o ressarcimento, ele assumiu a culpa” (HELOU, 2017, p. 81).

A culpa do Estado, por não ter fiscalizado adequadamente o aparelho radiológico cuja violação deu origem ao acidente, é tema recorrente nas narrativas sobre o caso com o Césio-137 e já apareceu em entrevistas de radioacidentados para a imprensa, em matérias citadas neste capítulo. Todavia, o poder judiciário entendeu que a culpa pertencia aos sócios o IGR e ao seu físico responsável, em processo que se

⁵⁷ “psicólogos gaúchos, Pitágoras José Bindé e Clarisse Carneiro, autores do trabalho sobre as consequências do acidente de césio-137 em Goiânia” (VÍTIMAS..., 1989, s/p).

⁵⁸ Graduada em Assistência Social e especializada em Gestão Pública (HELOU, 2017, p. 75).

arrastou por décadas.⁵⁹ Talvez essa demora tenha contribuído para a percepção de que o Estado é o único culpado. A fala da assistente social, entretanto, revela dimensões do campo de tensões estabelecido com os radioacidentados e parece querer defender a Funleide de parte das fortes críticas que a instituição sempre recebeu das vítimas do acidente.

Parte da população, segundo Nahas, ficou bastante sensibilizada com a situação. Em decorrência disso, os radioacidentados receberam vários tipos de doações, porém os doadores não se dispunham a entregá-las, pois tinham medo da contaminação e pediam aos assistentes sociais para buscarem os donativos em suas casas. Com isso as vítimas se sentiam desalentadas em sua dor, pois reforçava a desumanização do tratamento recebido, embora o gesto positivo de doação fosse reconhecido.

A próxima entrevistada, Leila Maria Ribeiro Rodrigues,⁶⁰ que prestava serviços à época como psicóloga no Hospital de Doenças Tropicais (HDT), afirma que no início, ainda sem saber do acidente, muitas pessoas tinham sido internadas com queimaduras no referido hospital e vários funcionários já haviam entrado em contato com os radioacidentados sem a devida proteção. Os médicos passaram um bom tempo cuidando das feridas dos pacientes e aplicando remédios para amenizar as dores, sem nenhuma proteção especial. Após o trabalho, iam para suas casas, entravam em contato com suas famílias. Rodrigues relata, a título de exemplo, o caso de uma jovem que trabalhava na portaria e atendia as pessoas que apareciam no local. Chegando na sua residência, amamentava o filho, que inclusive teve diarreia por um longo período.

Conforme aponta a psicóloga, quando a notícia do acidente foi dada ocorreu um momento de caos; todos os funcionários ficaram desesperados, por temerem estar contaminados. Assim, os próprios servidores estavam solicitando atendimento psicológico naquele momento.

A psicóloga cita a contaminação da enfermaria 13, que foi onde parte dos radioacidentados ficou. Esse foi um local em que se demorou muito para fazer a descontaminação. Depois do procedimento, os profissionais do hospital ainda não confiavam que a enfermaria estivesse limpa, então pediram para a CNEN conferir. O resultado foi que ainda estava altamente contaminada.

⁵⁹ Ver mais em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/cesio-30-anos-serie-do-g1-goias-reconta-o-maior-acidente-radiologico-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2020. E também sobre o inquérito: <https://g1.globo.com/goias/noticia/hospital-abre-sindicancia-para-apurar-denuncia-de-fisico-sobre-suposta-transferencia-do-cesio-137-em-goiania.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2020.

⁶⁰ Psicóloga e antropóloga (HELOU, 2017, p. 99).

Entendemos que todos esses fatores – a falta de transparência inicial, a demora para se chegar a uma conclusão sobre o que de fato estava acontecendo e os problemas na descontaminação – contribuíram para construir um clima de desconfiança permanente, que atingiu o próprio corpo de profissionais atuante na descontaminação.

Rodrigues, em seu depoimento, revela como os profissionais da saúde do HDT começaram a passar mal, apresentando sintomas de contaminação radiológica:

Teve um médico que apresentou um tipo de queimadura, alguma coisa na pele que, naquele momento, não se constatou direito o que era. [...] Várias pessoas, inclusive do Posto de Enfermagem que fica em frente à Enfermaria 13 tiveram distúrbios gastrointestinais, como diarreia. Era normal a gente ter diarreia. Agora, vai dizer que era psicológico?! Psicológico ou não, a psique estava influenciando. Mas e o resto? A gente não tinha grandes informações, como tem hoje, sobre os sintomas de radiação. A gente não tinha. Estava tudo meio obscuro. (HELOU, 2017, p. 111).

Conforme aponta a psicóloga, não cabia afirmar se os sintomas eram psicológicos ou físicos. Todos eram decorrentes do acidente e requeriam os devidos cuidados. Portanto, a dimensão da tragédia nunca pode ser resumida somente à radiação nuclear. Por outro lado, a profissional lembra da falta de informações para subsidiar o trato das questões que surgiam na processualidade do acidente. Muitos erros e omissões foram cometidos por falta de uma estrutura para lidar com a crise desencadeada pelo acidente.

Rodrigues ainda afirma que sofreu um aborto espontâneo. Quando começou a trabalhar no acidente, já tinha cerca de vinte dias de gravidez: “[...] Eu tinha sido chamada para trabalhar em uma sexta-feira e eu tive início de aborto na terça-feira. [...] Foi nessa terça-feira mesmo que eu tive o início de aborto espontâneo. Abortei. Eu nunca tinha tido um aborto” (HELOU, 2017, p. 111-112). A entrevistada não dá certeza sobre o acidente ter sido o motivo do aborto, pois não há como provar isso, porém o relaciona à tragédia. Aqui cabe pontuar que a contaminação por substância radioativa não foi a única forma de impacto negativo sofrido pelas pessoas em decorrência do acidente. Os efeitos psicológicos foram profundos e, apesar de imateriais, não são nem um pouco irreais.

Lenice Cruvinel Nunes,⁶¹ quarta e última entrevistada, trabalhava no Hospital Materno Infantil e na Superintendência quando estourou a notícia do acidente. No trabalho de descontaminação, atuou no HGG para o atendimento às vítimas como psicoterapeuta. Ela conta que, para permanecer no hospital, deveria vestir macacão, bota, gorro, máscara e canetas de medicação de radiação. Ao se sentar em algum lugar para atender algum radioacidentado, deveria forrar a cadeira com um plástico, pois neste momento os médicos já estavam tomando mais cuidados. Entretanto, isso não foi bem aceito pelos atingidos que, segundo Nunes, achavam que estavam sendo discriminados. Ao fazer um paralelo entre as narrativas de Nunes e Pontes, notamos que tais medidas de segurança também impactaram as psicólogas, provavelmente por dificultarem sobremaneira a tarefa de estabelecer uma relação de confiança com o terapeuta, vital para um bom atendimento psicológico.

Nunes, assim como Rodrigues, explicou que percebeu mudanças em seu corpo após entrar em contato com as vítimas. Afirma ter tido diarreia e mais sintomas:

[...] minha lente de contato rasgou e voltei ao oftalmologista, e tinha aumentado três graus de cada olho, sendo que a minha miopia já estava estabilizada. O que poderia aumentar era 0,25. E aí, quando eu vim para a Fundação comentei esse fato, pedi algum auxílio, alguma coisa, algum médico que pudesse examinar essa questão, talvez um oftalmologista especialista. Não sei! Eu pedi e eles falaram, simplesmente: “nhenhenhenhe...” (som de movimento labial). Em resumo: ficou por isso mesmo!

Messias: Você atribuiria isso ao acidente?

Isso é o que eu gostaria de saber. Eu não sei se posso atribuir ou não. Eu sei é que o mínimo que eles poderiam ter feito era me encaminhar para alguém que pudesse verificar isso. Eu sei que achei totalmente diferente. Por que de repente aumentaram três graus de miopia em dois meses? (HELOU, 2017, p. 136).

Embora as narrativas se concentrem mais nas experiências das profissionais durante o período da descontaminação, a passagem citada ajuda a perceber os problemas existentes no dia a dia da Funleide. Nunes narra sua desconfiança de que o acidente provocou mutações oculares, que resultaram em um aumento de seu grau de miopia acima do previsto. O caso, levado para a direção da Funleide, em um pedido de assistência, foi tratado com somenos e ironia, materializada no “‘nhenhenhenhe...’ (som de movimento labial)” (HELOU, 2017, p. 136). Essa passagem revela não somente descaso, mas também desrespeito para com a profissional que atuou na

⁶¹ “[...] psicóloga clínica com especialização em Gestalt Terapia e em Estratégia de Saúde da Família” (HELOU, 2017, p. 129).

descontaminação. Diante da gravidade de tal fato, levantamos o questionamento sobre como eram tratados os radioacidentados nesse contexto. Por fim, a psicóloga tece crítica semelhante à das vítimas e da AVCésio, de que existiu má vontade – senão recusa – por parte da Funleide em investigar adequadamente os nexos causais entre diversos problemas de saúde que as pessoas tiveram depois do acidente, com a contaminação por Césio-137.

Por outro lado, a narrativa também pode evidenciar algum tipo de conflito entre a equipe de psicologia e a direção ou núcleo médico da entidade, uma vez que, pelas narrativas apresentadas por Helou, fica claro que as psicólogas da Funleide entendiam que não apenas a substância radioativa era geradora de patologias, mas também o estresse, o pânico e o adoecimento psíquico que acompanharam a tragédia eram fatores a considerar e acompanhar.

Todas as profissionais entrevistadas por Helou e Silva concordam com a perda e/ou o comprometimento da identidade dos atingidos pelo acidente e os vários sentimentos negativos que estes experienciavam, como analisado no primeiro capítulo, com base no trabalho de Helou e Costa Neto (2014). Quanto aos funcionários que estiveram próximos das vítimas, mesmo que por pouco tempo, havia um sentimento positivo traduzido na vontade de ajudar, porém, isso não os tornou imunes a abalos psicológicos. Era intenso o medo de estar contaminado e sofrer as consequências disso no futuro. Eles estavam lidando com algo praticamente desconhecido e lutando contra uma coisa que não era visível, o que lhes causava apreensão.

A observação das profissionais entrevistadas sobre os vizinhos dos focos de contaminação igualmente mostra os distúrbios psicológicos, que afetaram não somente quem sofreu os efeitos diretos da radiação nuclear. Estes três grupos – radioacidentados, funcionários e vizinhos do foco – tiveram fortes abalos e emoções intensas, que os colocaram em risco patológico. Tais situações não cessaram com o fim da descontaminação, mas também pontuaram o trabalho realizado na Funleide:

Leila: [...] Também havia o medo de lidar com os pacientes [...] eles estavam sempre às voltas com uma crise nervosa. Isso tudo causava muita insegurança nos profissionais, causava muita dificuldade de lidar com esses pacientes e até de estar no espaço físico da Fundação, que também havia sido um foco de contaminação. Eu acho que vítima, lá, era todo mundo. Não tem diferença. As vítimas que tiveram contato direto com o césio perderam lar, perderam filhos, perderam bens. E os profissionais perderam a paz de espírito, perderam a segurança. Em muitos trabalhos nós constatamos que o que estava segurando as pessoas lá era uma solidariedade, alguma coisa de não

deixar o outro morrer sozinho, de dar a mão. Era uma coisa até de sacrifício.

Suzana: Então, essa é uma característica que os trabalhadores têm em comum?

Leila: Eu acho. É o que o pessoal tem em comum. Acredito que tenham até hoje porque pode-se constatar que o número de atendimentos a funcionários aumentou demais. Na época em que fui mandada embora da Fundação, eu e alguns colegas, era grande o número de funcionários que estavam pedindo atendimento, alguns deles, inclusive, já tendo algumas crises, por não suportarem as dificuldades e até tomando remédios em excesso. Então, eram comportamentos de desestruturação, de desequilíbrio. (HELOU, 2017, p. 120-121).

Conforme aponta a narrativa, as grandes dificuldades em realizar o atendimento psicológico dos radioacidentados permaneceu nos anos seguintes, nas atividades desenvolvidas pela Funleide. A relação negativa estabelecida pelas vítimas com o Estado, na ótica de algumas profissionais, se materializava nas formas – algumas vezes até agressivas – com que os assistidos lidavam com as equipes de saúde. Todo esse campo de tensão, associado aos impactos do acidente – que também foram sentidos pelos profissionais especializados –, gerou um contexto de adoecimento entre os servidores da fundação, muitos deles oriundos dos trabalhos de descontaminação.

Sendo assim, Helou entendia que todos eram vítimas, inclusive os funcionários da Funleide. Seu adoecimento psicológico seria notório e se materializava nos muitos pedidos de assistência médica especializada e no consumo excessivo de remédios, efetuados por alguns membros da equipe da instituição. Para a narradora, os sinais de falta de estrutura psicológica de diversos servidores eram notórios.

Na visão da entrevistada, a solidariedade e a crença de estarem fazendo um sacrifício, mais que desempenhando seu trabalho, era o que mantinha profissionais na Funleide. Tal narrativa revela uma intensa desmotivação no cotidiano laboral da instituição, parecendo não haver muitos motivos para alguém atuar profissionalmente em tal ambiente. Isso demonstra a profundidade dos problemas por que a entidade passava.

As quatro profissionais que participaram das entrevistas com Helou e Silva convergem quanto ao crescimento pessoal e humano de cada um, adquiridos no trabalho com a descontaminação e posterior acompanhamento dos radioacidentados na Funleide e entidades que lhe seguiram. Todavia, as entrevistadas declararam que o trabalho feito não foi valorizado e era mal remunerado. Sofriam preconceito dos colegas e amigos, e recebiam muitas críticas em casa.

Sobre o confinamento das vítimas na fase emergencial, as entrevistadas dizem que, apesar de toda a revolta e dos problemas que aconteciam dentro do hospital, os pacientes faziam brincadeiras para descontrair o ambiente. Isso revela que havia vontade e comprometimento deles em construir um ambiente em que fosse possível a cura e o restabelecimento.

Por fim, não podemos deixar de perceber como a descontaminação é grande foco narrativo das entrevistas contidas no livro de Helou. Para as diferentes profissionais, parece ter sido o ápice de suas carreiras. Embora permeadas por medo e insegurança, elas se percebem e se narram como mulheres corajosas, que enfrentaram o desconhecido, o preconceito e até as críticas familiares para trabalhar na descontaminação. Sobre esse período sempre existe alguma memória positiva, mesmo ao se tratar de situações-limite, como o atendimento psicoterapêutico das vítimas exauridas pelo tratamento, distanciadas das psicólogas pelos materiais de segurança.

O período seguinte de trabalho na Funleide, Suleide e Cara parece ser uma fase crepuscular. Seu trabalho é relatado como não valorizado e mal remunerado, além de continuar sendo pouco compreendido pelas vítimas, que permanecem vendo essas profissionais como agentes a serviço de um Estado que não fiscalizou direito equipamentos radiológicos com substância radioativa. A relação com a direção da entidade e com o governo do estado de Goiás também parece não ter sido das melhores. Segundo uma das narradoras, em dado momento ela e diversos colegas foram demitidos, sem explicitar os motivos no entanto. Tal fala confere à narrativa um sentimento de descarte, como quem, depois de tantos trabalhos difíceis prestados e de colocar a saúde e a vida em risco, simplesmente foi mandada embora.

Diante desse quadro, as memórias de quem atuou com coragem durante o acidente, com espírito de sacrifício e solidariedade, aparecem como um alento. As memórias de profissionais que viveram essa experiência em comum servem como uma forma de dar sentido ao vivido, de explicar que suas ações valeram a pena. Isso supre uma lacuna deixada por um estado que também não soube valorizar tampouco cumprir seus compromissos com os servidores, tal qual o fez com as vítimas do acidente.

Os documentos aqui apresentados não são oficiais; são todas expressões vindas das vítimas do Césio-137 e de pessoas que foram injustiçadas – as quais, mesmo tendo sido afetadas pelo acidente, não receberam ajuda, precisando então lutar pelos seus direitos para ser reconhecidas como vítimas da tragédia. Como já afirmado, inicialmente contavam-se 249 vítimas que seriam atendidas. Estas passaram por uma triagem que

constatou a contaminação. Isso ocorreu porque o estado de Goiás não levou em conta a grandiosidade da dimensão do acidente, deixando de fora do cômputo das vítimas pessoas como vizinhos do foco, PMs e bombeiros que trabalharam evacuando os atingidos e cuidando dos locais isolados, os técnicos que fizeram toda a limpeza do local como agentes do Crisa, e até mesmo os médicos que atenderam inicialmente as já consideradas vítimas e que acabaram se expondo à radiação. Todas essas pessoas foram afetadas e sofreram as consequências psicossociais e físicas do evento.

Essas pessoas se reuniram, no período posterior ao acidente, para manifestar suas indignações e para debater os problemas (de saúde, na maioria das vezes) desenvolvidos por conta do acidente. Dessas reuniões surgiram lutas contra a negação do direito de ser englobadas no grupo de vítimas registradas e atendidas. Um dos meios para estas vítimas se mostrarem indignadas às respostas da Funleide e do estado de Goiás foi a organização de associações, como é o caso da AVCésio e da Associação dos Militares Vítimas do Césio-137. Jornais e revistas foram canais utilizados por essas pessoas para se manifestarem, assim como as reuniões realizadas pelas associações e os documentos redigidos por elas, tais como os dossiês – que nem sempre foram escritos pelas vítimas, mas por pessoas de fora das instituições, preocupadas com a situação dos radioacidentados e com o rumo que as coisas tomaram. Nesse rol de aliados figuram estudantes e professores das universidades goianas, que se engajaram em diversas lutas dos radioacidentados e os assessoraram em diversas mobilizações. Qualificamos os dossiês como documentos importantíssimos para a constituição deste trabalho, assim como os jornais disponíveis na hemeroteca da CNEN, e toda documentação produzida pelas vítimas e a nós fornecidas como apresentado neste terceiro capítulo, expondo o que não foi dito nos documentos oficiais, ou contrapondo o que foi neles apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir esta dissertação, trago aqui uma breve exposição dos capítulos e o que neles foi demonstrado e analisado. No primeiro capítulo, exploramos obras importantes para compor este trabalho, cada autor com sua visão peculiar, indicando caminhos a outros pesquisadores que querem entender o acidente com o Césio-137. A questão que nos guiou neste primeiro capítulo foi: ainda há necessidade de se pesquisar o acidente em Goiânia, haja vista existirem diversos estudos acadêmicos dando conta da questão?

Os temas que envolvem o acidente são muitos, e geralmente a cobertura jornalística do período é usada como fonte. Quanto à análise sociológica, trouxemos Eliézer Cardoso de Oliveira (2006), que trabalha a concepção de modernidade em Goiânia no período anterior ao acidente e como esse discurso mudou no decorrer dos acontecimentos, com o medo e o preconceito engendrado em grande parte pela mídia. Tania Mara Alves Barbosa (2009) trabalha acidentes de grande impacto para pensar o Césio-137 e além dele, mostrando as falhas de procedimentos e a falta de segurança na utilização de produtos químicos e nucleares e a necessidade de se discutir estes fatos.

No campo das relações entre história e memória, temos Eurípedes Monteiro de Oliveira Júnior (2016), que analisa reportagens da imprensa local, regional e nacional em busca de respostas, trazendo releituras do acidente através de variadas perspectivas. O diferencial desta tese é que, além de trazer o jornal impresso, o autor analisa também matérias televisionadas. Já Geraldo da Costa Júnior (2016) utiliza o *Correio Braziliense* como base de seu trabalho, especificamente as matérias de vinte anos após o ocorrido. O autor mostra como este jornal modifica seu discurso com o passar dos anos, e analisa ainda em sua dissertação filmes sobre o desastre. Em Maria da Conceição da Rocha Ferreira (2018), encontramos um estudo sobre a rememoração do acidente com o Césio-137 pela imprensa e as modificações ao longo dos anos, mostrando como a cobertura jornalística é decisiva na lembrança de fatos marcantes.

Na antropologia, temos duas grandes autoras que destacam a memória das vítimas do acidente: Suzane de Alencar Vieira (2014), que analisa as narrativas dos radioacidentados sobre o trauma vivido e aborda as consequências do acidente para suas vidas, e Telma Camargo da Silva (1998a, 1998b, 1988c, 2002, 2004, 2010, 2017a, 2017b), que em seus escritos traz a voz dos radioacidentados e sua perspectiva sobre o

desastre, suas lutas e mobilizações, tendo em vista o reconhecimento e a busca por respeito. Silva é pioneira no tema, tendo trabalhado com ele desde o início da tragédia.

Outro campo de estudos de destaque é a área de psicologia, não pelo número de trabalhos produzidos, mas pela forma como Suzana Helou e Sebastião Benício da Costa Neto (2014) se inserem no debate sobre o acidente, sendo uma das principais referências para o estudo da tragédia. Os autores são os únicos a fazer uma análise psicológica do acidente, desenvolvendo suas pesquisas com vários grupos envolvidos: vítimas, vizinhos do foco, médicos e profissionais da área que trabalharam no acidente, dentre outros. Eles procuram mostrar que o impacto psicológico atingiu a todos e não acabou com a descontaminação. Portanto, Helou e Costa Neto analisam as consequências psicossociais do acidente radioativo em Goiânia, destacando a dificuldade em se ajudar as vítimas, pois havia poucas pesquisas na área da psicologia sobre acidentes nucleares e químicos, apesar destes já terem acontecido algumas vezes ao redor do mundo.

Os autores observam que é difícil abrir um debate sobre as consequências sociais e psicológicas dos acidentes tecnológicos. Eles destacam que, ainda hoje, há muito o que pesquisar e pensar sobre este tema e sobre as consequências psicológicas para as vítimas, afirmando que muito deste assunto ainda é inédito e que novas pesquisas serão de grande importância futuramente. Helou e Costa Neto ainda apresentam o bravo trabalho e as boas intenções dos profissionais da saúde que atuaram durante o acidente.

Assim, percebemos a falta que faz o investimento nas pesquisas da área de psicologia e entender um pouco das dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuaram no atendimento às vítimas sem embasamento de estudos. É necessário que essas pesquisas não cessem, pois o que foi dito e pesquisado nessa área ainda é muito pouco.

Dos vários trabalhos sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia, a maioria destaca o histórico do acidente e a irresponsabilidade das entidades envolvidas. Outros estudos analisam a questão do depósito de lixo radioativo e a memória traumática da tragédia, bem como as tentativas de minimizá-la. Poucos autores discorrem sobre as vítimas, suas condições, reivindicações e luta para serem ouvidas e reconhecidas, para que não só o saber médico-oficial seja aceito, mas também as vozes dissonantes.

Portanto, nossa pergunta inicial – se ainda há espaço para mais trabalhos sobre o acidente com o Césio-137 – foi respondida de maneira afirmativa pelos próprios trabalhos consultados. Das muitas obras sobre o acidente, poucas são trabalhos acadêmicos. Estes focam, em sua maioria, no próprio acidente e na descontaminação,

fatos ocorridos em 1987. O período posterior, entretanto, é pouco estudado, não existindo uma pesquisa específica sobre a Funleide, a Suleide ou o Cara.

Tal constatação nos impulsionou a escrever o segundo capítulo, em que discutimos a história da Funleide, as motivações de sua criação pelo governo estadual e sua finalidade. Exploramos também como esta entidade se modifica ao longo do tempo, transformando suas estruturas, tornando-se a Suleide e depois o Cara. Foi necessário pensar sobre o que a instituição pretendia em seus documentos de criação para mais adiante vermos o que se tornou.

Como vimos, a Funleide foi criada para dar assistência ampla aos radioacidentados (assistência médica, psicológica, odontológica e social), porém não se levou em conta as pessoas afetadas durante a descontaminação, então contabilizadas em 249, número muito inferior ao considerado atualmente. Embora em sua criação apresentasse um projeto muito amplo em relação ao desenvolvimento de pesquisas e aos cuidados com os radioacidentados, a fundação não conseguiu mantê-lo ao longo dos anos. As modificações feitas na instituição e a falta de verbas para que prosseguisse com os serviços atrapalharam o andamento das pesquisas e o tratamento das vítimas.

Os médicos, em sua maioria, não tinham conhecimento sobre a radioatividade e sobre como lidar com isso, até pelo fato de nunca terem se deparado com algo tão drástico em sua vida profissional. Alguns tinham certa noção do que a contaminação radioativa poderia causar no corpo humano de acordo com o grau de intensidade, mas nunca tiveram experiência parecida – conheciam o problema por estudos e por conta de outros acidentes nucleares e radioativos ao redor do mundo, tendo um conhecimento teórico, não especializado.

O acidente incentivou pesquisas sobre os efeitos da radiação nos seres humanos para ajudar as vítimas a se recuperar mais rapidamente e se descontaminarem. Tal desenvolvimento poderia ser futuramente útil a vítimas de outros desastres. O interesse de pesquisadores de todo o mundo e o auxílio de outros países foram de suma importância no ápice da tragédia. De maneira geral, a constatação do segundo capítulo foi de que a Funleide foi gestada em meio a objetivos ambiciosos, embora não tenha privilegiado em sua estrutura – conselhos e instâncias decisórias – a participação dos radioacidentados. Todavia, ao longo de sua trajetória, não apenas financiamento e personalidade jurídica foram alterados – com transformação de Funleide em Suleide e, posteriormente, em Cara. As funções da entidade também mudaram, com a limitação de

seus objetivos. A pesquisa foi deixada em segundo plano e o Cara se tornou sinônimo de clínica especializada.

Diante desse quadro, tornou-se necessário estudar, como fizemos no terceiro capítulo, a relação das vítimas com a Funleide, a Suleide e o Cara, como os radioacidentados veem as entidades e o atendimento recebido. Ainda abordamos aqueles grupos que por muito tempo lutaram na Justiça para ser reconhecidos como radioacidentados – caso dos policiais militares e demais trabalhadores que estiveram à frente da descontaminação, sendo expostos à radiação por não terem acesso a equipamento de proteção adequado. Além da luta judicial, eles também buscaram a garantia do direitos a pensão, atendimento médico e demais formas de assistência previstas em lei. Constatamos ainda nesse terceiro capítulo as tentativas de subdimensionar os efeitos do acidente, evidenciadas por agremiações como a Associação das Vítimas do Césio-137 e a Associação dos Militares Vítimas do Césio-137, que expõem as memórias que permeiam seus saberes próprios e fazem um contraponto aos saberes médicos e às narrativas oficiais do acidente. As memórias promovidas por essas associações e por seus associados, vale frisar, são frequentemente diminuídas pelo Estado e pela fundação, não sem intenção, como vimos.

Essas relações entre memória e história trazidas nesta dissertação, especialmente no terceiro capítulo, mostraram que as memórias do Estado nem sempre se sobrepõem e anulam outras memórias. Apesar de as versões oficiais se ampararem no prestigiado saber médico-científico, as vítimas abriram seu espaço e construíram um local de fala. Elas o utilizaram não para diminuir ou menosprezar o saber científico, mas para reivindicar novas e diferentes análises, mais precisas, que comprovam a relação de novas pessoas – inicialmente não incluídas no rol de vítimas da Fundação – para o atendimento. Não se trata, portanto, de um movimento para negar a ciência, mas para exigir do Estado, com base também em critérios científicos, maior rigor e eficiência nos exames, diagnósticos e assistência recebida. Por isso, no terceiro capítulo, o foco da narrativa foi a árdua luta empreendida pelas vítimas em busca do merecido reconhecimento e respeito.

Por fim, ainda no terceiro capítulo, abordamos as narrativas de psicólogas e assistentes sociais que trabalharam durante o acidente e posteriormente se vincularam à Funleide e demais entidades que a sucederam. Essas profissionais também expressam suas críticas às entidades e mostram que o campo de memórias não oficiais sobre a

assistência às vítimas não abrange apenas os radioacidentados. Fica patente nos relatos que suas memórias não são uma mera reprodução da narrativa oficial do Estado.

Portanto, de maneira geral, o estudo mostrou um campo de disputas em torno das memórias da assistência às vítimas do acidente com o elemento Césio-137 nos anos que se seguiram à tragédia. Ainda na década de 1980, o Governo do Estado de Goiás criou a Funleide para ser a grande entidade responsável pelo apoio às vítimas, com expertise na pesquisa em física médica. A ideia era ambiciosa e visava à construção de uma espécie de centro de referência no trabalho com vítimas de radiação nuclear. O projeto foi redimensionado nos anos seguintes, as metas foram diminuídas e a estrutura institucional transformada em meio a reformas administrativas. As restrições orçamentárias e o pouco subsídio à pesquisa acabaram por estabelecer uma imagem em que a entidade aparecia como sinônimo de clínica especializada em radioacidentados.

Como mostra a documentação analisada, as equipes especializadas, ainda que de maneira contida, sempre expressaram problemas e dificuldades para desenvolver um trabalho adequado. Por isso, não nos surpreendeu a crítica que psicólogas e assistentes sociais fazem à Funleide na condição de ex-funcionárias do órgão. As falas dessas profissionais contribuem para pensar as muitas memórias que cercam a instituição ao invés de meramente reforçar as versões oficiais.

Em outra direção, como ficou patente, os radioacidentados não aceitaram passivamente a condição de meros assistidos e buscaram participar da definição das políticas públicas que lhes afetavam. Em sentido semelhante, aqueles que não foram considerados vítimas no cômputo inicial realizado pela CNEN lutaram na Justiça para ter o direito a este reconhecimento, não se conformando com as negativas do Estado. Os radioacidentados – reconhecidos desde o início ou não – se uniram e construíram associações que levaram suas lutas a outro patamar.

Esse movimento de construção de memórias, pelas vítimas e suas associações, nos chamou a atenção de tal maneira que pretendemos continuar a indagar sobre estas questões em nova análise sobre o tema Césio-137 em Goiânia, em um futuro doutorado. Vislumbramos trabalhar com a história oral, recuperando as memórias das vítimas vizinhas do foco e pessoas que se sentem afetadas pelo acidente, para então pensarmos melhor as relações entre memória e história dentro do referido desastre. Outra possibilidade é pesquisar os processos jurídicos – que correm e/ou já foram analisados – em que as vítimas solicitam pensão ou análise médica para provar o envolvimento com

o acidente. Partimos dessas ideias, mas deixamos em aberto a futura pesquisa, pois ainda esperamos encontrar novos documentos que mudem o seu rumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARDWEG, Gerard J. M. van Den. **Terminologia em psicologia**. São Paulo: Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, 2014.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**: a história oral do desastre. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.
- ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 115-127, 2016.
- AZEVEDO, Ana Cecilia Pedrosa de. **Radioproteção em serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- BANDAZHEVSKY, Yuri. Danos causados pelas radiações ionizantes sobre órgãos e sistemas vitais de fetos e crianças pequenas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 201-206, 2013.
- BARBOSA, Tânia Mara Alves. **A resposta a acidentes tecnológicos**: o caso do acidente radioativo de Goiânia. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.
- BATLOUNI, Michel. Diuréticos. **Revista Brasileira de Hipertensão**, Rio de Janeiro, v.16, n. 4, p. 211-214, 2009.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós Iberica, 1998.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES; Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade mercadológica. **Revista UFG**, Goiânia, ano 10, n. 5, p. 68-87, 2008.
- BORGES, Weber. **Eu também sou vítima**. Goiânia: Asa Editora Gráfica, 2003.
- CABRAL, Larissa Mendanha. **Funleide, Suleide e C.A.R.A**: uma história das instituições criadas pelo governo de Goiás após o acidente com o Césio-137 em Goiânia. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- CAMPOS, Elisângela de Jesus; ARAÚJO, Roberto Paulo Correia de (org.). **Expressões usuais em odontologia**. Salvador: Edufba, 2009.
- CARVALHO, Joaquim Francisco de. O espaço da energia nuclear no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 293-307, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CHAVES, Elza Guedes. Goiânia é azul: o acidente com o céσιο 137. **Revista UFG**, Goiânia, n. 9, v.1, 2007.

CHAVES, Elza Guedes; WIEDERHECKER, Clyce Louise. Associação das Vítimas do Césio 137: identidade e diversidade de um movimento social. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 9/10, n. 1/2, 1990.

COIMBRA, Filipe. Xerostomia, etiologia e tratamento. **Revista Portuguesa de Estomatologia, Medicina Dentária e Cirurgia**, Lisboa, v. 50, n. 3, p. 159-164, 2009.

COLLINS, Kenneth E.; JARDIM, Isabel Cristina S. F. C.; COLLINS, Carol H. O que é Césio-137? **Química Nova**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 169-178, 1988.

COSTA JÚNIOR, Geraldo da. **O acidente com o Césio-137 em Goiânia nas matérias do Correio Braziliense: 1987-2007**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

COSTA NETO, Sebastião Benício. Ensaio sobre a pertinência do teste abreviativo de Luscher na avaliação psicológica dos radioacidentados de Goiânia. *In*: HELOU, Suzana; COSTA NETO, Sebastião Benício (org.). **Césio 137: consequências psicossociais do acidente de Goiânia**. Goiânia: Editora UFG, 2014. p. 105-119.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007.

CURADO, Maria Paula; FURTADO, Carlos Henrique de Oliveira. Vinte anos de acompanhamento e pesquisa com as vítimas do acidente com o Césio-137. **Revista UFG**, Goiânia, v. 9, n. 1, 2007.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

FERREIRA JÚNIOR, Arnaldo Alves. **A notícia como discurso: a cidadania representada pela mídia impressa no acidente radioativo de Goiânia**. 2010. Dissertação (comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

FERREIRA, Maria da Conceição da Rocha. **Memórias do medo atômico: a construção do imaginário sobre o risco científico a partir dos discursos sobre grandes acidentes pela mídia**. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, Odesson Alves. **Projeto Césio-137: Goiânia não merecia**. Goiânia: Associação das Vítimas do Césio-137, 2005. Documento lido e aprovado em assembleia ordinária da AVCésio em 27 de setembro de 2005. FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

FREITAS, Nathália de. **A representação visual do grupo Pincel Atômico em Goiás na década de 1980**. 2014. Dissertação (história) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

FUINI, Silvana Cruz. **Qualidade de vida e sintomas depressivos em indivíduos expostos ao Césio-137, em Goiânia**. 2012. Dissertação (ciências da saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO. **XI Fórum FAAP de Discussão Estudantil**. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 2015. Disponível em: http://faap.br/forum_2015/pdf/guias/GE_AIEA_online_v1.pdf. Acesso em: 6 ago. 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.

GRASSI, Giovanni. **Impressões e ações de professores que visitaram o Centro Regional de Ciência Nucleares do Centro-Oeste: duas décadas do acidente com o Césio-137 em Goiânia**. 2010. Dissertação (educação em ciências e matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HELOU, Suzana. Aspectos psicossociais verificados após o acidente radiológico de Goiânia. *In*: HELOU, Suzana; COSTA NETO, Sebastião Benício da (org.). **Césio-137: consequências psicossociais do acidente de Goiânia**. Goiânia: Editora UFG, 2014. p. 31-84.

HELOU, Suzana. **Os bastidores do Césio-137: o acidente radiológico de Goiânia sob a ótica dos profissionais que nele atuaram**. Curitiba: Appris, 2017.

HELOU, Suzana; COSTA NETO, Sebastião Benício da (org.). **Césio-137: consequências psicossociais do acidente de Goiânia**. Goiânia: Editora UFG, 2014.

HELOU, Suzana; COSTA NETO, Sebastião Benício da. História do acidente e atuação da psicologia. *In*: HELOU, Suzana; COSTA NETO, Sebastião Benício da (org.). **Césio-137: consequências psicossociais do acidente de Goiânia**. Goiânia: Editora UFG, 2014. p. 13-30.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê, 2001.

KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro; APPOLONI, Carlos Roberto. Uma breve história da política nuclear brasileira. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 379-392, dez. 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LENE, Hérica. Memória e história do jornalismo de economia brasileiro: a “construção” das notícias na Gazeta Mercantil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012, Fortaleza. **Anais [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Silvio Soares. O paisagismo moderno brasileiro: além de Burle Marx. **Paisagens em Debate**, São Paulo, n. 1, out. 2003.

MACIEL, Laura Antunes. O documento: atos e testemunhos da história. *In*: VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun (org.). **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 1995. P. 12-28.

MATOS, Angélica Aparecida. **Limitação de abertura bucal após exodontias**: revisão de literatura. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

MELO, Thaís Barrozo; SILVA, Gláucia. Para que serve a escala de comunicação de risco nuclear? **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 37, p. 201-217, out. 2012.

MENDONÇA JÚNIOR, Dírlei Ribeiro de. **Medo e preconceito no pós-acidente com o Césio-137 em Goiânia-GO**: uma análise dos cadernos especiais do jornal O Popular nos dez, vinte e trinta anos da tragédia. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MONTEIRO, Alexandra Sofia Coelho. **Recursos geológicos e saúde humana**: o uso do Cobalto na radioterapia. 2016. Dissertação (Mestrado em Ensino de Biologia e Geologia) – Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Porto, 2016.

NASCIMENTO, Darlos Fernandes. “O Popular” e “Folha de Goiás”: o sucesso na produção de hegemonia e as contribuições para a formação de uma sociedade civil em Goiás (1930-1960). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 74-84, mar. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OKUNO, Emico. Efeitos biológicos das radiações ionizantes: acidente radiológico de Goiânia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 185-200, 2013.

OLIVEIRA, Carla Reis. **O espaço romanesco e a personagem em pão cozido debaixo da brasa**, de Miguel Jorge. 2015. Dissertação (história da linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. O acidente com o Césio-137 e a pós-modernidade em Goiânia. *In*: SERPA, Élio Cantalício; MAGALHÃES, Sônia Maria de (org.). **História de Goiás**: memória e poder. Goiânia: Editora da UCG, 2008. p. 227-263.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. A realidade da ficção: representações da cidade de Goiânia nos contos literários e poema. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 143-164, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eurípedes Monteiro de. **O grande medo de 1987**: uma releitura do acidente com o Césio-137 em Goiânia. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): reflexões sobre a geopolítica do desenvolvimento sustentável. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

AMBIENTE E SOCIEDADE, 6., 2012, Belém. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2012.

ORGANISMO INTERNACIONAL DE ENERGÍA ATÓMICA. **INES**: escala internacional de sucesos nucleares y radiológicos. Viena: International Atomic Energy Agency, [20--]. Disponível em: https://www.iaea.org/sites/default/files/ines_sp.pdf.

ORTEGA Y GASSET. **A história como sistema**: Mirabeau ou o político. Brasília: Editora UnB, 1982.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 265-279, 2014.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. São Paulo: Autêntica, 2007.

SANTOS, Andressa Maria dos. **A série Césio-137 – Goiânia Rua 57, de Siron Franco**: o uso da imagem na compreensão histórica. 2017. Dissertação (história, cultura e formação de professores) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

SCHUMANN, Berta; BERWIG, Juliane Altmann. **O desastre radiológico do césio-137**: lições após 30 anos da sua ocorrência. **Revista direito, estado e sociedade**, Goiânia, n. 54, p. 62-86, 2019.

SILVA, Kamilla de Oliveira e. **Sebastião Rosa da Paz**: história, memórias, movimentos sociais e religiosos na construção de um “mártir da terra” (1984-2015). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, Telma Camargo da. Corpos em perigo: uma análise sobre percepção de risco em caso de desastre radiológico. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1998a.

SILVA, Telma Camargo da. Política da memória: recompondo as lembranças no caso do desastre radiológico de Goiânia. *In*: FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas (org.). **Memória**: anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1998b. p. 117-138.

SILVA, Telma Camargo da. “Soldado é superior ao tempo”: da ordem militar à experiência do corpo como lócus de resistência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 119-143, 1998c.

SILVA, Telma Camargo da. **Radiation illness representation and experience: the aftermath of the Goiânia radiological disaster**. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – The City University of New York, New York, 2002.

SILVA, Telma Camargo da. Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. *In*: LEIBING, Annette (org.). **Tecnologias do corpo**: uma antropologia das medicinas no Brasil. Rio de Janeiro: NAU, 2004. p. 201-225.

SILVA, Telma Camargo da. As celebrações, a memória traumática e os rituais de aniversário. **Revista UFG**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 1-6, 2007.

SILVA, Telma Camargo da. Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27., 2010, Belém. **Anais [...]**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, 2010.

SILVA, Telma Camargo da. Entre múltiplos saberes e experiências de sofrimento: instituições, atores sociais e políticas de saúde na gestão do desastre radioativo com o Césio-137 em Goiânia – Goiás. *In*: MORAES, Cristina de Cássia Pereira; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de; SOUZA, Rildo Bento de (org.). **Patrimônio cultural da saúde em Goiás**: instituições hospitalares, assistenciais, de ensino e de pesquisa. Goiânia: Editora UFG, 2017a.

SILVA, Telma Camargo da. Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil. **Iberoamericana**, Estocolmo, v. 46, n. 1, p. 17-29, 2017b.

SOARES, Carolina Chaves. Implicações jurídico-penais com o Césio-137. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O ACIDENTE RADIOLÓGICO DE GOIÂNIA – 10 ANOS DEPOIS, 1997, Goiânia. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, [20--?]. Disponível em: <https://www.ipen.br/biblioteca/cd/go10anosdep/Cnen/doc/manu58.PDF>. Acesso em: 27 maio 2020.

SOUZA, José A. Batista de. Enriquecimento de urânio: detalhando o enriquecimento. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2007. Disponível em: <https://www.ipen.br/biblioteca/2007/14587.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2020.

SOUZA, Rildo Bento de. “**A História não perdoa os fracos**”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

TAUHATA, Luiz; SALATI, Ivan; DI PRINZIO, Renato; DI PRINZIO, Antonieta R. **Radioproteção e dosimetria**: fundamentos. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Energia Nuclear, 2013.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Radiação**: efeitos e fontes, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2016. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2016. Disponível em: <http://www.ird.gov.br/index.php/publicacoes/send/35-publicacoes/109-publicacao-das-nacoes-unidas-sobre-efeitos-da-radiacao-e-fontes>. Acesso em: 27 maio 2020.

VASCONCELOS, Célia Helena. **Césio-137, trinta anos depois**: silenciamento discursivo de uma tragédia. 2019. Dissertação (letras e linguística). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Césio-137**: o drama azul: irradiação em narrativas. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

FONTES

ALVARENGA, Ivone Freitas Daher. Superintendência Leide das Neves Ferreira Goiânia: Superintendência Leide das Neves, 2000. Datiloscrito.

ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DO CÉSIO-137. **II Dossiê: radioatividade – césio-137**. Goiânia: Comitê Civil de Assessoria ao Protocolo Brasil-Cuba, 1993.

ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DO CÉSIO-137. **Estatuto da Associação das Vítimas do Césio-137**. Goiânia: Associação das Vítimas do Césio-137, 2004.

AZUL DA PRÚSSIA. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 4, n. 8, p. 71-72, dez. 2008.

BORGES, Rogério. Leide das Neves: A inocência que o brilho apagou. *O Popular*, Goiânia, 29 de março de 2018. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/80-anos/leide-das-neves-1.1492130>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

CÂNCER ameaça os que sobrevivem. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 13, 8 out. 1987.

CARA pesquisa e assistência às vítimas do acidente. **Revista Césio 137 – 25 anos: uma História para lembrar e prevenir**. Goiânia, Governo de Goiás: Secretaria de Estado da Saúde, [s. v.], [s. n.], p. 42-43, 2012.

CARNEIRO, Júlia Dias. Vítima do Césio-137 lembra depressão e preconceito após o acidente. **BBC News**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/04/110421_cesio_entrevista_jc. Acesso em: 17 fev. 2020.

CÉSIO ainda é ferida aberta em Goiás. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 14, 14 set. 1997.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. **Relatório sobre o acidente radiológico com o Cs-137 em Goiânia, 1988**. Goiânia: Comissão Nacional de Energia Nuclear, 1988.

CUIDADOS DE RADIOPROTEÇÃO para o atendimento aos pacientes. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 4, n. 8, p. 37-46, dez. 2008.

DIÁRIO OFICIAL. Goiânia: Prefeitura de Goiânia, 15 dez. 1987.

EX-VIZINHOS do césio sofrem com câncer. **O Popular**, Goiânia, 24 maio 1992.

FÍSICOS franceses mostram os perigos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 1987.

FUNDAÇÃO ainda define seu papel. **O Popular**, Goiânia, 3 out. 1989.

FUNDAÇÃO LEIDE DAS NEVES FERREIRA. **Relatório de atividades 1988**. Goiânia: Fundação Leide das Neves Ferreira, 1988.

FUNDAÇÃO LEIDE DAS NEVES FERREIRA. **Relatório de atividades 1989**. Goiânia: Fundação Leide das Neves Ferreira, 1989.

FUNDAÇÃO LEIDE DAS NEVES FERREIRA. **Relatório de gestão exercício 2001**. Goiânia: Fundação Leide das Neves Ferreira, 2002.

FUNDAÇÃO LEIDE DAS NEVES FERREIRA. **Boletim epidemiológico**: análise descritiva após 25 anos do acidente com o Césio 137 em Goiânia. Goiânia: Fundação Leide das Neves Ferreira, 2012.

GOIÁS. **Constituição do Estado de Goiás**. Goiânia: Assembleia Legislativa de Goiás, 1987.

GOIÁS, Lei nº 14.226, de 8 de julho de 2002. Reajuste de pensões. Goiânia: assembleia legislativa, 2002.

GOVERNADOR critica a imprensa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 20 out. 1987.

GOVERNO e MP definem valor de pensões. **O Popular**, Goiânia, 5 maio 2002.

INDENIZAÇÃO chegou tarde. **Diário da Manhã**, Goiânia, 2002.

INSTITUTO BRASIL CENTRAL. **Dossiê radioatividade Césio-137**. Goiânia: Instituto Brasil Central, 1988.

LIMA, Helen de. Regimento interno do comitê de ética em pesquisa “Dr. Henrique Santillo” do Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos “Leide das Neves Ferreira. *In*: Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos Leide das Neves Ferreira. Goiânia, fevereiro de 2015.

MACHADO, Patrícia Almeida da Silva (organizadora). **Fotorreportagem do acidente radioativo de Goiânia**. Goiânia: Kelps, 2017.

MAIS de 21 querem indenização: grupo manteve contato com a substância e teve objetos e móveis transformados em lixo radioativo. **O Popular**, Goiânia, 23 maio 2002.

1987.

MP AGUARDA nova lista de vítimas. **O Popular**, Goiânia, 30 abr. 2002.

MUDANÇA drástica na assistência. **O Popular**, Goiânia, 4 maio 2002.

NÚMERO de vítimas do césio-137 ainda é incerto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 set. 1990.

O DIREITO de saber: famílias querem saber se aberrações constatadas em oito filhos e netos de vítimas têm relação com o acidente do césio. **O Popular**, Goiânia, 28 abr. 2002.

O INTERCÂMBIO científico. **Jornal da Saúde**, Goiânia, p. 35, dez. 1989.

PRIMEIRO BOLETIM epidemiológico. **Revista Césio 137 – 25 anos**: uma História para lembrar e prevenir. Goiânia, Governo de Goiás: Secretaria de Estado da Saúde, [s. v.], [s. n.], p. 44, 2012. ACIDENTE com césio 137 só mudou a vida das vítimas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 14, 29 maio 1988.

PRIMEIRO BOLETIM epidemiológico. **Revista Césio 137 – 25 anos: uma História para relembrar e prevenir.** Goiânia, Governo de Goiás: Secretaria de Estado da Saúde, [s. v.], [s. n.], p. 44, 2012.

RADIAÇÃO do césio afeta virilidade de bombeiros goianos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 maio 1988.

RADIAÇÃO gera câncer. **O Popular**, Goiânia, p. 6, 1 out. 1987.

RADIOACIDENTADO pede passagens para Cuba. **O Popular**, Goiânia, p. 6, 12 nov. 1992.

O RASTRO de câncer na região. **O Popular**, Goiânia, 9 set. 2017.

REMÉDIO para as vítimas de radiação. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27 ago. 1988.

SÃO TRÊS as vítimas da radiação com câncer. **O Popular**, Goiânia, 3 ago. 1991.

TOTAL assistência. **O Popular**, Goiânia, p. 8, 11 nov. 1987.

UM MONUMENTO às vítimas da radioatividade. **O Popular**, Goiânia, p. 8, 13 nov. PENSÕES não são reajustadas. **O Popular**, Goiânia, 24 set. 1995.

VÍTIMAS AFASTAM-SE da Funleide. **O Popular**, Goiânia, 28 set. 1997.

VÍTIMAS DO CÉSIO 137 em Goiânia continuam com traumas mentais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 nov. 1989.

VÍTIMAS DO CÉSIO em dificuldades. **O Popular**, Goiânia, 11 jun. 1995.

VÍTIMAS DO CÉSIO SOFREM mutações genéticas. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 26 jan. 1991.